



Ministério dos Povos Indígenas
Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Diretoria de Assuntos Fundiários
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apyka'i - Dourados - MS.

Portaria nº 560/PRES, de 29.06.2016



Maria Helena de Amorim Pinheiro
Antropóloga-Coordenadora - FUNAI/UTL Curitiba/CR GPV
Janeiro de 2026

Sumário

Introdução.....	6
I – PRIMEIRA PARTE - DADOS GERAIS.....	17
a).1 Origens e localização dos Guarani	17
a).2 Filiação cultural e linguística.....	19
a).3 Os guarani e a conquista europeia.....	25
a). 5 A exploração da erva mate pela Cia. Matte Larangeira.....	29
a).6 O esbulho das terras guarani e o aldeamento compulsório	32
a).7 O Serviço de Proteção aos Índios.....	35
a). 8 Ocupação do Território Kaiowá na Região da Grande Dourados	38
b) Pesquisa sobre o histórico de ocupação da Terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;.....	46
b).1 Histórico de Ocupação Territorial conforme memória oral das vivências locais	46
b).2 O território das vivências da Família Cário/Cavanha	52
b). 3 A alma, o Corpo e a Territorialidade Kaiowá.....	71
d) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios casuais, temporais e espaciais;	74
II – HABITAÇÃO PERMANENTE.....	80
a)Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por	
a).1 Os antigos assentamentos guarani	80
a). 2 A territorialidade Guarani e Kaiowá: <i>guára, tekoha e te'yi</i>	83
a).3 <i>Tekoha</i> : local de vivência segundo organização sociocultural	86
a).4 A categoria <i>Tekoha Guasu/Tekoha Pavêm</i>	88
a).5 A territorialização compulsória Kaiowá e Nandeva	90
a).6 Acampamentos indígenas: assentamento provisório	91
a).7 A Regularização das Terras Indígenas no MS: O CAC/ 2007.....	94
a).8 A Morfologia Social Guarani e Kaiowa na atualidade	98
b)..... Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização:	105
b).1 A presença ancestral Kaiowá no Apyka'i e posterior instalação de fazendas ...	105
b).2 Território Geográfico Experiencial: O Movimento de “Circulação” do grupo familiar Cário/Cavanha.....	118
b).3 Território Geográfico Experiencial: O Tekoha Guasu de Referência da família Ilário Cário.....	120
b).4 Território Geográfico Experiencial: As vivências em “Fundos de Fazenda” do grupo familiar Cário/Cavanha	125
Mapa 10 - Marcação das fazendas habitadas como fundo de fazenda pelo grupo e a sua relação pelo <i>Tapetudjá</i> (estrada para Laguna Carapã) entre a Fazenda Água Suja e o Apyka'i. (Autoria Sandra Aparecida Ayres)	128
b).5 Território Geográfico Experiencial: O Movimento de recuperação do tekoha Apyka'í.....	132
III -TERCEIRA PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS	138
a) Atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo	138
b) alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente	160
c) - Relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.....	164
IV - QUARTA PARTE - MEIO AMBIENTE	167
Contexto de intervenção/ocupação do território Kaiowá	167
a)..... Caracterização Ambiental da Terra Indígena Apyka'i	172

a).1 Bioma Mata Atlântica e Cerrado	173
Mapa 13 - Tipologias de vegetação existente na área de estudo ambiental (autora: Sandra Ayres de Paula)	176
Mapa 14 - Tipologias de solos existentes na área do estudo ambiental (autora: Sandra A. Ayres de Paula)	178
Mapa 15 - Tipologias da vegetação existentes na área de estudo ambiental (Sandra Ayres de Paula).	179
a).2 Impactos e Conflitos Ambientais e Socioculturais	181
a).3 Gestão Ambiental e Territorial	184
b) Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar do grupo indígena	185
V – QUINTA PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL	188
a) Dados demográficos do grupo.....	188
a).1 A sociedade Kaiowá e a construção da pessoa	189
a). 2 Doenças e práticas de cura	191
b) Aspectos cosmológicos: áreas de usos rituais e lugares sagrados.....	194
b).1 O xamanismo entre os Kaiowá.....	199
b).2 O uso de bebidas alcoólicas e o suicídio entre os Kaiowá.....	204
c)..... Áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo	212
c).1 Acampamentos Reivindicatórios do Apyka'í: Violência e Morte	216
VI - SEXTA PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	225
Breve histórico do processo de colonização.....	226
Síntese fundiária	229
VII PARTE – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO	233
25- Mapa de delimitação	240
VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242
ANEXOS	249
Certidões de óbitos do grupo familiar do tekoha Apyka'í, constando locais de enterramentos.....	249
Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário -RCLF.....	252

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Em 2002 família Cário/Cavanha – Luiz Cário ao centro - Foto de Ruth Henrique	53
Figura 2 - Enterramento no Apyka'í.....	65
Figura 3 -Vista do acampamento após o incêndio.....	67
Figura 4 - Cemitérios no interior da Fazenda Serrana onde enterraram alguns dos atropelados.....	70
Figura 5 - Enterramento de Kaiowá do Apyka'í vítima de atropelamento na BR.....	70
Figura 6 - <i>Oygusu</i> (casa comunal) em uma foto de final do século XIX (Mura: 2006: p.364).....	81
Figura 7- Esqueleto da <i>ogapysy</i> (Mura: 2006).	81
Figura 8 - Acampamento reivindicatório do Tekoha Apyka'í	93
Figura 9 - Parte externa e interna dos barracos do Apyka'i.	94
Figura 10 - Construção atual de casa tradicional no acampamento do Apyka'í.....	102
Figura 11- Famílias kaiowá do Apyka'í.	103
Figura 12- Hospital Universitário (HU) de Dourados	107

Figura 13- Cemitério de Dourados – Apontado como moradia indígena.....	108
Figura 14- A rodovia - antiga <i>Tapetudja</i> (estrada velha)	109
Figura 15- A Lagoa Azul	110
Figura 16 - Pedreira (interior da fazenda Serrana – ao lado da rotatória)	112
Figura 17 - Ponciano Paulo – TI Caarapó	114
Figura 18 - Sr. Francisco de Souza – TI Dourados – Aldeia Jaguapiru.....	116
Figura 19 - A pedreira que desmoronou – (Fazenda Serrana)	117
Figura 20 - Guavira	117
Figura 21- Damiana Cavanha e o filho Nivaldo Cário de Souza, esposa e filho.	131
Figura 22 - Sandra Cário de Souza filha de Damiana Cavanha.	132
Figura 23 - Córrego Três Tubos – <i>Ypiaury</i> - Água insalubre.....	137
Figura 24 - Áreas com roças indígenas no interior da Fazenda Serrana (mandioca, feijão e abóbora, entre o acampamento e o plantio de cana de açúcar - 2014) (fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula)	146
Figura 25 - Armadilha de caça na beira do córrego <i>Tambery</i> . (Fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula) - <i>Mondei</i> ou <i>jequi</i> no canto direito da foto, nas margens do córrego <i>Tambery</i> , na Fazenda Serrana.	151
Figura 26 - <i>Ñuha</i> (armadilha de laço que captura a presa utilizando a flexibilidade de fibras e madeiras). (Miraglia apud Susnik 1982, fig.24).	153
Figura 27 - Local de pesca no córrego <i>Tambery</i> . (Fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula).....	156
Figura 28 - Construção de casa no acampamento da margem da BR 463.	159
Figura 30 - Damiana Cavanha (tukuapu/bastão rítmico) e o filho Nivaldo Cário (mbaracá/chocalho)	202
Figura 31- <i>Tamõi</i> Tito Vilhalba Ñanderu da TI Guyraroka com seu jeguaka (cocar), o Chiru em forma de cruz e outros.	203
Figura 32 - Os chiru (Mura: 2006: 339)	204
Figura 33 - Adelcia Lopes e filhos e Damiana Cavanha, filho, nora e netos	209
Figura 34 - Irmãos e genros (noras) de Damiana Cavanha (Teykuê – Caarapó).....	209
Figura 35 - Mãe de Damiana Cavanha, D ^a Seferina Moraes, irmãs e sobrinhos.	210
Figura 36 - Laureana Moraes (Teykuê), tia de Damiana Cavanha, e ao centro a tia Tereza Moraes com filhos e netos. (Reserva de Dourados).....	210
Figura 37 - Sogros de Nivaldo Cário de Souza - Roberto Lopes - esposa: Cleuza Benites	210
Figura 38 - Famílias Kaiowá do Apyka’i	211
Figura 39 - Neta de Damiana Cavanha – Filha de Nivaldo Cário de Souza	211
Figura 40 - Damiana Cavanha e neto.	211
Figura 41 - A líder Damiana Cavanha.	212
Figura 42 - Damiana Cavanha e o filho Nivaldo com sua esposa e filho.....	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização geográfica dos três grupos Guarani contemporâneos que habitam o território brasileiro.....	22
Mapa 2 - Terras indígenas Kaiowá e guarani no MS.....	24
Mapa 4 - Área concedida a Matte Laranjeira – 1892-1895	30
Mapa 5 - Área do <i>Jukeryi</i> desenhada por Nivaldo Cário em 2002.	53
Mapa 6 - Localização do acampamento - fevereiro de 2009 (Aline Lutti).	61
Mapa 7 - Localização do tekoha Apyka’i – croqui assinado por Gabriel Cavalheiro.	62
Mapa 9 - <i>Tekoha Guasu</i> Alto Médio Dourados – Área de circularidade da família Cário/Cavanha no tekoha guasu Alto Médio Dourados.	126

Mapa 13 - Tipologias de vegetação existente na área de estudo ambiental (autora: Sandra Ayres de Paula)	176
Mapa 14 - Tipologias de solos existentes na área do estudo ambiental (autora: Sandra A. Ayres de Paula)	178
Mapa 15 - Localização dos Recursos ambientais imprescindíveis. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula) - Região com os recursos ambientais indispensáveis à vida Kaiowa no <i>Apyka'i</i> . Fonte: Imagem orbital RapidEye acessado no BDGEx – Banco de Dados Geográficos do Exército em outubro de 2016. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula)	186
Mapa 16 - Propriedades rurais certificadas no INCRA. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula)	187
Mapa 17 - Uso e cobertura do solo da proposta de delimitação da TI Apyka'i	229
Tabela 1 - Distribuição da população Guarani no Brasil por Estado	20
Tabela 2 - Descrição das Unidades de paisagem reconhecidas e formas de uso associadas – Autoria: Sandra Aparecida Ayres de Paula.	142
Tabela 3 - Espécies cultivadas nos roçados Kaiowa	149
Tabela 4 - Aves, mamíferos e répteis inventariados pelos indígenas Kaiowá, como de ocorrência na região. As correspondências científicas foram obtidas posteriormente, por meio da consulta a fontes secundárias.	154
Tabela 5 - Ictiofauna inventariada pelos indígenas da Terra Indígena Apyka'i. A associação da ocorrência e abundância das espécies com as unidades da paisagem foi feita pelos indígenas.	157
Tabela 6 - classificação, por tamanho, das propriedades sobrepostas a área em estudo.	230

Introdução

O presente Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Apyka'i, localizada no Município de Dourados - MS, reivindicada pelos Guarani da parcialidade Kaiowá, foi elaborado de conformidade com a legislação indigenista que trata do assunto.

O Art. 231 da Constituição Federal determina *“que compete à União demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”*. O Art. 19 da Lei 6.001 de 19.12.1973 estabelece que *“As terras indígenas, por iniciativa do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas”*.

O Decreto 1775/96 dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas de que trata o Art. 17 da Lei 6.001/73 e o Art. 231 da Constituição, e decreta em seu Art. 1º: *“As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste Decreto”*.

Os procedimentos para a demarcação de terras foram estabelecidos pelo Decreto 1775/96, de 08 de janeiro de 1996, que *“dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas”* e pela Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996, que *estabelece normas para a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras indígenas, ficando estruturadas as principais etapas da fase de identificação e delimitação*.

Segundo o Decreto nº 1775/96, os trabalhos realizados pela FUNAI com fins de regularização fundiária serão cumpridos em quatro etapas, sendo a primeira delas a designação do Grupo de Trabalho - Previsto no art. 2º, § 1º, o qual deverá ser coordenado por Antropólogo, com participação de Técnicos das áreas de estudos ambientais, cartográficos e fundiários, sendo os Grupos de Trabalhos constituídos através de Portarias do Presidente da FUNAI, publicados no Diário Oficial da União. No trabalho de campo está prevista a participação da comunidade indígena conforme o Artigo 3º do Decreto 1775/96: *“O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas suas fases”*.

As terras tradicionalmente ocupadas são definidas no § 1º do Art. 231 da CF-88:

(a) as ocupadas em caráter permanente, (b) as utilizadas para suas atividades produtivas, (c) as imprescindíveis a preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e (d) as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Estas quatro situações prescritas no texto constitucional, em conjunto, e, nenhuma delas separadamente determinam qual é a terra tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena, sendo que os parâmetros jurídicos estabelecidos pela CF/88 serviram de base à Portaria MJ nº14/96, onde ficou estabelecido uma série de itens (e subitens) que constam do relatório, além de outros não requeridos, mas considerados relevantes pelo grupo técnico (art.1º). Desta forma, os itens da Portaria MJ nº 14/96 foram o eixo para os trabalhos de campo e posterior produção do relatório pelo GT.

O presente relatório segue, portanto, o formato das sete partes exigidas pela Portaria MJ nº 14/96, contemplando todos os subitens especificados para cada uma delas: 1. Introdução onde apresentamos os recursos teórico-metodológicos. 2. Dados Gerais; 3. Habitação Permanente; 4. Atividades Produtivas; 5. Reprodução Física e Cultural; 6. Meio Ambiente; 7. Levantamento Fundiário; 8. Conclusão e Delimitação. Esses itens dizem respeito ao mapeamento socioeconômico, cosmológico e ambiental das aldeias envolvidas no presente procedimento de Identificação/Delimitação, através do levantamento populacional, rede de parentesco, levantamento das realidades econômicas, identificação de aspectos relacionados ao meio ambiente, caracterização das atividades produtivas, territorialidade, relações com a sociedade envolvente e outros.

A comunidade Kaiowá do Apyka'i fica localizada a cerca de 7 km do centro da cidade de Dourados/MS, na BR 463, trecho que liga Dourados a Ponta Porã, e recebia no passado outras duas denominações: Curral de Arame em razão do córrego do mesmo nome, e *Ypyaury*, também pelo mesmo motivo, e ainda *Jukery* (ou *juquerir* ou *juquer'y*), nome atribuído em outro momento de sua circulação pelo território. Cabe explicar que a denominação de Apyka'i, não é recente, mas é reconhecida como tendo recebido o batismo religioso realizado por antigos xamãs. O nome Apyka'i foi dado em homenagem ao banco ritual denominado *Apyka*, utilizado nas festividades religiosas e cerimoniais. O tekoha Apyka'i é reconhecido como local onde existia *ogapysy* (casa onde vivia a família extensa) e onde eram realizadas cerimônias do *Kunumipepy* (iniciação masculina com perfuração do lábio), além dos abundantes campos de guavira (*Akety*).

A FUNAI tomou conhecimento da existência e localização da comunidade do Apyka'í através do trabalho da Ruth Henrique em 2002, quando já se encontravam mobilizados para a entrada naquele espaço onde se encontram atualmente.

Frente ao processo de luta pela terra/recuperação de direitos em face da espoliação contínua e violenta, os últimos anos foram marcados por várias iniciativas de recuperação de parcelas da Terra Indígena Apyka'i. Tais iniciativas tiveram como protagonistas a liderança de Damiana Cavanha, inicialmente ao lado do seu primeiro marido Ilário Cário de Souza, e posteriormente seu segundo marido Gabriel Cavalheiro. Em suas iniciativas enfrentaram várias expulsões, despejos, uso de violência, e sendo forçados, em muitas ocasiões, a se recolherem em outras áreas indígenas. Tais tentativas são aqui registradas como forma de evidenciar a insistência da parentela em recompor a vida comunitária no interior da referida terra indígena. As falas das lideranças e pessoas mais idosas enfatizam a impossibilidade de permanecerem nas reservas, devido a tensões de várias naturezas, destacando-se o convívio compulsório de vários núcleos familiares em um exíguo espaço. Consideram a parcela de terras por eles reivindicada como de ocupação tradicionalmente indígena.

No presente relatório são apresentados elementos da história da parentela do Apyka'i e dos vínculos com os espaços específicos que insistem em recuperar, apesar do assentamento estar localizado às margens de rodovia, limítrofe às áreas atualmente tituladas em nome de particulares. Os proprietários usaram de vários recursos jurídicos e da contratação de seguranças privados para desalojarem os índios de suas propriedades e imediações, na tentativa de forçá-los a recuarem para as reservas, ao que os indígenas buscaram resistir com muita coragem e determinação, mesmo frente a tantas tragédias após a “entrada” para ocupação desse espaço, tendo registrado um número de oito mortes por atropelamentos em rodovias, e uma com suspeita de contaminação por agrotóxicos.

A família Cário/Cavanha que vive nesses acampamentos do Apyka'í encontrava-se submetida a uma existência precária, praticamente inexistindo serviços básicos como água potável, energia elétrica, educação escolar, segurança, e uma assistência à saúde ainda deficiente, dificultada pelo ambiente de tensão e conflito persistente entre indígenas e proprietários rurais, agravado pela não regularização administrativa da área.

O assentamento do Apyka'í tem como característica diferencial a presença de uma liderança feminina à frente da organização das famílias, ficando Damiana Cavanha com a responsabilidade de lutar pela regularização da área. O fato de ser incomum

existirem mulheres assumindo posições de liderança entre os kaiowa, Damiana Cavanha necessitou um tempo mais dilatado para obter o apoio das demais lideranças indígenas que é composta em sua maioria por elementos masculinos.

Damiana faleceu em novembro de 2023, por motivos ainda não totalmente esclarecidos, no Hospital Missão Evangélica Caiuá. Aos 86 anos, sentindo dores e tendo desmaios longos há alguns dias, foi levada às pressas ao Hospital da Missão, na tarde do dia 6 de novembro. A morte estaria sendo investigada, já que haveria, ainda segundo a família, hematomas em seu corpo (não se sabe ainda se novos ou antigos) (Cimi, 2023 - <https://cimi.org.br/2023/11/nota-pesar-damiana/>).

Devido às condições severas e desumanas da vida em barracos à beira da BR, somado às várias mortes por atropelamento, o restante da família de Damiana se mudou temporariamente para outros locais, como o Ñu Porã e a Reserva de Dourados, enquanto aguarda a demarcação da T.I. Apyka'i.

Levando-se as considerações dos dois parágrafos mencionados acima em conta, informa-se que o tempo verbal das sentenças no presente relatório retratarão o período da pesquisa de campo e da escrita inicial do relatório, momento no qual ainda se encontrava o acampamento de Dona Damiana à beira da BR-463.

A comunidade do Apyka'i pertence ao subgrupo Kaiowá, os quais juntamente com os Guarani (Ñandeva) ocupavam toda a região chamada hoje de Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul, o que pode ser comprovado pelas pesquisas históricas e documentais, além das arqueológicas que indicam ocupação bem mais antiga, há cerca de 1.200 anos a. c.

Nas últimas décadas do século XIX, por ocasião da “Guerra do Paraguai” (1864-1870) inicia-se processo de esbulho do território de ocupação tradicional Kaiowa e Guarani. A partir da década de 1890 instala-se a Cia Matte Laranjeiras, intensificando o processo de ocupação do mesmo, por diversas frentes de expansão e ocupação. A exploração de novos ervais resultou no deslocamento de inúmeras aldeias, vindo a seguir a implantação da Colônia Agrícola de Dourados (CAN), que a partir de 1943, loteou as terras de várias aldeias Kaiowá. (BRAND: 1997- p. 5).

A partir da década de 1950, inicia-se a implantação das fazendas de gado com o correspondente desmatamento sistemático da região, e que provocou a dispersão de dezenas de aldeias tradicionais, processo caracterizado pelo conceito de *esparramo* (sarambipa). Finalmente ocorre a fase de conclusão do chamado “confinamento compulsório” (Brand: 1997) dentro das reservas de terra que o governo demarcara entre

os anos de 1915 a 1928, período de implantação de usinas de álcool em toda a região.

O Serviço de Proteção aos Índios propôs a demarcação de oito áreas com superfície de 3.600 ha, para serem reservados aos Kaiowá e Nandeva, no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, sob a perspectiva assimilacionista, onde deveriam ser instalados postos administrativos, com vistas a atrair indígenas de diferentes *tekoha* e “*integrá-los*”.

O processo de transferência dos indígenas nas citadas reservas criadas pelo SPI causou a perda e destruição de parte significativa das aldeias tradicionais, causando superpopulação dentro das reservas. Profundas alterações foram verificadas no meio ambiente do território tradicional, atualmente desmatado, mecanizado e ocupado por monoculturas, levando os Kaiowa e Nandeva a se engajarem como assalariados nas usinas de álcool.

De acordo com documentos oficiais e com a memória oral dos índios, apesar da ocupação não indígena intensiva em seu espaço territorial, na primeira metade do século XX, os Kaiowá e Nandeva continuaram acessando pontos do *teho ha guasu* de origem para realizar suas práticas tradicionais. Os indígenas continuaram ocupando essas áreas, tanto na condição de “*peões*” de fazenda, como meeiros ou refugiados nas matas longínquas. Apesar de tudo, a colonização não destruiu a relação simbólica e afetiva com os *tekoha* de origem, que continua a estruturar a visão de mundo e a organização sociopolítica Kaiowa e Nandeva.

No final dos anos 1970, os Kaiowá e Nandeva passaram a se unir em torno da luta pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas, com o objetivo de recuperar a posse plena sobre áreas dispostas no interior dos *tekoha guasu* onde pudessem realizar suas práticas tradicionais. A partir da Constituição Federal de 1988, iniciam-se os estudos de identificação e delimitação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e imprescindíveis à sobrevivência física e cultural dos grupos de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Assumindo o compromisso de realizar a demarcação das terras indígenas das comunidades Guarani e Kaiowa no Estado do Mato Grosso do Sul, a Funai assina no ano de 2007, o Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC perante o MPF. A proposta apresentada no CAC foi a de se fazer uma abordagem de descontinuidade do modelo de demarcação de pequenas frações de território, mas a partir da rede de relações sociais existentes em cada *tekoha guasu*. O critério adotado pela FUNAI foi a divisão por sub-bacias hidrográficas, para tanto constituindo seis GT's: *Amambaiegua*,

Apapegua, Brilhantepegua, Dourados-Amambaiepegua, Iguatemiepegua e Nhadevapegua.

As portarias que constituíram os seis grupos técnicos foram publicadas no Diário Oficial da União na data de 14 de julho de 2008, e provocaram fortes reações contrárias por meio de ações políticas, manipulação da opinião pública, judicialização da questão, e intimidação aos membros dos GT's e aos índios. Grandes dificuldades estruturais e organizacionais ocorreram desde o início do processo, e prazos acordados no CAC não puderam ser cumpridos.

Conforme Informação Técnica nº 36/DPT/2014 (Processo 08620.076828/2015-38), em resposta à Ação Civil Pública nº 001297- 68.2014.403.6002, ajuizada pelo Ministério Público Federal, o Tekoha Apykaí, também denominado Curral de Arame em razão do córrego do mesmo nome, e que em momento inicial fora também identificado como Jukeri'y, consta reportada como reivindicação pelo grupo familiar de Damiana Cavanha e seu marido Ilário Cário de Souza. Tal reivindicação consta no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF e FUNAI em 2007 e que ensejou a constituição de 6 (seis) GTs de identificação e delimitação de terras indígenas Guarani no Estado do Mato Grosso do Sul. Para tal, seguiu-se a divisão por sub-bacias hidrográficas: *Amambaiepegua, Apapegua, Brilhantepegua, Dourados-Amambaiepegua, Iguatemiepegua e Nhadevapegua* (Portarias nº 792, 790, 793, 788, 791, 789, todas de 2018).

A região de Curral de Arame onde existe um córrego do mesmo nome é onde se localiza a comunidade do Tekoha Apyka'i – BR 463, trecho que liga Dourados a Ponta Porã, a 7 km do centro de Dourados. *Jukeri'y* é outra denominação inicialmente apontada pelo grupo familiar, e que constou no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Funai e MPF que resultou na constituição de 6 GTs de identificação e delimitação para as terras indígenas Guarani no MS.

O GT Douradopegua deveria ter sido o 7º a ser constituído em 2008 ficando assim abrangidas todas as comunidades listadas no TAC, no qual contavam os acampamentos do *Jukeri'y* (atual Tekoha Apykai) e *Pakurity*, o qual na ocasião não ocorreu pois não houve condições materiais e de segurança que permitissem à Funai realizar os trabalhos de campo.

O GT Douradopegua fora constituído por meio da Portaria n.º 1567/PRES/2012, coordenado pela antropóloga Joana Aparecida Fernandes da Silva, e, no entanto, foi suspenso por meio da Portaria n.º 1826/PRES/2012, devido às dificuldades e tensões

regionais existentes e, o grande número de procedimentos de identificação na CGID que atuava com reduzido número de técnicos. Posteriormente, foi constituído Grupo Técnico Multidisciplinar por meio da Portaria nº 560/PRES, de 29/06/2016, com objetivo de realizar os estudos de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica necessários ao procedimento de identificação e delimitação da Terra Indígena Apyka'i, uma das áreas abarcadas pelo GT Douradopegua. (Processo nº 08620.136108/2015-39).

A citada Portaria (Nº 560/PRES de 29 de junho de 2016) constituiu o Grupo Técnico para os trabalhos de Identificação e Delimitação da TI Apyka'i, localizada no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da antropóloga Maria Helena de Amorim Pinheiro, lotada na CTL de Curitiba/PR, Sandra Aparecida Ayres de Paula, geógrafa, também lotada na mesma CTL de Curitiba/PR, e Sebastião Carlos Baptista, engenheiro agrimensor, lotado na CR Litoral Sudeste.

Para complementação dos trabalhos de natureza etnohistórica, cartográfica e antropológica foi também instituída a Portaria Nº 1231/PRES/ de 25 de setembro de 2018, constando como antropóloga coordenadora Maria Helena de Amorim Pinheiro e Sérgio de Campos - Engenheiro agrimensor, lotado na mesma Coordenação Técnica Local de Curitiba (CR Interior Sul/FUNAI).

O grupo familiar Kaiowá que está reivindicando a regularização fundiária do Tekoha Apyka'i, localizado em área que consideram de pertencimento ancestral, vivendo na área em situação de precariedade há aproximadamente 20 anos, e atualmente enfrentando condição de extrema vulnerabilidade em acampamento localizado às margens da BR 463, que liga Dourados a Ponta Porã, após processo desfavorável de reintegração de posse que culminou com o despejo pela polícia federal na data de 06.07.2016.

Foi realizada pelo GT uma etapa do trabalho de campo, entre os dias 22 de agosto e 09 de setembro de 2016, encontrando a comunidade acampada à beira da BR 463, ainda impactados pela última ação de despejo de 06 de julho de 2016, quando ainda se encontravam no interior da Fazenda Serrana. No desenrolar da ação houve o desmanche dos seus barracos e pertences pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, em cumprimento a uma ação de reintegração de posse, por ordem do Juiz Leandro André Tamura, da 1ª Vara da Justiça Federal em Dourados/MS.

Quanto à participação de cada um dos componentes do Grupo Técnico, coube a antropóloga coordenadora as atribuições sobre a coordenação dos trabalhos, e a

elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, à geógrafa Sandra Aparecida Ayres de Paula, o levantamento e relatório ambiental; e ao engenheiro agrimensor Sebastião Carlos Baptista, os trabalhos cartográficos.

Para cumprimento da determinação da Portaria mencionada, o GT realizou os levantamentos necessários em dois períodos de trabalho de campo, buscando identificar e delimitar as terras ocupadas tradicionalmente pelos Kaiowa através de entrevistas direcionadas, conversas informais, gravação de narrativas, registros fotográficos, plotagem de locais de ocupação; lugares de significação cosmológica, croquis dos acampamentos e fazendas onde trabalharam; solicitação de desenhos para expressarem sua percepção dos espaços de ocupação, além de reuniões com professores da UFGD, apoiadores da comunidade, e representantes do CIMI, também contatos e visitas a órgãos governamentais federais, municipais e estaduais (MPF, SESAI, Justiça Federal de Dourados, etc.).

Nas datas especificadas foram realizados os trabalhos de campo, os quais foram descontínuos por se adequarem melhor às atividades desenvolvidas. A primeira abordagem do trabalho de campo foi realizada por esta antropóloga coordenadora acompanhada pela geógrafa e o engenheiro agrimensor. Na segunda etapa dos levantamentos os trabalhos de campo, realizada no período de 07 a 18 de novembro de 2016, apenas esta coordenadora do GT esteve em campo. Nas duas etapas dos trabalhos do GT destaca-se o importante acompanhamento e participação de Ellen Almeida e Bruno Pepper e os demais servidores daquela unidade regional da FUNAI - CR Dourados.

No decorrer da primeira etapa de campo conseguimos autorização do atual proprietário, Senhor Cássio Guilherme Bonilha Tecchio para visitar a Fazenda Serrana, embora sem o consentimento para o acompanhamento dos indígenas, ocasião em que GT contou com a presença de vários servidores da FUNAI/CR Dourados, para o reconhecimento da área do acampamento de onde foram despejados em 2016, quando foi viabilizada a possibilidade de verificar os túmulos dos mortos em acidentes na rodovia, e a mata ciliar onde fizeram moradia em duas oportunidades, além da marcação de alguns pontos referenciais.

O grupo de famílias que está mais diretamente envolvido com a luta pela recuperação da terra, está sob a liderança de Damiana Cavanha, viúva de Ilário Cário, a qual vem enfrentando toda a vulnerabilidade envolvida na situação. Outras famílias da rede comunitária não se encontram diretamente envolvidas no processo, por não

apresentarem a resistência exigida para suportar os embates e os riscos inerentes, embora permaneçam aguardando regularização para se agregarem às famílias que estão cotidianamente na luta.

A participação das famílias Kaiowa que não se encontravam assentadas no acampamento do Apyka'i naqueles períodos, foi fundamental para levantar as informações que compõem o conjunto de dados etnográficos. Isto porque parte da parentela atualmente vive dispersa por diversas localidades, desde que ocorreu sua remoção compulsória dos locais de ocupação tradicional. Na busca de informações, o Grupo Técnico realizou muitos deslocamentos para as reservas de Dourados, Caarapó, Amambai, Taquara, Guaimbé, Passo Piraju, Guiraroká, Jatayvaryy, Jarará, Rancho Jacaré e Ñuporã, entre outros.

Os acampamentos e as tentativas de reocupações, descritas e analisadas no presente relatório, são iniciativas que emergem das ações da liderança da comunidade, a qual vivenciou, como tantas outras, violento processo de expropriação territorial. Consideram que reaver a posse de parcela de seu território é condição imprescindível para atualizar práticas e relações interrompidas por processos alheios à suas vontades.

A relação que a comunidade do Apyka'i mantém com o território reivindicado está intimamente ligada à percepção da continuidade histórica e cultural Kaiowá expulsa em décadas passadas e que reivindicam a demarcação da terra, dados a serem explicitados no decorrer das partes que compõem o relatório.

Necessário ressaltar que vivem na forma de um acampamento precário, com casas cobertas de lona plástica, localizados às margens de rodovia, em situação de risco de vida e de muita tensão por serem sempre monitorados e assediados com ameaças, especialmente pelos empregados de empresas de segurança contratados pelos proprietários das fazendas.

Entre os procedimentos adotados cabe destacar a pesquisa de campo junto aos índios, a pesquisa documental em arquivos, imprensa, processos administrativos e judiciais, e a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, e dissertações de mestrado e teses de doutorado. O objetivo da metodologia aplicada é analisar e descrever os dados oriundos de fontes orais e escritas em consideração aos contextos histórico, social e cultural nos quais se inserem.

A reconstituição da história coletiva da ocupação dessa terra, por parte da comunidade que atualmente reivindicam sua demarcação, foi realizada com registro da história oral, das narrativas de seus principais líderes e das histórias de vida de diversas

pessoas Kaiowa da rede de relações daquela comunidade. A memória da ocupação indígena na terra indígena é composta com as informações coletadas junto às famílias que vivem nos acampamentos e com outras que vivem em reservas demarcadas. Recorreu-se também à pesquisa junto a não indígenas, antigos moradores da região, que conviveram com famílias Kaiowá que ali se encontravam estabelecidas.

Para a coleta de dados a equipe registrou em cada comunidade indígena visitada, as narrativas em gravadores de voz feitas por lideranças e pessoas de significativa importância para seu grupo social, direcionando falas sobre histórico de uso e ocupação, o meio ambiente (matas, fauna e flora, recursos hídricos), e, de forma muito especial sobre a cosmologia, mobilidade e as redes de parentesco que propiciam o entendimento da ordem sócio-política e territorial.

Com vistas a uma melhor compreensão dos dados etnográficos e ambientais obtidos durante a pesquisa de campo buscou-se sua articulação com a pesquisa bibliográfica histórica, arqueológica, etnográfica, ambiental, as quais foram reforçadas após período subsequente aos levantamentos de campo, em especial na etapa de sistematização final do relatório.

Componentes da parentela que se encontram acampados no Apyka'i foram alvo das interlocuções, além daqueles que se encontram atualmente em outras terras indígenas e/ou acampamentos. Durante a primeira etapa de campo: Apyka'i, Dourados, Caarapó, Guiraroka e Nuporã. Na segunda etapa, além das anteriormente citadas, buscamos indígenas de notório conhecimento sobre os assuntos de que trata o presente trabalho nas TIs Guaimbé, Rancho Jacaré, Amambai, Takuara, Jarará e Jatayvary.

Em razão do desconforto e riscos inerentes ao ambiente do acampamento à beira de uma rodovia, as conversas iniciais com o grupo familiar da liderança Damiana Cavanha do Apyka'i, aconteceram em reuniões em salas da Faculdade de Direito - FADIR e na Coordenação Regional da FUNAI. Buscando uma maior segurança na interlocução com Damiana Cavanha, foi providenciada a participação de um tradutor, o indígena Kaiowá João Machado, servidor da FUNAI e morador da aldeia Bororó de Dourados. Em outras áreas indígenas, sempre que se fez necessário diante de um interlocutor com dificuldades de se expressar ou de compreender o português, outros elementos do grupo familiar puderam intermediar a comunicação.

Em seu trabalho de etnomapeamento, a geógrafa do GT Sandra Ayres Aparecida de Paula, elaborou três mapas referentes a espaços temporais de suas vivências territoriais: um mapa da memória do grupo sobre como era inicialmente o lugar do

tekoha Apyka'i, outro sobre a trajetória do grupo familiar Cário/Cavanha até a “entrada” no Apyka'i contendo a listagem das fazendas onde estiveram trabalhando como peões, em resposta à não acomodação compulsória nas reservas demarcadas pelo SPI. Um terceiro mapa trata da reconstituição dos vários pontos de ocupação e locais dos acampamentos, bem como áreas utilizadas para atividades tradicionais. Do relatório ambiental constam também mapas construídos pelos indígenas do Apyka'i em 2002, conforme consta do trabalho de Ruth Henrique da Silva, e outro em 2009, apresentado pela Geógrafa Juliana Mota.

I – PRIMEIRA PARTE - DADOS GERAIS

- a) Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígena(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
- b) pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
- c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios casuais, temporais e espaciais;

a).1 Origens e localização dos Guarani

Concepções de cunho difusionistas afirmavam que os Tupi expandiram-se pelas terras baixas através das matas da região entre Paraguai e sul da Bolívia. Esses grupos teriam vivido ali até o momento da “dispersão territorial Tupi”, ocorrida a partir da região entre o Paraguai e sul da Bolívia, local do “centro de origem” da dispersão Tupi (NOELLI, 1996).

Em 1886, Von Den Steinen, publica as conclusões do trabalho da primeira expedição à região do rio Xingu, primeiro a utilizar o termo “Tupi Guarani” para diferenciar um subgrupo dentre os *Tupi*. Concebia que o foco de origem dos *Tupi* eram as cabeceiras do Xingu.

Paul Ehrenreich que participara da primeira expedição ao Xingu de Von Den Steinen publica trabalho em 1891, colocando novamente os *Tupi* como tendo um “centro de origem”, entre o Paraguai, e o sul da Bolívia. Nas duas primeiras décadas do século XX, o debate sobre o “centro de origem” de dispersão dos *Tupi* e rotas migratórias não se sobrepõem às hipóteses anteriores mais citadas. (NOELLI, 1996).

Em 1928, Metraux publica “*A civilização material das tribos Tupi-Guarani*” e se envolve no debate sobre o “centro de origem” da dispersão dos *Tupi*, concluindo que tal “centro de origem” dos *Tupi* seria a região vizinha da Amazônia. A exemplo de Nimuendaju concebe que os movimentos migratórios Tupi Guarani seriam uma forma de reação à invasão e processo de colonização do continente pelos europeus. Afirma que a antiga divisão entre os Guarani e os outros *Tupi* “*deu-se por motivos de grandes migrações, que os dispersou em várias direções*”. METRAUX (1948, 69)

No final da década de 50 começa a chegar ao Brasil, o trabalho de Léon Cadogan. Sua principal obra “*Ayvy Rapyta*” é uma coletânea de textos míticos relacionados aos deslocamentos Guarani rumo ao leste. Debate as migrações históricas como tendo origens míticas e como sendo anteriores ao contato.

Hélène Clastres publica sua obra: “*Terra sem mal: O profetismo Tupi Guarani*”, em 1978. Seguindo Nimuendaju e Metraux, ela propõe que as migrações são de natureza intrínseca à cultura Guarani, portanto não reativa ao contato. Hélène Clastres trabalha com os relatos de Jesuítas, em especial os de Antonio Montoya e André de Thevet, os quais vão se referir aos movimentos de cisão dentro dos aldeamentos. Analisa o profetismo como resultante de uma tensão contraditória entre o político e o religioso.

Segundo Meliá (1990), a sociedade Guarani encontrava-se estruturada nos moldes sociais, linguísticos, cosmológicos e territoriais atuais, há pelo menos dois mil anos. A ocupação territorial não foi exclusiva no decorrer do tempo, havendo um afastamento linguístico e cultural marcante de seu passado histórico cultural amazônico, Tupi-Guarani. A cultura guarani é, portanto, muito antiga, e as práticas de ocupação territorial apresentam variações no tempo, de acordo com as especificidades culturais, mas que se mantém desde seu passado pré-histórico Tupi e Tupi-Guarani.

O Guarani contemporâneo tem origem "nos matos tropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná, do Alto Uruguai e a borda do planalto meridional brasileiro" (Schmitz 1979, 57). Foram encontrados em sítios arqueológicos elementos que revelam características distintivas do grupo étnico a partir do século V (anos 400 d.C), já claramente diferenciado dos outros grupos pertencentes ao tronco linguístico tupi-guarani.

As populações "proto Guarani" que deram origem aos Guarani (cf. Susnik 1979-80) realizaram intensos movimentos migratórios. Dados arqueológicos informam que já nos anos 1.000/1.200 a.C., expandindo-se ao sul a partir de regiões hoje localizadas no oeste brasileiro (cabeceira dos rios Araguaia, Xingu, Arinos, Paraguai), esses grupos indígenas ocuparam extensos territórios que hoje constituem partes do Sul e do Centro-Oeste brasileiro, do norte da Argentina e da Região Oriental do Paraguai (Cf. Smith, 1978; Susnik 1979-80).

Em épocas pré-colombianas, com a ausência de povoadores não indígenas, o ecossistema formado por florestas subtropicais favoráveis ao cultivo de roçados, a abundância de matas, aspectos demográficos e o relacionamento interétnico com outros grupos autóctones, interferiram diretamente na organização territorial dos Guarani históricos (Susnik 1979-80).

Nos momentos que antecederam a chegada do europeu, os Guarani estavam assentados em extensas florestas, espalhados em aglomerações macro familiares, por

terras compreendidas entre os Rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tiete-Anhemby, Uruguai, Jakui e afluentes, assim como no litoral do sul do país. (Susnik 1979-80).

Devido à sua localização, os Guarani estavam entre os primeiros povos contatados pelo conquistador espanhol e português. Cabeza de Vaca (1971:114-115), indo de Santa Catarina (atual Florianópolis) a Assunção em 1542, registra sua passagem pelos Rios Iguazu, Paraná, Tibagi, Piquiri. Não constituíam população compacta e homogênea, mas núcleos populacionais com especificidades e particularidades distintas (Thomaz de Almeida, 1991:1), subdivididos em "parcialidades" ou subgrupos diferenciados, mas com identidades que os tornavam pertencentes ao mesmo povo Guarani. (Susnik 1979-80; Azara 1969; Cabeça de Vaca: 1971).

a).2 Filiação cultural e linguística

A família Tupi-Guarani é falada em uma extensa faixa territorial. No século XVI encontraram-se línguas dessa família sendo faladas em praticamente toda a extensão do litoral oriental do Brasil, e também na bacia do rio Paraná. Atualmente é falada no Maranhão, nos estados do Pará, no Amapá, no Amazonas, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Goiás, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Fora do Brasil é encontrada na Guiana Francesa, na Venezuela, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Paraguai e na Argentina (RODRIGUES, 1986: 32).

Em contrapartida à enorme dispersão geográfica, é possível afirmar que as línguas da família Tupi-Guarani aparentam pouca diferenciação entre si, estando a demonstrar que essa enorme difusão comprova que seus antepassados realizaram um grande número de longas migrações.

Os Guarani contemporâneos são usualmente classificados em cinco subgrupos. Três destes habitam o território brasileiro, sendo reconhecidos principalmente de acordo com a classificação feita por Egon Schaden (1962), que os separou em Ñandeva, Kaiowá e Mbya. O vasto território atualmente ocupado pelos Guarani abrange o Paraguai oriental, o norte da Argentina, o interior do Uruguai, além de sete estados federativos brasileiros – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul. No Brasil, os Guarani foram classificados nos trabalhos de Egon Schaden (1962) em três subgrupos: Guarani-*Kaiowá* (ou *Pai-Tavyterã*); Guarani-*Nhandeva* (ou Guarani-*Txiripá*, ou *Ava-Guarani*, ou *Apapocuva*),

este último conforme Curt Nimuendaju (1987), e os Guarani-Mbya.

Os *Kaiowá* são também conhecidos como *Teiü* e *Tembekuá* e estão distribuídos num território que ocupa a região fronteira no Mato Grosso do Sul e no Paraguai Oriental. Os *Ñandéva* (os que somos nós, os que são dos nossos) se autodenominam Guarani. Gostam de usar expressões como *ñandevaekuére* (nossa gente), *Ñandéva eté* (é mesmo nossa gente), *txé Ñandéva até* (eu sou mesmo Guarani, um dos nossos). São chamados pelos *Mbya* de *Txiripá*. Os *Ñandéva* ocupam território mais ao sul, em áreas limítrofes do Mato Grosso, Paraná e Paraguai e, ainda, no interior e litoral de São Paulo.

O idioma Guarani, sobretudo o dialeto Mbya foi objeto de vários estudos linguísticos, tendo sido documentado, desde a gramática e o vocabulário escritos pelo Padre Ruiz de Montoya no século XVII ([1639 e 1640]1876). Representa um fundamento de identificação individual, pois na sua concepção de pessoa, o sujeito se faz através de sua palavra (Melià, 1995), como também coletiva, sendo a língua salvaguardada através da transmissão oral, desafiando séculos de colonização. O idioma é praticado nos gêneros cotidiano e ritual, sendo este último reservado à casa de reza (*opy*) e definido como o *ayvu porã* (as belas palavras), que se diferencia da língua cotidiana, pelo uso de recursos de inspiração poético-religiosa. Em grande maioria, os Guarani são bilíngues ou multilíngues, incluindo o domínio da língua oficial dos estados nacionais onde vivem.

De acordo com dados do Censo de 2022, recém divulgados pelo IBGE, a população guarani em território brasileiro é composta de 92.862 pessoas, sendo que dessas, a maioria são da etnia Guarani Kaiowá, totalizando 50.034 pessoas. A grande maioria dos Guarani Kaiowá residem no Mato Grosso do Sul, com 44.575 pessoas, ainda segundo dados do Censo. Ao todo, o estado do Mato Grosso do Sul possuía 58.457 indígenas guarani no ano de 2022.

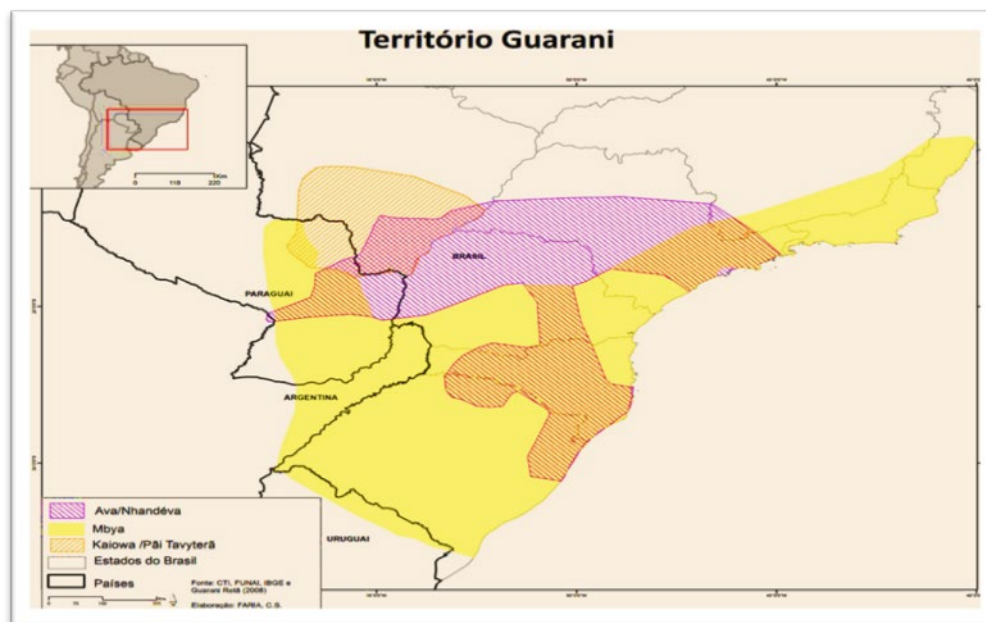
Tabela 1- Distribuição da população Guarani no Brasil por Estado

Tabela 10395 - Pessoas indígenas, por sexo e grupos de idade, segundo etnia, povo ou grupo indígena a que pertence e declaração da etnia como única ou dupla, localização e situação do domicílio							
Variável - Pessoas indígenas (Pessoas)							
Brasil e Unidade da Federação	Ano x Etnia						
	2022						
	84. Guarani	84.1. Avá-Guarani	84.2. Guarani	84.3. Guarani Kaiowá	84.4. Guarani Mbya	84.5. Guarani Nhandeva	84.6. Tupi-Guarani
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Brasil	92862	3683	17795	50034	9373	7146	4998
Rondônia	125	-	48	40	2	3	33

Acre	14		4	2	5		3
Amazonas	431		125	123	7	2	174
Roraima	24		7	2	2	1	12
Pará	346	2	146	88	30	5	76
Amapá	20		1	10			9
Tocantins	111		68	21	15		7
Maranhão	290	3	140	120	2	4	22
Piauí	90		24	42	4		22
Ceará	343	1	129	91	5		117
Rio Grande do Norte	158		47	45	2	1	63
Paraíba	166		64	58	2		42
Pernambuco	249		71	89	3	3	84
Alagoas	57		15	21	4		20
Sergipe	67		29	22			16
Bahia	2473	8	965	643	29	11	825
Minas Gerais	727	3	274	227	13	9	205
Espírito Santo	1341	99	806	194	102	18	128
Rio de Janeiro	1787	3	460	355	653	43	278
São Paulo	8611	60	1957	1031	3359	332	1903
Paraná	8147	3388	2011	753	1121	645	254
Santa Catarina	3227	5	1173	422	1405	49	190
Rio Grande do Sul	4642	17	1342	681	2391	31	187
Mato Grosso do Sul	58457	90	7583	44575	177	5968	114
Mato Grosso	219		74	82	5	15	43
Goiás	579	1	180	241	31	4	126
Distrito Federal	161	3	52	56	4	2	45
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10395)							

O convívio e a coabitação entre as diferentes parcialidades Guarani foram identificados desde o início do século XX, pelo padre Franz Müller (MÜLLER, 1989 [1934]). Etnografias contemporâneas sobre diversas parcialidades Guarani têm demonstrado como os laços de afinidade e parentesco e as alianças políticas e econômicas produzem uma diluição de diferenças grupais, sem que, no entanto, estas deixem de existir (BARTOLOMÉ, 2008, MELLO, 2006, OLIVEIRA, 2011, PIMENTEL *et al.* 2010, PEREIRA, 2004, PIMENTEL, 2012, entre outros). Dessa forma, é possível delinear, na atualidade, áreas de ocupação prioritária das parcialidades Guarani existentes. Neste sentido, o território atual dos Ñandeva compreende a região sul dos rios Jejuí Guasu, Corrientes e Acaray, no Paraguai, além de, no Brasil, as margens do Rio Paraná e sua confluência com o Rio Iguaçu, onde faz divisa com o território Mbya, e, ao norte, com o Rio Iguatemi e seus afluentes, alcançando áreas de

ocupação prioritária dos Kaiowa, no estado do Mato Grosso do Sul. Para além da região da Tríplice Fronteira, os territórios Avá-Guarani/Ñandeva e Mbya se sobrepõem também no litoral e no interior dos estados do sul e sudeste do Brasil.



Mapa 1 - Localização geográfica dos três grupos Guarani contemporâneos que habitam o território brasileiro.

Segundo Antonio Brand (1993), o subgrupo Kaiowá tem tal denominação no Brasil, sendo Pãi-Tavyterã no Paraguai. O território desse subgrupo está localizado na região oriental do Paraguai e na região da Grande Dourados, no Brasil. É dividido ao meio pela linha de fronteira seca que divide os dois países. Por região da Grande Dourados é englobada toda a região sul do Mato Grosso do Sul, a partir dos municípios de Rio Brillhante, Dourados, Antonio João, Novo Mundo e Sete Quedas, onde se localizam as aldeias guarani.

O território tradicional Kaiowá, segundo Melià, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG (1976:217) estendia-se, ao Norte, até os rios Apa e Dourados e, ao Sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejuí, chegando a uma extensão Este-Oeste de aproximadamente 100 km, em ambos os lados da Serra de Amambai abrangendo uma extensão de terra de aproximadamente 40 mil km², dividida pela fronteira Brasil/Paraguai. (Idem: 1997).

Pesquisas arqueológicas, como as de autoria de Brochado (1982) e de Noeli (1993), informam como os ancestrais dos atuais Kaiowá e Guarani, ainda no período pré-colonial, imprimiam suas especificidades culturais aos espaços por eles ocupados. Com base nos dados apresentados por esses estudos citados pode-se afirmar que estas

etnias, permanecem reivindicando a demarcação de suas terras nos mesmos espaços que ocupavam desde o período anterior à conquista colonial. Sobre o período histórico recente, destacam-se os estudos de Melià, Cadogan, Nimuendaju, Susnik, Schaden, e as dissertações e teses de Thomás de Almeida (1991), Brand (1993 e 1997), Pereira (1999 e 2004), Cavalcante (2013), entre outros.

Os grupos étnicos conhecidos em Mato Grosso do Sul como Kaiowá e Guarani ocupam, no momento atual, pequenas áreas situadas em uma faixa de terra de cada lado da região de fronteira do Brasil com o Paraguai, onde os Kaiowá são denominados Pãi Tavyterã e os Guarani são denominados de Ava Chiripá. A literatura produzida por antropólogos, historiadores, linguistas, etc, costuma designar estes três grupos étnicos pelos nomes atribuídos aos seus dialetos linguísticos, ou designá-los pelo rótulo genérico de “Guarani”. Entretanto, em Mato Grosso do Sul, somente o grupo étnico falante do dialeto Ñandeva se autodenomina e é denominado como Guarani, enquanto os Kaiowá não aceitam tal denominação.

Em *Pai-Tavyterã: etnografia guarani del Paraguay Contemporáneo*, (MELIÀ, GRÜNBERG & GRÜNBERG, 2008), os autores argumentam que estes “índios desconhecidos” demonstram ter vivido um processo colonial que impactou o seu modo de ser e viver, que acentua a especificidades dos grupos atuais falantes do guarani. Estes autores apontam que estas denominações registradas em diferentes momentos do período colonial como Itatim, Caaguá e Montese, sugerem três períodos a respeito da história do contato do grupo, que podem auxiliar na compreensão da denominação e da localização atual dos Kaiowá no Brasil.

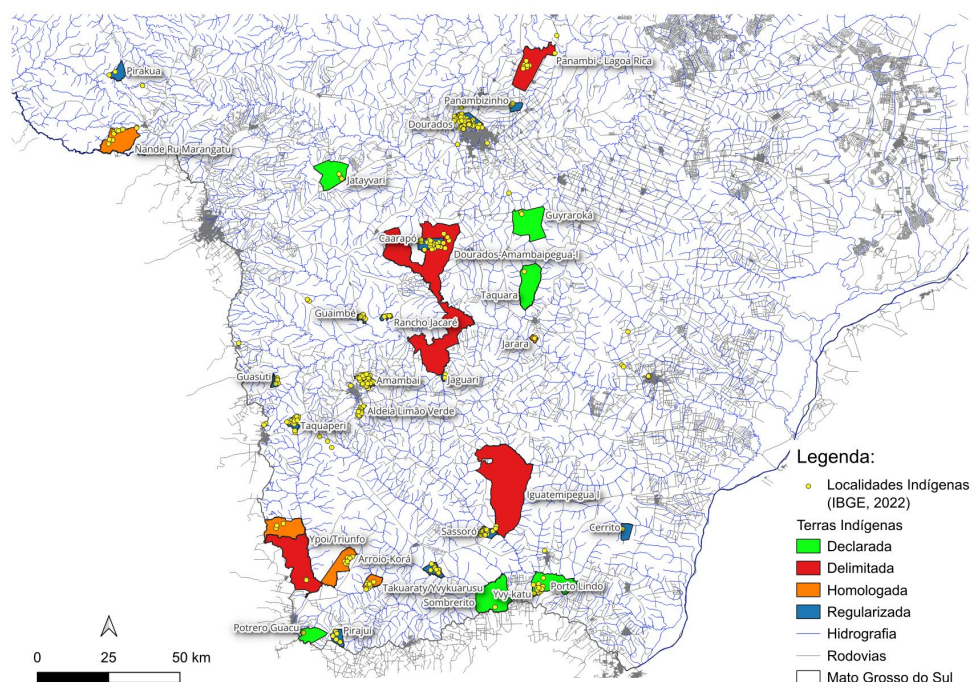
Os Kaiowá, Mbya e Guarani (chamados também de Ñandeva que no MS se reconhecem apenas como Guarani), além da similaridade linguística, compartilham várias características de suas organizações sociais e sistemas cosmológicos, mas fazem questão de se identificarem como grupos étnicos distintos.

Tanto Monteiro (2003, p. 19), quanto Melià *et al.* (2008, p. 33), afirmam que devemos entender a denominação Kaiowá enquanto um grupo de povos falantes de guarani, que teriam evitado o contato ao longo dos séculos XVII até meados do XIX, indo habitar as regiões de matas densas e cabeceiras de rios. Fontes históricas apontam muitas denominações encontradas para se referir ao grupo: Caaguá, Ka’aguá, Kajdová ou Kaiowá, que significam “habitantes de la selva o del monte” (MELIÀ *et al.*, 2008, p. 33).

O território narrado e descrito por viajantes, cronistas e agentes coloniais, se analisado através de critérios históricos e geográficos (mobilidade e deslocamentos), indica como os Kaiowá viveram diferentes processos de territorialização. Entretanto sua localização permanece até os dias atuais dentro do seu território tradicional, denominado *ñande retã*. A descrição deste território foi realizada por Melià, Grunberg e Grunberg (2008), que apontam que entre as parcialidades, os Kaiowá são os que melhor definem seu território tradicional.

Los Paí o Kaiowa mantienen hasta hoy como único grupo guarani la noción de su próprio territorio que se extiende al Norte hasta los ríos Apa y Dourados (Pirajúy) y al Sur hasta la sierra de Mbaracaju y los afluentes del río Jejuí. Su extensión Este-Oeste va unos 100 km a ambos lados de la cordillera del Amambay (la línea fronteriza entre Paraguay y Brasil) que incluye todos os afluentes de los ríos Apa, Aquidaban (Mberyvo), Ypané, Arroyo Guasú (Yete), Aguaray e Itanarã del lado paraguayo y los ríos Dourados (Pirajúy), Amambái e Ygatimí del lado brasileño (...) el territorio pai/kaiowa al Norte linda con los indígenas Terena (grupo lingüístico arawak), al este y Sur con los Guaranies Mbyá (*idem*, p. 129)

Justamente o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul apresenta hoje a maior população Guarani do Brasil. São aproximadamente 58.000 pessoas que pertencem às etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Avá-Guarani, Tupi-Guarani, Guarani (IBGE, 2022) e estão distribuídos em mais de 60 áreas, com tamanhos variados e em diferentes condições de regularização fundiária (demarcadas, identificadas, ou mobilização em acampamentos), de acordo com dados sobre as localidades indígenas do Censo de 2022 (IBGE, 2022).



Mapa 2 - Terras indígenas Kaiowá e guarani no MS.

Com a expropriação de seus territórios originais, inúmeros deslocamentos foram impulsionados, no decorrer dos últimos séculos, situação a comprovar a recuperação de espaços perdidos por antepassados dos grupos atuais. Na condição de povo transnacional, com território definido, superando limites dos Estados nacionais, que se sobrepuseram ao território tradicional Guarani, destacam-se as vivências dos antepassados ocorridas em determinado lugar como critério de pertencimento territorial.

a).3 Os guarani e a conquista europeia

Os Guarani enfrentaram profundas adversidades com o processo colonizatório, o qual representou significativas modificações em sua organização territorial, nas atividades tradicionais por eles desenvolvidas, além de suas estratégias de domínio sobre suas terras de ocupação.

À época da chegada dos europeus os grupos guarani apresentavam uma população estimada em cerca de mais de 2.000.000 de pessoas e ocupavam extensos territórios (Melià 1986, Noelli 2004). Nos três séculos que se seguiram após a chegada do europeu, os Guarani enfrentaram a atuação cristianizadora dos jesuítas, e a sujeição como mão-de-obra demandada por *encomenderos* espanhóis e por bandeirantes portugueses.

O regime colonial baseado nas *encomiendas* orientava-se pela ocupação territorial de lugares estratégicos para a implantação de atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos para a colônia, as quais requeriam um contingente elevado de mão-de-obra, no caso, utilizando a força de trabalho indígena.

Inicialmente, as atividades econômicas do regime colonial baseado nas *encomiendas* limitavam-se à produção dos bens necessários à manutenção dos *encomenderos*, e, posteriormente foram introduzidas a pecuária e a exploração dos ervais, atividades que provocaram numerosas rebeliões dos indígenas (Susnik 1979-80: 71). De acordo com Melià (1986: 31), segundo documentação histórica, ocorreram nada menos que 25 revoltas dos Guarani contra os espanhóis, no período entre 1537 e 1616.

Os jesuítas procuraram implementar o modelo das reduções para a consecução de seus propósitos de evangelização, pois concentrar os índios nas estruturas das reduções permitia um melhor controle sobre o grupo. (Melià 1986). As estruturas das missões jesuíticas apresentavam as características dos povoados e das cidades europeias, com uma praça central, frente a qual se erguia uma igreja, sendo que em seu

entorno distribuíam-se as residências destinadas aos evangelizados (Gutiérrez 1974: 127-28). As habitações mantinham a estrutura formal das casas comunais indígenas, sendo muito compridas, com divisões internas, formando espaços íntimos que eram destinados às famílias conjugais.

Além da divulgação dos preceitos do evangelho, a ação jesuítica nas reduções dirigia-se ao desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para a produção e estocagem de alimentos, onde os indígenas também eram submetidos a um ritmo de trabalho diferenciado daqueles tradicionalmente desempenhados. A construção das edificações das reduções à moda europeia requeria ofícios braçais como ferreiros, carpinteiros, pedreiros que eram atribuição repassada aos indígenas. De igual forma como acontecia com o regime das *encomiendas*, a rebelião foi a alternativa encontrada por muitos Guarani. (MURA: 2006:58)

As reduções representaram um importante instrumento contra a lógica da *encomienda*, como afirma Melià: “*las reducciones de Guaranies nacieron a partir de la situación de encomienda, y fueron la anti-encomienda; y los colonos lo comprendieron así desde el primer momento*” (Melià 1986: 119).

Por outro lado, as reduções jesuíticas não ofereceram proteção contra os caçadores de escravos ao concentrar grandes contingentes de famílias guarani, situação propícia para que os caçadores conseguissem seus intentos utilizando o poder de fogo e contando com o auxílio de outros grupos étnicos.

Contrapondo a estrutura colonial baseada no regime da *encomienda*, os jesuítas sofreram quatro expulsões dos espaços territoriais que estavam sob a jurisdição da coroa espanhola, até que em 1767 foram definitivamente afastados. (Melià, 1986: 119).

As bandeiras paulistas partiam da cidade de São Vicente à procura da mão-de-obra escrava encontrada entre os índios. Conforme afirma Thomaz de Almeida (2000), o impacto das bandeiras sobre os espaços ocupados pelos Guarani foi rápido e devastador.

As reduções jesuíticas foram os alvos preferenciais das bandeiras, cujo impacto dessas incursões foi documentado por Melià (1986: 86) sobre os índios capturados pelos bandeirantes nas reduções jesuíticas do Guairá que eram estimados em torno dos trinta mil, sendo que outros doze mil tiveram que fugir para não serem escravizados. Segundo informa o governador de Buenos Aires, Pedro Esteban Dávila, em carta dirigida ao rei, mais de sessenta mil pessoas teriam sido trazidas pelos bandeirantes para São Paulo e Rio de Janeiro, sem calcular os prováveis quinze mil mortos deixados para trás durante as incursões militares.

Ao Leste, os guarani enfrentaram as pressões bélicas dos bandeirantes e a oeste dos Mbayá-Guaicurú, as duas principais causas que levaram grandes contingentes de índios do Itatim a migrarem em direção ao sul, indo além dos rios Apa e Brilhante-Ivinheima, assentando-se no cone sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e no Paraguai Oriental, regiões estas consideradas na época colonial como pertencentes à província do Guairá.

a).4 Os guarani e as expedições encomendadas pelo Barão de Antonina

A exploração de pedras e metais preciosos no Mato Grosso passa a ser alvo dos empreendimentos da coroa ao final do século XVII, e a colônia portuguesa diminui interesse pela mão-de-obra indígena. (Mura & Thomaz de Almeida 2002: 11). As minas objeto de tal interesse pelos portugueses resultaram em benefício da preservação de amplos territórios guarani que ficaram praticamente inexplorados, especialmente a região do atual cone sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Os diários das viagens realizadas em 1752, para a redefinição dos limites territoriais entre as duas metrópoles (Espanha e Portugal), decorrentes do Tratado de Madrid (1750) fornecem as primeiras informações relativas a esses índios. Novos registros vão reaparecer através das expedições encomendadas pelo Barão de Antonina com o objetivo de encontrar uma rota apropriada que comunicasse Mato Grosso com o Paraná. Segue a descrição feita pelo encarregado João Enrique Elliot, sobre um encontro com os Guarani ocorrido em 1848:

“(...) oito leguas abaixo da barra do Vaccaria com o Avinheima, encontrámos muitos vestígios de índios na margem direita: n’este mesmo dia, dobrando uma volta, os avistámos de repente lavando-se no Rio: Seriam cincoenta, e correram para o mato da barranca, ficando alguns mais corajosos por verem somente uma canôa com quatro pessoas dentro. Confiados na fortuna que nos têm seguido passo a passo em todas estas explorações, nos aproximámos à praia, e saltando em terra os abraçámos, e os brindámos com mantimentos, muitos anzóes, facas e alguma roupa que trazíamos de resto. Eram Caiuás da mesma família d’aquelles que encontrámos nas margens do Rio Ivahy em 1845, tinham o labio inferior furado, e traziam dentro do orificio um batoque de rezina, que á primeira vista [parecia] alambre, cobriam as partes que o pudor manda esconder com panno de algodão grosso; os cabellos eram compridos e amarrados para traz (...) Fallei algumas palavras de língua guarany, e entenderam-me perfeitamente (...) Estes índios pareciam de boa índole, fáceis de reduzir, e podem ser muito úteis aos navegantes: resta que o governo dê boas providencias a respeito, para que os não hostilise, matando uns, captivando outros, e affugentando o resto.” (Elliot 1848: 173).

Dois anos depois, em outra expedição encomendada pelo Barão de Antonina, sob o comando de Joaquim Francisco Lopes, o qual fornece mais informações sobre os índios contatados:

“(…)Chegamos emfim ao aldeamento, impropriamente assim chamado, porque as casas acham-se disseminadas e como por bairros. Entramos em um rancho coberto de folhas de caetê, sendo outros cobertos de folhas de jerivá. A aldêa é collocada entre as suas roças ou lavouras, que abundam especialmente em milho, mandioca, abobora, batatas, amendoins, jucutupé, carás, tingas, fumo, algodão, o que é tudo plantado em ordem; e toda época é própria fora a sementeira (...) (...) os terrenos que habitam vão até o Iguatemi junto à Serra de Maracajú, que tem d’aqui um caminho por terra que vai ao Paraná, ao qual se deve seguir sempre pela terra firme e boa, desviando os pantanos; pela margem do Ivinheima tem muitos capinzaes, e que d’aqui em quatro dias se sahe n’uma grande agua, mas que encontrando por ahi os indios cavalleiros, de quem se temem e com quem têm guerra aberta, não têm ido lá mais vezes”. (Lopes 1850: 320-321).

Quase duas décadas após 1848 houve uma iniciativa para formação de um aldeamento indígena missionário organizado na confluência do rio Santa Maria com o rio Brillhante, numa das regiões mais povoadas pelos Kaiowá, tendo sido convocado em 1863, o frei capuchinho Ângelo de Caramonico para atrair para este aldeamento os Kaiowá e Ñandeva. Tal aldeamento prosseguiu até 1869, quando vigorava o confronto bélico entre Brasil e Paraguai, ocorrendo incursões do exército paraguaio que levaram os índios a retornarem para as matas da região.

Em maio de 1861 é instalada a Colônia Militar de Dourados, às margens do Rio Dourados, próximo à atual cidade de Ponta Porã, criada pelo Decreto Lei nº 1754 de 1856. A colônia era oficialmente destinada a auxiliar a navegação interior e a defesa dos moradores contra os índios, até a fronteira do rio Iguatemi e do rio Apa, e também visava sua catequização e civilização.

O relativo isolamento de parte importante da atual região da Grande Dourados é alterado com a guerra do Paraguai iniciada por Solano Lopes em 1864, o qual veio a falecer em pleno território Kaiowa de Cerro Corá em 1870. Após o término da guerra, grande parte de ex-combatentes optam por permanecer na região, especialmente os paraguaios, retornando também os pecuaristas que haviam fugido durante o conflito.

Conforme citação de Mura (2006: 47), em 1870, permaneciam como território dos índios: *“as matas ao longo do Invinhema, do Brillhante, do Dourados, do Pardo, vistas apenas como território dos índios, e as terras ao sul do Invinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Tomas laranjeiras”*. (Apud Campestrini, Guimarães: 1991,

p. 92, Brand: 1993: 47)

Em 1869 chega-se ao fim do conflito entre Paraguai e Brasil, inaugurando um novo período, caracterizado por uma relativa estabilidade territorial nos espaços do atual Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, esses espaços foram definitivamente incluídos no território brasileiro, sujeitos às regras da soberania nacional.

Após o fim da guerra do Paraguai/Brasil, o aldeamento estabelecido na confluência do rio Santa Maria e rio Brilhante não foi reconstituído, e os interesses do Império a respeito dos índios continuaram voltados para estabelecer atividade missionária e empreendimento econômico, utilizando sua mão-de-obra para tal. (MURA: 2006; 63).

O resultado da conquista europeia sobre os Guarani refletiu diretamente na redução da população e da sua própria presença em amplos espaços territoriais por eles ocupados. As informações sobre a presença desses índios no Cone Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul tornaram-se mais precisas a partir da segunda metade do século XIX, mas ainda fragmentárias e imprecisas sobre os domínios territoriais dos povos, que já eram identificados como sendo Kaiowá e Guarani (Ñandeva), por parte de viajantes e missionários.

Com o encerramento das ações dos bandeirantes e dos jesuítas, os indígenas residentes nessa região permaneceram por mais de duzentos anos (meados do século XVII até a segunda metade do século XIX) quase ignorados pelas ações das coroas espanhola e portuguesa e pelos estados brasileiro e paraguaio. Provavelmente a diminuição demográfica e dos espaços territoriais à disposição dos indígenas implicaram em uma mudança radical na organização e no desenvolvimento das atividades bélicas, chegando a afetar tradições rituais e composição das famílias extensas. (MURA: 2006; 68).

a). 5 A exploração da erva mate pela Cia. Matte Larangeira

Encerrado o conflito entre o Brasil e o Paraguai e com as fronteiras entre os dois países redefinidas, extensos ervais foram liberados para a exploração, mais especificamente naqueles espaços ocupados pelos Kaiowá e Ñandeva. Duas grandes companhias passaram a explorar sistematicamente esses ervais, a Industrial Paraguaya no Paraguai e a Cia. Matte Larangeira no Brasil que inicia suas atividades através de

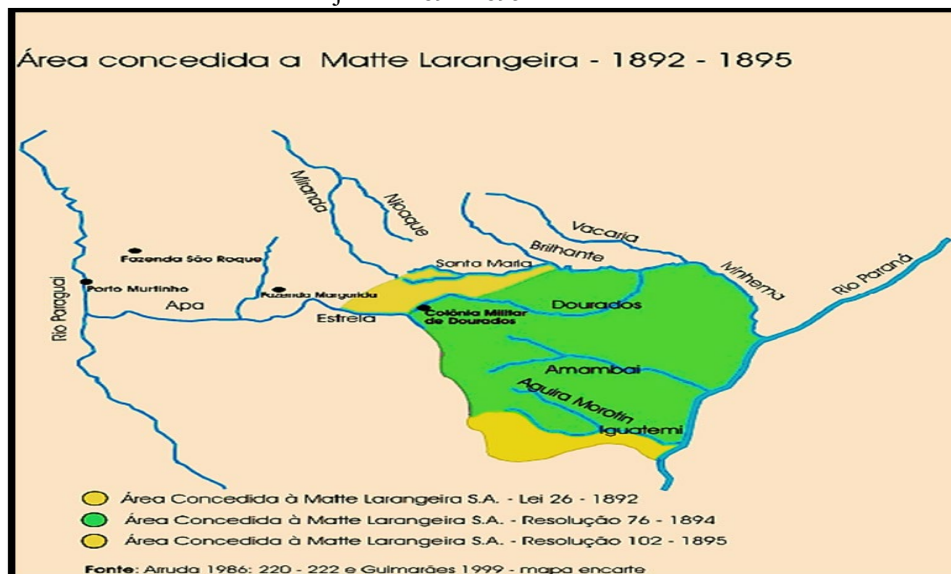
concessões que lhe garantiam direitos exclusivos sobre enormes espaços territoriais, as quais foram fornecidas pelo governo da Província de Mato Grosso, (Corrêa Filho 1969, Thomaz de Almeida 1991, Brand 1997, 2001, Arruda 1986).

Através do decreto nº 8799, de 09 de setembro de 1882, o governo arrendou as terras ao longo da fronteira com o Paraguai a Tomás Laranjeiras, para a exploração da erva mate. Um ano após, Thomás funda a Cia Mate Laranjeiras e vai gradativamente ampliando sua área de arrendamento. Estas concessões feitas à Cia Matte Laranjeiras atingem diretamente o território Kaiowa, passando estes a se engajarem como trabalhadores nos ervais em regime de extrema dureza, sendo que muitos perderam a própria vida. (MURA: 2006: 48)

Mapa 3 - Ervais nativos em Mato Grosso.



Mapa 3 - Área concedida a Matte Laranjeira – 1892-1895



Em poucas décadas, a Cia. Matte Laranjeiras construiu infraestrutura apropriada para a extração, elaboração, estocagem e escoamento da erva. Para tanto, edificou portos, rodovias e até ferrovias, destinadas ao transporte da erva mate. (Corrêa Filho 1969, Arruda 1986, Serejo 1986). Nesses espaços não havia lugar para a ação missionária, mas um sistema de trabalho que envolveu quase a totalidade dos Kaiowa e Ñandeva que ali residiam.

Os dados históricos são pouco claros sobre o contingente de indivíduos que foram engajados nas diferentes fases do trabalho durante o período em que a Companhia esteve atuando. Arruda (1986) afirma em cerca de três mil trabalhadores, enquanto que Serejo (1986, apud Mura: 2006: 75) informa sobre um total de dezoito mil.

O ciclo da extração da erva representou uma nova modalidade de relação entre esses indígenas e os “brancos” nessa região, configurando-se de forma contínua com implicações significativas para os Guarani, os quais se engajavam como trabalhadores na função de “mineiro”, atividade dedicada à extração e ao primeiro transporte da erva a pé.

As condições de trabalho nos ervais não eram favoráveis, pois autores como Arruda (1986) e Brand (1997) mencionam o fato dos trabalhadores serem comumente mantidos à força, através do esquema do “barracão”, sistema que consiste no adiantamento de dinheiro e mercadorias para gerar dívida e vínculo difícil de ser desfeito. Relatos dos Kaiowá e dos Ñandeva de casos de violência durante o trabalho nos ervais foram recolhidos por Brand (1997).

A Cia Matte Laranjeiras explorava mão de obra indígena e interferia em seu habitat, mas impedia a penetração de colonizadores, significando também uma proteção sobre o território Kaiowá. Thomás Laranjeiras solicita a renovação dos arrendamentos para sua companhia em 1912 e encontra forte oposição por parte dos migrantes. Consegue renovação para um milhão e quatrocentos e quarenta mil hectares, através da lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. Esta mesma lei libera a venda para terceiros em um número de até dois lotes não superiores a três mil e seiscentos hectares. Com a perda do monopólio da Cia Matte Laranjeiras foi intensificada a ação dos colonizadores, embora persistisse o domínio da companhia até 1943. (BRAND: 1993; 52)

A Cia. Mate Laranjeira atingiu o auge de sua produtividade na década de 1920, e também adquiria parte significativa da erva mate coletada de pequenos produtores independentes, os quais vinham se fortificando com a distribuição de lotes de 3600 ha

colocados à venda, a partir de 1927, pelo governo do estado de Mato Grosso, (Arruda 1986).

Através da Resolução Nº 930 de 16 de julho de 1925, em seus primeiros três artigos que ficou estabelecida, desde janeiro de 1927, a venda em lotes de 3.600 hectares e contendo a condição de que cada requerente não poderia adquirir mais que dois lotes daquela extensão estabelecida.

Segundo dados dos estudos de Brand (1993:53), Dourados foi elevada à categoria de município em 1935, e com o apoio de então governador, a companhia logra novamente conter a entrada de colonizadores. Um recenseamento de 1940, na região, apontou Dourados com 15.053 habitantes e densidade 0,76 hab/km². Outro levantamento, quatorze anos depois, registra Dourados com 22.834 habitantes e densidade de 1,458 hab/km².

De 1905 a 1947 é construída a ferrovia Noroeste, que integra Campo Grande e Ponta Porã a São Paulo. Os objetivos da estrada de ferro foram os de ocupação e defesa das fronteiras e permitir a entrada de migrantes, e a exportação dos produtos.

Em 1943 o então presidente Getúlio Vargas cria o território Federal de Ponta Porã e são cancelados os direitos da Cia Mate Laranjeiras. O Território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Os objetivos eram povoar regiões distantes e fortalecer segurança nacional. O Território Federal foi extinto pela Constituição de 1946.

Em 7 de julho de 1924 é criada uma lei que autoriza o governo do estado do Mato Grosso a arrendar, em concorrência pública, a área de um milhão de hectares de terras ervateiras, consideradas de propriedade do estado.

Em período ainda da vigência do domínio da Cia. Matte Laranjeiras, o governo federal demarca os primeiros aldeamentos para os índios Nandeva e Kaiowa na região da Grande Dourados com extensão que não ultrapassasse o tamanho dos lotes estabelecidos na lei nº 725, de 1915. É também de 1943 a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (BRAND: 1997:54)

a).6 O esbulho das terras guarani e o aldeamento compulsório

As colônias agrícolas nacionais (CAN) integravam a política da “marcha para o oeste”, buscando incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos

necessários à industrialização, a preços baixos. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAN), através do Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, abarcava uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã, não inferior a 300.000 ha. No entanto, somente em julho de 1948, o Governo federal demarcou a área, sendo os trabalhos concluídos após 13 anos, sendo encontrado um total de 409.000ha de terra. Portanto, com um excedente de 109.000 ha referente à área do Decreto, e, posteriormente, o estado do Mato Grosso reduziu a área da Colônia para 267.000 ha.

De 1943 a 1950 foram distribuídos 1000 lotes de 30 ha cada, sendo beneficiados especialmente lavradores nordestinos. A criação da Colônia trouxe para os Kaiowá problemas bem diversos daqueles criados com a Cia Matte Laranjeiras, a qual se interessava somente pelos ervais nativos localizados dentro da terra dos Kaiowá, e pela mão de obra necessária para exploração da mesma erva. Passaram ao confronto com colonos em busca de propriedades, portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAN foi imediato e total, pois a CAN atingiu diretamente uma série de tekoha Kaiowá, em especial Panambi e Panambzinho. (BRAND: 1997:78)

Uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de suas terras inicia-se com a implantação da colônia em áreas de aldeias Kaiowá. Negavam-se a deixar estas terras que foram vendidas aos colonos pelo governo. Estes colonos buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou de meios escusos.

Após a Cia. Matte Laranjeiras perder os direitos exclusivos sobre os ervais a partir das primeiras décadas do século XX, espaços para a colonização da faixa de fronteira são abertos, possibilitando que colonos procedentes do sul do país fossem ocupar porções de terras de domínio dos índios. Juntando-se aos colonos vindos do Sul, ex-funcionários da Cia. passaram a explorar os ervais por conta própria, requerendo do governo de Mato Grosso títulos e concessões. O Estado brasileiro participou ativamente desse processo, através da atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com suas práticas de confinar os indígenas em espaços exíguos, assim liberando assim terras para a colonização do interior do país.

O SPI criou oito áreas indígenas no período de 1915 a 1928, todas com extensões que não ultrapassaram os 3600 ha, sendo duas em territórios Nandeva e seis Kaiowá, ficando suas terras de ocupação tradicional liberadas para o processo de colonização.

A reserva de Amambai foi a primeira a ser criada em 1915, tornando-se de imediato em Posto Indígena. Embora a extensão a ser demarcada fosse estipulada com 3.600 ha, resultou em apenas 2429 ha, devido a negociações realizadas pelo SPI com posseiros locais. Somente a segunda e a terceira – respectivamente Dourados (de 1917) e Caarapó (de 1924), conseguiram preservar a superfície padronizada. Em vista das extensas reduzidas das reservas instituídas, o funcionário do SPI Pimentel Barboza, em 1923, denuncia à 5ª Inspetoria Regional a necessidade urgente de serem encontradas outras terras para os índios Kaiowá e Ñandeva. (Pimentel Barboza, 1923).

Por recomendação do Inspetor Estigarribia, em 1927, o próprio Pimentel Barboza iniciou uma viagem pelo cone sul do atual MS, com o objetivo específico de encontrar outras áreas a serem reservadas para os Kaiowá e Ñandeva. Naquela ocasião foram identificadas por Pimentel outras cinco áreas destinadas pelo SPI aos índios em 1928, com a referida superfície padrão de 3.660 ha. Mas, durante a demarcação, todas as cinco áreas foram reduzidas em suas dimensões. (BRAND: 1997; 83)

O aldeamento dos indígenas em reservas tinha por propósito liberar espaços para colonos e ao mesmo tempo controlá-los visando sua submissão às lógicas de desenvolvimento conforme ideologia positivista do órgão, que concebia o estilo de vida indígena destinado a desaparecer à medida que fossem integrados à estrutura produtiva do Estado como trabalhadores nacionais.

Com o propósito de conduzir os indígenas a serem assimilados à sociedade ocidental, as reservas criadas teriam a funcionalidade adequada com estruturas burocráticas de administração e representação política. Também na direção da “integração” passaram a atuar algumas missões religiosas a partir de 1928 instalando-se nas proximidades dessas unidades administrativas do Estado, com o propósito de evangelização.

Para atrair os indígenas e fixá-los nas aldeias instituídas pelo SPI, assim contribuindo com uma política determinada pelo Estado, as missões evangélicas não se limitavam a divulgar o evangelho inserindo trabalhos na área de saúde e de educação. Segundo Brand (1997: 84), a Missão Evangélica Caiuá (MEC), iniciou a sua atuação unindo os esforços das congregações protestantes americanas das igrejas presbiteriana e metodista.

Provavelmente foi após a década de 1920 que se iniciou a mudança no panorama das atividades e da organização territorial na região, em razão da diversificação das atividades desenvolvidas pelos colonos, que iam gradativamente ocupando as terras no

sul do estado, imprimindo novas formas de relacionamento com os indígenas. De um lado, os que trabalhavam na extração da erva continuaram a se suprir da mão-de-obra indígena, enquanto aqueles que se dedicavam à criação de gado pretendiam que o SPI retirasse os indígenas dos locais onde tinham conseguido o domínio da área.

A grande maioria dos indígenas pôde continuar habitando as densas florestas que dominavam a paisagem até a década de 1950, pois os espaços dedicados à pecuária eram ainda restritos, representando apenas pequenas frações das fazendas, que progressivamente se instalavam na região.

Várias famílias indígenas foram sendo paulatinamente “aldeadas” nas reservas, através da ação do SPI, na década de 1960, quando travavam conflitos pontuais com fazendeiros, que os encontravam nos “fundos” das fazendas durante a derrubada das matas para introdução da pecuária, as quais iam se implantando de forma mais intensiva. (Idem: 85)

Na região denominada de “Grande Dourados” (entre os rios Brilhante e Dourados), um dos espaços mais povoados pelos Kaiowa, o Governo Federal havia criado, em 1941, uma Colônia Agrícola Nacional, com o intento de favorecer a colonização dessa região para torná-la produtiva, segundo as intenções de Getúlio Vargas durante o “Estado Novo” (Brand 1997: 73). Tal projeto gerou um extenso loteamento desses amplos espaços territoriais, levando muitos índios a serem “aldeados” na vizinha reserva de Dourados.

O processo de aldeamento se faz mais intenso em toda a região a partir de meados dos anos 60 até final dos 70, quando a ocupação do cone sul do Mato Grosso do Sul se fez mais persistente, levando a um sistemático desmatamento da região. Os índios passaram a ser explorados como mão-de-obra para derrubar as florestas, sendo que, finalizada a empreitada, as famílias indígenas eram, em sua maioria, expulsas e conduzidas às oito reservas instituídas pelo SPI. Durante a década de 1970 a FUNAI registrou um aumento considerável da população dessas áreas reservadas, chegando-se à duplicação dos números em apenas um ano, comprovando, dessa forma, o processo de “aldeamento”.

a).7 O Serviço de Proteção aos Índios

O Decreto Estadual nº 404, de 10.09.1915 cria a primeira reserva que foi a de Amambai com os 3600 ha, mas antes de sua medição, o governo do Mato Grosso concedeu um título definitivo sobre parte dessa área. A reserva fica com 2.429 ha e para

compensar os Kaiowa recebem outra reserva próxima com 900 ha, Decreto nº 835, de 14 de novembro de 1928. Uma segunda área de 3.600 ha é criada através do Decreto Estadual nº 401, de 03 de setembro de 1917 para os índios de Dourados (Posto indígena Francisco Horta). O decreto estadual nº 684, de 20 de novembro de 1924, cria a 3ª reserva de 3.750 ha para os Kaiowá de Caarapó.

Em relatório de 1927, o servidor do SPI Genésio P. Barbosa apresenta propostas para a criação de mais quatro reservas indígenas com 3.600 ha cada uma. Uma em Sessoró, outra em Porto Lindo, nas cabeceiras do Pirajuy e outra em Serro Peron, mas o Decreto Estadual nº 835 de 14 de novembro de 1928 cria as cinco reservas de terras no município de Ponta Porã, estabelecendo áreas muito menores: uma de 900 ha e 04 de 2.000. Ocorre, portanto, uma redução de 1.600 ha em cada uma das 04 reservas.

O processo de confinamento dos Kaiowá dentro das oito reservas de terras a eles destinadas é oficializado. Antonio Brand (1993:70) apresenta sua conclusão sobre a ocupação territorial dos Kaiowá afirmando: “pelos relatórios do SPI concluímos que não se tratava tanto de dispersão, mas sim de uma população significativa, distribuída por toda a região”.

Em 19 de julho de 1948, o relatório apresentado pelo servidor Joaquim Fausto Prado registra que a saída de suas terras foi involuntária ao referir-se aos índios na área da Cia mate Laranjeiras nos seguintes termos: “os índios que ocupam essas terras negam-se a deixá-las e os invasores usam de todos os expedientes possíveis para expulsá-los ou servirem-se deles como mão de obra em condições de servidão” (BRAND: 1993: 70)

O relatório de Mário de oliveira ao ministro, dando conta da inspeção feita nas dependências do SPI, situadas no estado do MT no ano de 1943 informa que na reserva de Dourados, já em 1943, o SPI encontrou, nos arredores do posto, 607 índios Kaiowa.

Ao final da década de 1950, do território original dos Kaiowá de aproximadamente 20.000 km², restava, legalmente, apenas um total de 18.297 ha divididos em oito reservas distintas, incluindo as duas reservas com predominância da parcialidade guarani Nãndeva.

A terra e o seu modo de ser, são os dois pontos basilares da resistência dos próprios índios frente ao esbulho de suas terras. As estratégias de luta por eles adotadas demonstram a impossibilidade de separar os dois aspectos, e a sua luta pela regularização de terras significa a luta mais profunda e ampla dos Kaiowá pelo seu “modo de ser”. (BRAND, 1993:78)

Os propósitos desenvolvimentistas adotados pelo SPI e pelas missões, não lograram muito êxito. Os índios, diante da nova situação reagiram de maneira diversa da expectativa dos agentes. As famílias levadas compulsoriamente para as reservas tinham fortes laços de parentesco em outras áreas localizadas a longas distâncias, ainda assentadas nas densas matas que existiam na região. Apesar de ações de controle dos indigenistas e fazendeiros, os indígenas continuavam se organizando social e politicamente a partir de espaços territoriais bem mais amplos do que os das reservas.

Com o intenso desmatamento ocorrido nos anos de 1960 e 1970, os indígenas não residentes nas reservas passaram a um processo de deslocamentos contínuos na busca por manter sua territorialidade e parte de suas terras tradicionais, fugindo das áreas ecologicamente descaracterizadas e da hostilidade dos colonos “brancos”, resultando que no final dos anos 70, quando se restringiram acentuadamente as áreas de floresta com potencial suficiente para sua manutenção em isolamento dos colonizadores, a maioria dos índios acabou sendo reconduzida às reservas.

Os despejos aleatórios das famílias nos espaços das reservas propiciaram que famílias indígenas muitas vezes inimigas entre si fossem assentadas em um mesmo lugar, o que propiciou uma acentuada tensão da estrutura social, escalada dos conflitos e ao empoderamento da figura do capitão, em detrimento das lideranças tradicionais. Na prática, o papel designado por “capitão” indígena, introduzido pelo SPI para mediação das relações com os índios, passou a ser entregue preferencialmente a famílias que se adequavam aos interesses desses agentes, gerando assim inúmeros conflitos e ações violentas.

Há que ressaltar que a demarcação de um total de oito reservas, entre 1915 e 1930 na região da Grande Dourados não levaram em consideração a localização dos tekoha tradicionais. Desta forma, as áreas reservadas aos índios configuram-se com extensões de terra extremamente reduzidas e excluíram parte significativa dos tekoha espalhados por toda região. Estes vão constituir os chamados “índios desaldeados”, ou seja, aqueles localizados fora dos aldeamentos criados pelo SPI, a partir de 1915. (BRAND: 1993: 133)

Os despejos de muitos tekoha para dentro das reservas demarcadas podem ser facilmente verificados pela análise da curva demográfica de alguns aldeamentos. Exemplo é a reserva de Dourados que em 1969 tinha 1.660 índios e em 1979 passa para 3.750 indígenas. Da mesma forma que na reserva de Dourados, nas demais, o aumento populacional também não pode ser explicado apenas pelo crescimento vegetativo.

(BRAND: 1993: 167)

Comprovando o despejo oficializado pelos agentes do SPI, temos a comunicação de serviço nº 211/9/DR/81, onde o delegado da FUNAI desloca um motorista e caminhão para ficar à disposição do P.I. Caarapó, por um espaço de 03 dias, *“objetivando efetuar o transporte de índios que desejam regressar ao P.I., provenientes das fazendas circunvizinhas”*.

Através do ofício nº 046/79, o chefe da PI Dourados, solicita a cedência de uma kombi para, entre outros, objetivos, prestar *“assistência aos vários problemas que surgem com indígenas desaldeados, principalmente no transporte destes índios no retorno à aldeia”*

Essa transferência compulsória dos tekoha para dentro das reservas demarcadas alterou um conjunto de fatores da vida Kaiowá, tais como a completa reorganização do espaço interno da terra de cada reserva em detrimento de padrões tradicionais adotados nos tekoha; alterações profundas na economia, com a imposição do trabalho assalariado como forma de subsistência; alterações no sistema de chefias, consequência do surgimento e fortalecimento da figura do capitão, com poder de coerção e deteriorização da saúde e aumento significativo da violência interna, como consequências da desestruturação imposta pelo aldeamento. (BRAND, 1993: 168/169)

a). 8 Ocupação do Território Kaiowá na Região da Grande Dourados

Uma situação insustentável para a vida dos Guarani foi resultante da ocupação intensiva do seu território pelos colonizadores, o intenso desmatamento da região e consequente expulsão de famílias indígenas de lugares tradicionalmente por elas ocupados, acrescida da situação dramática das reservas. Como reação natural emerge a organização de seu movimento de reivindicação por terras iniciado no final de 1978 (Thomaz de Almeida: 2001), o qual foi se ampliando nas últimas décadas.

Os processos de reocupações territoriais indígenas resultam de reivindicações originadas em conjuntos de famílias extensas aliadas em torno da noção de pertencimento e origem comuns a uma determinada terra. De forma autônoma e organizados em comunidades políticas, desencadearam processos e se articularam, em diferentes níveis, para reaver terras das quais foram obrigados a sair ou, em outros casos, para se manter no lugar de ocupação tradicional. Nas reivindicações fundiárias

revelou-se a manutenção da tradicional autonomia política dos grupos familiares Kaiowá e Ñandeva. (MURA, 2006: 90)

Um fato importante na história recente e que influenciou grandemente a relação entre os povos indígenas e o Estado é representado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, além de favorecer a identificação das “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, conforme o artigo 231, e redefine o papel do Ministério Público Federal, atribuindo-lhe função importante em defesa das minorias étnicas.

Os despejos sofridos pela maioria dos índios, a superpopulação das reservas com seus complexos problemas, e o conseqüente movimento que levou os Guarani a lutar pela terra, recuperando parcelas significativas dos territórios tradicionais, representam fatos importantes na história desses indígenas, em suas estratégias adaptativas às diferentes condições sócio-ecológico-territoriais encontradas no decorrer do tempo.

Em 1943 o então Presidente da República cancela as concessões feitas à companhia Mate Laranjeiras para evitar controle privado e estrangeiro da região. Até esse cancelamento das concessões, a empresa controlava a entrada de colonos na região. O Presidente cria também o Território Federal de Ponta Porã para colonizar regiões de fronteira a interesse da segurança nacional, resultando para os Kaiowá a efetiva ocupação de seu território por colonos e fazendeiros.

A construção da Ferrovia Noroeste, ligando Ponta Porã a Campo Grande e S. Paulo, chegando a Dourados em 1955, ocorre um processo de intenso crescimento da ocupação deste território, tanto que a população de Dourados cresce 611% de 1950 a 1960. (Brand: 1993: 117) A produção de arroz aumenta em 254%, o feijão 163%, o café 461%. O café destacou-se a partir de 1950 por parte de paulistas e paranaenses, produção que foi posteriormente abandonada em 1962 em razão da queda de preços e ocorrência de geadas.

Após a liberação das terras públicas ocupadas em grande parte pela Cia. Matte Laranjeiras até década de 1940 é intensificada a ocupação das terras de modo violento e caótico refletindo diretamente sobre os Kaiowá e suas terras. Brand (1993:118) refere que a própria Constituição Estadual é alterada para favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos na aquisição daquelas terras, permitindo pessoas físicas adquirirem até 10.000 ha. (Anteriormente eram 500 ha). A corrupção era tal que por três vezes, em 1950, 1961 e 1966, foi fechado o próprio Departamento de Terras do Estado do Mato Grosso.

Na área da Colônia Federal de Dourados criada em 1943, os pequenos lotes de

30 ha acabam concentrados, formando uma única propriedade com cinco ou seis lotes passando à atividade de engorda de gado, ao invés da agricultura. Uma das técnicas utilizadas para anexação dos lotes era a criação do gado ao lado dos lotes agrícolas vizinhos obrigando o gado a romper a cerca e invadir as plantações, assim forçando a venda a preços irrisórios.

A presença indígena continuou a ser totalmente ignorada e seus territórios e aldeias considerados “espaços vazios”, especialmente pelos diretamente interessados, os fazendeiros e demais agentes econômicos. Duas colonizações oficiais foram implantadas na região da Grande Dourados pelo INCRA: Sete Quedas, em 1972, localizada no Município de Amambai, que distribuiu 320 lotes de 35 ha cada. Mundo Novo, Município do mesmo nome em 1967 que distribuiu 1.165 lotes também de 35 ha cada.

Em 1980, na região da Grande Dourados, a população tem um crescimento de 35,78%, chegando a 522.841 habitantes. No período de 1970-80, a população economicamente ativa cresce, no estado, em 63%, enquanto o crescimento populacional foi de 32%. Houve, portanto, ainda forte imigração. A população urbana de Dourados em 1980 passa neste período de 25.977 para 83.256 habitantes. (BRAND: 1993,121/122).

O espaço agrário do sul do Mato Grosso, até 1968, era caracterizado pela pecuária nos campos limpos e a policultura nas terras de mata. De 1970 a 1980, houve um crescimento de 145%, da área cultivada de nove principais culturas no estado que alterou de 660 mil para cerca de 1,6 milhões de ha. Este crescimento da agricultura foi tal que a área plantada com soja, no Município de Dourados, passou de 3.500 ha para 134.00 ha, durante a década 1979-80. Calculando o centro da cidade de Dourados como referência, num raio de 100 km, a área ocupada pela soja passou de 11.400 para 450.00 ha.

A população de Dourados teve, na década de 1960, um elevado crescimento populacional, em grande parte, devido a agricultores provenientes da região sul do país, especialmente do Rio Grande do Sul, os quais se dedicam ao plantio da soja, trigo e arroz. Começaram adquirindo terras nos campos de Dourados, Ponta Porã e Amambai, onde as terras seriam até dez vezes mais baratas do que no estado de origem. A introdução da soja com a consequente mecanização e concentração fundiária submete o território indígena a um novo personagem, que vai terminar em seu confinamento.

Com base em suas pesquisas, Antonio Brand (1993,124) afirma que na década

de 1970, o tipo de exploração agrícola produziu maior concentração fundiária, especialmente na região de Dourados. As pequenas propriedades, de até 100 ha, reduziram-se em 30%. A valorização da terra age como um incentivo à venda das pequenas propriedades que não permitem a mecanização. De 1868 a 1971, ou seja, em quatro anos, o preço da terra aumentou 50 vezes. Na região da Grande Dourados, uma propriedade, em média, será superior a 1.000ha, com uma agricultura moderna, voltada claramente para o mercado externo. Este dado reflete o processo de forte concentração fundiária e de mecanização da atividade agrícola, que a própria FUNAI buscará transferir também para dentro das reservas demarcadas.

Outra alteração importante refere-se à expansão da plantação de cana-de-açúcar em todo o estado do MS e será para essa atividade que estará sendo transferida a mão de obra indígena a partir de 1985. Paralelamente à intensificação da atividade agrícola, segue na região a atividade econômica da bovinocultura tradicional em Mato Grosso, a principal responsável pela colonização, e que atingiu grande expansão e evolução tecnológica com base em formação de pastagens, melhoramentos genéticos e instalação de indústrias frigoríficas.

O novo tipo de exploração econômica moderna implantada nas terras Kaiowa provocou completa alteração no meio ambiente de seu território através do desmatamento generalizado, constringendo seu modo de ser tradicional. Continuam ignorando propositamente a existência do território indígena, e usando sua mão de obra para os trabalhos pesados no desmatamento e limpeza dos pastos, para, ao final, buscar concluir o confinamento dos índios nas oito reservas demarcadas pelo SPI.

Os Kaiowá sofrem uma intervenção econômica significativa a partir da década de 1880, período em que são instaladas na região grandes empresas de exploração de erva mate e de madeira (Brand: 1993:126). A presença dessas empresas não atinge diretamente o sistema de vida dos Kaiowá, apesar de seu engajamento como mão de obra, pelo número de trabalhadores não indígenas em seu território e também pela perda dos recursos naturais. Tal intervenção não inviabilizou o modo de ser Kaiowá, pois não implicou na perda de seu território e nem das categorias culturais básicas como o tekoha (aldeia), o sistema de chefia, a família extensa e a economia de reciprocidade.

A partir da década de 1950 ocorre outro tipo de intervenção econômica quando as grandes empresas ligadas voltadas à exploração da erva mate e da madeira, revendem as terras para cafeicultores e empresas modernas de exploração de madeira. Em 1943 a Cia Mate Laranjeiras perde seus direitos, quando também se inicia a implantação de

uma grande Colônia Agrícola Federal em cima do território Kaiowá, próximo à cidade de Dourados.

A partir de 1960 o território Kaiowá sofre profundas transformações pela ação de fazendeiros e granjeiros, que implantam uma agropecuária moderna, a qual possibilitará o rápido e total desmatamento, pois a valorização das terras mecanizadas exigirá a exploração de toda a região. Com esta nova intervenção econômica ocorre total confinamento dos índios Kaiowá em pequenas reservas de terra localizadas no meio de fazendas modernas, e a mata vai desaparecendo para a criação de pastagens para a criação de gado e para as grandes plantações de soja.

Em relação às pequenas reservas de terra demarcadas pelo governo para aldeamento dos Guarani ocorre uma sobreposição de grupos familiares e suas respectivas lideranças. Não ocorreu somente uma perda territorial, mas ocorreu também a imposição de outro tipo de utilização dos recursos naturais, com profundas alterações no meio ambiente do território deste subgrupo, devido ao desmatamento e à mecanização.

Segundo Relatório de Pesquisa na área da Grande Dourados – Sistema de Produção e Êxodo Rural, Sudeco, 1984, p.5 (apud Brand 1994, p. 120), a área correspondente a vinte municípios na região da Grande Dourados tinha 180.6526 habitantes em 1960. De 1960 a 1970, foi constatado um crescimento de 120,4%. Neste mesmo período, alguns municípios chegaram a multiplicar sua população por cinco ou seis vezes.

Dados daquela época referem-se a denúncias da enorme corrupção existente, que por três vezes, em 1950, 1961 e 1966, foi fechado o próprio Departamento de Terras do Estado do Mato Grosso. Em 1956, o governador, João Ponce de Arruda dirige mensagem à Assembleia Legislativa do Mato Grosso, a qual ilustra o processo de ocupação das terras da região:

“Nada menos de 42.000 km² se concederam a cerca de vinte “empresas”, quase todas elas absolutamente inidôneas para o objetivo em vista. Com exceções raras, nem mesmo condições contratuais de índole elementar como sejam, a de medição da área concedida, foram cumpridas; entretanto, negócios inúmeros em relação às terras se fizeram, criminosamente. Lesando incautos lavradores e como de outros estados do Brasil e com grande prejuízo a Mato Grosso, que muito terá de lutar para fazer voltar aos interessados a confiança na administração do Estado e em negócios por ela permitidos” (Brand: 1993, apud Lenharo, 1986, p. 47)

a).9 Censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição

São inúmeros fatores implícitos na configuração do quantitativo populacional que ocupará a área proposta para demarcação do tekoha Apyka'i, na medida em que apenas uma pequena parcela do grupo macro familiar permaneceu e dá continuidade no acampamento reivindicatório à beira da BR, haja vista a situação de extrema vulnerabilidade a que estão expostos. Apenas um reduzido grupo de familiares de Damiana Cavanha participa mais diretamente da reivindicação daquela área, o qual vivencia um processo de contínua reconstituição, pois durante décadas estiveram dispersos por diferentes ambientes de reservas, de fazendas, e acampamentos em rodovias.

Considerada a situação atual de acampamento em beira de rodovia, mais especificamente do lado de uma cerca de arame farpado de uma propriedade frente à fazenda denominada “Serrana”, a liderança Damiana Cavanha entende que será agregado um número de famílias quando a terra estiver regularizada, e quando não ficarão mais tão expostos aos riscos de vida como na atual situação.

A população atual da comunidade do Apyka'i é marcada por uma alternância entre os componentes do grupo familiar da liderança Damiana Cavanha, os quais esporadicamente marcam presença no acampamento, enquanto aguardam a regularização da área para se estabelecerem definitivamente em uma situação de maior estabilidade e segurança.

A área a ser regularizada deverá assegurar espaço suficiente para abarcar a recomposição demográfica da população a ela vinculada pelos laços de consanguinidade e afinidade, e que no momento atual encontra-se espalhada nas terras indígenas de Caarapó, Dourados e outras.

A listagem apresentada a seguir consta da genealogia de Damiana Cavanha e seu ex marido Ilário Cário de Souza, parentes consanguíneos que compõem a família extensa que futuramente poderá ocupar a área da TI Apyka'i, quando não terão mais que arriscar as próprias vidas em acampamento de BR. Destaque-se para os falecidos que são também listados e que configuram a luta pela terra, dos quais maioria foi vítima de atropelamento em rodovias.

População do Tekoha Apyka'i - Família de Damiana Cavanha

Pais e avós de Damiana Cavanha

1.	Pai	Minério Cavanha	Falecido
2.	Mãe	Seferina Morais	
3.	Avô Paterno	Câncio Cavanha	Falecido
4.	Avó Materna	Simina Cavanha	Falecida
5.	Avô Materno	Ramon Escobar	Falecido
6.	Avó Materna	Vitoria Morais	Falecida

Tios Paternos de Damiana Cavanha

Irmãos de Minério Cavanha

1.	Helena Cavanha -	TI Amambai	2 filhos
2.	Isabela Cavanha	TIs Panambizinho e Amambai	4 filhos
3.	Neves Cavanha	Falecido	3 filhos
4.	Heloisa Cavanha	Teykuê	3 filhos
5.	Regina Cavanha	Teykuê	9 filhos
6.	Antonio Cavanha	Nuporã	1 filho
7.	Luzia Cavanha	Nuporã	

Tios Maternos de Damiana Cavanha

Irmãs de Seferina Morais

1.	Lauriana Moais	Teykuê	5 filhos
2.	Norina morais	Teykuê	6 filhos
3.	Tereza Morais	TI Dourados	5 filhos/10 netos

Irmãos de Damiana Cavanha - Filhos de Minério Cavanha e Seferina Morais

1.	Neve Cabana (falecido)	TI Amambai	2 filhos
2.	Valdomiro Cavanha	Teykuê	7 filhos /muitos netos
3.	Edna Cavanha	Teykuê	6 filhos/muitos netos
4.	Loide Cavanha	Teykuê	5 filhos
5.	Vilson Cavanha	Teykuê	7 filhos
6.	Damiana Cavanha	Apyka'i	
7.	Maria Cavanha	TI Dourados	03 filhos
8.	Antonia Cavanha	TI Dourados	02 filhos
9.	Carlinhos Cavanha	Teykuê	03 filhos

Ilário Cário de Souza (marido de Damiana Cavanha) – Pais: Luiz Cário de Souza e Cércia de Souza

Imãos de Ilário Cário

1.	Salvador Cário de Souza	Falecido	2 filhos
2.	Francisco Cário de Souza	Falecido	2 filhos

Filhos de Damiana Cavanha

1. Lídia Cavanha - Mãe: Damiana Cavanha - Pai: Marciano Paulo

2.	Luiz Vilhalba	Teykuê	Marido
3.	Lidiane Cavanha	Teykuê	Pai falecido
4.	Ranison Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
5.	Débora Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
6.	Raiso Cavanha Villalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
7.	Martinara Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba

2. Magno Cário de Souza (falecido em 2004) – filho de Damiana Cavanha e Ângelo Cário

1	Daiana Werá Souza	Nuporã	3 filhos
2	Dalvana Freitas de Souza	TI Dourados	3 filhos
3	Damari Freitas de Souza	TI Dourados	

3. Nivaldo Cário de Souza (falecido) – esposa Adelfia Lopes

1	Gabriel Lopes de Souza	Falecido	
2	Sandrieli Lopes de Souza		Filho
3	Jackson Lopes de Souza		Filho
4	Vaniele Lopes de Souza		Filha
	Roberto/Cleuza Benites		Sogros/Nivaldo Cário

4. Jonas Cário de Souza – Falecido – 15 anos

5. Sidnei Cário de Souza – Falecido – 28 anos

6. Sandra Cário de Souza

1	Sandra Cário de Souza	Nuporã	
---	------------------------------	--------	--

2	Caroline	Nuporã	Filha
3	Sandrinha	Nuporã	Filha
	Kainã	Nuporã	Filha

7. Rogério Cário de Souza - filhos:

1	Rogério Cário de Souza	TI Dourados	
2	Sandriel Cário de Souza	TI Dourados	Filho
3	Gabriel Cário de Souza	TI Dourados	Filho
4.	Igor cário de Souza	TI Dourados	Filho
5.	Sandriel Carlos de Souza	Falecido	Filho

b) Pesquisa sobre o histórico de ocupação da Terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;

b).1 Histórico de Ocupação Territorial conforme memória oral das vivências locais

Antecipando conteúdos que estarão melhor explicitados no item II – Habitação Permanente, subitem b.1, o qual trata da presença ancestral Kaiowá no Apyka’i e posterior instalação de fazendas, aqui citaremos alguns dados da memória oral dos Kaiowa sobre a ocupação indígena na região de Cural de Arame - Tekoha Apyka’i, também denominado *Ipyaury*.

A Terra Indígena Apyka’i, município de Dourados/MS, encontra-se na região de contato entre dois grandes Biomas Brasileiros, a Mata Atlântica e o Cerrado. A região está localizada no curso médio do córrego Cural de Arame (córrego *Ipiaury*), que percorre 19,5 km da nascente até desaguar no rio Dourados que por sua vez é tributário do rio Brilhante, pertencentes à bacia do rio Paraná. A sub-bacia do rio Dourados tem importância no abastecimento de água da população da região, especialmente da população urbana de Dourados com mais de 180 mil habitantes (IBGE, Censo 2010).

Conforme relatório ambiental do Grupo Técnico, o histórico de uso e ocupação do espaço pelos regionais não indígenas deixou a região bastante alterada, com redução de espécies nativas disponíveis, e com parcelas da área ambientalmente degradadas. Este é o impacto principal que diz respeito a restrição de locais adequados para o modo de vida Kaiowá. O que restou dessa ocupação são fragmentos florestais, justamente os

buscados pelos Kaiowa para que possam manter as condições minimamente adequadas para a reprodução física e cultural segundo seus usos e tradições.

A proximidade do espaço urbano de Dourados, a área do acampamento situa-se a aproximados 6 km do entroncamento da BR 463 com a BR 163 na entrada para o centro urbano de Dourados/MS, acarreta impactos de natureza socioambiental. A malha urbana se aproxima do lugar e há infraestrutura de grande porte construída nas proximidades, como o Aeroporto Regional de Dourados, assim como bairros de moradias, que implicam em uma grande movimentação de pessoas e veículos.

A região do Apyka'i encontra-se descaracterizada e devastada pelas pastagens e cultivos da monocultura e, mesmo assim, representa o *tekoha* do grupo da líder Damiana Cavanha. Buscam e localizam recursos de caça e pesca, ervas medicinais nas matas e nos campos, e qualquer oportunidade para o cultivo em espaços reduzidos e impactados pelo plantio da cana, lutam por essa terra para que as novas gerações da família extensa da senhora Damiana possam viver de modo tradicional no lugar em que viveram seus antepassados.

Em relação aos topônimos com maior índice de citação entre os interlocutores contatados pelo GT, o nome do rio *Ypiaury* que também era a antiga denominação do *tekoha* Apyka'i, rio *Tambery*, Akety que é a mata de guavira, e *tapetudjá* (*tapepoi-tapekuê*), estrada boiadeira, carreador, antiga via que atualmente é a rodovia que liga Dourados a Laguna Carapã (MS 379), a qual é de fundamental importância como referência às vivências no território geográfico experiencial dos Kaiowá do Apyka'i - região do *tekoha* guasu Alto Médio Dourados/Lima Campo.

A tradição oral indígena refere-se à ocupação Kaiowá na região desde um período bem recuado, e as vivências mais recentes datam de cerca de 70 a 40 anos atrás, embora a memória abarque períodos muito anteriores.

Para a verificação dos nomes dos proprietários na região do Apyka'i citados pelos interlocutores indígenas conforme suas experiências de vida, e para comprovação da veracidade de suas vivências naquele território geográfico experiencial, seja como morador, trabalho na *changa*, acampamentos provisórios e demais atividades produtivas de coleta e caça, indicamos os documentos enviados pelo Tabelionato Aguiar que encaminhou as certidões localizadas da Fazenda Serrana matrícula nº 68.852 (bem como de suas anteriores, até chegar na origem registrada nesta Serventia) e Fazenda Curral de Arame. Consta no Processo SEI nº 08620.003819/2017-90 (0082805), o Ofício nº 1453/DPT 2016, datado de 14.12.2016, onde é solicitado ao 1º Serviço

Notarial de Registros de Imóveis de Dourados, as cadeias dominiais das propriedades Curral de Arame e Fazenda Serrana.

Só registrando que uma das propriedades atuais em demanda com a reivindicação dos Kaiowá do Apyka'i, a Fazenda Serrana, consta dos referidos documentos como tendo sido dada em pagamento da dívida (68852), matrícula resultante de parceria pecuária a Cássio Guilherme Bonilha Techio cuja hipoteca foi autorizado o cancelamento ou baixa da mesma escritura, na data de 15.01.2001.

Adão Ramão Saratis relata que na região do Curral de Arame, o córrego Três Tubos era moradia indígena. *“Correia e Matos fizeram a pedreira. Juca de Matos vinha até os Três Tubos, onde termina a área deles, há 35 a 40 anos quando estourou a pedreira e alagou. Os indígenas moravam dos dois lados da BR. Tinha grande mata com muita peroba, cerejeira (angolin) e aroeira, e ipê na beira do rio”*.

Perguntado como era a cidade de Dourados há 50 anos, Adão Ramão fala que *“a cidade era pequeninha, era só mato. Depois de 60 é que colocaram asfalto. (...) e no Curral de Arame tinha só mato e algum índio tinha uma rocinha de milho, e mandioquinha para comer, era o que eles faziam, e não tinha produção para vender, e ninguém comprava naquela época. Fazendeiro não comprava coisas de índios”*.

Admilson de Moraes relembra da estrada antiga que chamavam *tapekuê* e dos *“índios que permaneciam ali porque tinha muita caça e muito peixe e ficavam lá até a hora que o fazendeiro resolvia mandar eles embora. Essas famílias já são falecidas, mas eles permaneceram anos ali. Quando os agentes da FUNAI iam atrás deles, eles voltavam para lá outra vez”*.

Inquirido sobre a existência de alguma aldeia na região do Curral de Arame, na no período que trabalhou para a FUNAI, Edmilson responde que naquela época sempre via um grupo de quatro ou cinco famílias. *“Entrada do Hospital Universitário (HU) era só mato, e vinha atender índio no Curral de Arame. Conhecia a pedreira. Juquinha de Matos era um fazendeiro. Carapã para cá tinha o Jonas Teixeira (limítrofe) e parava atrás do lago azul. Divisa do Jonas Teixeira com o Juca de Matos”*.

“Do lado da rotatória, sentido Laguna Hospital Universitário existiam três moradias de índios em 1974 que trabalhavam na estrada boiadeira, carreador, e tinham as casas de sapé”.

Orlando Lucas da Silva relembra que seu pai e sua mãe moraram no Apyka'i, e seus avós faleceram no local. Relembra dos comentários de sua mãe que dizia que *“no Apyka'i era puro Kaiowa, aqueles dos beiços furados, do tembetá, e moravam bastante*

ali. E minha mãe falava que tinha bastante índio, antigamente era diferente, umas 100 pessoas, muitas". Dentre suas lembranças passadas, menciona suas visitas ao Apyka'i por ocasião das festividades. *"Vinham lá da aldeia de Dourados quando tinha chicha. E avisavam, e a gente vinha ali"*.

Sobre antigos moradores do tekoha Apyka'i, Orlando Lucas menciona o nome de Manoelito que posteriormente foi morar no Panambizinho, próximo da Vila Cruz. Além do Manoelito, cita o Paí Chiquito: *"esse que batizou a aldeia de Apyka'i. Ele que batizou de Apyka'i e fez uma casa de reza muito grande lá. Paí Chiquito e Manoelito era nosso parente"*. E na sequência dos eventos, Orlando diz que os índios foram saindo à medida que os fazendeiros foram ocupando. *"Ali tinha muita guavira, na estrada que vai para Laguna era só guavira. Nesse córrego era tudo do índio"*.

Ponciano Paulo tinha 84 anos de idade em 5.09.2016, morador de Teykuê. Diz que antigamente visitara Apyka'i, e naquela ocasião tinham ido participar da reza. E lembra que o rezador de lá era o Ilário Vilhalva, e por lá encontrou uma *ogapysy*, e *tinha bastante casa de sapé*.

O rio *Ypyaury* é lembrado pelo Ponciano Paulo, e reforça que ele desagua no rio Dourados. *"Tinha uma estrada de terra. Era k'aaty. Era a erva. A estrada tapepoi (tapetujá, tapekuê) ficava ali. Tinha uma estrada velha lá. Indica mata e rios. Tinha guavira. Depois esses plantadores de cana terminaram nossa guavira. Apyka'i fica perto da curva da estrada velha para Carapã"*.

Outra referência apontada por Ponciano Paulo refere-se ao nome de Chiquito, já anteriormente mencionado por Orlando Lucas. *"Lembro também de Felix Karaguatá. Era rezador e cacique também. Ele morava na ogapysy mesmo. Ele batizava guri"*.

Sobre os antigos moradores do Apyka'i, Ponciano afirma *"os índios foram tocados pelos fazendeiros. Sei que tocaram e saíram tudo dali. Foi para o Bororó e para o Jaguapiru (TI Dourados). Saíram tudo de lá. Tinha muita gente. Primeiro era tekoha Ypiaury, e depois puseram o nome de tekoha Apyka'i"*.

Carlito Oliveira do Passo Piraju prestou suas informações sobre o tekoha Apyka'i, e inicia sua fala dizendo que o nome inicial não era Apyka'i, e como tinha muito peixe piau naquele Córrego Curral de Arame, daí o nome *Ypyaury*.

A respeito do cemitério antigo no Apyka'i, Carlito Oliveira declara que antes de chegar no *Ipyauri* tinha uma pedreira muito grande, que atualmente está desmoronada. E era atrás da pedreira que ficava o cemitério do *Ipyauri*, bem na beira da estrada. *"E hoje está tudo desmantelado, e plantaram cana até em cima da pedra lá, para ninguém"*

descobrir. O tekoha era muito bonito, mas agora bagunçou, pois que é só canavial, já desmataram tudo ali. É só cana, só cana. Ypyauri era um tekoha muito grande. Tinha bastante bicho de caça nesse mato”.

Nicolau Machado informa que na região do Cural de Arame encontravam muitos remédios para as mulheres. Seu sogro, o rezador Noé Verá Gonçalves, coletava medicamentos na região do Apyka’i, e caçava tatu, quati, cotia e coletava o remédio *Ñapehesãukua* que é encontrado no brejo do campo, e outro que era a sucupira. Fala também do *Ypyaury*, e diz que naquela região “*mataram os índios e se adonaram das terras*”.

Valdomiro Ramires tem 74 anos, morador da aldeia Bororó, TI Dourados, menciona a *Akety* (mata de coleta e caça) na região do tekoha Apyka’i, e diz: “*Esse é nosso mesmo, muito remédio para banhar crianças*”. *Akey ñande Ba’e. (Akety é nosso mesmo)*. Valdomiro Ramires diz que tiraram os índios do *Akety*, e que teria sido o fazendeiro Jonas Correia.

Jonas Rosa foi funcionário na FUNAI de Dourados entre 1990 até 2014 e mencionou que quando ainda trabalhava em Campo Grande deslocava-se até Dourados para participar de audiências na Justiça Federal e numa dessas oportunidades aconteceu uma relativa a um processo de reintegração de posse sobre o Cural de Arame, contra acampamento Kaiowa na beira da estrada, ação movida por fazendeiro, em 1ª instrução, no final da década de 1980. Jonas Rosa relatou que em 1987 e 1988 já existiam indígenas ocupando a região, e o então chefe de posto àquela época ia prestar assistência e fazia certidão de indígenas nascidos em Cural de Arame e Lima Campo.

Francisco de Souza é morador da Terra Indígena Dourados, Aldeia Jaguapiru, nascido em 1932. Diz que aos cinco anos de idade ficou sob os cuidados de um padrinho chamado Ambrósio de Castro Muzzi que era o capataz do proprietário da fazenda Cural de Arame, e que somente aos 16/17 anos (1944) que saiu para cuidar de sua mãe. O proprietário da fazenda no Córrego Cural de Arame era o Sr. João Vicente Ferreira. Lembra que tinha a fazenda Cural de Arame, Santa Cruz e fazenda Alecrim na beira do rio Dourados, todas de um mesmo proprietário.

A respeito da presença indígena na região do Cural de Arame, o Sr. Francisco de Souza expõe sobre a presença indígena na área: “*Tinha muito índio ali e ia visitar também. Os índios paravam ali uns dois, três anos e plantava arroz, feijão, milho, batata, abobora. Naquela época tinha mata, tinha caça, cansei de chupar guavira lá. Cural de Arame era um guaviral só. Onde está o Hospital Universitário (HU) era tudo*

guaviral e era tudo dos índios”.

De acordo com o Sr. Francisco, a fazenda Curral de Arame, Santa Cruz e Alecrim começavam no córrego Curral de Arame e o dono era João Vicente que acabou vendendo uma parte para João de Matos, que também pertencia à família dos Correia. “Antes dele falecer ele chamou a família e disse: eu não quero que vocês judiem dos índios, pois quem me enriqueceu, quem me deu a riqueza aqui foram os índios mesmo”.

Comprovando a veracidade das informações prestadas pelo Sr. Francisco de Souza nascido em 1932, segue anexada a escritura de doação datada de 02 de fevereiro de 1951, quando o Sr. João Vicente Ferreira doa as terras de Curral de Arame para a Sr^a Ana Maria Muzzi Ferreira. E se calcularmos a data de nascimento do Sr. Francisco de Souza e sua permanência na área até a idade de 16/17 anos, ou seja até 1948/49 ainda se encontrava morando naquela área.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE DOURADOS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
TABELIONATO AGUIAR

Dr. Alceu Soares Aguiar
OFICIAL

Alceu Baggio Aguiar
SUBSTITUTO

ABELIÃO E REGISTRO DE IMÓVEIS

(CERTIDÃO)

A presente certidão só tem validade para MINISTÉRIO DA JUSTIÇA de acordo com o § 2º ART. 30º do Provimento Nº 12 de 04.08.2005 da CGJ/MS, Atta. MONICA

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada que revendo neste cartório os Livros de Registro Geral de Imóveis desta Comarca, neles constatei às fls.42 do livro 3-E, a seguinte transcrição das transmissões, em seu inteiro teor., a seguir descrito:- **ANO:1952 Nº DE ORDEM:-2.600(dois mil e Seiscentos)T.ans147 de P.porá anterior circunscrição. DATA:-9/Outubro.-CIRCUNSCRIÇÃO:-Dourados.-DENOMINAÇÃO OU RUA E Nº DO IMÓVEL:-rural uma Gleba de terras pastais e lavradias na fazenda Curral de Arame,neste Município.-CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:-2.497(dois mil Quatrocentos e noventa e sete)hectares e 8.275(oito mil Duzentos setenta e cinco)metros Quadrados, de terras pastais e lavradias dentro dos limites Gerais da fazenda curral de Arame, na sede da mesma fazenda e as benfeitorias nela existentes, composta de casa de moradia, mangueiros, e outros benfeitorias próprias da fazenda" o imposto de transmissão de prop inter-vivus foi pago pelo talão nº28 exator W.B.Carneiro, Eu Pedro Gome de Souza, Oficial substituto do Registro, transcrevi, subscrevi e assino-Dourados,9-Outubro-1952.-NOME DOMICILIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:- ANA MARIA MUZZI FERREIRA,Brasileira, Desquitada, do lar, res. na Capital do Estado de S.Paulo.-NOME DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:-JOÃO VICENTE FERREIRA,Brasileiro,viuvo,criador, res. em neste município .TITULO:-Doação.-FORMA DO TITULO; DATA E SERVENTUÁRIO:-Escritura pública de Doação lav.fls.15/19 do livro, pelo tab. do 2ºofício, desta Comarca, em 15-Fev-1951.-VALOR DO CONTRATO:-Cr\$149.880,00(cento e Quarenta e nove m il e oitocentos e oitenta cruzeiros).-CONDIÇÕES DO CONTRATO: Não há.-AVERBAÇÕES:-Vendeu a João Vicente Muzzi, 193 has. Transc 2.245 3-H, 2ºvendeu 2.304 has. e 8.275ms2 transc 7.273 3-J;- NADA MAIS.- E o que me foi requerido. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, aos primeiro(01) dias do mês de Fevereiro(02) do ano de dois mil e dezessete(2017).- Eu, Mônica de Mello Coelho Gauna (Mônica de Mello Coelho Gauna) a digitei e Eu, Alceu Baggio Aguiar Oficial Substituto do Registro, a fiz digitar, conferi, subscrevi e assino. **VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICADA.****

Escrevente Autorizada
Roberta Bonfim Baggio Bonatto
Escrevente

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Selo: ANH - 06022 Dígito Verificador 157
Data: 02/02/2017
Ass: 346 - Certidão ou traslado, incindo e busca
Emparelhamento: Função/Funções/FeedImp-FMS 125024 Valor Total
Sig 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<https://www.tjms.jus.br/carraportaria/selos/verificaSelo.php>

- CEP 79.804-020 - Cx. Postal 154 - Dourados - MS
71 3416-9200 - Fax(67) 3421-5686

b).2 O território das vivências da Família Cário/Cavanha

As primeiras referências documentadas sobre um grupo Kaiowá localizado em um acampamento às margens da rodovia que liga o município de Dourados ao de Ponta Porã foram apresentadas por Ruth Henrique da Silva (2003).

No decorrer dos seus trabalhos de campo sobre reivindicações territoriais Guarani, Ruth Henrique toma conhecimento da existência de um grupo familiar Kaiowá que se encontrava acampado à beira de uma estrada de terra que liga Dourados à Laguna Carapã, a um quilômetro do trevo da BR 163, sentido Ponta Porã, desde 09 de setembro de 2002. Observa-se, entretanto, que Ruth Henrique deve ter se confundido ao mencionar a BR 163, na medida em que a rotatória que dava acesso a estrada de terra, à época, que ligava Dourados à Laguna Carapã estava localizada na BR-463. Além disso, a estrada que vai de Dourados a Ponta Porã é a BR-463 e não a BR-163, que liga Dourados a Caarapó.

À época, esta família estava sob a liderança do Sr. Ilário Cário de Souza, casado com a Sr^a Damiana Cavanha, acompanhados de filhos, genros e netos. O propósito do acampamento era “entrar” no que seria seu antigo tekoha chamado por eles de *Jukeriry*, área que, à época, ainda não constava nas listagens de Terras Indígenas a serem verificadas pela Coordenação de Identificação e Delimitação – CGID – FUNAI.

Ruth Henrique menciona contato com o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, o qual informa que havia indícios da existência de *Jukeriry* provavelmente na região denominada “Lima campo”. “De volta ao Sr. Elário, ele relatou que sua terra se localizava entre os rios Douradilho e Iputã, com cerca de 1.200 hectares, cuja parte da área estaria hoje a fazenda Água Suja”. (HENRIQUE DA SILVA, 2003: 60). A partir destas informações, pode-se afirmar que a Fazenda Água Suja se localizaria entre Laguna Carapã e o distrito de Sanga Puitã, por onde passa o Córrego Água Suja.

Na continuidade de suas informações, Ruth Henrique acrescenta que ao iniciar conversações com o grupo familiar, o líder Ilário Cário relata que seus pais Luiz Cário e Célia de Souza viviam na terra reivindicada desde início do século XX até todos serem expulsos pelo fazendeiro. Naquela oportunidade, o antigo tekoha¹ foi representado em um desenho feito pelo seu filho mais velho, Nivaldo Cário de Souza, no qual

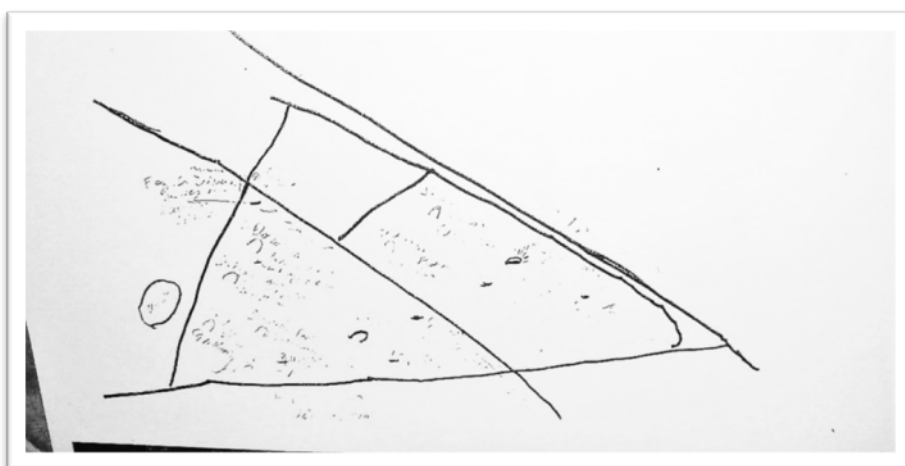
¹ - O termo *tekoha* deriva da junção de *teko* (“sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, o modo de ser”) e *ha* (“que indica a ação que se realiza”). Ou seja, o *tekoha* compreende o local onde seria possível desenvolver o modo de vida tradicional, o que o posiciona como centro das reivindicações fundiárias.

constam as localizações das casas familiares, entre outras informações que consideraram importantes naquele momento.

Segundo relatos apresentados àquela época, por volta de 1990, cerca de 25 pessoas tentaram “entrar”, ou seja, retornar ao local que seria *Jukery*, mas foram impedidos pelo então proprietário rural, fazendo com que as famílias restantes do antigo *tekoha* se dispersassem e se instalassem entre as TIs Dourados (aldeia Bororó), Caarapó e Guaimbé. Em seu retorno àquele acampamento em 23 de novembro de 2002, Ruth Henrique não mais os encontra. (HENRIQUE DA SILVA, 2003:60).



Figura 1- Em 2002 família Cário/Cavanha – Luiz Cário ao centro - Foto de Ruth Henrique



Mapa 4 - Área do *Jukeryi* desenhada por Nivaldo Cário em 2002.

Na sequência, foram inúmeros registros em documentos do Ministério Público Federal, os denominados de “termo de declaração”, onde são transcritos depoimentos indígenas sobre suas reivindicações, além dos relatórios das visitas feitas aos

acampamentos pelo analista pericial em antropologia que trabalha naquele órgão. Além dos registros citados do Ministério Público Federal em Dourados/MS, outros também foram elaborados pelos técnicos da FUNAI regional e pela SESAI.

No final do ano de 2003, o grupo Kaiowá do Apyka'i estabeleceu contato pela primeira vez com o MPF, momento em que já se encontravam acampados nas proximidades da BR 463, onde passaram a construir/reconstruir seus acampamentos. Desde aquele ano, no mínimo duas vezes tentaram reocupar o antigo tekoha. Em 17 de junho de 2008, atravessaram a cerca que separava o local onde estavam construídas as suas moradias e a Fazenda Serrana e "ocuparam uma parcela do antigo tekoha, ao redor do qual gravitavam, dando continuidade à circulação permanente, estabelecendo, assim, contato com a terra a qual consideram sagrada".

Em documento com data de 14 de abril de 2004, Sidnei Cário de Souza, filho de Damiana, vai ao MPF para prestar depoimento, afirmando ao perito em antropologia, que seu pai havia sido propositalmente, atropelado em decorrência do conflito pela terra. No documento Sidnei Cário de Souza afirma que seu pai "fora assassinado em 2002 em decorrência da luta pela terra. Diz, que o Sr. Ilário fora abalroado por um veículo guiado por um fazendeiro proprietário da terra reivindicada pela comunidade" (MPF).

Segundo depoimento de Sidnei Cário de Souza, o atropelamento foi uma ação intencional, pois, após atropelá-lo, o motorista não presta os devidos socorros à vítima. De acordo com Sidnei, o atropelamento foi testemunhado também por Damiana Cavanha e Jamiro Isnarde, cunhado do depoente. No documento, Sidnei reclama que apesar dos pedidos da comunidade, nunca foi aberto um inquérito para apurar a possibilidade de um assassinato. Depois do atropelamento de Ilário, segundo o depoimento, o grupo é arbitrariamente levado para a TI de Caarapó.

Que quando da morte do seu pai foram imediatamente transferidos para Aldeia de Caarapó, tendo sido conduzidos num carro de boi (caminhão), escoltados por um grupo de pistoleiros, que apesar da solicitação dos 51 índios, o corpo do Sr. Ilário de Souza não pode ser sepultados no Tekoha, sendo que as exéquias só vieram mesmo a ocorrer na Aldeia de Caarapó, que desde a expulsão do tekoha, esses índios não mais tiveram residência fixa, tendo pousado em Caarapó, Porto Cambira e Curral do Arame; que neste último local permaneceram por cerca de quatro meses [...] (MPF).

A partir de 2004, Damiana Cavanha se casa com Gabriel Cavalheiro, constituindo uma nova família, e juntos dão continuidade ao movimento do grupo pela

reconquista do território reivindicado, organizando em torno de si a parentela nos acampamentos, e implementando a luta pela terra, reunindo em torno de si os filhos, genros, noras e netos. Quanto ao acampamento do Apyka'i, reportamos a um termo de declaração datado de abril de 2004, em que o depoimento registrado pelo Analista Pericial do MPF atesta a presença do grupo:

[...]. No presente momento, tem ocupado, há cerca de quatro meses uma faixa de terra que fica entre a cerca de uma propriedade rural e uma rodovia federal. O acampamento é diminuto, não perfazendo uma área maior que de um campo de futebol. Segundo o depoente, este acampamento localiza-se às margens da rodovia que liga o Município de Dourados/MS ao de Ponta Porã, próximo à placa rodoviária onde se lê a indicação de entrada de acesso para o Município de Laguna Caarapã, numa localidade conhecida por “Córrego do Arame”, em frente à Fazenda Curral de Arame.

A ocupação da área gerou novas situações de conflito com o proprietário. Segundo os indígenas, apareciam pistoleiros no local, a mando do fazendeiro e os intimidavam e ameaçavam através do uso de armas de fogo. Apesar dos conflitos, os indígenas permaneceram neste acampamento cerca de seis meses, mas a violência por parte do fazendeiro obrigou-os a deixarem o local. No documento Sidnei afirma que “nas últimas cinco noites jagunços tem aparecido próximo ao acampamento e deflagrado tiros, inclusive em direção aos barracos, tendo um deles, o da genitora do depoente, sido perfurado por um projétil”. (Nota Técnica -MPF).

O contexto denota ausência total de direitos e uma extrema coação para o abandono da terra, inclusive com uso do aparelho judiciário, enquanto do outro lado, a continuidade da resistência na luta pacífica e presença dos Kaiowá na área do antigo tekoha, demonstrando o vínculo com a terra.

A seguir deslocam-se para outra área, a três quilômetros da BR 463. Neste novo acampamento, localizado em uma estrada de terra que liga Dourados a Laguna Caarapã, o grupo torna a procurar o MPF no dia 30/06/2004. Nesta ocasião é realizado um novo termo de declaração pelo antropólogo do MPF:

Que desde o dia 12 de junho de 2004, seu grupo familiar composto por dezesseis pessoas, entre adultos e crianças, que estava acampado no Município de Dourados-MS, à estrada que liga Dourados a Ponta Porã, próximo ao Córrego Curral de Arame, se mudou para o Município de Laguna Carapã-MS; Que para se ter acesso a este novo acampamento deve-se seguir a mencionada estrada no sentido Ponta- Porã; que se passando a ponte sobre o Córrego, no sentido Ponta Porã, há uma estrada não pavimentada, à esquerda, indicada com uma placa na qual

*se lê: Laguna Carapã; [...]Que o objetivo de terem se instalado ali se deve ao fato de que estão convictos de que o acampamento situa-se nas proximidades do antigo tekoha[...].
(Nota Técnica - MPF)*

A presença deles no novo acampamento também é marcada pelo conflito com o dono da propriedade, quando passam a ser ameaçados e intimidados pelo administrador da fazenda, a fim de deixarem o acampamento. Entretanto, devido às medidas adotadas pelo fazendeiro, os índios não permanecem dentro da área e passam, em seguida, a acamparem na BR 463, próximos ao Córrego Três Tubos.

O conflito com os fazendeiros esteve sempre presente em toda trajetória do grupo familiar de Damiana Cavanha, ainda acrescida pela vulnerabilidade das condições em acampamentos improvisados sem proteção suficiente para enfrentar frio, chuva ou calor, carência de alimentos; impossibilidade de fazer roças; sem acesso à água, luz, escola para as crianças, e tantas vezes sem atendimento médico adequado.

Outra pesquisadora que tratou do acampamento do grupo familiar de Ilário Cário de Souza e Damiana Cavanha foi a historiadora Aline Castilho Lutti (2009, 2015). Em sua dissertação (2009) Lutti se refere ao acampamento do Curral do Arame (Apyka'i) que é a denominação corrente da área onde se encontra o acampamento do grupo familiar kaiowa de Damiana Cavanha, localizado às margens da BR 463, rodovia que liga o município de Dourados ao de Ponta Porã.

Quando a pesquisadora Aline Crespe contata o grupo kaiowa de Curral de Arame pela primeira vez no ano de 2007, estes se encontravam acampados nas proximidades do Córrego Três Tubos, em Dourados, entre os limites da rodovia e da fazenda, a mesma localidade onde se encontravam na época do trabalho de campo do GT. “Em momento anterior, o grupo já havia acampado às margens de estradas em regiões próximas e em todos os acampamentos pelos quais passaram houve a situação de conflito com fazendeiros que ameaçavam sua permanência, tornando-se inevitáveis as constantes mudanças. Desta forma, eles passam a circular em torno de uma área que identificam como o território tradicionalmente ocupado por seus parentes mais velhos”.

No final de 2007, residiam no acampamento do grupo familiar de Damiana Cavanha, cerca de quinze a vinte pessoas, oscilando em função do trânsito frequente de entrada e saída de moradores, devido à condição de vulnerabilidade e a necessidade de mobilidade na busca por trabalho em outras regiões.

Na tentativa de reocupar o antigo tekoha, o grupo liderado por

Damiana Cavanha passa a circular nas regiões próximas a ele, necessitando constantemente de se mudar de um lugar para outro. As mudanças são resultado da expropriação da terra, que faz com que a família de Damiana tenha que procurar outro local onde possam viver de acordo com seu sistema cultural específico. “Este outro lugar não configura um lugar qualquer, mas refere-se a um território específico onde exista alguma relação de identificação de pessoas do grupo, que viveram ou tiveram parentes seus vivendo no território em questão”. (LUTTI, 2009: 50)

Em 2008, desesperançados diante da demora por parte dos órgãos responsáveis no sentido de garantia de seus direitos ao tekoha, o grupo familiar de Damiana Cavanha deliberou que deveriam tomar atitudes por sua própria iniciativa, decidindo ocupar a Fazenda Serrana que ficava ao lado do acampamento.

Os Kaiowá se mantiveram nas bordas da mata de reserva legal da fazenda Serrana, reconstruíram suas casas e plantaram seus cultivos tradicionais, às margens da mata que margeia o córrego Três Tubos, na parte interna da propriedade, onde permaneceram por volta de dez meses. A área da fazenda por eles ocupada se encontrava cultivada por um arrendatário, o qual, segundo o grupo não adotava medidas para evitar que os defensivos agrícolas aplicados não os atingissem.

Desde primeiros momentos da ocupação, os Kaiowá foram submetidos a uma estreita vigilância por seguranças contratados que foram colocados junto à entrada da propriedade a fim de impedir possibilidade de retorno. Também eram impedidas visitas de qualquer natureza, nem mesmo pessoal da FUNASA ou FUNAI para realizar atendimentos ou distribuição de cestas básicas. Apesar de vigiados com rigor, durante um período conseguiram se movimentar através de trilhas onde não poderiam ser avistados.

Durante esse período morre uma componente do grupo, uma idosa de nome Alzira Melita, a qual as lideranças locais afirmaram, à época, ter sido causada pela utilização de agrotóxico borrifado na lavoura, o que não foi possível comprovação. Alzira Melita, filha de Melito Alziro e Veronica Alziro, faleceu por insuficiência respiratória em 04 de julho de 2008. Foi sepultada no dia 05 de julho de 2008 no cemitério AIN-Dourados, segundo declaração apresentada em atestado de óbito apresentado por Margarida de Fátima Nicoletti, Administradora Executiva Regional da FUNAI/Cone Sul/MS e Paulo Sérgio de Souza Costa, Chefe do Posto Indígena de Dourados. (Data de 09 de julho de 2008).

Em 18 de agosto de 2008 foi deferido o pedido de liminar formulado pelos réus,

determinando que os autores e seus prepostos se abstenham de proibir o acesso de representantes da FUNAI e FUNASA ao interior da fazenda serrana. Assina o juiz federal substituto Moises Anderson Costa Rodrigues da Silva.

A ocupação na fazenda Serrana durou até cinco de abril de 2009, por ocasião do cumprimento de mandado de reintegração de posse expedido pela justiça federal. A partir de então se deslocam para a margem oposta da BR463, em frente à fazenda, não mais do lado da cerca da Serrana, na medida em que as obras de duplicação daquela estrada, abriu valas enormes no solo, impedindo-os de reconstruírem seus barracos no mesmo local. Na outra margem da pista apesar das valas profundas, restou uma pequena faixa de terra, onde reconstruíram seis barracos.

Na beira da BR, a comunidade enfrenta um grave problema de abastecimento de água, o que era amenizado quando permaneciam na reserva legal de mata da fazenda Serrana, onde puderam utilizar água limpa de uma mina. No acampamento utilizam a água do córrego Três Tubos que passa por debaixo da BR 463, e não apresenta a salubridade necessária.

Nos dias 4 e 5 de outubro de 2009, o analista pericial em antropologia do MPF de Dourados, Marcos Homero Ferreira Lima, teria visitado a comunidade do Apyka'i, apresentando a "Nota Técnica nº 4", na data de 18 de setembro de 2009. Descreve que naquela madrugada de 18.09.2009, o grupo teria sido atacado por seguranças armados.

Conforme a citada Nota Técnica nº 4, cerca de dois dias antes dos eventos, Nelson Cáceres e Sidnei Cário de Souza procuram o MPF e relatam preocupações em relação às obras de duplicação da BR 463 que avançavam sobre o acampamento comprometendo espaço onde se encontravam. Naquela mesma ocasião mencionaram que um trabalhador da fazenda estava impedindo o acesso à água do rio que passa pela ponte. Demonstraram desejo de atravessar para o outro lado da rodovia para escapar das obras em andamento e ficar mais próximo da mata.

Na data de 17 de setembro de 2009, os Kaiowá iniciaram a construção de alguns barracos no lado da estrada, próximo à cerca da fazenda Serrana, decidindo que dormiriam todos naquele local naquela mesma noite. Os indígenas relataram que em torno de 01 (uma) hora os seguranças começaram a atirar na direção deles.

“Naquele momento foi uma correria e as mães agarravam seus filhos pequenos na tentativa de escapar. Duas pessoas saíram feridas, uma chamada Rose Vilhalva que estava dormindo, e saiu com duas crianças de colo nos braços e informou que foi atingida na região lombar e nos ombros com instrumento

contundente. Um idoso com 62 anos de idade de nome Eugênio Gonçalves foi ferido na perna e no braço, o qual afirma que o ferimento na perna foi causado por disparo e no braço foi uma coronhada”.

Após a fuga não tiveram coragem de resgatar utensílios e roupas que tinham levado para o local, e o barraco construído foi completamente queimado e as paliçadas erguidas para as construções foram arrancadas ou queimadas. O filho do Sr. Eugênio afirmou ao MPF que eram cerca de oito pessoas que fizeram os ataques, contando com uma viatura da empresa dando cobertura.

Os funcionários da GASPEM não são conhecidos dos índios do Curral de Arame. Quando ocuparam a fazenda Serrana em 2008, a estratégia do proprietário foi sitiar os índios e impedir que a FUNAI e FUNASA os atendessem. Naquele momento só puderam ser assistidos com intervenção da Polícia Federal. Por certo período os índios só conseguiam sair da fazenda Serrana escondidos, se esgueirando pelos matos.

O ofício nº 505/2009/GABPRM 1MADA/MCPRM-DRS/MS/MPF, referente ao PA nº 1.21. 001.000065/2007-44 de 21.09.09, dirigido ao Ministro da Justiça participa o agravamento das tensões entre proprietários rurais e povos indígenas relativos a questões fundiárias.

Dentre as questões enumeradas cita que na data de 17.09.09 ocorreu efetivo ataque aos indígenas na localidade Curral de Arame, situado à beira da rodovia BR-463, por seguranças da fazenda Serrana. O ataque consistiu na destruição do acampamento bem como no ferimento de dois indígenas, Rose Vilhalva e Eugênio Gonçalves de 62 anos de idade. (Ofício nº 505/2009 - MPF: 30).

O Ofício nº 725/GAB/AER-CS/FUNAI/2009 de 30.09.09, da Administradora Executiva Regional Do Cone Sul – MS encaminha prontuário médico referente ao indígena Eugênio Gonçalves, que sofreu lesões corporais, por ocasião em que foi expulso de seu barraco no acampamento do Curral de Arame para as providencias cabíveis da procuradoria Federal PFE/FUNAI – Dourados-MS. (163). O encaminhamento médico foi para a realização de avaliação radiológica e cirúrgica para retirada de projétil na perna direita.

Em 13 de outubro de 2009, o Analista Pericial em Antropologia, Marcos Homero Ferreira Lima, em visita ao acampamento Curral de Arame informa que o indígena Sidnei Cário de Souza relatou que o grupo continua sem receber o atendimento da FUNASA, período que se prolonga por 03 meses. Reportou que durante a visita constatou que perdura a condição análoga a de refugiados, espremidos em estreita faixa

do mapa o córrego Ipiiaury.

Na lateral direita, “TREZ_E MIL_OITO QUITARIA”, uma tentativa de dimensionar a área representada, não encontra referência espacial no próprio mapa, uma vez que o limite da área é pelo córrego Ypyaury, mas pode encontrar referencial na memória do tamanho das reservas indígenas criadas a partir de 1915, próximos a três mil e seiscentos hectares.

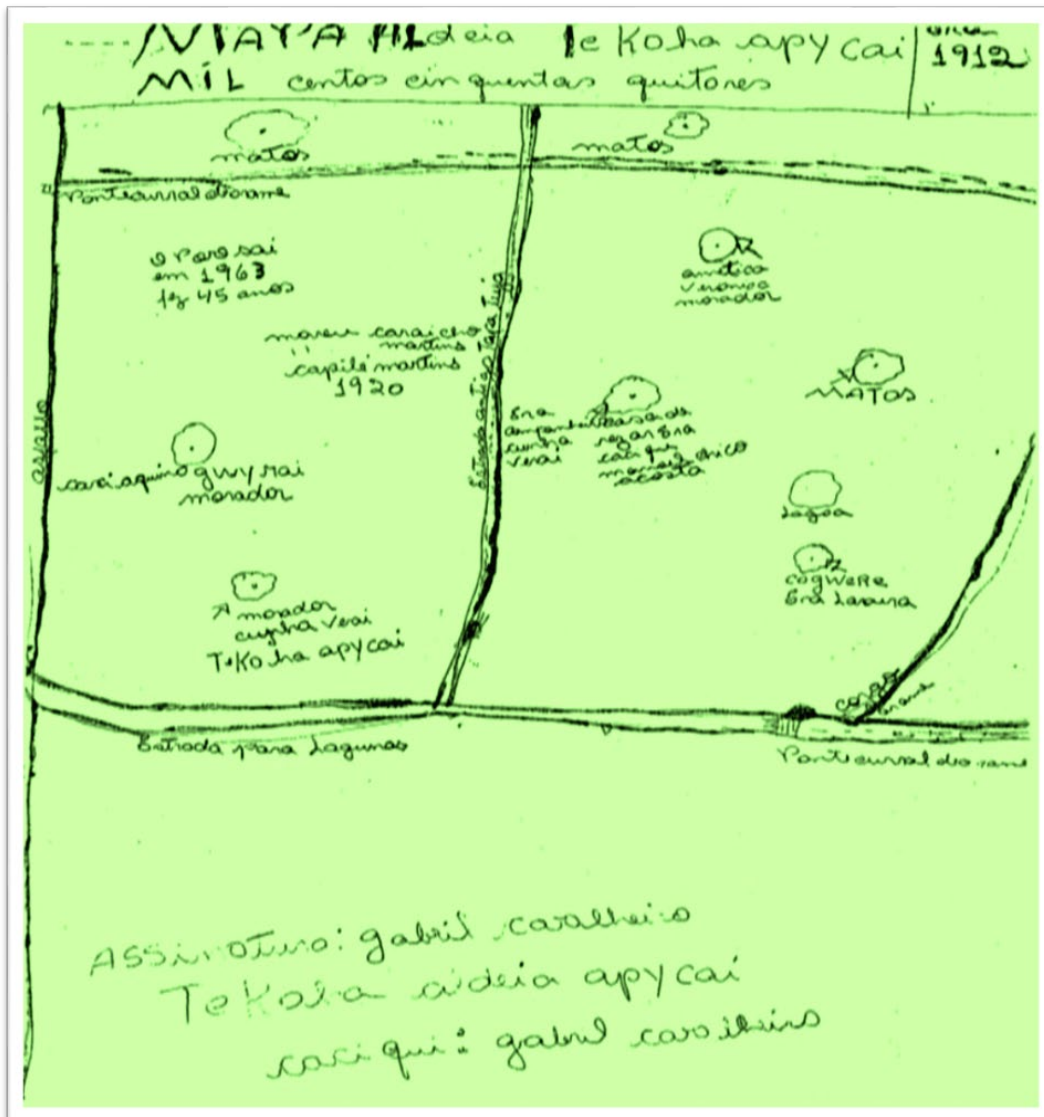
Chama a atenção a marcação do ano de 1900, o Tapetudjá, os rios, as lagoas, casa de reza, cemitério, matas, nome do cacique e nomes de moradores.



Mapa 5 - Localização do acampamento - fevereiro de 2009 (Aline Lutti).



Localização dos acampamentos desde 1999, segundo cada uma das fontes citadas, com a data/período da ocupação. (Sandra Aires pag.27)



Mapa 6 - Localização do tekoha Apyka'í – croqui assinado por Gabriel Cavalheiro.

Na croqui acima o território do Apyka'í é representado na data de 1912. Está documentado que o povo sai em 1963, cita o nome do cacique Aquino Guyra'í, casa de rezas, lagos, matas, lavouras, ponte sobre o Córrego Curral de Arame, estrada para Laguna Carapã.

27/07/08

Aldia Tekoha Apyka'i

grupo Signi! Vieram nos ameaça de 2 horas.
 quando nos ameaça! E colocam veneno no
 poço! quando comunicados foi pegar água
 no poço. O veneno já estava no poço! agentes
 tirou a água! a gente deu água para cachorro
 beber e morreu na hora! se a gente
 beber a água ia morrer todos comunicados
 a gente pega água no poço! O grupo Signi
 vieram 9 pessoas! Vieram 2 motos 7 horas
 da noite vieram 2 carros! Eles amanheceram
 ali onde nós morava beira estrada! Eles
 juntaram pedras para e queimaram dos
 nossa fonte! E colocou veneno no poço!
 a gente não dormiu! nem a noite inteira
 a gente nem não agito! a gente não foi mais
 buscar a lenha. Porque nós tem medo! por favor
 tem uma providência! Eles estão em grupos
 a fonte da nossa casa! agora vieram
 10 pessoas! O carro dele está escrito
 grupo Signi

Documento 1 – Relato escrito da comunidade do Apyka'i em 2008 a respeito do envenenamento da água de consumo diário..

O ofício nº 505/2009/GABPRM 1MADA/MCPRM-DRS/MS/MPF, referente ao PA nº 1.21. 001.000065/2007-44 de 21.09.09, dirigido ao Ministro da Justiça participa o agravamento das tensões entre proprietários rurais e povos indígenas relativos a questões fundiárias.

Dentre as questões enumeradas cita que na data de 17.09.09 ocorreu efetivo ataque aos indígenas na localidade Curral de Arame, situado à beira da rodovia BR-463, por seguranças da fazenda Serrana. O ataque consistiu na destruição do acampamento bem como no ferimento de dois indígenas, Rose Vilhalva e Eugênio Gonçalves de 62 anos de idade. (Ofício nº 505/2009 - MPF: 30).

As informações prestadas constam que a São Fernando açúcar e Álcool Ltda, referida como usina São Fernando é uma empresa que possui como sócios quotistas as empresas São Marco Energia e Participações Ltda/Heber Participações S/A, sendo esta última uma empresa do grupo Bertin. A relação mantida entre a Usina São Fernando e a fazenda Serrana é contrato de parceria agrícola de parte da área do imóvel, abrangendo local onde a usina realizou plantio de cana-de-açúcar.

Segundo instrumento particular de contrato de parceria agrícola e outras avenças, a parceira-agricultora é representada no ato por seu diretor operacional, Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai e Cássio Guilherme Bonilha Tecchio da parte da fazenda Serrana, matrícula nº 68852, com 108 hectares.

Considerando que a parceira-agricultora pretendia plantar cana-de-açúcar em uma extensão de 95 ha e conforme parágrafo 1º, as partes esclarecem que a área de reserva legal, as áreas de preservação permanente, tal como consta no registro do imóvel, não se encontram na área dada em parceria. A parceria teria 06 anos de duração, a contar de 20 de março de 2009, encerrando-se dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por mais um ano, e 16% da safra caberia ao proprietário.

Consta no referido contrato - VI – Do uso e manutenção da área – parágrafo 1º- O despejo da área atualmente invadida por índios é de responsabilidade exclusiva do usufrutuário, sendo que os parceiros-proprietários respondem solidariamente pelas despesas incorridas com o referido despejo.

Consta também na cláusula 21ª – Caso haja eventual execução dos ônus gravados sobre os imóveis ora dados em parceria agrícola, ou ainda, caso o imóvel seja objeto de desapropriação para a criação de reserva indígena, a parceira-agricultora, unilateral e independentemente de justificativa, pode rescindir o contrato sem que isso represente descumprimento de contrato para fins de direito. (Em 20 de março de 2009:160)

No período entre 2009 a 2013 a comunidade enfrentou a morte de várias pessoas vítimas de atropelamento na BR. O filho de Damiana Cavanha, Sidnei Cário de Souza, de 26 anos, foi atropelado no dia 28 de junho de 2011, atingido por um ônibus nas proximidades do trevo que dá acesso ao município de Laguna Carapã.

Segundo os moradores do Apyka'y, o ônibus era de transporte de trabalhadores da Usina São Fernando e o motorista não parou para prestar o devido socorro. Após a morte de Sidney Cário, morreu o Valdicrei no dia 30 de novembro de 2011. Cerca de um semestre após a morte de Valdicrei, na data de 16 de junho de 2012, morre Aginaldo Cário de Souza, de 19 anos, neto de Damiana. Na data de 26.06.2012, apenas dez dias após a morte de Aginaldo, faleceu Magno Freitas dos Santos. No dia 22 de março de 2013 morre atropelado Gabriel Lopes Cavalheiro, neto de Damiana, de apenas quatro anos de idade. Após o atropelamento, o motorista fugiu sem prestar socorro e nunca foi identificado. Em 2014 ocorreram mais duas mortes por atropelamento, Adecy Lopes, 17 anos, atropelada no dia 08 de fevereiro de 2014 e de Ramão Araujo, 64 anos, atropelado no dia 14 de março de 2014.

A Nota Técnica Antropologia/MADA/Nº 020/2012, referente à visita programada ao Curral de Arame/Dourados que foi realizada na data de 26 de junho de 2012, refere-se à data do atropelamento de Magno de Freitas no dia 26.06.2012. Há cerca de um ano atrás outro dos filhos de Damiana Cavanha fora também atropelado, Sidnei Cário de Souza, na data de 28 de junho de 2011. Outro atropelamento fora o de Aginaldo Cário de Souza, uma semana anterior ao que vitimou Sidney Cário. Aginaldo Cário de Souza nasceu em agosto de 1993, filho de Magno de Souza, portanto, neto de Damiana.

A violência da morte de Sidney Cário de Souza é descrita pelo jornal “O Progresso – Notícias de Dourados”, de 27.06.2011:

“Indígena é atropelado por 02 ônibus e tem corpo dilacerado. A vítima era Sidnei Cário de Souza de 26 anos. Testemunhas informaram que ele seguia a pé pela rodovia para encontrar com a filha que chegava da área central de Dourados. Vítima teria um total de 5 filhos. Em determinado momento foi atropelado por um ônibus. A vítima caiu na pista e foi atropelado por um segundo coletivo cujas rodas passaram em cima dele. Nenhum dos veículos foi identificado ou localizado pela polícia. Com o impacto, o corpo da vítima foi totalmente dilacerado e arrastado por 300 metros.



Figura 2 - Enterramento no Apyka'í.

Segundo a Nota Técnica: MADA/MPF/Antropologia/Dourados/Nº 21/2012, no mês de julho de 2012, a morte do Aginaldo Cário de Souza deu-se quando ele fora de bicicleta até a cidade de Dourados fazer pequena compra e ao retornar, vindo pelo acostamento foi atropelado por uma motocicleta. Ramona Cácere, a esposa de Aginaldo,

viu o acidente de onde se encontrava. O motociclista, disseram os índios, estava trajando uma roupa de cor escura (azul escura), que caracterizava a farda de funcionários da usina São Fernando. O piloto da moto, no entanto, não se evadiu do local, permanecendo junto ao acidentado até chegada do Corpo de bombeiros. O acidente ocorreu no dia 16 de junho, vindo a falecer dia 17 de junho.

Através do Ofício nº 004/20014/AJUR – CIMI/MS de 04 de agosto de 2014, dirigido ao MPF – Procurador Marco Antonio Delfino de Almeida solicita providências referentes à comunidade indígena do Apyka’í, frente às constantes violações dos direitos humanos e aos direitos fundamentais firmados na CF/88. Alegam: *“Além de todo histórico da problemática territorial e social que vivencia a comunidade ao longo desses 15 ou 20 anos, nos últimos dias, receberam a visita de um funcionário da Usina São Fernando, arrendatário da área em que a comunidade reivindica, para lhes informar que procederiam na queima da palha da cana, o que, por saber é expressamente proibido desde 2012. Ademais, não seria a primeira vez que esta comunidade seria atingida diretamente pela queima da cana. Solicita providencias para que não aconteça uma tragédia no local”*.

Após um grande incêndio ocorrido no dia 22 de agosto de 2013 que atingiu a área onde a comunidade Kaiowá do Apyka’í estava precariamente acampada, optaram por tentar, mais uma vez, entrar e permanecer em parte do território (atual fazenda Serrana), que reconhecem como um antigo assentamento indígena. O fogo invadiu a BR 463 e atingiu a área da comunidade, destruindo barracos, alimentos e objetos pessoais. Dois dias após o incêndio só havia cinzas, e a comunidade do Apyka’í novamente decidiu entrar na área que que identificam como terra de ocupação tradicional, local onde permaneceram até março de 2016.

Passaram a viver no local a liderança Damiana, seu filho, nora e netos. Agregados ao grupo também se encontravam os sogros do filho de Damiana, além de outra família com filhos e netos. O reduzido número de pessoas a compor o grupo decorre das restrições materiais e da persistente insegurança, conseqüente das frequentes ameaças sofridas pelo grupo, condições que impedem que mais parentes permaneçam na área, os quais afirmam que retornarão assim que área esteja regularizada.

As áreas localizadas à beira de rodovias tendem a apresentar condições muito precárias. O espaço para acomodação é mínimo, consistindo apenas na estreita faixa de terra entre a cerca da fazenda e a estrada. Aí acresce ainda a dificuldade de acesso à água e

à madeira seca para fazer fogo. Outra condição ainda mais preocupante é a proximidade com a rodovia que os deixa em uma situação de risco, ocorrendo muitos atropelamentos seguidos de morte.



Figura 3 -Vista do acampamento após o incêndio.

A situação vivida pelo grupo se tornou preocupação de uma série de organismos nacionais e internacionais, gerando uma quantidade significativa de notícias em jornais *online*. A partir de reportagens publicadas em jornais locais, nacionais e internacionais é possível traçar o histórico das tragédias envolvendo as famílias do Apyka'í. (LUTTI: 2015: 259)

Devido à situação em que se encontra o grupo, e a repercussão que alcançou internacionalmente, em agosto de 2013 esteve em Dourados Salil Shetty, o Secretário-Geral da Anistia Internacional, e durante a visita à cidade de Dourados, ele visitou a Reserva Indígena de Dourados (RID), conversou com as lideranças da área e visitou o Apyka'í. O Secretário da Anistia internacional demonstrou preocupação com a situação das famílias indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, chegando a firmar que o país não pode apostar no desenvolvimento que tenha como preço a violação dos direitos das populações indígenas e tradicionais, e que quando a justiça demora é como se fosse negada. (Salil Shetty, 07/08/2013)

Levando em consideração as condições em que se encontrava o grupo, o MPF optou por instaurar uma ação civil pública em face da União, determinando a aquisição de uma área mínima para que a comunidade pudesse viver com dignidade e

de acordo com seus usos e costumes. A situação em que se encontrava o grupo tratava-se de uma violação ao princípio da dignidade humana e o direito à terra. A Ação Civil Pública acionada pelo MPF suspendeu o pedido de reintegração de posse e determinou em dezembro de 2014 que a União comprasse trinta hectares no local onde os índios estavam ocupando. Os assentados deveriam permanecer na área até que fossem realizados os trabalhos de identificação da área reivindicada pela comunidade do Apyka'í. Entretanto, a ação proposta não pode ser concretizada, permanecendo o quadro de extrema insegurança.

A trajetória das vivências dos Kaiowá do Apyka'í aponta para os grandes obstáculos enfrentados pela comunidade indígena após a decisão de retomar ao tekoha, destacando a instabilidade da ocupação que oscilou entre inúmeros acampamentos, com retomadas e recuos. De 2002 a 2016 o grupo necessitou mudar oito vezes.

Neste período, a comunidade tentou entrar na área da fazenda Serrana diversas vezes e foram expulsos, sofreram com a presença de pistoleiros, foram vítimas de um grande incêndio e tiveram oito mortes por atropelamento. Aí configurado o vínculo indissolúvel de Damiana e seu grupo, que apesar de tudo, permaneceram perisistentes no objetivo de recuperar o tekoha e tem mobilizado uma série de aliados.

A situação dramática vivida pelo Apyka'í é marcada pelo elevado índice de pessoas atropeladas na rodovia, falta de espaço, as ameaças e pressões dos fazendeiros e condições de precariedade de existência que acabaram por mobilizar apoio de pessoas e instituições espalhadas pelo mundo e que, a princípio, não teriam nenhum vínculo com a reivindicação do Apyka'y. Lutti (2015) afirma que *“a internet foi uma ferramenta imprescindível para que o Apyka'í passasse a ser conhecido no cenário nacional e internacional”*.

Afirma a autora citada (2015:264) que passou a existir uma mobilização virtual internacional em prol da comunidade, com grande quantidade de páginas na internet que começaram a denunciar as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo grupo. Junto às denúncias foram postados vídeos, fotos, depoimentos contra a Usina São Fernando que fica localizada na mesma região. Consta também na internet, um abaixo assinado denominado *“Deixe o Apyka'i Viver”*.

A campanha *Deixe o Apyka'y Viver* foi produzida com apoio da *Campanha Guarani*, do *Aty Guasu* e outras instituições que compuseram um grupo de apoio, que articulou através de páginas na internet e de redes virtuais como o facebook, construindo redes de colaboradores espaço de denúncia.

Existe um abaixo assinado na página da internet de um grupo denominado Campanha Guarani e reúne ativistas indígenas e não indígenas de quatro países: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. A página é alimentada por voluntários como pesquisadores, documentaristas, cineastas e jornalistas que enviam notícias, informações, vídeos, fotos, e principalmente, denúncias das situações de ameaças vividas pelas famílias indígenas.

Após a visita do secretário geral da Anistia Internacional no MS, a pesquisadora Maria Rita Kehl, responsável pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade também esteve no Apyka'á. Kehl esteve em Dourados no final de 2013 e também pôde visitar o acampamento do Apyka'í. Após tal visita ela declara:

A razão dos Guarani para permanecer na terra é bem mais sofisticada. Eles não admitem abandonar seus mortos, que por sua vez foram assassinados porque se recusaram a abandonar a terra de seus mortos mais antigos – e assim por diante. O fio que dá sentido à vida deles não se rompe com a morte dos antepassados. Ao contrário: os vivos continuam a se relacionar com os que se foram. Continuam ligados não apenas à memória dos mortos, como nós, mas ao terreno onde morreram e foram enterrados, pois ali eles ainda estão.

Não se abandona a terra que abriga os corpos dos antepassados, dos filhos e dos companheiros, dos que morreram de velhice, de doença ou de tiro, ao proteger o mesmo cemitério indígena onde repousam antepassados ainda mais remotos. (Maria Rita Kehl, 24/11/2013)

Os visitantes quando chegavam ao Apyka'í eram levados para conhecer os túmulos de seus mortos vitimados no processo de luta pela terra, os quais ficam localizados em dois cemitérios. Damiana Cavanha se encarrega de limpar o caminho, e quando se aproxima dos túmulos ela canta e toca o *mbaraka* para os parentes que morreram.

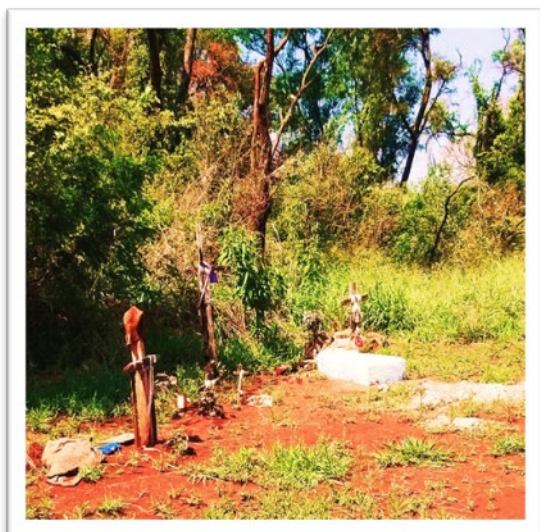


Figura 4 - Cemitérios no interior da Fazenda Serrana onde enterraram alguns dos atropelados.

O atropelamento da jovem Adeci Lopes, ocorrido no dia 09 de fevereiro de 2014, gerou uma grande comoção do grupo e das comunidades vizinhas que mandaram representantes para prestar apoio a Damiana e sua família. A morte de Adeci no início do mês de fevereiro ocorreu junto de outra má notícia para aquela comunidade, que era novo pedido de reintegração de posse com prazo de um mês para a saída de todos de dentro da área. (LUTTI:2015: 266)



Figura 5 - Enterramento de Kaiowá do Apyka'í vítima de atropelamento na BR.

Um pedido de reintegração de posse junto a mais uma morte por atropelamento causou uma grande indignação entre os Guarani e Kaiowá, tanto para os do Apyka'í quanto para os demais indígenas que vivem em outras áreas. O cumprimento da ação de reintegração de posse da área onde os indígenas estavam assentados significava uma situação perigosa para o Apyka'í, e da mesma forma para todos os outros grupos em situação similar.

A partir de então o representantes do *aty guasu* se reuniram para organizarem as possíveis ações a serem implantadas. Decidiram que seria necessário reunir mais gente no tekoha Apyka'í, e iniciaram contatos solicitando presença no local onde se encontravam. A ideia inicial era a de fechar a rodovia naquele mesmo dia, o que não foi se tornou possível devido ao velório de Adeci Lopes que ocorria dentro da área, além dos riscos envolvendo a vida de mais pessoas.

Segundo Lutti (2015: 268), marcaram presença no Apyka'í naquela data, alguns estudantes da UFGD, alguns professores, pessoal do CIMI, rezadores, membros do *aty guasu*, e representantes indígenas de diversas áreas. Em razão das preocupações com o despejo de Damiana e familiares, decidiram organizar uma passeata, quando compareceram pessoas de quase todas as áreas indígenas do estado, com presença de

muitas lideranças. A passeata saiu do Trevo da Bandeira, na saída de Dourados e teve como ponto de chegada o Apyka'í, quando foi realizada uma grande reunião entre as lideranças indígenas. (LUTTI: 2015: 270)

Como a polícia providenciou o fechamento dos dois trevos que davam acesso ao acampamento, a passeata teve repercussão aquém do esperado. A rodovia sempre com muito fluxo ficou esvaziada para os índios marcharem pelo Apyka'í, e o ato foi publicado na mídia de maneira restrita. Na passeata também estiveram presentes Bonifácio, liderança do Pakurity; João Vera e Valdenir, lideranças do Ñu Porã, Gilda e Ambrósio, lideranças do Ñu Vera. Plácida, que era liderança do Paso Piraju, também as lideranças da reserva de Dourados e de outras áreas mais afastadas.

Aline Lutti conclui sua avaliação sobre a mobilização ocorrida no Apyka'í, afirmando que tornaram-se nítidos os vínculos de solidariedade que foram estabelecidos entre pessoas residentes nos diferentes assentamentos indígenas. Trouxe ainda visibilidade às relações existentes entre as pessoas de diferentes áreas indígenas localizadas no entorno do Município de Dourados, as quais têm em comum a recusa a uma vida em situação de reserva e a luta para a redefinição dos espaços que consideram vitais.

b). 3 A alma, o Corpo e a Territorialidade Kaiowá

O local de nascimento e as relações consanguíneas são fatores determinantes do pertencimento da pessoa ao território, acrescentando uma relação entre solo e sangue, ou seja, os sepultados no tekoha que de algum modo participavam da vida diária do grupo. Assim a reivindicação territorial por Damiana Cavanha partiu da aliança com seu marido Ilario Cário que propiciou a demanda do Apyka'í acampando nas imediações da Fazenda “Serrana”, e também em linha de ascendência com familiares sepultados.

A reivindicação para a demarcação de um território específico também se ancora em uma rede de relações com as famílias do seu acampamento, as famílias de outras terras indígenas e outros acampamentos, e de muitas modalidades de envolvimento com os vivos e os mortos.

Conforme suas concepções de territorialidade, o acampamento reivindicatório é uma organização política fundada em um sistema de parentesco, além de relações de convivência e proximidade na luta cotidiana, sempre permeada pela experiência de uma memória e criação de outras alianças enquanto espaço de resistência e contestação à

vida longe do tekoha e do confinamento nas reservas.

O Apyka'i está acampado há mais de duas décadas e passou por dois incêndios e seis remoções forçadas, uma morte por envenenamento e seis atropelamentos, além de violências cotidianas impostas por um grupo paramilitar.

O acesso à água é limitado, quando chove o córrego fica embarreado e no período de manejo do cultivo de cana tudo resta contaminado por agrotóxicos. Sem espaço para o roçado, sua alimentação depende basicamente das cestas básicas da FUNAI e outras doações de apoiadores. E resistem bravamente diante dos riscos a que estão expostos, debaixo de sol, chuva, e lona, e revivendo alianças mais antigas e fundamentais daquela gente e daquele local.

De acordo com a análise de Morais (2016) “é uma relação de sangue revivendo alianças mais antigas e fundamentais daquela gente e daquele local, reiterando as relações com as antigas gerações que ali viveram e foram enterrados, e, na descendência, a relação dela com seus filhos e netos, vivos e mortos. Na linha das alianças, figura a relação com seu falecido marido, quem primeiro fez surgir o acampamento. Também produz relações traçadas pela convivência, pela partilha das penúrias, pela circulação de objetos, pessoas, e afetos, que no limite aumentam ou diminuem as distâncias dessa “multiterritorialidade”.

Em vida, a pessoa Kaiowá portaria duas almas: uma seria a “fala”, a outra seria a “sombra”. *Nhe'e* (fala), que na linguagem dos xamãs seria identificada como *gyrá*, um pássaro, voaria imediatamente ao céu no advento da morte. Já a “sombra”, *ã*, dependendo do tipo de morte (suicídios e violências) são especialmente perigosos para os vivos, pois deixam o *angue* que os ataca e pode levá-los à morte.

Segundo Mura (2006, pp. 255-260) os Kaiowá identificam uma alma dividida em duas: uma corporal, e uma espiritual. A alma corporal seria o *ã*, que evolui com o corpo e depois da morte transmuta-se em *angue*; associado a ela, estaria o *tupichúa*, um “espírito familiar” identificado com um animal, e que teria influência sobre os apetites corporais da pessoa. A alma espiritual, *ne'e*, *ayvuu*, ou *gyra* seria esta sim a verdadeira identidade Kaiowá, que se assenta no corpo e dá ânimo ao sujeito.

Enquanto o *ñe'e* abandona aquele corpo e sobe às moradas celestes, o *angue* (*anguery*, no plural). Uma segunda divisão do corpo, um espectro, um corpo desmaterializado, precisa ser conduzido pelos vivos à sua morada no poente. Há uma divisão inicial entre alma e corpo e na sequência uma pessoa dividida em dois corpos: um material, e um imaterial.

O corpo vira o pó, a poeira, o material, por isso que ele nunca desaparece e fica ali na região, faz parte daquela área, daquele terreno, daquele território. O corpo “faz parte do local”. Essa fusão material da pessoa com o espaço só está dada na relação com os parentes e familiares (convivendo, comendo, dormindo, casando, tendo filhos, e, ao morrer, a pessoa vai se misturando progressivamente ao terreno).

O verbo empregado pelos Kaiowá e que define o ato de enterrar os seus mortos é *-ñoty*, “semear”, “plantar”; *ñoñotyha*, a “plantação”, é uma das maneiras de se referir a “cemitério” ao lado do termo *te’õgueha*. O corpo enterrado vira ‘adubo’, que faria crescer as plantas domésticas na roça, de modo que há no plantio, na colheita, um sentido de comunhão. Há uma parcela dos mortos inscrita na terra, e o corpo enterrado faz brotar a palmeira pindó, a peroba, e o cedro. Os ossos configuram elementos associados à territorialidade. A vida, e, sobretudo a morte, grafa as pessoas na terra até que o sujeito resta definitivamente inscrito no espaço – “o corpo faz parte do terreno mesmo”.

Segundo Morais (2016: 222/224): *“O corpo dos filhos de Dona Damiana, são inscritos nas relações expressas na terra, no sangue, no parentesco, nos compadrios, e também em suportes menos materiais como projetos, desejos, memórias, saudades, sonhos, que no caso dos Kaiowá também têm suporte ou são estatutos do corpo. E uma vez mais me parece que a chave é pensar o espaço a partir do corpo. O corpo é o ponto de articulação dessas relações, e por isso ele é essencial à ordenação da vida social, para produção do espaço, e a organização do cosmos”.*

Há uma produção do espaço a partir da localização do corpo no terreno; há também, um vetor de desterritorialização do corpo e da pessoa a partir da morte. Seu corpo é “pulverizado” e se espalha sobre a terra, o corpo, e a sepultura, fincados como o esteio de uma casa, são como pontos de referência no espaço e no cosmos para orientação dessas relações.

A luta pela terra, aí propriamente formulada como “pedidos de demarcação” em oposição aos fazendeiros, expressa a necessidade de reprodução da relação com os mortos no tempo e no espaço.

O processo histórico de colonização no Mato Grosso do Sul determinou os contornos da atual configuração da territorialidade dos Kaiowa e Guarani nos limites determinados para o confinamento em reservas, e os acampamentos de retomada são como territorialidades de resistência. Na penúria dos barracos de lona os Kaiowa e Guarani tecem suas relações com sua territorialidade onde o corpo aparece como um

eixo organizador da vida social, do espaço, do mundo, do cosmos. E Damiana combina a morte de seus parentes no tekoha Apyka'i com a reivindicação territorial.

Dessa forma, pode-se compreender como que a expulsão da família Cário/Cavanha da Fazenda Água Suja, no tekoha Jukeri'y, e o seu assentamento em torno das terras já sabidamente ocupadas tradicionalmente por antepassados Kaiowa, acabam produzindo um sentimento cada vez maior de pertencimento, tanto no desenvolvimento da vida das pessoas como na morte. O Apyka'i passa a ser a referência de local para a criação dos filhos, local onde é possível realizar algumas práticas tradicionais, ainda que restritas, lugar onde se desenvolve a vida da comunidade. O forte simbolismo da antiga casa de reza e da circulação de importantes referências religiosas também contribuem fortemente para essa ligação. E a morte dos parentes naquele local, somado ao seu enterramento no tekoha, acabam por reforçar ainda mais a ligação daquela terra específica com a parentela da família Cário/Cavanha, tornando aquele local o centro da reivindicação territorial.

d) identificação das práticas de sucessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios casuais, temporais e espaciais;

A organização social Kaiowá e guarani se baseia na família extensa que reúne um número variável de famílias nucleares. Segundo Pereira (2015), o prestígio do casal de articuladores da parentela é diretamente proporcional ao número de famílias nela reunidas, de modo que a substituição ou morte dos mesmos implica em novos arranjos na disposição das famílias nucleares entre as parentelas. Para entender a história política das comunidades é fundamental ter em mente que o modo de composição das parentelas passou por profundas alterações ao longo do tempo.

A parentela fundamenta a organização da existência de qualquer comunidade guarani ou Kaiowá, a qual sempre está articulada em torno de um casal de velhos que detém reconhecida habilidade e sabedoria para reunir em torno de si seus filhos, genros, noras, netos, e alguns outros parentes mais distantes. Pessoas não aparentadas podem ser incorporadas pela parentela desde que demonstrem interesse e disposição em seguir as orientações prescritas.

Com a morte do organizador da parentela faz-se necessária sua sucessão, quando é feita a escolha de um novo líder, geralmente recaindo em um casal composto por um filho ou genro do líder falecido. Tal procedimento permite que algumas parentelas permaneçam radicadas em um mesmo espaço por várias décadas, em razão de que os

descendentes tendem a reproduzir as mesmas relações de alianças já mantido por seus ascendentes. Em muitos casos, quando não há consenso sobre a escolha do novo líder da parentela, a sucessão muitas vezes impõe a divisão da parentela em duas, ou acontece a incorporação das famílias nucleares descontentes com o novo líder são incorporadas por parentelas relacionadas. A mobilidade das parentelas sempre ocorre no território de uso comum de um conjunto de parentelas aliadas, as quais formam o *tekoha guasu*.

Comumente o *tekoha* ou comunidade é formado por um número variável de parentelas (*te'yi*), variando entre três a cinco, as quais ficam localizadas entre uma a três léguas entre si. O padrão de territorialidade tradicional dos Kaiowá e Guarani é configurado pelas parentelas a ocuparem afluentes próximos de uma mesma bacia hidrográfica, buscando manter interação para as trocas matrimoniais, as festividades e os rituais. Tal padrão se alterou radicalmente com a presença das frentes de ocupação econômica, impondo a gradativa perda do território, o deslocamento forçado das parentelas, e o recolhimento nas reservas demarcadas pelo SPI. As reservas se transformaram em áreas de acomodação de grande número de parentelas e comunidades. Como as comunidades recolhidas nas reservas nem sempre tinham um histórico de aliança, a convivência se tornou difícil, fato agravado pela concentração demográfica e perda de autonomia políticas. Essas questões estão na origem da maior parte de problemas sociais das atuais reservas, como é o caso do alto índice de violência. (PEREIRA: 2015: 95-96)

A noção de território corresponde ao *tekoha guasu*, onde cada comunidade encontra-se inserida em redes de alianças, envolvendo outras comunidades que ocupam espaços contíguos, formando um único território. Assim, o conjunto de parentelas associadas forma o *tekoha guasu*, significando, literalmente, grande comunidade ou território amplo.

Além das oscilações na constituição numérica da parentela em decorrência dos naturais nascimentos e mortes, interferem também os processos políticos de ascensão e declínio de líderes, que podem levar à cisão da parentela, obrigando ao estabelecimento de uma nova ocupação, sempre nas proximidades da anterior. A insistência das parentelas em permanecer no espaço ocupado por sua comunidade (*tekoha*), ou ocupado por comunidades aliadas (*tekoha guasu*), deve-se ao forte sentimento de identidade que os kaiowa e guarani constroem com o espaço tradicionalmente ocupado. A configuração demográfica e política de um *tekoha* é histórica, tendo em vista que as transformações

ocorridas na configuração de cada uma das parentelas alteram também as relações entre as parentelas que compõem uma comunidade (*tekoha*).

Dentre um conjunto de parentelas associadas, a liderança geralmente recairá a alguém pertencente à parentela politicamente mais importante. Quando uma das parentelas não é suficientemente importante para ela se impor na escolha da liderança, é comum a formação de uma coalizão, envolvendo duas ou três parentelas, para conseguir construir a hegemonia política do *tekoha*. Antes da penetração das frentes de ocupação, a liderança de um *tekoha* era de cunho eminentemente religioso, época em que a coesão de um *tekoha* era efetivamente assegurada por atividades religiosas. A partir da criação das reservas, o que ocorreu entre 1915 e 1928, o SPI impôs o capitão como responsável pelo controle político das comunidades, passando cada vez a mais a feição de liderança política a ter domínio nas reservas. Apesar da imposição do capitão, muitos líderes combinam funções políticas e religiosas, ou contam com apoio de determinados líderes religiosos, compatibilizando a distribuição de tais funções (PEREIRA: 2015: 96)

O aparecimento da figura do capitão ocorreu a partir do início da vida em reserva, pois nas comunidades que viviam fora das reservas a existência do líder não estava associada à presença do Chefe de Posto. A partir da criação das reservas, acontecia dos chefes de postos visitarem comunidades que estavam fora das reservas e escolherem algum líder para ser o capitão, o que não implicava que ele passasse a dispor de poder semelhante aos que existiam nas reservas.

Segundo Barbosa da Silva (2007), até os anos de 1950/60, a região do Alto-Médio Dourados contemplava pelo menos seis *tekoha*: Jatayvary, Manga'isyty, Yramõi (Rio São João), Kuarti Huguái e Camba Jety (cf. Almeida 2004). Este amplo espaço territorial passou a ser pelos índios denominado de “Lima Campo”, através da junção de dois critérios, isto é, se trata de uma região de campos naturais, a qual passou a ser controlada pelo Tenente Coronel João Lima, no fim do século XIX, e posteriormente por seus descendentes (os Lima), e daí surgiu “o campo dos Lima”, que depois tornou-se “Lima Campo”. Este amplo *tekoha guasu* compreende ainda os municípios constituídos de Ponta Porã (distrito de Sanga Puitã e de Laguna Carapã), aproximadamente 100 Km de Dourados.

Até o início da década de 1950/1960, as parentelas das comunidades que viviam no *tekoha guasu* Lima Campo - Região Alto Médio Dourados - dentre elas as do Apyka'i, eram lideradas por chefes religiosos, no caso, um deles era Luiz Cário, pai de Ilário Cário, o ex marido de Damiana Cavanha. Eles eram os responsáveis pela

condução dos grandes rituais e pela manutenção das redes de alianças entre as comunidades (*tekoha*). Nesses rituais, as parentelas e comunidades residentes no *tekoha guasu* se revezavam como promotoras dos eventos festivos e rituais. Um líder previamente escolhido fazia o papel de anfitrião, e diversas parentelas de localidades próximas, pertencentes a outros *tekoha*, eram convidadas para os festejos.

Luiz Cário era o "dono" de uma *ogapysy*, e era um influente "rezador" reconhecido em outras comunidades Kaiowa da região, pois nas décadas de 1940 e 1950, teria sido o *tekoaruvixa* (liderança religiosa e política) de Lima Campo. Seus descendentes estão divididos entre Apyka'i, Jatayvary, Caarapó, Guaimbe e Dourados. Segundo cálculos de pessoas mais idosas pertencentes aos grupos macro familiares do *tekoha guasu* Lima Campo, a *ogapysy* de Luiz Cário teria existido há cerca de 50 ou 60 anos atrás, quando era um *mitãrusu*. Há referências da realização de muitas festas e muitas cerimônias naquele lugar, para onde eram chamados parentes e aliados de outros lugares da região do Lima Campo. Havia pelo menos três *oygusu* (casas onde habitava uma família extensa) nas redondezas do *Yvu*, cujo *tamõi* era Luiz Cário. Naquela época só havia índios e as fazendas foram gradativamente expulsando-os e se apossando de tudo. Usaram de violência, utilizando-se de armas de fogo e não deixaram os índios permanecerem em seus territórios, mas muitos deles retornaram inúmeras vezes, mas grande maioria teve que se deslocar para Dourados.

Luiz Cário é o pai de Ilário Cário, e foi liderança das parentelas que compunham o *tekoha guasu* Lima Campo. Após sua morte, Ilário Cário passa a liderar a família, e juntamente com a esposa Damiana Cavanha e filhos, além de outros componentes da parentela são forçados a se refugiarem nas reservas indígenas de Caarapó, Dourados e outras, em inúmeras idas e vindas em circularidade pela extensa área daquele *tekoha guasu*.

Após longa temporada inseridos no processo da circularidade, e continuamente engajados em trabalhos de fazendas da região de Lima Campo, outras vezes indo para as reservas demarcadas pelo SPI, Ilário Cário e seu grupo familiar decide compor a rede de parentelas que estava a reivindicar a regularização fundiária do *Jatayvary* no ano de 1999, o que é facilmente explicado pela rede de relações intercomunitárias e a natural reciprocidade entre os *te'y'i* que compõem o *tekoha guasu*.

Naquele contexto passa a agregar o *te'y'i* dos Isnardi, cuja figura de destaque era o cacique Nestor Isnardi, com quem era aparentado. Após a mobilização inicial para “entrada” na área de Jatayvary, Ilário Cário reúne sua própria parentela e empreende seu

movimento de reivindicação, passando a instalar-se nas proximidades da área pretendida que consideram ser de pertencimento étnico da sua parentela.

Em um dos acampamentos estabelecidos à beira da BR 463, Ilário Cário é vitimado por um atropelamento, vindo a falecer no ano de 2002, data em que a liderança do grupo familiar passa para sua esposa Damiana Cavanha, a qual prossegue na luta para regularizar espaço de exclusividade étnica, conforme processo iniciado pelo seu primeiro marido.

Em períodos anteriores à criação do SPI e de suas ingerências sobre as formas próprias dos Kaiowá escolherem seus líderes, cada parentela e cada comunidade tinha sua própria liderança, embora reconhecessem a ascendência moral de alguma liderança religiosa, sobre um conjunto de comunidades relacionadas. A figura do “capitão” surge somente a partir do contato mais intenso com a sociedade regional, quando passam a necessitar de um intermediário indígena na relação com os diversos agentes da sociedade nacional.

Em algumas comunidades, a figura do capitão poderia ter surgido sem a ação direta de um chefe de posto do SPI, situação em que esta forma de liderança não dispunha de autoridade policial sobre as famílias da comunidade, apenas cumpria a função de representar a comunidade, principalmente na relação com os ervateiros estabelecidos na região e com os primeiros povoadores das cidades que se formavam. A autoridade desses “capitães” emanava da capacidade de aconselhamento, contrastando com as figuras centralizadoras e autoritárias dos “capitães” nomeados diretamente pelos chefes de postos do SPI, muitas vezes os responsáveis por expulsar à força as comunidades de seus territórios, obrigando-as ao recolhimento na reserva. (PEREIRA: 2005: 98)

Com a perda gradativa da autonomia política, a perda do controle do território e a submissão ao sistema de dominação, a escolha das lideranças próprias, em muitas comunidades coincidiu com a intensificação das atividades de extração de erva-mate, a construção de estradas para o transporte de erva em carretas de boi e a implantação das primeiras fazendas de criação de gado. A mão de obra Kaiowá e guarani foi utilizada em larga escala na atividade ervateira e em atividades de desmatamento, interferindo no calendário anual de atividades produtivas e rituais. Conseqüentemente, isto contribuiu para desarticular formas de sociabilidade próprias dessas comunidades, diminuindo sua capacidade de fazer oposição à expropriação do território.

A inserção dos Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos empreendimentos agropastoris, organizados pelas frentes de expansão econômica, impôs transformações significativas no sistema de organização política praticado em suas comunidades. A consolidação dos primeiros empreendimentos de extração de erva mate e de criação de gado foi responsável pelo surto de relativo crescimento nos núcleos de povoamento que surgiram na região, na primeira metade do século XX (Pereira: 2015: 99). Com a gradativa instalação de proprietários na região, as terras passaram a ter valorização crescente, atraindo a atenção de interessados na especulação imobiliária, as quais incidiam em terras sabidamente reconhecidas na região como de ocupação de comunidades indígenas.

As comunidades Kaiowá e Ñandeva se viram cada vez mais assediadas pelos novos ocupantes do território, e as lideranças tradicionais não dispunham de muitas referências para lidar com os novos ocupantes que eram caracterizados por práticas extremamente violentas, com extremo desrespeito às mulheres e lideranças tradicionais.

II – HABITAÇÃO PERMANENTE

- a) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) nas atual(is), localização(ões).
- b) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização:

- a) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) nas atual(is), localização(ões).

a).1 Os antigos assentamentos guarani

Segundo Noelli (1993, p. 9), os Guarani reproduziram a sua cultura por mais de 3.000 anos até os primeiros contatos com os europeus no século XVI, o que estaria a evidenciar a permanência de elementos da cultura material e da organização espacial até o final do século XIX. Segundo Melià, o jesuíta Maciel de Lorenzana elaborou em 1620, um documento intitulado “Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços”, onde apresenta importantes descrições sobre a organização espacial e social dos Guarani.

A descrição refere-se a um assentamento Guarani composto por uma casa comunal habitada por uma família extensa. A casa não possuía paredes internas e seu tamanho se adequava ao número de famílias nucleares que compunha a família extensa. Cada família nuclear habitava o espaço entre um e outro esteio da casa, uma no lado direito e outra do lado esquerdo. O formato da casa facilitava a sua ampliação sempre que crescia o número de famílias nucleares.



Figura 6 - *Oygusu* (casa comunal) em uma foto de final do século XIX (Mura: 2006: p.364).

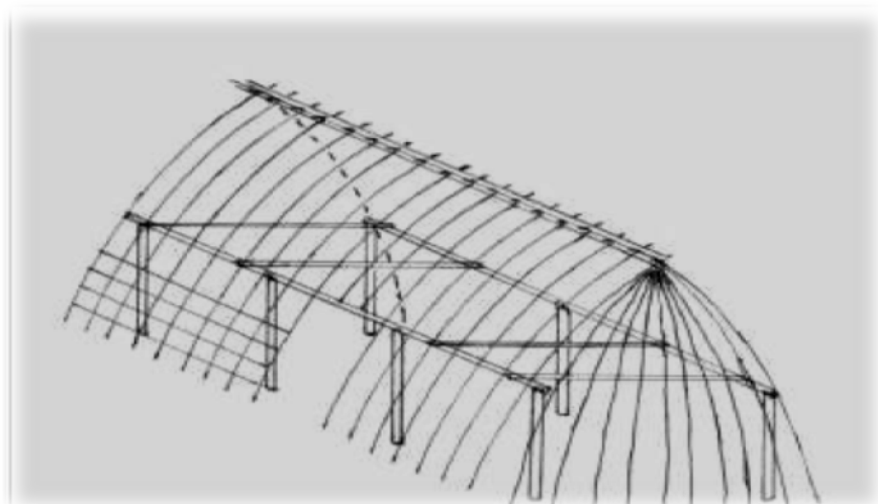


Figura 7- Esqueleto da *ogapysy* (Mura: 2006).

Além do espaço da casa, o assentamento era composto por um espaço de caça e pesca e por um espaço de agricultura. Em outro trecho, o autor caracteriza o espaço da agricultura, e a técnica de coivara utilizada pelos Guaraní para o plantio em áreas de floresta.

Com base nas antigas descrições, o assentamento guarani era composto por pequena população, composta por uma família extensa que dispunha de amplo espaço territorial para suas atividades sociais, culturais e de subsistência com pequena interferência externa. Basicamente, o assentamento era composto pela área da casa e seu

pátio, a mata onde se plantava e se praticava coleta e os espaços de caça e pesca (MELIÀ, 1997, p. 105).

Na obra “Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape” (1985) do jesuíta Antônio Ruiz de Montoya observam-se algumas passagens com indicações sobre características dos assentamentos Guarani do século XVII.

Ao descrever uma redução, Montoya (1985, p. 34) dá importantes informações sobre as formas de assentamento encontradas no século XVII. [...] *Note-se que chamamos “Reduções” aos “povos” ou povoados de índios que, vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais, “reduziu-os” a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana [...].*

Entre o século XVI e o XIX há a manutenção da maioria das características presentes nos documentos históricos. A mobilidade da família extensa por uma área territorial previamente definida por meio das áreas de roçado demonstra que o modo tradicional de vida dos Guarani economicamente aliava a agricultura, a coleta e a caça, além da possibilidade da pesca. O assentamento baseava-se em três espaços para a casa e seu pátio; a área de roças e coleta; e a área de caça e pesca.

Outros importantes documentos escritos no século XIX são os relatórios das diversas viagens de exploração no território do atual Mato Grosso do Sul entre 1829 e 1857, chefiadas por Joaquim Francisco Lopes, e pelo seu auxiliar, o engenheiro João Henrique Elliot.

Entre 1848 e 1849, navegando pelo Rio Ivinhema, em uma de suas margens, Lopes encontrou o grupo de Kaiowá liderado pelo “cacique” Libânio, o qual, segundo Elliot, tinha mais sete caciques e quatro mil índios sob suas ordens. Após o encontro, ocasião em que Lopes presenteou-os com artigos diversos, o explorador caminhou até a “aldeia” a qual é descrita como um aldeamento com “casas disseminadas como por bairros”. Encontraram um rancho coberto de folhas de caeté, e outros cobertos de folhas de jerivá. A localização da aldeia era junto às roças ou lavouras, onde cultivavam especialmente o milho, mandioca, abóboras, batatas, amendoins, jacutupé, carás, tingas, fumo, algodão.

Em agosto de 1857, Lopes, acompanhado por João Henrique Elliot, realizou uma viagem de exploração nos rios Iguatemi, Amambai, parte do Ivinhema e

adjacências, apresentando novos dados sobre formas de assentamento Kaiowá. Segundo a descrição desse assentamento é apresentado com clareza a existência de uma casa comunal, além de demonstrar um sistema de roças em meio à mata e a grande quantidade de terras ocupadas pelos Kaiowá, justamente onde estão as porções do território Kaiowá que atualmente são reivindicadas pelos indígenas. Há também importante menção aos caminhos (*tape po'i*) que interligavam os diversos assentamentos, configurando importante elemento que até hoje é revelador de níveis diferenciados de relações sociais. A descrição também permite verificar o grande e conhecimento que esses índios tinham da região, em especialmente de seus rios.

O estudo etnoarqueológico desenvolvido por Francisco Noelli (1993, p. 9-15) informa que os Guarani passaram mais de três mil anos antes dos primeiros contatos com os invasores europeus reproduzindo fielmente a sua cultura material, sua técnica de produção e subsistência.

O trabalho de Noelli permite ainda a sintetização de importantes elementos relacionados às antigas formas de assentamento guarani. As casas obedeciam aos padrões de organização social do grupo e os assentamentos podiam ser compostos por uma ou várias casas. A planta baixa das casas comunais tinha entre 300 e 400m². Os principais assentamentos eram localizados próximos a cursos d'água. Em relação ao tempo de duração de cada assentamento, o autor ressalta que eles permaneciam por longos períodos no mesmo lugar. Para ele, o *tekoha* tinha seus limites bem definidos, projetando um raio médio de ação de 50 Km. Sua sede (o assentamento) circula dentro destes limites, pois a ocupação guarani é temporal e espacialmente contínua. Segundo Noelli, o assentamento guarani era relativamente estável, mas se dividia em situações de crescimento populacional ou dissidência interna, sendo que a nova família extensa ocupava os locais mais distantes dentro da área manejada, enquanto o mais antigo permanecia onde estava. Documentos dos séculos XVI e XVII demonstram que as mudanças de local de assentamentos no período colonial ocorreram principalmente em função das pressões geradas pela situação de dominação colonialista (NOELLI, 1993, p. 75; 89; 145).

a). 2 A territorialidade Guarani e Kaiowá: *guára, tekoha e te'ýi*.

Considerando que a territorialidade guarani compreende a apropriação de determinados espaços a partir de pautas específicas, Susnik (1979-1980) construiu um

modelo de organização socioterritorial guarani dos séculos XVI e XVII, apresentando três unidades básicas que eram o *guára*, o *tekoha* e a *te'ýi*.

Segundo a autora acima citada (Susnik, 1979-1980, p. 18-19, apud Cavalcante: 2013; 59), a *Te'ýi*, ou família extensa é um grupo macrofamiliar unido por laços de parentesco, comportando até três gerações, e figurando os avôs (*tamõdi*) como liderança do grupo. As famílias extensas constituíam as unidades socioeconômicas básicas entre os Guarani, e exploravam as terras e as áreas de caça e pesca. Habitavam grandes casas comunais, chamadas *te'ýi óga*, as quais comportavam de dez a sessenta famílias nucleares. A inclusão de novos membros se dava por meio do casamento das mulheres com membros de outras *te'ýi*. A regra de residência após casamento era a uxorilocalidade, os genros se submetiam aos sogros social e economicamente, principalmente durante os primeiros anos de união.

Em determinadas situações, homens da terceira geração de um *te'ýi* podiam iniciar a formação de uma nova família extensa. A criação de novos grupos macro familiares poderia também ser motivada por cisões internas no decorrer das primeiras relações entre os espanhóis e os Guarani, geradas a partir de posições favoráveis ou não sobre manter uma relação amistosa com os intrusos. (SUSNIK, 1979-1980, p. 18-19).

Esse movimento de secessão entre famílias extensas por motivações políticas é relevante para a compreensão da organização espacial guarani, onde as novas unidades precisavam se territorializar em um espaço diferente daquele grupo de que estava se separando, não havendo problemas com espaços disponíveis, pelo menos até o século XIX, sendo, contudo, restringida com a intensificação da colonização do território Guarani durante o século XX.

Ainda conforme Susnik (1979-1980, p. 19), o *tekoha* se constituía a partir da associação de algumas famílias extensas (*te'ýi*) em número de cinco, seis ou mais. Dessa associação, forma-se uma consciência sociolocal unitária, uma espécie de vínculo sociopolítico e religioso, embora as casas comunais pudessem ficar distanciadas entre si, cerca de uma ou duas léguas.

A união de vários *te'ýi* em um *tekoha* possibilitava a emergência de mecanismos de coesão sociopolítica, tais como a reciprocidade no intercâmbio entre mulheres e cunhados; o estabelecimento de alianças defensivas ou ofensivas perante os grupos inimigos ou colonizadores; competição econômica entre as famílias extensas do *tekoha*, expressa pela abundância dos *te'ýi* em oferecer grandes festas. (SUSNIK, 1979-1980, p. 19).

A formação e a duração dos *tekoha* desencadeava intensa disputa entre os líderes de *te'yi (tuvicha)* na disputa pelo status de *tuvicha ruvicha*, liderança do *tekoha* que detivesse maior prestígio político e religioso. Tais disputas intercomunitárias poderiam resultar na saída de famílias extensas que se associavam a outro *tekoha* ou criavam um outro. Essa particularidade trouxe consequências nefastas por ocasião da colonização ibérica, quando os espanhóis passaram a explorar os conflitos internos para se aliarem com alguns grupos guarani em oposição a outros, causando enfraquecimento de todos. (SUSNIK 1979-1980, p. 19)

Os *guára* eram agrupamentos territoriais mais amplos que reuniam vários *tekoha*. *Guára* é um sufixo que significa “procedente ou morador de”. Segundo Susnik (1979-1980, p. 22), os documentos espanhóis do século XVI mencionam várias “províncias” guarani identificadas por nomes de rios ou nome de “caciques”. Dentre estas, ela destaca quatorze grupos e apresenta seus limites geográficos, bem como variações culturais observadas entre eles.

Susnik (1979-1980, p. 15-16, apud Cavalcante: 2013; 62) destaca que eles não formavam núcleos populacionais muito numerosos, mas se caracterizavam pelo sentimento de pertencimento a um *guára*, que pode ser definido como nucleações regionais que incluíam diversos *tekoha* com base nos seguintes fatores: delimitavam-se por rios e acidentes geográficos que funcionavam como limitadores do potencial de expansão de novas roças e áreas de caça; homogeneidade sociocultural; suficiente mobilidade interna dos fundadores de novas unidades socioeconômicas especialmente relacionada ao dinamismo das famílias extensas; o parentesco político que estabelecia um vínculo social intercomunitário baseado em restritas pautas de reciprocidade; a comunhão social mantida por meio dos convites para os grandes *jeroky* – rezas com seus xamãs que garantiam o bem-estar com suas qualidades de donos da palavra, da chuva e da interação mágica; e a presença dos *tuvicha ruvicha*, que podiam reunir suficiente número de guerreiros para ações de defesa ou vinganças violentas.

Para Susnik (1979-1980, p. 16), os *guára* não constituíam organismos sociopolíticos no sentido estrito do termo, mas os interesses comuns, os vínculos sociais e uma conduta unitária frente a algumas circunstâncias dissociadoras. Quando não havia circunstâncias perturbadoras, como superpopulação ou demasiada pressão externa, observava-se certa estabilidade dos *guára*.

A consciência de *guára* se manifestava nas relações inter-societárias, nos vínculos sociais e numa conduta unitária frente a algumas circunstâncias dissociadoras.

Havia caminhos que ligavam as várias porções territoriais, sendo comum a circulação de xamãs e mensageiros, que disseminavam informações importantes em situações de crise (Susnik, 1979-1980, p. 16-17). O sentimento de exclusivismo territorial não permitia o livre trânsito ou estabelecimento de *te'yi* em outro *guára*, o que ficava a depender de negociações que nem sempre eram frutíferas, pois o potencial do poder xamânico de seus *tuvícha* era temido.

a).3 *Tekoha*: local de vivência segundo organização sociocultural

Diante da ampliação da presença colonialista na região sul de Mato Grosso do Sul, os Guarani e Kaiowá passaram a responder tais pressões com a reivindicação de demarcação de terras indígenas. Diante disso, a categoria *tekoha* adquiriu grande importância como referência à unidade tradicional correspondente ao que no senso comum se denomina por *aldeia*.

Etimologicamente a categoria é formada a partir da fusão entre *teko* (sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, o modo de ser) e do sufixo *ha* (que indica a ação que se realiza). Assim, *tekoha* seria o local onde se vive de acordo com sua organização social e a organização cultural (Pereira, 2004, p. 116). Tal categoria vem sendo apresentada pela etnografia do grupo desde a década de 1970. O primeiro registro etnográfico foi apresentado por Bartomeu Melià, Georg Grünberg e Friedl Grünberg na obra “*Paĩ - Tavyterã. Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo*” (2008), cuja primeira edição veio à tona em 1976 como resultado do registro etnográfico produzido durante os trabalhos do Projeto *Paĩ Tavyterã*, projeto este que contribuiu para a demarcação de mais de duas dezenas de Colônias (terras) indígenas no Paraguai. Segundos tais autores, (76)

El *tekoha* es ‘el lugar en que vivimos según nuestras costumbres’, es la comunidad semi-autónoma de los Paĩ. Su tamaño puede variar en superficie (por ejemplo, un solo lugar en Fortuna *guasu*, cinco en *Ñuapy*) y en la contidad de familias (de 8 a 120, en los casos extremos), pero estructura y función se mantienen igual: tienen liderazgo religioso propio (*tekoaruvicha*) y político (*mburuvicha*, *yvyra'ija*) y fuerte cohesión social. Al *tekoha* corresponden las grandes fiestas religiosas (*avatikyry* y *mitã pepy*) y las decisiones a nivel político y formal en las reuniones o asambleas generales (*aty guasu*). El *tekoha* tiene un área bien definida, delimitada generalmente por cerros, arroyos o ríos, e es propiedad comunal y exclusiva (*tekoha kuaaha*); es decir, que no se permite la incorporación o presencia de extraños. El *tekoha* es un

institución divina (*tekoha ñe'ë pyrũ jeguangypy*) creada por Ñande Ru. El *tekoaruvicha* es el vicario y lugarteniente de Dios-Creador, Ñane Ramõi Jusu Papa, quien es *tekoaruvicha pavê* (el dirigente de todos) (MELIÀ et alli, 2008, p. 131).

Os autores enfatizam que o *tekoha* é organizado em torno da figura central do líder religioso, a quem cabe a realização dos principais rituais, como o *mitã pepy*, que é a perfuração do lábio dos jovens, e se constitui como rito de passagem à vida adulta, além disso, o *tekoha ruvicha* é o responsável pelo bem-estar social, deve ser bom, aconselhador e amoroso com sua comunidade (MELIÀ et alli, 2008, p. 131-132).

Apesar do poder de coesão destes líderes religiosos, destacam os autores que uma vasta quantidade de assuntos era discutida e decidida tão somente no âmbito da família extensa. Isso se dava principalmente no que se refere a assuntos econômicos e de relacionamentos sociais, como por exemplo, os casamentos. (MELIÀ et alli, 2008, p. 133).

Segundo Pereira (2004, p. 116), *tekoha* pode ser mais bem descrito como uma rede de relações político-religiosa, comportando grande dinamismo em termos do número e da forma de articulação das parentelas que entram na sua composição, tendendo a assumir uma configuração flexível e variada em termos populacionais.

Pereira entende que a espacialidade do *tekoha* é apresentada como fluida e sujeita a constantes redefinições, mas pode ocorrer considerável regularidade no tempo. A composição dos *tekoha* não é estática, dependendo de fatores políticos e religiosos podem ocorrer deslocamentos de parentelas de um para outro *tekoha* ou a formação de um novo *tekoha*, sem que isto signifique um necessário deslocamento geográfico.

Fábio Mura propõe uma definição que considera o *tekoha* como uma categoria histórica construída em função da restrição territorial imposta pelo sistema colonialista que atinge Mato Grosso do Sul, principalmente a partir do século XX, considerando mais adequado definir o *tekoha* como um processo continuado de construção e entendimento do território por parte dos Kaiowá, a partir da relação compulsória que estes mantêm com os não-índios. (MURA, 2004, p. 130)

Para este autor, a categoria *tekoha* ganhou ênfase quando os indígenas, diante da nova ordem territorial que lhes foi imposta, passaram a reivindicar espaços de exclusividade étnica e religiosa para que as famílias extensas pudessem exercer o seu próprio modo de vida. A reivindicação destas áreas não é, no entanto, aleatória, pois devido ao vínculo que estes grupos mantêm com a terra, cada família extensa reivindica a demarcação de áreas que já estiveram sob o domínio de seus antepassados. “[...].

Nesse sentido, os *tekoha* reivindicados representam a soma de espaços sob jurisdição de determinadas famílias extensas, onde serão estabelecidas relações políticas comunitárias e a partir dos quais essas famílias poderão determinar laços de parentesco inter-comunitários numa região mais ampliada [...]” (MURA, 2004, p. 131)

A categoria *tekoha* ganhou ênfase no discurso indígena como espaço territorial exclusivo de um grupo de famílias extensas (aldeia) a partir do momento em que os Guarani e Kaiowá, por força da situação histórica por eles vivenciada, foram obrigados a lutar politicamente pela demarcação de terras indígenas.

A categoria *tekoha* pode ser entendida como sendo polissêmica, e é fundamentalmente uma categoria do sistema social Guarani e Kaiowá, todavia, como tais relações sociais não se dão no vácuo, a base territorial é de suma importância.

a).4 A categoria *Tekoha Guasu/Tekoha Pavêm*

As relações sociais no âmbito regional continuam se dando fundamentalmente no âmbito das unidades socioterritoriais que hoje poderiam ser comparadas aos *guára* presentes no modelo de Susnik (1979-1980). Atualmente estas unidades são apresentadas como *tekoha pavêm* (PEREIRA, 2004) ou *tekoha guasu* (MURA, 2006).

O *tekoha pavêm* é descrito por Pereira como uma categoria sociológica onde predominavam as relações religiosas, embora na atualidade o campo político tenha adquirido maior proeminência. A categoria é definida a partir da articulação de vários *tekoha* em torno de um mesmo líder religioso. Os grandes líderes religiosos *rechakare*, pertencem a *escolas* diferentes e muitas vezes disputam prestígio entre si. Esses líderes formam discípulos que realizam os rituais cotidianos nos mais diversos *tekoha* que estão sob sua influência. O maior destaque para o campo político se deve principalmente à atual dependência das relações com a sociedade nacional, sendo que a questão fundiária acaba tendo destaque (PEREIRA, 2004, p. 155).

Espacialmente, a composição dos *tekoha pavêm* era determinada pelo grau de alianças estabelecidas entre os seus membros. As casas comunais que compunham um *tekoha pavêm* podiam estar a alguns quilômetros próximas umas das outras, ou a dezenas de quilômetros de distância.

Enfim, o que sedimenta a ligação entre as parentelas que compõem um *tekoha pavêm* não é necessariamente a proximidade geográfica, embora seja razoável supor que

ela favorece uma integração mais frequente; o fundamental é a disposição em seguir estilo de reza praticado por um líder religioso (PEREIRA, 2004, p. 139-140).

Mura, por sua vez, apresenta uma definição de *tekoha guasu* fundamentalmente relacionada ao momento histórico atual no qual os indígenas reivindicam a demarcação de suas terras. Nesse sentido, os *tekoha guasu* se apresentam como “territórios–memória” pensados a partir de um inventário de locais ocupados pelos antepassados, nesse bojo estão incluídos locais significativos como assentamentos onde havia uma casa comunal, onde se realizavam rituais, locais de importância religiosa, locais importantes para caça e coleta, etc. (MURA, 2006, p. 131-132).

Nas palavras do autor:

[...]. Levando em conta o fato de que ainda hoje a construção de alianças baseia-se nas relações de parentesco, que superam os limites comunitários, mas que se mantêm circunscritas aos lugares de maior perambulação e conhecimento, os *tekoha guasu* contemporâneos são territórios onde os índios articulam dinamicamente espaços familiar e etnicamente exclusivos (os *tekoha*), com aqueles inclusivos (as beiras de estrada, as fazendas e as cidades). A tendência histórica nessa articulação é reconstituir cada vez mais espaços familiar e etnicamente exclusivos, o que permitiria “o modo de ser” desses indígenas (*teko*). (MURA, 2006, p. 133).

As noções de *tekoha pavêm* ou *tekoha guasu* são determinadas pelas alianças estabelecidas entre diversos *tekoha*, tais alianças podem ser de natureza religiosa, de parentesco ou políticas, sendo que acabam por delimitar um certo espaço territorial no qual a relação entre os grupos é mais intensa do que em relação a outros *tekoha*. É claro que não se trata de uma fração do território com fronteiras estáticas, pois as relações que as definem são fluidas, logo a estabilidade de tais fronteiras depende da manutenção das alianças que as criaram. Essas noções adquirem especial importância, pois estão na base da formulação da metodologia que vem sendo aplicada na atualidade com vistas à demarcação das terras indígenas guarani e kaiowa em decorrência do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado em 2007. (CAVALCANTE: 2013,133)

É possível afirmar que atualmente os Guarani e Kaiowá vivenciam uma situação de multiterritorialidade nos termos pensados por Haesbaert (2010, p. 338), ou seja, eles convivem em uma miríade de espaços territoriais e passam de um território ao outro, demonstrado que qualquer processo de desterritorialização é de fato um processo de reterritorialização, sendo que esses espaços territoriais podem ser acessados um a cada vez ou simultaneamente, dependendo da situação. É bem verdade que nem todos os

Guarani e Kaiowá transitam cotidianamente pelos múltiplos espaços territoriais, mas se tal trânsito não é feito diretamente por todos, de maneira indireta todos são atingidos por seu efeito já que as relações macro familiares proporcionam isso.

a).5 A territorialização compulsória Kaiowá e Nandeva

Como já foi visto no decorrer do relatório, durante o período de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) demarcou oito reservas indígenas para abrigar a população Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí.

A constituição do aldeamento imposto através da criação das reservas tinha por propósito principal liberar milhares de hectares de terras ocupadas pelos indígenas para a colonização agropastoril, e também submeter os indígenas ao controle do Estado sob a perspectiva da assimilação adotado pela política indigenista então vigente. Diversos autores corroboram tal assertiva (BRAND, 2004; PEREIRA, 2007; MURA, 2004; THOMAZ DE ALMEIDA, 2001 e outros).

Com base em uma perspectiva de que os indígenas seriam assimilados tornando-se trabalhadores rurais integrados ao mercado regional, na condição de cidadãos indiferenciados dos demais trabalhadores do seu contexto, a política indigenista adotada não tomou medidas para garantir aos indígenas suas terras de ocupação tradicional, tampouco projetaram suas necessidades futuras para determinar dimensões territoriais.

Apesar das ações do SPI voltadas para o aldeamento dos indígenas, pelo menos até a década de 1940, grande parte dos *tekoha* conseguiu resistir em seus locais originais de assentamento, com os indígenas prestando serviços para seu próprio espoliador, situação que se altera quando surgem as reivindicações por demarcações de terras indígenas na década de 1970, e a maioria dos fazendeiros expulsam os indígenas que representassem ameaças à sua posse, embora, ainda persistam famílias indígenas vivendo em fazendas (PEREIRA, 2007, p. 123; EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, p. 105).

Como consequência da espoliação do *tekoha*, ocorre a desarticulação/dispersão dos grupos familiares, e a dissolução de muitas alianças que sustentavam várias comunidades, processo denominado pelos indígenas de *sarambi* ou esparramo.

Já na década de 1940, Egon Schaden (1962, p. 18) afirmou que os Guarani “[...] já não ocupam áreas extensas e concretas, mas estão sendo confinados a pequenas reservas ou aldeias sob a proteção ou mesmo administração oficial [...]”.

A noção de confinamento territorial foi popularizada por Antonio Brand (1993 e 1997), enquanto Levi Marques Pereira (2007, p. 127), adotou o uso do conceito de *áreas de acomodação* em substituição ao de *confinamento*, considerando que o conceito de *área de acomodação* permite expressar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais Kaiowá desenvolvidas nas reservas.

Para Levi Marques (2007) a acomodação nas reservas gerou inúmeros problemas, mas não há imobilidade, como possa sugerir o conceito de confinamento, pois coexistem diversas formas de rearranjo com a finalidade de propiciar a reprodução física e cultural dos Kaiowá e Guarani.

Em períodos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, as intervenções nos processos políticos internos dos agentes do SPI, e do capitão por eles nomeado, tornavam a permanência nas reservas insuportável para muitos, de forma mais acentuada, aquelas famílias extensas de menor prestígio (PEREIRA, 2007).

a).6 Acampamentos indígenas: assentamento provisório

Os acampamentos constituem outra forma de assentamento em que hoje vive grande número de Guarani e Kaiowá, os quais se referem a uma situação provisória, associado à edificação de barracas precárias. Embora destinados a atender uma situação que se pretende transitória, em muitas situações tais assentamentos permanecem por longos períodos no mesmo local.

Pereira (2010) apresenta duas categorias de acampamentos, aqueles mobilizados para a reocupação da terra e também os chamados “índios de corredor”, aqueles que estão situados nas margens de rodovias, ou mesmo em uma pequena porção da área reivindicada, neste grupo podem ser encontrados assentamentos com diferentes configurações. Dentre eles, por exemplo, estão aqueles que aguardam a demarcação de suas terras na margem da rodovia, como é o caso do Tekoha Apyka’i ou Curral de Arame, localizado na margem da rodovia que liga Dourados a Ponta Porã.

O grupo reivindica a demarcação de seu *tekoha* que se localiza naquelas imediações. Já mudaram várias vezes o local do assentamento, pois sua presença,

mesmo na margem da rodovia, é questionada pelos fazendeiros. Ao longo desse período, o grupo também já esteve em vários outros locais como na Reserva Indígena de *Caarapó*, *Tekoha Passo Piraju*, *Ñu Porã*, dentre outras, mas opta por permanecer a maior parte do tempo nas proximidades da área reivindicada. Por duas vezes já tentaram retomar uma parte da área, mas não conseguiram permanecer no local em função das reações do proprietário. A presença do grupo na região é marcada por históricos de conflitos com fazendeiros da região, assim como por vários atropelamentos fatais, já que estão em área de intenso movimento de veículos de passeio e de carga.

Na maioria dos casos das ações de retomada de terras apresentam histórico de conflitos violentos, com registros de assassinatos em muitos casos. Normalmente a permanência dos indígenas numa fração da terra se dá em área não aproveitável economicamente, como uma reserva legal, ou área de servidão de alguma rodovia. Decisões judiciais permitem a permanência dos indígenas nesses locais em caráter provisório, normalmente até a conclusão de um processo judicial ou até a publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação.

Como “acampamentos de corredor”, também são encontrados casos em que as populações não estão reivindicando a demarcação de nenhuma terra indígena, diferentemente do acampamento do Apyka'i, que se vincula à reivindicação de área tradicionalmente ocupada. Pelo menos momentaneamente, não se identificam com nenhum território específico, apenas não concordam com a situação vivenciada nas reservas indígenas e optam por permanecer na margem de alguma rodovia. (PEREIRA, 2009, p. 148).

Os acampamentos são caracterizados por restrição espacial, e mesmo quando têm condições de implantar alguma atividade agrícola, a subsistência acaba dependente do fornecimento de alimentos por parte do governo, quase sempre insuficientes, e seus moradores buscam obter recursos, como o apoio de idosos aposentados, o trabalho assalariado, alguma changa e até a mendicância no perímetro urbano.

Os “acampamentos de retomada” de áreas de ocupação tradicional enfrentam muitas dificuldades para acessar atendimentos básicos de saúde e educação, além de outros serviços oferecidos pelos órgãos de assistência geridos pelos Municípios e pelo Estado. Tais dificuldades são comumente utilizadas por agentes públicos ou missionários para tentativas de levarem os indígenas para alguma das reservas.



Figura 8 - Acampamento reivindicatório do Tekoha Apyka'i





Figura 9 - Parte externa e interna dos barracos do Apyka'i.

À medida que conseguem certa estabilidade jurídica da ocupação, a partir da atuação da FUNAI e do MPF, muitas comunidades têm conseguido o acesso à saúde e à educação, seja através de transporte escolar e mesmo por meio da construção de escolas. Diferentemente do Apyka'i, em algumas situações conseguem a construção de outras obras de infraestrutura, como redes de abastecimento de água, redes de distribuição de energia elétrica, e até postos de saúde.

A condição de acampados, ao sinalizar para a precariedade da posse da terra e do assentamento indígena, acaba por atrair os apoios fundamentais na luta indígena pelo reconhecimento oficial de sua terra indígena, além da própria condição de vulnerabilidade que os coloca como prioritários nos atendimentos de algumas políticas públicas federais. Embora os acampamentos sejam constituídos por população reduzida, sempre estão conectados às redes de relação em várias reservas e terras indígenas, o que aponta para um número bem maior de novos moradores ao serem regularizadas as terras indígenas por eles reivindicadas.

a).7 A Regularização das Terras Indígenas no MS: O CAC/ 2007

O Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC foi assinado no ano de 2007 pela FUNAI perante o MPF, através do qual a FUNAI, em nome da União, assumiu o compromisso de realizar a demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá que ainda estavam a necessitar dos encaminhamentos necessários para o devido reconhecimento oficial. A assinatura do CAC e as ações subsequentes provocaram fortes reações de setores contrários à demarcação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

A questão das terras indígenas Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul foi desconsiderada até o início dos anos 1980, quando a organização do movimento

indígena inicia movimento reivindicando a demarcação de seus *tekoha* tradicionais, o que indignou setores ruralistas que concebiam que as demarcações das oito reservas diminutas feitas pelo SPI no início do século passado teriam encerrado a questão. (CAVALCANTE: 2013, 267)

Fatores de impulsão para as chamadas “retomadas de terras” foram a ausência de condições de sustentabilidade da vida social e material no interior das reservas indígenas, e também o surgimento de contexto políticos favorável à mobilização por demandas sociais.

O movimento étnico e social pela demarcação de terras indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, até 2007, se organizava em torno de demandas pela retomada de terras ou movimentos de resistência ao esbulho, e não do território. A história do movimento reivindicatório é bastante fragmentada, composta por diversas histórias particulares que se entrelaçam por mecanismos de alianças e reciprocidades, ou por distensões ocasionadas por conflitos políticos. (CAVALCANTE: 2013: 271)

Do movimento Guarani e Kaiowá atual, apresenta mais visibilidade e organização o *aty guasu*, que a partir da década de 1980 deixam de se limitar a reuniões locais. Dentre os assuntos tratados pelo *aty guasu*, ganhou destaque a questão fundiária.

Até 2007 a Funai vinha adotando políticas de reconhecimento de áreas em ilhas com dimensões apenas para aliviar as tensões momentâneas, assim desconsiderando as reivindicações Guarani e Kaiowá sobre a totalidade das áreas necessárias à sua reprodução física e cultural. Em sua análise, Cavalcante (2013: 285), afirma que a adoção do modelo demarcatório em ilhas de reduzidas dimensões foi durante muito tempo uma política do governo brasileiro, e que em Mato Grosso do Sul as demarcações de terras desconsideravam extensões significativas das terras indígenas, frente a supostas facilidades e agilidades nos processos.

O autor acima mencionado afirma ainda que as delimitações decididas em conjunto por uma comunidade indígena pouco esclarecida sobre as pesquisas realizadas pelos antropólogos, bem como das implicações jurídicas da decisão, podem ser nefastas e carentes de legitimidade, caso não incluam áreas de ocupação tradicional consideradas vitais para o cumprimento dos pressupostos do Art. 231 da Constituição.

Na data de 12 de novembro de 2007, a FUNAI, representada pelo então presidente, reconheceu perante o MPF, que sua conduta em relação à demarcação das terras indígenas de ocupação tradicional Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul não estava de acordo com as prescrições da Constituição Federal de 1988, da Lei

6.001/1973, nem tampouco do Decreto 1.775/1996. Naquela ocasião, a FUNAI assumiu os seguintes compromissos: 1º - constituir Grupos Técnicos – GT's para a identificação e delimitação de trinta e nove *tekoha* de ocupação tradicional listados no termo, sem prejuízo de outros; 2º - compor os GT's até o dia 30 de março de 2008, promovendo a contratação de antropólogos, se necessário; 3º - publicar os resumos dos Relatórios Circunstanciados de Identificação de Delimitação nos diários oficiais da União e do estado de Mato Grosso do Sul até o dia 30 de junho de 2009; 4º - encaminhar os processos ao ministro da justiça para expedição da portaria declaratória até o dia 19 de abril de 2010; e 5º - sujeitar-se à pena pecuniária diária de R\$ 1.000,00 cumulativa enquanto perdurar o descumprimento das obrigações assumidas.

Mesmo com a reconhecida limitação de recursos humanos e orçamentários que não permitiam que a Funai realizasse os encaminhamentos das reivindicações indígenas em tempo desejável, passou-se a discutir a questão das áreas Guarani Kaiowá localizadas na região sul de Mato Grosso do Sul, a partir de uma abordagem territorial, voltada para o reconhecimento ampliado das suas áreas.

A formalização do CAC se deu a partir da instauração pelo MPF de Dourados do Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000065/2007-44 em 27 de agosto de 2007, convertido em Inquérito Civil Público no dia 11 de maio de 2011. Além das citações da legislação que rege os direitos territoriais indígenas, o despacho inaugural (2007), menciona as resoluções do “Encontro Guarani: Direitos e Políticas Públicas”, realizado entre 28 e 30 de março de 2007 na Procuradoria Geral da República em Brasília, e uma reunião realizada em Dourados no dia 05 de julho de 2007 entre representantes do MPF, especialistas em história e antropologia, CIMI, e FUNAI, ocasião de discussões sobre os possíveis encaminhamentos de uma proposta de CAC para a FUNAI.

A proposição da construção do CAC seria garantir a continuidade das atividades de regularização fundiária no MS, mesmo na hipótese de alguma mudança de orientação na direção do órgão. A proposta metodológica a ser seguida pelos GTs a serem constituídos teriam os *tekoha* distribuídos a partir de uma lógica de sub-bacias hidrográficas, lista que ainda necessitaria de discussões em uma *aty guasu*, quando as lideranças indígenas organizariam a lista preliminar.

Cavalcante (2015: 290) afirma que é possível concluir que a assinatura do CAC das terras indígenas Guarani e Kaiowá foi fruto de um momento histórico no qual uma conjunção de fatores concorreu para isso, quais sejam: a) a pressão dos Guarani e Kaiowá para que suas terras fossem devidamente reconhecidas pelo Estado; b) a atuação

do MPF como defensor dos interesses indígenas; e c) a existência de vontade política alinhada entre a direção da FUNAI, o Ministério da Justiça e a própria Presidência da República.

Após as negociações institucionais, em 15 de setembro de 2007 foi realizada uma *aty guasu*, na Terra Indígena *Jatayvari*, ocasião em que houveram discussões com as lideranças indígenas Guarani e Kaiowá, e elaboração de uma lista de *tekoha* que seriam incluídos no CAC, o qual foi assinado em Brasília na data de 12 de novembro de 2007.

São signatários do documento os procuradores da república Charles Stevan da Mota Pessoa e Flávio de Carvalho Reis, o presidente da FUNAI Márcio Augusto Freitas de Meira e as lideranças indígenas como testemunhas, dentre elas figurando Gabriel Cavalheiro, um ex marido de Damiana Cavanha, além do antropólogo do MPF, Marcos Homero Ferreira Lima.

A proposta apresentada no CAC era de se fazer uma abordagem de conjunto, de nível territorial e não mais o atendimento de casos isolados, com a demarcação de pequenas frações de território. O critério adotado pela FUNAI foi a divisão por sub-bacias hidrográficas, para tanto constituindo seis GT's: *Amambaipegua*, *Apapegua*, *Brilhantepegua*, *Dourados-Amambaipegua*, *Iguatemipegua* e *Nhadevapegua*. Os nomes atribuídos aos GT's estão relacionados à procedência de uma região delimitada pela sub-bacia hidrográfica que a banha.

Esta mudança de perspectiva de trabalho gerou forte reação dos setores ruralistas, acarretando grande ônus político e influenciou no atraso dos trabalhos em Mato Grosso do Sul e gerou forte campanha difamatória de que a FUNAI tem sido vítima desde então.

Para as identificações e delimitações realizadas no território Guarani e Kaiowá, a abordagem proposta foi a de não analisar as reivindicações de forma isolada, mas sim a partir da rede de relações sociais existentes em cada *tekoha guasu*. Tal perspectiva sinaliza que uma demarcação contínua poderá ser viabilizada para os *tekoha* mais próximos social e geograficamente.

Apesar da disposição política assumida pela direção da Funai ao assinar o CAC, houveram grandes dificuldades estruturais e organizacionais desde o início para cumprir os compromissos assumidos, e, em decorrência de diversas situações, nenhum dos prazos acordados no CAC pode ser cumprido pela Fundação.

Após a divisão dos *tekoha guasu*, e das suas respectivas bacias hidrográficas, a FUNAI constituiu os grupos técnicos. A publicação das portarias no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2008 que constituíram os seis grupos técnicos provocou um amplo processo de reação por parte dos opositores dos direitos territoriais indígenas. Essa reação se deu por meio de ações políticas, manipulação da opinião pública, judicialização da questão e intimidação aos membros dos GT's e aos índios. Apesar dos desafios e atrasos, o compromisso tem sido priorizado no âmbito da CGID/DPT desde então, o que resultou em algumas áreas delimitadas, inclusive o presente relatório integra tais esforços.

4.1 a).8 A Morfologia Social Guarani e Kaiowa na atualidade

A morfologia social de um grupo humano decorre de contínua transformação e adaptação ao contexto territorial onde se estabelecem as condições da sua expressão em um espaço físico a partir das condições ecológicas e geográficas, das características das atividades econômicas adotadas pelo grupo, e das limitações e/ou possibilidades oferecidas pelo eventual contato interétnico.

A morfologia social Guarani é baseada na dispersão das áreas residenciais em espaços territoriais que possibilitem aos indivíduos desenvolver as suas atividades econômicas e efetuar a visitação periódica aos parentes, estabelecendo alianças matrimoniais e políticas necessárias à construção do sentimento comunitário e intercomunitário. Na base da organização social destes indígenas está a família extensa, denominada *te'yi* (termo utilizado pelos Kaiowá) ou *ñemoñare* (denominação Nandeva), que, dependendo da coesão social e do contexto histórico, pode encerrar em seu interior até cinco gerações. Com a morte do *tamõi*, líder da família extensa, diminui o vínculo entre os filhos do falecido, favorecendo a formação de novas famílias extensas espacialmente independentes.

Antigamente os integrantes das famílias extensas viviam sob um mesmo teto, numa habitação denominada *ogajekutu* ou *oygusu* (Schaden 1976; Thomaz de Almeida 1991; Mura 2000). Susnik (1979-80) considera que a organização entre os Guarani do passado era expressa por uma unidade político-territorial, o *guára*, um amplo espaço territorial onde relacionavam-se unidades formadas por famílias extensas, unidades estas definidas pela autora como *te'yi-óga*, isto é, o *te'yi* constituindo a família extensa e *oga*, representando a habitação comum que abrigava a totalidade do grupo familiar.

Localizando-se os *te'yi-óga* a várias léguas de distância um do outro, os encontros entre eles efetuavam-se periodicamente, especialmente em ocasião de convites para as festas religiosas e profanas, assim como para determinar alianças e expedições guerreiras. Na vida quotidiana as atividades econômicas (agricultura, caça, pesca e coleta) e técnicas (construção de artefatos) eram fruto da cooperação do grupo doméstico constituído simplesmente por um *te'yi-óga*, este garantindo, assim, uma autonomia relativa para com a unidade maior do *Guára*.

Com a emergência de novos contextos sócio ecológicos em seus territórios de ocupação, novas possibilidades de subsistência para os índios foram introduzidas, inicialmente pela troca de produtos, e, posteriormente, as relações de trabalho temporário com os novos colonos, denominadas de *changa* (Thomaz de Almeida 2001; Mura 2000). Contrariamente ao que o senso comum concebe o engajamento dos indígenas nestas novas atividades, não implicou na mudança radical do estilo de vida guarani, ou do abandono do sentimento étnico. (Thomaz de Almeida 2001).

No processo de adaptação às novas circunstâncias, tem-se a passagem da habitação de várias famílias sob uma única cabana para a distribuição das famílias nucleares em casas menores em torno da residência do *tamõ*, o líder da família extensa (Thomaz de Almeida 2001; Mura 2000). Esta transformação, fruto das novas atividades desenvolvidas, implicou também em adaptação de novas formas de habitação em um espaço que pudesse garantir o cultivo dos campos, a colocação de armadilhas, a coleta de plantas medicinais, de frutos selvagens, de mel, etc.

A dinâmica de apropriação do território tem continuidade entre os Guarani, permanecendo configurada a formação de grupos macro-familiares que se estabelecem preferencialmente nas nascentes de rios e córregos, e as famílias nucleares vão ocupando os espaços ao redor destes cursos fluviais ou minas de água. O espaço entre os lugares de domínio de uma família extensa e os de outra tende a seguir as características da rede fluvial. O que une estes grupos familiares entre si fisicamente é uma rede de trilhas (*tape po'i*) através das quais os indígenas se comunicam e mantêm elevada circulação de pessoas, seguindo a lógica do *oguata* (andança), que determina a amplitude das relações de parentela e comunitárias.

Com a criação das reservas e instalação dos postos indígenas, o SPI atuou no intuito de assimilar os indígenas à cultura nacional e transformá-los em trabalhadores rurais sem distintividade com os de seu contexto. Para conseguir propósito almejado, adotaram uma política de loteamento das áreas de reserva, cabendo a cada família

nuclear uma pequena extensão para exploração, conforme modelo implantado nos projetos de colonização do governo, como na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, onde também concederam alguns lotes a indígenas. (CAVALCANTE: 2013: 117)

Com as interferências colonialistas na organização espaço-territorial dos Guarani e Kaiowá, estes confrontaram com as necessidades de enfrentar os desafios apresentados pelos novos contextos impostos. Juntamente com a alteração da dimensão dos espaços de ocupação territorial exclusiva, ocorre a alteração no padrão de construção de suas habitações, o qual, até o princípio do século XX, contava com algumas casas comunais, *óga jekutu*, as quais foram substituídas por casas para famílias elementares, quando as famílias extensas abandonam moradia sob o mesmo teto. (PEREIRA, 2004, p. 85; SCHADEN, 1962, p. 35).

Quando as casas comunais da família extensa Kaiowá são substituídas pelas moradias para abrigar famílias elementares, sua estrutura arquitetônica sofre também mudanças profundas, aproximando-se dos tipos de construção rural regional, já se tornando raras as habitações Kaiowá construídas exclusivamente conforme a técnica tradicional do grupo.

Levi Marques Pereira (2004, p. 85-86) apresenta uma reflexão sobre este tema, e interpreta o abandono da casa comunal – *ogajekutu* como resultante de pressões das frentes colonizadoras, que encaravam a residência coletiva como símbolo de primitivismo e promiscuidade ao qual os Kaiowá não pretendiam estar associados. A adoção do estilo caboclo de residência em famílias nucleares diminuiu a frequência e a intensidade das interações, e em termos econômicos, implicou na adoção do cultivo da roça individual em detrimento do cultivo da roça coletiva.

Assim como Thomaz de Almeida, Levi Marques identifica a existência de um padrão de organização sócio espacial ainda centrado na família extensa, sendo, portanto, identificados elementos de continuidade em relação ao período em que estes indígenas viviam nas casas comunais.

Os *te'yi* dos atuais Kaiowá reúnem um número variado de fogos domésticos em um espaço contíguo, sendo pautado por laços de consanguinidade e afinidade e por relações de alianças políticas e religiosas, que mantêm certa regularidade no tempo. O centro político (não necessariamente geográfico) do nucleamento compreendido pelos fogos que compõem um *te'yi* é a residência do cabeça de parentela – *hi'u*. O *hi'u* é geralmente um homem de idade avançada que gerou muitos filhos. Os Kaiowá explicam

que ele é a “raiz”, o “esteio” ou o “tronco da casa”, rememorando os tempos em que a parentela ocupava uma única casa grande comunal (*óg puku, ogajekutu* ou *ogapysy*. [...]) (PEREIRA, 2004, p. 98-99).

Os Guarani e Kaiowá nunca interromperam a sua relação com as suas terras de ocupação tradicional, apesar de não manterem a exclusividade de uso em relação a ele. Na medida das possibilidades ao alcance, continuaram a usá-lo a seu modo, ou seja, tradicionalmente. Dentre tais possibilidades acessadas foi a de permanecerem como moradores de fazendas, trabalhando como empregados para se manter nas terras que identificam como de seu pertencimento. Mesmo em áreas consideradas particulares, portanto, com restrições ao ingresso, continuam excursionando para a prática de coleta, de caça e de pesca. Circulam intensamente pelos núcleos urbanos, onde tentam obter renda, alimentos e outros itens de consumo. E essa intensa circulação e, sobretudo, a relação que eles mantêm com este espaço territorial permite dizer que em relação ao sul de Mato Grosso do Sul é factível falar em terras de ocupação tradicional Guarani e Kaiowá, ou seja, não se está falando de um território histórico onde os índios estiveram em um tempo imemorial sem continuidade com o presente.

Em relação às atuais habitações, o novo padrão de residência adotado demonstra que a disposição das casas não é aleatória, pois cada família extensa detém o domínio de um certo espaço onde seus membros constroem suas casas, cultivam suas roças e desenvolvem sua vida social. Conforme Pereira (2004, p. 99), o centro político, não necessariamente geográfico, é a casa do líder da família extensa, o *tamõi* ou *hi'u*. A existência de muitos caminhos *tape po'i* do tipo trilheiro chegando a uma única casa indica a centralidade do local.

O padrão da casa para família elementar consiste em construções de módulos conforme o tamanho da família, mas geralmente consta de pelo menos três módulos em cada residência, sendo um deles destinado ao dormitório, um segundo que serve como cozinha, e um terceiro como depósito, enquanto as famílias mais numerosas terão um número maior de módulos.

É costume construir uma cobertura sem fechamento lateral destinada à realização de reuniões e/ou rituais religiosos, a qual terá dimensões de destaque caso pertença a alguma liderança de prestígio.



Figura 10 - Construção atual de casa tradicional no acampamento do Apyka'i.

Geralmente as casas mais tradicionais apresentam sua estrutura em madeira, cobertura com vegetais, como o sapê, e vedação lateral com tabuas ou taquara. Mas como atualmente estes materiais estão escasseando, com por exemplo o sapê que já não é encontrado com facilidade em várias localidades, o que tem levado ao uso crescente de telhas de fibrocimento ou outros materiais. As casas de alvenaria são rejeitadas pelos

mais idosos, mas têm se tornado símbolo de distinção social, tendo a preferência entre aqueles que possuem melhor poder aquisitivo, como professores, agentes de saúde, capitães e cabeçantes. Cabeçante é o indígena agenciador de mão-de-obra para usinas de açúcar e álcool, ou outras empreitas no meio rural.

Os programas governamentais de construção de casas populares têm alcançado as populações Guarani, sendo geralmente construídas moradias no mesmo estilo arquitetônico utilizado nas cidades, modalidade que muitas vezes os indígenas preferem utilizá-las apenas como depósitos.

As casas com cobertura de lonas plásticas, compostas por um único módulo e em precárias condições podem revelar presença de uma família extremamente carente, muitas vezes com problemas relacionados ao alcoolismo de seus membros. Difere de uma ocupação recente que poderia pertencer a uma família que está temporariamente abrigada enquanto aguarda a construção de moradia mais adequada.

Nos pátios das casas, sob uma cobertura sem paredes ou sob a sombra de uma árvore que as famílias se sentam para conversar. Geralmente os pátios comportam vários bancos destinados a receber os visitantes, os quais raramente terão acesso ao interior das construções.



Figura 11- Famílias kaiowá do Apyka'i.

Na área que circunda esses pátios são plantadas várias espécies de árvores, algumas frutíferas, outras com finalidades medicinais ou ainda apenas para fazer sombra. Há uma variedade muito grande de plantas, a maioria delas possuindo alguma utilidade, seja como alimento, remédio ou mesmo para a cobertura de casas. Também é comum a existência de um taquaral, material de importante utilidade e que é usado para o fechamento lateral das casas.

Localizado em ponto mais distanciado da casa é construída uma estrutura sanitária bem rudimentar, basicamente constando de um buraco fechado nas laterais por algum tipo de material como lona plástica, madeira ou alguma fibra vegetal. Em várias terras indígenas da região, a SESAI construiu banheiros de alvenaria com vaso sanitário, pia e chuveiro, mas continuando a manter as estruturas anteriormente construídas. (CAVALCANTE: 2003, 129)

Grande parte das famílias criam animais para o abate e consumo da carne, sendo mais comuns as galinhas e os porcos, além de patos, carneiros e bovinos. Geralmente nas extremidades do pátio da casa é possível visualizar a existência de estruturas destinadas à criação de porcos e galinhas.

Além dos espaços das moradias, a depender da disponibilidade de terras destinadas à agricultura, todas as famílias têm uma roça. Em geral, as áreas cultivadas estão em 0,5 e 2 hectares, mas havendo alguns poucos casos em que a área possa ter dimensões maiores.

As Terras Indígenas têm áreas de uso comum, como o cemitério, a escola, alguns aparelhos esportivos e postos de saúde, além das casas de reza. Estas últimas são construções que seguem o padrão arquitetônico da *óga jekutu*, sendo, entretanto, hoje chamadas *ógapysy*. Atualmente elas não são mais utilizadas para moradia de famílias extensas, mas para a realização dos rituais. Muitas delas pertencem a um rezador, o qual as mantém em atividade e também provê a sua manutenção estrutural, são públicas, no sentido de que durante os rituais são utilizadas coletivamente por certa quantidade de pessoas ligadas a este rezador, mas de fato têm um dono.

Em períodos anteriores aos processos de demarcação de reservas e terras indígenas, os enterramentos eram realizados na própria residência do morto, sendo também enterrados juntos os seus pertences. Em alguns casos, a família incendiava a casa e abandonava o local, em outros, apenas abandonava a casa sem incendiá-la. Por isso, quando os indígenas afirmam ter um cemitério em determinado local de antiga ocupação tradicional, não raro estão se referindo a apenas um sepultamento. Os cemitérios coletivos, com padrões mais próximos dos ocidentais são espaços que surgiram com a conformação territorial atual das terras indígenas (SCHADEN, 1962, p. 134-138). Com a necessidade de um local específico para a realização dos sepultamentos, todas as terras indígenas possuem o seu próprio cemitério, que segue sendo um local que não deve ser perturbado e que provoca medo, sendo assim

raramente são visitados, permanecendo ainda o costume de sepultar junto com o defunto, seus objetos pessoais ou alguns deles que são depositados sobre o túmulo.

As escolas e postos de saúde são locais de referência e espaços de poder dentro de cada terra indígena, normalmente localizados nas proximidades de uma área de uso comum para cumprir o papel de centro de serviços da aldeia, apesar de nem sempre estar próximo do centro político. São espaços destinados à prestação de serviços públicos, mas também são utilizados para reuniões, festas e outros tipos de atividades. Normalmente existe muita disputa pelos empregos públicos disponíveis nas escolas e serviços de saúde, não raramente as lideranças de maior prestígio num dado momento fazem o que podem para alocar seus aliados nesses cargos, visto que eles também conferem certo poder a seus ocupantes, além de uma importante renda mensal. (CAVALCANTE: 2003, 131)

Com a criação das reservas e demarcação de terras com exíguas extensões territoriais resultou em situações em que as famílias extensas passassem a conviver muito próximas umas das outras e quase sempre disputando espaços. Provavelmente, na atualidade, a principal característica da territorialidade Guarani e Kaiowá seja a ocupação do espaço a partir de critérios de pertencimento a famílias extensas e a constante tensão pela sua disputa.

Inegável a acentuada precariedade no caso dos acampamentos, enfrentando a indisponibilidade de espaço para suas atividades cotidianas, mas dando continuidade na disposição das casas que segue a mesma lógica encontrada nas terras indígenas, ou seja, há um centro político que é o líder da parentela, e os demais residem ao seu redor.

b) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização:

b).1 A presença ancestral Kaiowá no Apyka'i e posterior instalação de fazendas

O presente item tem como propósito apresentar narrativas de indígenas Kaiowá e também de não indígenas, cujas falas foram gravadas e posteriormente transcritas. Na segunda fase dos trabalhos de campo foram buscadas informações sobre a ocupação indígena pretérita naquela área, bem como a posterior e gradativa implantação/ocupação das fazendas, cujos proprietários buscaram esvaziá-las da presença indígena.

1. Jonas Rosa

Jonas Rosa foi funcionário na FUNAI de Dourados entre 1990 até 2014. Quando ainda trabalhava em Campo Grande soube da presença indígena na região do Curral de Arame em 1988. Vinha em Dourados participar de audiências na Justiça Federal e numa dessas oportunidades aconteceu uma relativa a um processo de reintegração de posse sobre o Curral de Arame, contra acampamento Kaiowá na beira da estrada, ação movida por fazendeiro, em 1ª instrução. Tal processo em 1988 comprova que acampamento reivindicatório por parte de famílias Kaiowá em Curral de Arame tem antecedentes, não é fato recente.

Jonas Rosa informa que em 1987 e 1988 já existiam indígenas ocupando a região, e o então chefe de posto Alexandre ia prestar assistência e fazia certidão de indígenas nascidos em Curral de Arame e Lima Campo. *“A reocupação não é recente e tem raízes, pois o povoamento expulsava os índios, e muitos atropelamentos em tais circunstâncias podem ter um cunho proposital ou intencional”*. (18.11.16 - Jonas Rosa).

2. Eduarda Ribeiro Cáceres

Eduarda Ribeiro Cáceres, filha de Assunção Cáceres, rememora períodos em que seus pais moraram lá no Curral de Arame, *“muito para cá do Rio Dourados”*. Tinha a escola rural de Laguna Carapã, há 56 anos, e tinha 07 anos de idade naquela época. Seus pais trabalhavam no erval. *“Levavam trabalhadores para trabalhar na erva, e só tinha picada e mata. Era empreitada”*.

3. Adão Ramão Saratis Benites

Nascido em 24.09.1957, filho de Natalino Benites e Margarida Saratis Benites. Seu avô paterno se chamava Benito Benites foi trabalhador na erva mate e criou muitos filhos indígenas que ele ia “recolhendo”, tendo muitos parentes dentro da Terra Indígena de Dourados, considerando que grande parte deles são seus parentes da parte daqueles que foram criados pelo seu avô.

Sobre o avô Benito Benites afirma que ele trabalhou com a Matte Laranjeira por um período de 70 anos. Ele fornecia mandioca, carne, rapadura, açúcar mascavo, tudo o que produzia.

Relata que essa estrada chamada pelos índios de *tapetujá*, em sua margem direita tinha fazendeiro da família dos Matos. A margem esquerda quem se apossou

foram os Pedroso, Dona Ramona Pedroso. Na região do Curral de Arame afirma que tinham os fazendeiros Pedroso, Matos, e também Jonas Correa.

Em relação aos Kaiowa moradores do Curral de Arame, Adão Benites se lembra de uns três ou quatro “ranchinhos”, e depois fazendeiro foi entrando e eles foram saindo. Naquela época ele estaria com dez anos de idade. As moradias dos índios se localizavam perto da estrada que vai para Ponta Porã, e na rotatória era também moradia indígena. Mas depois foram retirados de lá pelos fazendeiros. *“A maioria dessas terras foi comprada a preço de banana. Ali onde hoje onde é o HU era indígena. Hospital universitário, HU. Aquele cemitério mais embaixo, eu lembro, era indígena também. Só depois que a cidade foi crescendo que eles foram saindo. Aquela área para lá do trevo era só índio ali também. E lá perto dos Três Tubos tinha umas duas ou três casas lá também”*.

Relembra da época em que todas aquelas estradas eram de chão batido, e naquela época nem eram cascalhadas. Assim era a estrada velha que vai de Dourados a Ponta Porã. Tapetujá era a estrada que ia para Carapã, um carreador, estrada de carroto de boi. *“O HU e o cemitério que é perto do HU era indígena até na estrada de Caarapó”*.



Figura 12- Hospital Universitário (HU) de Dourados

Perguntado como era a cidade de Dourados há 50 anos atrás, Adão Benites fala que até uns 30 anos atrás era tudo chão, e a única rua que tinha paralelepípedo era a Marcelino Pires. E tinha umas três ruas: Marcelino Pires, Martim Teixeira Alves e Vilmar Torres, posteriormente foi crescendo e foram abrindo as vilinhas. *“A cidade era pequeninha, era só mato. Depois de 60 é que colocaram asfalto. (...) e no Curral de Arame tinha só mato e algum índio tinha uma rocinha de milho, e mandioquinha para comer, era o que eles faziam, e não tinha produção para vender, e ninguém comprava*

naquela época. Fazendeiro não comprava coisas de índios”.

A respeito dos ocupantes não indígenas na região, Adão Benites expõe o que é do seu conhecimento:

“E foi entrando muita gente de fora, geralmente os gaúchos. E dizem que compraram e que o Banco do Brasil financiou para eles. E depois deu reboliço e foram embora devendo para o banco. Esses gaúchos foram os que mais desbravaram aqui. Eles chegaram aqui no Mato Grosso e invadiram, e onde tinha índio, e eles foram tirando e onde tinha branco compravam baratinho. **Na realidade Dourados era tudo indígena, na justa razão, Dourados pertencia à aldeia.** E aí foi entrando Marcelino Pires, e aí veio meu finado avô. Mas Dourados maior parte era indígena. Era só casa de capim de índio que morava. Quando eu era moleque eu cansei de ir em casa de índio. Tudo de capim, não tinha nem telha, tudo de capim”.



Figura 13- Cemitério de Dourados – Apontado como moradia indígena

Enquanto realiza percurso pela área, Adão Benites prossegue com suas memórias de suas vivências na região e afirma que os primeiros ocupantes não indígenas da área do Cural de Arame foram João de Matos Pequeno, Getúlio de Matos, Morel de Matos e Sílvio Nicolau Zocolaro. E José Benedeth foi quem saiu desmatando com esteira. As senhoras Ramona Pedroso, Julia Cardenal e Joana Correia eram proprietárias nessa região. (Ponto do trevo).

Do córrego Água Boa tinha outra área até outro córrego chamado Rego D’água. No Córrego Três tubos tinha outro proprietário. Todas as fazendas se estendiam até o Rio Dourados (sentido oeste/leste), caindo no Invinhema e depois no rio Paraná.

O Córrego Rego D’água marca o fim da fazenda de gado. Até o rio Três Tubos, os Correia, Jonas Correia e Juca de Matos, pai do Jonas. Era fazenda de gado e depois passou a explorar plantação de soja, arroz, trigo, feijão e depois recentemente veio a cana. Jonas Correia era do Rego D’água até Três Tubos.

Adão Ramão Saratis prossegue em suas memórias sobre a presença indígena na região do Cural de Arame: *“Tinha morador indígena nas duas margens da rodovia, e existia muita guavira, araticum, mas na minha época não era aldeia fixa. Tinha grande mata com muita peroba, cerejeira (angolin) e aroeira, e ipê na beira do rio. Mais à*

direita, o HU (Hospital Universitário) e o cemitério que era onde moravam indígenas”.

Adão Ramão afirma que o córrego Três Tubos era moradia indígena. *“Correia e Matos fizeram a pedreira. Juca de Matos vinha até os Três Tubos, onde termina a área deles. Há 35 a 40 anos quando estourou a pedreira e alagou. Os indígenas moravam dos dois lados da BR”.*

Lembra Adão Ramatis que *Tapetujá* era a estrada velha e que ainda tem resquícios dela ao lado da BR que foi construída. *Tapetuja* se estendia para o lado da aldeia Jaguapiru (Dourados), uns 7 km, fundos do HU, que era moradia indígena. Informa da localização da *Akety*, à direita e que o Rio Dourados fica a 25 km, e Carapã a cerca de 60 km, e era extensão com pouso e alimentação para os carregadores.



Figura 14- A rodovia - antiga *Tapetudja* (estrada velha)

1. Admilson de Moraes

Admilson de Moraes, nascido em 02.06. 1949, inicialmente trabalhou (1972) no setor de saúde da Missão Kaiowá, onde permaneceu até 1979. Cita a diretora geral da missão, Dona Loide, como sendo a pessoa que o teria transferido para a FUNAI em 1979, onde passou a trabalhar com a saúde indígena no Posto Velho que ficava ao lado da Missão.

Diz ser profundo conhecedor de toda a região de Dourados, e que o Córrego Curral de Arame era passagem para quem saía pelo HU indo para Ponta Porã ou Carapã. Admilson cita um lago chamado Lagoa azul, onde tem um córrego que vem de outras fazendas e vai em direção do rio Dourados. Embora não se lembre do nome do córrego afirma que ele faz parte do Curral de Arame. E na beira do córrego mencionado tinham várias pessoas indígenas acampadas, e esse córrego era moradia deles, e lembra que os fazendeiros não se preocupavam com a presença deles até aquela época. *O fazendeiro não incomodava, inclusive achei uma senhora ali que deu à luz duas crianças, bem na*

beira do brejo. Eles moravam na beira de um córrego que vem lá de cima do lado da fazenda do Jonas Teixeira. Então eles estavam na margem dele ali. Era fazenda do Juquinha de Matos, o local onde estavam os índios”. Sobre aquele tempo lembra que era fácil entrar nas fazendas para prestar assistência aos índios, pois os próprios fazendeiros informavam que podia entrar e que os índios “estavam ali no fundo”.



Figura 15- A Lagoa Azul

Em 1957, Admilson diz que as estradas não tinham nenhum asfalto: “era só picada, estradão boiadeiro, e entrava lá costeando essa lagoa. E a gente ia para o Carapã cortar erva e roçar capoeira, lá para os fundos, lá para os lados de Laguna Carapã, e a gente via muitos índios por lá. Esses dias eu andei por lá e tem índios que moram lá”.

Naquela mesma região que aqui está sendo tratada, mais precisamente nas proximidades do trevo de saída para Caarapó, local que foi também descrito por Admilson, onde saiu à procura de algumas famílias indígenas, em suas andanças como agente de saúde, buscando localizar as vítimas de tuberculose para tratamento.

Abaixo da fazenda San Diego, obtém a informação que era para entrar em um galpão onde veria um trilheiro e que os índios desciam e estariam no meio do varjão. E Admilson segue em sua bicicleta, e encontra um açuzal, e prosseguiu até o fundo daquele varjão e alcança os ranchinhos dos índios: “Era barro preto mesmo, mas dava dó de ver as famílias lá. E tinha uns quatro ranchinhos daqueles. E cada ranchinho tinha família, crianças, mãe, pai. E nem sei como sobreviviam ali, coitados. Eles vinham para cá sempre, mas a gente não sabia onde eles estavam. Eles tinham muito medo da equipe da Funai por causa da injeção, por causa do tratamento que tinha que internar eles. Era um dodói falar que tinham que internar”.

No córrego Curral de Arame, Admilson menciona sua existência, mas lembra de

encontrá-los do outro lado na fazenda do Juquinha de Matos. Também menciona a estrada antiga que chamavam *tapekuê*, que entrava onde era a Lagoa Azul, e que depois mudaram para o Curral de Arame, atualmente com asfalto e vai até o Porto Mercedes que fica no Rio Dourados. *“Então todos esses recantos os índios permaneciam ali porque tinha muita caça e muito peixe e ficavam lá até a hora que o fazendeiro resolvia mandar eles embora. Essas famílias já são falecidas, mas eles permaneceram anos ali. Quando os agentes da FUNAI iam atrás deles, eles voltavam para lá outra vez. As famílias dos Lourenço e Tônico, essas famílias estavam acampadas lá. Já são falecidos”*.

Inquirido sobre a existência de alguma aldeia na região do Curral de Arame, na no período que trabalhou para a FUNAI, Edmilson responde que naquela época sempre via um grupo de quatro ou cinco famílias. *“Mas a minha rota era aqui na volta de Dourados, onde a gente buscava essas famílias e encontrava eles nessa situação, nessas margens de córregos. Então a gente ia lá e conversava com eles e deixava eles bem acomodados porque o índio quando vê a gente assim eles ficam meio cismados, naquela época, hoje não”*.

“Entrada do HU era só mato e vinha atender índio no Curral de Arame. Conhecia a pedreira. Juquinha de Matos era um fazendeiro. Carapã para cá tinha o Jonas Teixeira (limítrofe) e parava atrás do lago azul. Divisa do Jonas Teixeira com o Juca de Matos”. (20.11.16 – Admilson)





Figura 16 - Pedreira (interior da fazenda Serrana – ao lado da rotatória)

Admilson diz que na Fazenda Cedro negociavam muito e tinha índio e eles retiravam. *“Do rio Dourados para lá tinha muito índio que vinha cortar erva. Tinham os moradores fixos e os que vinham trabalhar”*.

“Do lado da rotatória, sentido Laguna Hospital Universitário existiam três moradias de índios em 1974 que trabalhavam na estrada boiadeira, carreador, e tinham as casas de sapé. Na margem esquerda tinha pessoal indígena e branco tirando semente de braquiária, e ali tinha um galpão pequeno. Era pasto de braquiária. Trabalhavam para um empreiteiro Kaiowa, e foram expulsos. Não era mata fechada e tinha muitas árvores”.

4. Orlando Lucas da Silva

O Sr. Orlando Lucas da Silva, morador de Teykuê, 60 anos de idade, entrevistado por Bruno Pepper em 10.01.17, quando relembra que seu pai e sua mãe moraram no Apyka’i, e seus avós faleceram no local. Relembra dos comentários de sua mãe que dizia que *“no Apyka’i era puro Kaiowa, aqueles dos beijos furados, do tembetá, e moravam bastante ali. E minha mãe falava que tinha bastante índio, antigamente era diferente, umas 100 pessoas, muitas”*.

De suas lembranças passadas, Orlando Lucas menciona que tinha uma bicicleta e em companhia de seu irmão iam ao Apyka’i porque tinha *chicha*, e suas irmãs mais velhas se juntavam e iam todos juntos. *“Vinham lá da aldeia de Dourados quando tinha chicha. E avisavam, e a gente vinha ali”*.

Sobre antigos moradores do tekoha Apyka’i, Orlando Lucas menciona o nome de Manoelito que posteriormente foi morar no Panambizinho, próximo da Vila Cruz. Além do Manoelito, cita o Paí Chiquito: *“esse que batizou a aldeia de Apyka’i. Ele que*

batizou de Apyka'i e fez uma casa de reza muito grande lá. A minha mãe sempre lembrava, ele que batizou e ficou com esse nome. Paí Chiquito e Manoelito era nosso parente". E na sequência dos eventos, Orlando diz os índios foram saindo à medida que os fazendeiros foram ocupando. "Ali tinha muita guavira, na estrada que vai para Laguna era só guavira. Nesse córrego era tudo do índio.

5. Ponciano Paulo

Ponciano Paulo tem 84 anos de idade, morador de Teykuê, gravação realizada em sua residência na data de 5.09.2016.

Segundo Ponciano a palavra Apykai vem do banco ritual *Apyká*. Diz que antigamente visitara Apyka'i, e naquela ocasião tinham ido participar da reza. E lembra que o rezador de lá era o Ilário Vilhalva, e por lá encontrou uma *ogapysy* e que *"toda área só tem uma ogapysy. Tinha bastante casa de sapé. O rezador era o Ilário Vilhalva mesmo. Não sei quem era o pai do Ilário Vilhalva"*.

O rio *Ypyaury* é lembrado pelo Ponciano Paulo, e reforça que ele desagua no rio Dourados. *"Tinha uma estrada de terra. Era k'aaty. Era a erva. A estrada tapepoi ficava ali. Tinha uma estrada velha lá. Indica mata e rios. Tinha guavira. Depois esses plantadores de cana terminaram nossa guavira. Apyka'i fica perto da curva da estrada velha para Carapã"*.

Outra referência apontada por Ponciano Paulo refere-se ao nome de Chiquito, já anteriormente mencionado por Orlando Lucas. *"Lembro também de Felix Karaguatá. Era rezador e cacique também. Um filho dele chamava Elias, outro Onório, e João Tristo. Ilário Vilhalva era primo do Felix karaguatá. Ele morava na ogapysy mesmo. Ele batizava guri. Dora era o nome da mulher dele, Kunhakarai. Outro filho do karaguatá é o Basílio Karaguatá. Esses morreram faz tempo. E fazia o Ñemongaray. Tinha a rede de karaguatá. Tinha muita gente na rede da ogapysy. Ilário Vilhalva era primo do Felix Karaguatá"*.

Sobre os antigos moradores do Apyka'i, Ponciano afirma *"os índios foram tocados pelos fazendeiros. Sei que tocaram e saíram tudo dali. Foi para o Bororó e para o Jaguapiru (TI Dourados). Saíram tudo de lá. Tinha muita gente. Primeiro era tekoha Ypiaury, e depois puseram o nome de tekoha Apyka'i"*.



Figura 17 - Ponciano Paulo – TI Caarapó

6. Francisco de Souza

Francisco de Souza é morador da Terra indígena Dourados, Aldeia Jaguapiru, nascido em 1932.

O Sr. Francisco de Souza diz que trabalhou como carreteiro, transportando arroz, feijão, milho e outros produtos. E que aos cinco anos de idade ficou sob os cuidados de um padrinho chamado Ambrósio de Castro Muzzi que era o capataz do proprietário da fazenda Curral de Arame, e que somente aos 16/17 anos que saiu para cuidar de sua mãe que enviuvara. O proprietário da fazenda no Córrego Curral de Arame era o Sr. João Vicente Ferreira. Lembra que tinha a fazenda Curral de Arame, Santa Cruz e fazenda Alecrim na beira do rio Dourados, todas de um mesmo proprietário.

O pai do Sr. Francisco de Souza trabalhava em fazendas e era um índio guarani, na verdade seu padrasto. *“Mas eu considerava ele meu pai mesmo. Quando ele me via ele chorava. Nas fazendas a gente fazia moradia e ficava um ano, dois ou três anos. A gente plantava um pouco para o gasto e o fazendeiro naquele tempo não se incomodava, podia plantar, podia ficar”*.

Tem lembrança de uma fazenda chamada Curral de Arame 2, que fica mais para a frente do córrego Curral de Arame, cuja proprietária é conhecida por nome de dona Elba, tendo seu sogro falecido e deixado a fazenda sob sua responsabilidade. A fazenda era também chamada de fazenda Taquarusu.

A respeito da presença indígena na região do Curral de Arame, o Sr. Francisco de Souza expõe sobre o tema: *“Tinha muito índio ali e ia visitar também. Os índios paravam ali uns dois, três anos e plantava arroz, feijão, milho, batata, abobora. Naquela época tinha mata, tinha caça, cansei de chupar guavira lá. Curral de Arame*

era um guaviral só. Onde está o HU era tudo guaviral e era tudo dos índios e ali onde esta a fazenda São Lourenço do finado João Vicente para baixo, um pouco daquele hospital. Esse homem tinha muita terra. Naquela época era estrada ruim que nem dava para passar. O transporte era mais com carreta de bois”.

De acordo com o Sr. Francisco, a fazenda Curral de Arame, Santa Cruz e Alecrim começavam no córrego Curral de Arame e o dono era João Vicente que acabou vendendo uma parte para João de Matos, que também pertencia à família dos Correia. A propriedade do Sr. João Vicente se estendia do Curral de Arame até o HU. Lá tinha um carreador antigo que ia para Laguna, e a vegetação era mais para campo, por isso tinha internada de gado. O capim era nativo, “*e a gente nem sabia o que era colonhão e braquiária. O pasto era natural de jaraguá. Fazia piquete para separar vaca de leite. E dava um leite gordo mesmo*”.

O proprietário da fazenda tinha uma casa do lado do córrego, onde tinha um morro e “*formou uma fazenda chamada Fazenda Capitão. Tinha uma casa bem arrumadinha, e furou um poço com oito metros, e ficou muito tempo ali. Depois ele foi vendendo as terras. Era a mesma fazenda Curral de arame, e ele achou bonito ficar bem no alto*”.

Finalizando as narrativas do Sr. Francisco de Souza, a seguir reproduziremos as suas impressões finais:

“Os índios iam muito caçar e chupar guavira e iam pescar lá no rio Dourados. E faziam uns ranchinhos e ficavam uns três dias lá pescando e comendo tatu e depois saiam. Caçavam porco do mato, tatu, paca, muita caça que tinha. O velho dono da fazenda não ligava. Até antes dele falecer ele chamou a família dele toda e disse: - olhem uma coisa que eu vou pedir meus filhos, eu não quero que vocês judiem dos índios. pois quem me enriqueceu, quem me deu a riqueza aqui foram os índios mesmo. – [decerto trabalhando de graça para ele mesmo]. Ele era muito bom. Pedi que não era para judiar dos índios. Maioria dos filhos dele tinha terra lá em Maracaju, o tal de João Vicente, que era o filho mais velho dele tinha fazenda lá. Até hoje ainda tem aqueles que estão vivos ainda. Os índios ajudaram muito ele”.

Dentre outros proprietários na região do Curral de Arame Francisco de Souza cita Juquinha de Matos que afirma ter sido proprietário que tinha uma fazenda no Curral de Arame, sentido Ponta Porã, lado esquerdo, denominada fazenda Azulão. Era lindeira com o Curral de Arame. Cita outros proprietários na região: Getúlio de Matos, Matos Pequeno e Jonas Correia que posteriormente adquiriu o Curral de Arame.



Figura 18 - Sr. Francisco de Souza – TI Dourados – Aldeia Jaguapiru

7. Carlito Oliveira

Carlito Oliveira prestou suas informações sobre o tekoha Apyka'i em Passo Piraju na data de 25.08.2016. Inicia sua fala dizendo que o nome de Apyka'í não era esse mesmo. E como tinha muito peixe piau naquele Córrego Curral de Arame, daí o nome *Ypyaury*. Na data de 02 de setembro de 2016, Carlito Oliveira apresenta suas reflexões:

Naquela época de 40 a 60 existia só índio. Não tinha branco, não tinha fazendeiro, não tinha ninguém. Era só índio. Os brancos que tinha era só os fazedores de erva mate, os correntinos. Depois que acabou de fazer a erva, aí os correntinos foram embora para o país deles, a Argentina. Aí aqui no estado, no município, no Mato Grosso só ficou o índio. Nessa região do rio brilhante para cá ficou dois tribos os Kaiowá e os Guarani, do rio Brilhante para cá. Daí os correntinos na hora de despedir começou a fazer reunião com os peões e dizer que iam embora e vocês vão ficar e vamos dar 8.800 hectares onde eu estou hoje. Naquele tempo não era hectare, era alqueire. E tinha bastante gente e era para derrubar e plantar mandioca, batata, milho, todas as coisas para comer. Criar galinha, criar porco, e ter a *ogapysi*, todas as coisas. Daí o correntista foi embora. Aí para 50 e 60 começaram a chegar os *karaí*, os brancos.

A respeito do cemitério antigo no Apyka'i, Carlito Oliveira declara que antes de chegar no *Ipyaury* tem uma pedra muito grande, que atualmente está desmoronada. E era atrás da pedra que ficava o cemitério do *Ipyaury*, bem na beira da estrada. *“E hoje está tudo desmantelado, e hoje plantaram cana até em cima da pedra lá, para ninguém descobrir. Onde que não iam plantar fizeram o cemitério, e os que morreram foram levando. O tekoha era muito bonito, mas agora bagunçou, pois que é só canavial, já desmataram tudo ali. É só cana, só cana. Ypyaury era um tekoha muito grande. Tinha bastante bicho de caça nesse mato”*.



Figura 19 - A pedreira que desmoronou – (Fazenda Serrana)

8. Nicolau Machado

Nicolau Machado tem 78 anos e 10 filhos, sua esposa é Sofia Gonçalves Machado, 74 anos de idade, moradores da Terra indígena Dourados, Aldeia Bororó. Pais do professor João Machado (intérprete das falas de Damiana Cavanha).

Nicolau informa que na região do Curral de Arame encontravam muitos remédios para as mulheres. O pai de Sofia Gonçalves é Noé Verá Gonçalves um rezador, e quando Sofia tinha 8 a 10 anos de idade acompanhava o pai nas caçadas e coletas de medicamentos na região do Apyka'í. Ali caçavam tatu, quati, cotia e usavam flechas. Coletava o remédio *Ñapehesa-ukua* que é encontrado no brejo do campo e outro que era a sucupira. Sofia lembra de *Akety*, na região do Curral de Arame, mata de caça que tinha erval, e muita guavira.



Figura 20 - Guavira

Nicolau Machado fala do *Ypyaury*, do fazendeiro Jonas Correia que era correntino, Assunção Cáceres e Assunção Ramires, também correntinos, local de criação extensiva de gado. E diz que naquela região “*mataram os índios e se adonaram das terras*”. Sobre a territorialidade tradicional kaiowa, Nicolau Machado sintetiza:

“Interesse era viver sem ambição de economizar, aumentar. Antigos diziam para não desmatar, pois o mato traz ar puro e não dá doença. Plantavam milho saboró e se mudavam. Queimavam o rancho. Vivência era buscando novos lugares. Sempre beirando rio, mina. Escassez de recursos buscava outros lugares. E depois voltava. E onde ficava, rezava. Interesse era viver sem ambição de economizar, aumentar. As levas que vieram do Sul expulsaram os índios”.

9. Valdomiro Ramires

Valdomiro Ramires tem 74 anos, morador da aldeia Bororó, TI Dourados. Sobre a *Akety* (mata de coleta e caça) na região do *tekoha Apyka'i*, Valdomiro diz: “*Esse é nosso mesmo, muito remédio para banhar crianças*”. *Akey ñande Ba'e*. (*Akety é nosso mesmo*). Valdomiro Ramires diz que tiraram os índios do *Akety*, e que teria sido o fazendeiro Jonas Correia.

12. Sebastião Arce

Na data de 03.09.16 mantivemos uma conversa informal com Sebastião Arce, o qual nos relatou que sua mãe é Santa Isnardes, filha de Pedrinho Arce. Pedrinho é irmão de Luiz Cário de Souza, o pai de Ilário Cário, o finado marido de Damiana Cavanha. Sebastião Arce também relata que Luiz Cário era da região do Lima Campo (*Jatayvari*), Rio Douradinho, Fazenda Paquetá, *Tekoha Yvu*. Sobre o *Apyka'i*, relata sobre o *Ypyaury* e o ritual do *tembetá* que era realizado. Diz que *Ñanderu* não parava no lugar. E Luiz Cário batizava milho em várias aldeias, e ele sempre circulava.

b).2 Território Geográfico Experiencial: O Movimento de “Circulação” do grupo familiar Cário/Cavanha

O movimento de "circulação" verificado entre os Guarani opera via processos históricos vividos em uma determinada região e está atrelada às circunstâncias de determinado *tekoha*, ao qual estão vinculados grupos macro familiares inteiros ou famílias que os representam.

Segundo Rubem Thomaz (2005:41), a região por onde se "circula" define-se como sendo o espaço que compreende o *tekoha* ou parte dele, o "cantão" da família ou o último lugar de ocupação, sobre o qual repousa um interdito que impede que estas famílias ocupem e usufruam livre e integralmente desse espaço que é seu habitat. Tornado este *tekoha* terras de fazenda, e impedidas as famílias de ocupá-lo plenamente, os Kaiowá e Ñandeva fazem de tudo a seu alcance, para permanecer nas proximidades

do "seu lugar", "escondendo-se" nas matas quanto possível ou, na falta de alternativa, trabalhando como "peão" em sua própria terra que se tornou fazenda, com a anuência do fazendeiro. Em outros casos, descobertos pelo fazendeiro que não os quer ali e os pressiona a abandonar a terra, trasladam-se para mais adiante nas matas restantes de onde seguirão, após serem novamente descobertos, para um pouco adiante e assim sucessivamente, sempre em torno e nas proximidades de um ponto de água que ele e sua gente utilizaram com exclusividade um dia.

Existem situações em que decorrem longos anos até se organizarem para o retorno a seus lugares, e as falas dos próprios fazendeiros corroboram com a descrição etnográfica ao reconhecerem que os índios estão permanentemente perambulando e saltando de um lugar a outro. Esta circulação e a persistência sobre lugares específicos contribuem para melhor entendimento dos espaços ocupados antes da chegada do colonizador. Na mesma conceituação, outro aspecto do fenômeno se manifesta nas reiteradas "entradas" em seus *tekoha*.

O histórico de circularidade do grupo familiar Cário/Cavanha demonstra que eles estiveram por muitos anos vivendo nas cercanias de seus lugares sempre que não tivesse sido impedido por fazendeiros e por ordens de despejos oficiais. Demonstraram um movimento persistente de manter proximidade com os lugares de onde os Kaiowá foram obrigados a sair; e muitos de seus parentes estão enterrados nos diversos cemitérios distribuídos pelo *tekoha guasu* de referência, o que comprova um vínculo indissolúvel com as áreas de ocupação tradicional desta família que só não se realiza porque forças físicas os impediram, obrigando-os a uma constante circulação.

Outro aspecto da circularidade dos Kaiowá e demais parcialidades guarani é o movimento na direção de permanecer o mais próximo possível do lugar ocupado por seus antepassados, onde encontram-se enterrados e onde o próprio indivíduo viveu ou nasceu. Mesmo fora de seus lugares tradicionais de ocupação, não perderam de vista sua localização e, mais importante, o sentimento de pertencimento a ele, o que torna essas áreas fundamentais para a reprodução física e cultural do grupo atualmente e que não são desatreladas da memória dos grupos familiares nos dias de hoje. (RUBEM THOMAZ, 2005: 49).

Os Kaiowá do Apyka'i nunca interromperam a sua relação com as suas terras de ocupação tradicional, e continuaram a usá-lo a seu modo tradicional, trabalhando nas fazendas que foram sendo instaladas, plantando, caçando, coletando, processo

denominado de reterritorialização, e que não se trata apenas de um território histórico, pois foi ocupado da forma possível sem descontinuidade com o presente.

b).3 Território Geográfico Experiencial: O Tekoha Guasu de Referência da família Ilário Cário

Conforme conteúdos das diferentes partes do relatório de identificação do tekoha Apyka'í, os Kaiowá têm amplo e detalhado conhecimento de seu território. O processo de circulação revela como eles utilizam seu território, mesmo após terem sido suprimidas a maior parte das matas, e de ter sido ocupado por cidades e estradas. Assim se dá com a circularidade das famílias em torno do Apyka'í, o que indica o sentimento de pertencimento a esses lugares por parte dos índios. O movimento de circulação corresponde a um processo intermitente de expulsão-volta-expulsão caracterizado pela persistência dos índios no retorno a lugares que consideram de seu pertencimento.

A visão do território é construída a partir de experiências que aí foram vividas pelas pessoas, em grande medida levadas à necessidade de se remeter ao passado e à memória, para demonstrar legitimidade na sua recuperação. Mura (2006:28), utiliza o conceito de contextos sócio ecológico-territoriais, os quais foram sendo modificados pelas profundas transformações ocorridas ao longo do tempo nos espaços geográficos Kaiowá.

Os vínculos afetivos descrevem a construção indígena do território, permitindo relacionar elementos geográficos simbólicos e materiais com sentimentos de luta e fatores emocionais dos integrantes das famílias extensas envolvidas nas disputas fundiárias.

A reconstrução do território recorre à memória do passado elaborada pelo grupo, uma espécie de mapa espaço-temporal que os ajuda a configurar as demandas atuais com destaque as recordações das moradias dos antepassados, dos locais onde aconteciam festas sagradas e profanas, das narrações de experiências de caçadas, de encontro com espíritos nocivos (*mãetirõ, angüery e aña*), de locais onde moravam xamãs de prestígio, assim como de experiências de trabalho nos ervais e nas fazendas. O resultado desses mapeamentos e elaborações indígenas são justamente os *tekoha guasu*, que, sob este aspecto, se apresentam como “territórios-memória”. (MURA: 2006:133)

Os topônimos extremamente valorizados pelos indígenas constituem marcas no

mapa geográfico-experiencial produzido durante numerosas décadas pelos Kaiowá, significando eixos simbólicos a partir dos quais se articulam espaços de jurisdição das famílias extensas e suas redes de parentesco.

A região de Lima Campo foi uma denominação dada pelos próprios índios. “Lima Campo” constitui região de campos naturais, e que foi controlada pela “família Lima”, descendentes do Tenente Coronel João Lima que a partir de 1898 ocuparam aquela parte do território Kaiowá.

Rubem Thomaz de Almeida (2005: 22), refere-se às narrativas indígenas que na atualidade fazem menções à existência e atuação de João Lima e seus descendentes, em especial o filho Lídio Lima que aparece, já em 1938 como titular de terras, família que surge na região como produtores de erva mate associados ou a serviço da Cia. Matte Laranjeira. Os descendentes de João Lima mantiveram o controle da região depois de sua morte e do declínio da Cia. Matte Laranjeira, dividindo em porções de 95.434ha tituladas em nome do Tenente Coronel e que incluíam dezenas de grupos macro familiares Kaiowá e Nãndeva.

Segundo informações prestadas no citado trabalho de Almeida (2005), a região de Lima Campo é concebida pelos Guarani como abrangendo o Ribeirão Douradinho, Córrego Lagoa Corona, o Rio Yramõi (São João), Córrego Fortaleza, Córrego Envernadinha, Córrego Jatayvary, Córrego Paranerikue, Córrego Teviy (Passarinho), Lagoa São Francisco, todos dentro da bacia do Rio Dourados.

Segundo indígenas idosos e conhecedores da região, até os anos 1950/60, pelo menos cinco *tekoha* estavam bem configurados na região: Manga'isyty, Yramõi (Rio São João), Rancho Kunã, e os de Kuati Huguái, e Camba Jetty que não foram localizados.

O *tekoha guasu* Lima Campo é um espaço territorial ocupado por diversos *tekoha* (aldeias) relacionados entre si por casamentos e alianças políticas, que compartilham os mesmos princípios religiosos e que utilizam recursos naturais existentes nos espaços de seus domínios e uso exclusivo, os quais tiveram que ser abandonados pelos grupos macro familiares que foram compulsoriamente levados para Postos Indígenas.

A região era formada por densas florestas e campos naturais, e até poucas décadas atrás, os índios se refugiaram e se mantiveram “escondidos” do colonizador. A partir dos anos 1950 e nas duas décadas seguintes, os espaços ocupados pelos índios foram se restringindo, dando lugar ao desmatamento desenfreado das florestas

substituídas por pastagens e monoculturas, atividades nas quais os Guarani foram engajados e posteriormente “aldeados”, principalmente para os Postos Indígenas de Dourados e Caarapó, contribuindo para o superpovoamento daquelas duas áreas. (RUBEM THOMAZ, 2005: 27)

Ao lado das iniciativas oficiais visando o aldeamento dos Guarani em Caarapó e Dourados, um grande número de famílias indígenas de Lima Campo permaneceu em seus locais de origem, muitos deles trabalhando nas fazendas durante anos ou décadas, mantendo-se, portanto, em permanente processo de circulação ao longo das terras tradicionais.

O padrão Guarani de comportamento diante da perda da terra é o de voltarem para o lugar de onde foram retirados ou expulsos, sempre que possível, e que representa um “*movimento circulatório ou de circulação*” que corresponde a um processo intermitente de expulsão-volta-expulsão caracterizado pela pertinácia dos índios em retornar a lugares que consideram pertencer e dos quais não podem prescindir. (RUBEM THOMAZ, 2005: 46)

O pai de Ilário Cário era Luiz Cário, um destacado “rezador”, tendo sua influência se projetado por outras comunidades Kaiowá, e no período de 1940/1950 fora o *tekoaruvixa* de Lima Campo. Seus descendentes estão divididos entre Caarapó, Dourados, Apyka’í, Jatayvary e Guaimbe. Luiz Cário era um *tãmoi* que viveu em uma *oygusu* (casa onde habitava uma família extensa) nas redondezas do *Yvu* (região de Lima campo), de onde foram expulsos com uso de violência, utilização de armas de fogo e com reiteradas tentativas de reocupação e refúgio na Reserva de Dourados.

Segundo interlocutores indígenas mais idosos, até os anos de 1950/60, a região do Alto-Médio Dourados contemplava vários *tekoha*. Segundo Alexandra Barbosa (2007: 133), este amplo espaço territorial passou a ser denominado pelos índios de “Lima Campo”, através da junção de dois critérios, isto é, se trata de uma região de campos naturais, a qual passou a ser controlada pelo Tenente Coronel João Lima, no fim do século XIX, e posteriormente por seus descendentes (os Lima), e daí surgiu “o campo dos Lima”, que depois tornou-se “Lima Campo”. Apesar de reconhecerem a presença da família Lima em suas terras de ocupação tradicional, os Guarani e Kaiowá nunca deixaram de ocupá-las e de reivindicar seus direitos sobre elas, de uma forma ou de outra.

Conforme mapa reproduzido a seguir, a abrangência das relações dos índios neste *tekoha guasu* compreende também os municípios de Dourados, Ponta Porã, que

conta com o distrito de Sanga Puitã, e de Laguna Carapã, esta última também constituindo em referência para a circularidade dos Kaiowá. A formação do acampamento para reivindicação do tekoha Apyka'i englobou famílias que estavam instaladas em diversos locais do *tekoha guasu* Lima Campo, inclusive em fazendas, cidades e aldeamentos.

A organização dos grupos macrofamiliares Kaiowá e Nãndeva para a organização do movimento de reterritorialização nos espaços do *tekoha guasu* Alto Médio Dourados teve origem após o assassinato do Kaiowá Lourenço Amaral ocorrido no Lima Campo em 1993, na fazenda que é espólio de Izaltino Barbosa, e no subsequente despejo de 37 indígenas que foram violentamente expulsos do local e que se refugiaram em uma pequena mata na região de Lagunita.

O episódio foi bem documentado por funcionários da FUNAI que puderam comprovar pessoalmente a existência de violências praticadas contra os índios. O Chefe de Posto de Dourados revela que *“no dia 13/10/1993 foram removidos 13 índios e no dia 15/10/1993 foram removidos mais 24 indígenas da região de Lagunita/MS para a Reserva de Dourados, totalizando 37 índios”* (ALMEIDA: 2005; 52)

A documentação sobre os fatos oferece elementos importantes que comprovam a ocupação indígena na região, o que confirma a veracidade dos depoimentos dos índios sobre suas ocupações territoriais pretéritas, e evidencia a relação entre os *tekoha* daquela região e a área indígena de Dourados, a qual mesmo superpovoada continuava sendo área de acolhimento de índios dispersos pela região.

Com a transferência das famílias Kaiowá para a reserva de Dourados, em decorrência do assassinato de Lourenço Amaral foi iniciado o processo de organização das famílias originárias para o retorno às suas áreas de origem. Os grupos familiares foram se articulando com outras famílias extensas de mesma origem para viabilizar a ocupação do *tekoha guasu* de Lima Campo, como ocorreu com Jatayvary, Passo Piraju, Apyka'i e demais na região do tekoha guasu Alto Médio Dourados.

Praticamente todas as famílias que se envolveram no movimento de recuperação de posse parcial sobre suas áreas de ocupação tradicional no circuito do *tekoha guasu* Alto Médio Dourados haviam participado, direta ou indiretamente, de um movimento gestado entre 1995 e 1998 na TI Dourados referente a uma situação de disputas pelo poder local e pelo acesso a terras dentro da área indígena. Tais circunstâncias também impulsionaram a convergência das famílias motivando-as para a organização política para a posterior “entrada” nos seus *tekoha* de referência.

O *tei'y (família extensa)* dos Isnardi, à qual pertencia Ilário Cário (marido de Damiana), é uma das mais numerosas na reserva de Dourados, tendo sido o *tamõi* Ireneo Isnardi uma liderança extremamente respeitada, tornando-se uma referência fundamental para os Kaiowá desta reserva e também para aqueles da região do “Lima Campo”.

Pelas alianças políticas e laços de solidariedade que vinculam grupos macro familiares, tanto Ilário Cário/Damiana Cavanha e familiares, como a família de Carlito Oliveira estiveram presentes nos momentos iniciais da retomada de Jatayvary (1988) junto aos Isnardi, e a seguir se organizaram para a retomada do tekoha Apyka'i e Passo Piraju.

Nestes processos de retomadas de antigos espaços de referência, surgem as narrativas de experiências de caçadas coletivas, de lutas contra animais perigosos, locais onde moravam xamãs de grande prestígio; lugares onde aconteceram eventos rituais e festividades, sepultamento de seus mortos, assim como de experiências de trabalho nos ervais e nas fazendas, o que permite aos índios ir reconstituindo uma espécie de mapa espaço-temporal que os ajuda a configurar as demandas atuais.

Levando em conta o fato de que ainda hoje a construção de alianças baseia-se nas relações de parentesco, que superam os limites comunitários, mas que se mantêm circunscritas aos lugares de maior perambulação e conhecimento, os tekoha guasu contemporâneos são territórios onde os índios articulam dinamicamente espaços familiar e etnicamente exclusivos (os tekoha) com aqueles inclusivos (os sítios, as fazendas, estradas, cidades, comércio, igrejas, etc).

Quanto ao critério para definição de terra de ocupação permanente, destaca-se que a mesma não passa, necessariamente, pela presença física no lugar, mas principalmente pelo vínculo subjetivo de pertencimento a ele, o que se verifica no movimento de “circulação” e em outras formas de ocupar o território, seja trabalhando na changa em fazendas, visitando as cidades, comercializando com o brancos, etc. Só não há presença física na inteira extensão da área reivindicada devido à expulsão violenta e reiterada, ao esbulho renitente, e não por livre e espontânea vontade dos índios.

Entre os Kaiowá a terra é única e indivisível, seu dono sendo *Ñande Ryke'y Pa'i Kuara*. Foi a terra entregue aos Kaiowá para que estes possam dela tirar seu sustento, porém com a incumbência de ter que com ela se relacionar, segundo as normas do *teko porã* (o correto modo de ser). Assim sendo, dentro do espaço de jurisdição de um

determinado *te'yi*, os membros de cada família conjugal poderão construir sua residência e desenvolver suas atividades econômicas no lugar escolhido, mas respeitando os espaços já ocupados pelos outros componentes da unidade doméstica. (MURA: 2006: 426)

Tal espaço de jurisdição originário de um determinado *te'yi* não é remanejado como forma de herança, nem nos casos em que ocorra a morte do *tamõ* ou da *jari*, ou mesmo com a formação de novas unidades domésticas, e dissolução de uma unidade residencial. O direito de morar em determinado local é de todos os descendentes consanguíneos de um determinado antepassado simbolicamente considerado como primeiro morador da fração do tekoha guasu a que pertença.

Desta forma, conforme a história recente do tekoha Apyka'i coube à família extensa Cário/Cavanha a tarefa de empreender o movimento de mobilização para a recuperação da terra agora em identificação.

b).4 Território Geográfico Experiencial: As vivências em “Fundos de Fazenda” do grupo familiar Cário/Cavanha

A circulação de Damiana Cavanha e parentela no circuito do Tekoha Guasu Alto Médio Dourados inicia-se com a família extensa de seu pai Minério Cavanha/Seferina Morais que se tornaram moradores de Teykuê/Caarapó. Em sua adolescência em Teykuê Damiana tem sua primeira filha Lídia Cavanha, cujo pai era Marciano Paulo (filho de Ponciano Paulo), também morador de Teykuê. Em razão da pouca idade de Damiana Cavanha, à época uma adolescente, sua filha Lídia ficou aos cuidados dos avós maternos (Minério Cavanha/Seferina Escobar).

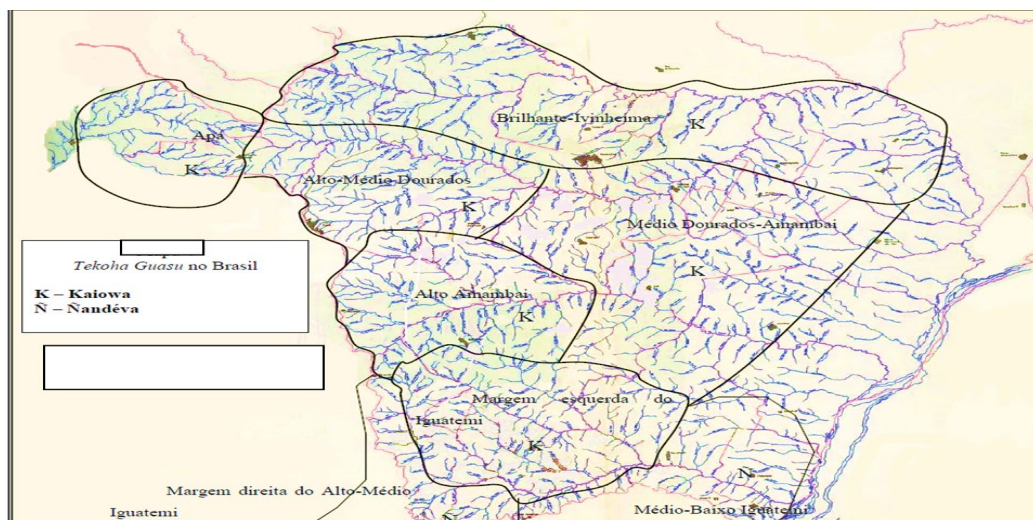
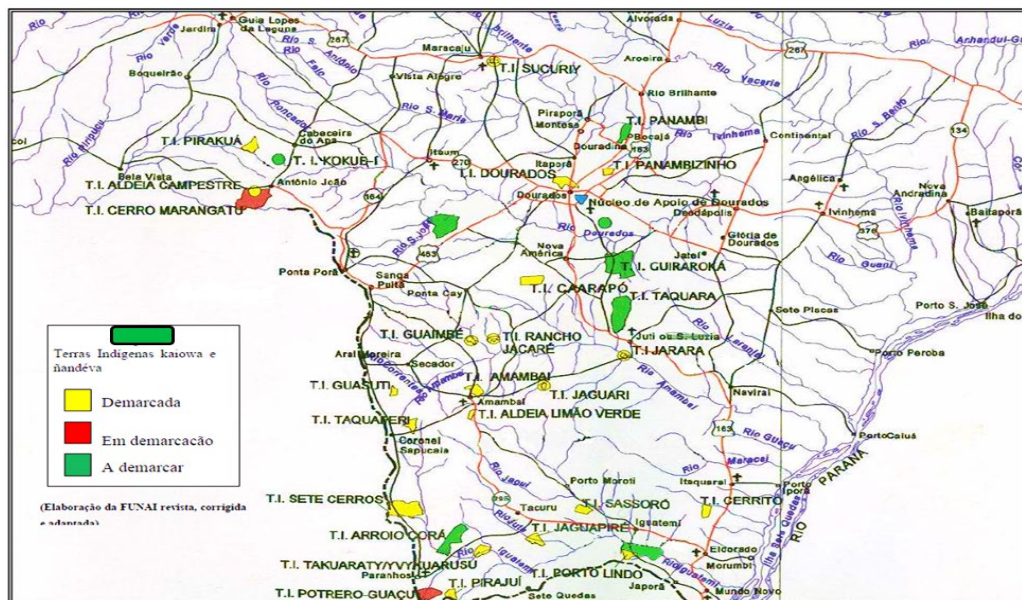
Na sequência de sua vida casa-se com Ângelo Cário com quem teve um filho, Magno Freitas, e os demais filhos foram com o marido Ilário Cário de Souza, filho de Luiz Cário e Cécilia de Souza, originários do Tekoha Guasu Lima Campo (*Yvu*), onde seu grupo familiar gozava de grande prestígio, figurando Luiz Cário como uma liderança religiosa reconhecida para além daqueles Kaiowá que compunham os grupos macro familiares da região.

Devido ao processo de expropriação de suas terras originárias, processo que denominam de “esparramo”, as famílias foram compulsoriamente levadas para as oito áreas reservadas pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios- SPI, mais especificamente para as reservas de Caarapó e Dourados. Em tal processo, muitos grupos familiares

procuraram permanecer vivendo nos fundos de fazendas, locais ainda inexplorados pelos novos ocupantes, onde também se engajaram nos serviços de implantação da infraestrutura para os invasores de suas próprias terras.

Em grandes propriedades e outras de menores dimensões continuaram se engajando como mão de obra na derrubada das matas, implantação de pastagens, abertura de estradas, construção de cercas, nas lavouras e também nas atividades pecuárias.

Na rotatividade das atividades oferecidas nas propriedades implantadas em seu *tekoha*, citam inúmeras fazendas nas quais estiveram prestando serviços enquanto alimentavam esperança de verem reconhecidos seus direitos sobre seu território.



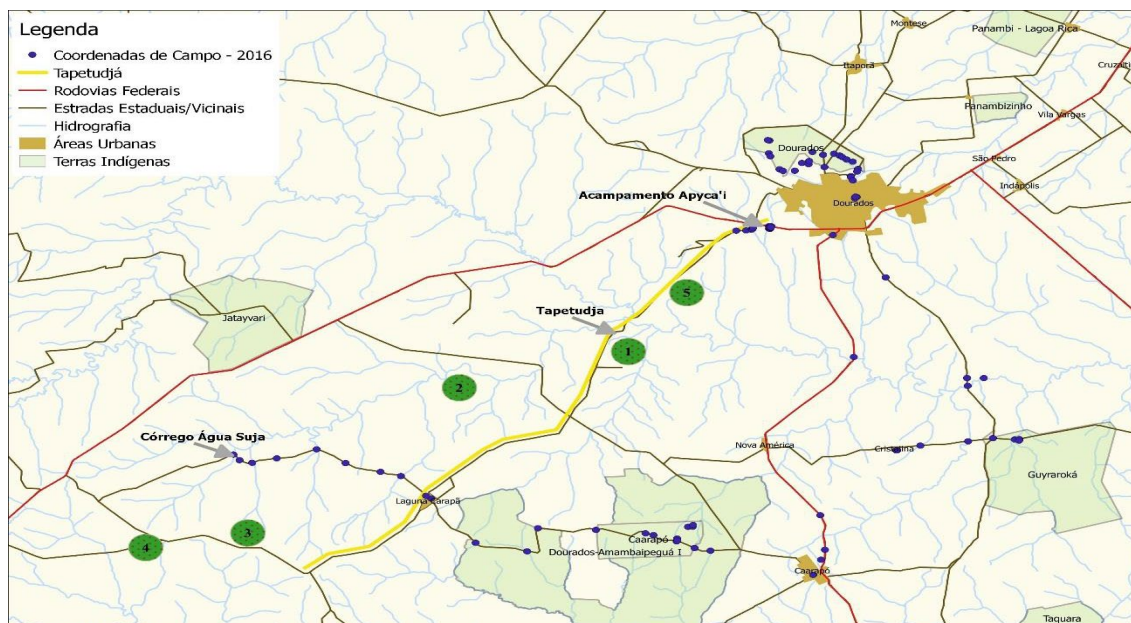
Mapa 7 - Tekoha Guasu Alto Médio Dourados – Área de circularidade da família Cário/Cavanha no tekoha guasu Alto Médio Dourados.

Lídio Cavanha, filho de Maria Cavanha, irmã de Damiana Cavanha, professor bilíngue relata lembranças de quando esteve junto com o Ilário Cário e seu avô Minério Cavanha nas fazendas que se implantaram sobre as terras tradicionais Kaiowa. A partir dos 12 anos de idade, Lidio Cavanha começa a trabalhar junto com o Ilário Cário roçando mato em fazendas, e rememora as atividades desenvolvidas pela família Cário:

“Ele trabalhava e pegava os gados, pois não tinha cerca naquela época e era tudo aberto, e os gados iam para o mato e ele ia campear os gados que fugiam para os matos. Fazia serviços gerais, mexia com cercas, limpava lavoura, trabalhava como campeiro, e tratorava também. Em todas as fazendas que ele passava, construía casa perto do mato e onde tinha os brejos e as pindaibas que eles falavam. E abria valeta para fazer lavoura. Plantar arroz, feijão, em torno de dois hectares só para produzir. Plantava bastante coisa, e criava animais, pato, galinhas e porcos. Ele recebia pagamentos e pegava por empreitada, pegava tantos hectares para limpar a lavoura e recebia um valor x”.

Lídio relata o local da morte do Jonas Cário, filho do casal Damiana Cavanha/Ilário Cário: *“Tem a fazenda chamada Rincão Azul, onde o Jonas foi morto a pauladas pelo empregado da fazenda. Aí eu já tinha uns 14 anos (1995), e eu já estava trabalhando nas fazendas”.* Lídio acrescenta maiores detalhes sobre a morte de Jonas Cário, o filho de Damiana, fato ocorrido em 1995:

“E foi aí que o Jonas quis ser independente e foi procurar serviço na fazenda Rincão Azul onde é assassinado. O irmão do fazendeiro, era um tal de Jorge. Tinham 3 ou 4 irmãos. Se não me engano era Celso, Jorge e Irineu era o pai. Cada um tinha sua propriedade ali, tudo junto. Essa fazenda era o Rincão Azul onde Jonas voltou para procurar trabalho, e o empregado da fazenda mata o Jonas com pancadas”. [...] naquela época, o capitão daqui era o Feliciano que tinha ido buscar com uma caminhonete daqui. Buscaram o corpo dele lá e foi enterrado em Teykuê. Com isso os pais mudam para Teykuê. A Damiana desde que saiu de Teykuê com o Ilário sempre morou pelas fazendas.



Mapa 10 - Marcação das fazendas habitadas como fundo de fazenda pelo grupo e a sua relação pelo *Tapetudjá* (estrada para Laguna Carapã) entre a Fazenda Água Suja e o Apyka'i. (Autoria Sandra Aparecida Ayres)

A conexão do Apyka'i com os fundos de fazenda, ocupados pelo grupo familiar de Damiana Cavanha, e com outros tekoha, se dá pela mobilidade por um caminho antigo, por eles denominado como *Tapetudjá* (linha amarela no croqui), cujo traçado foi superposto pela atual estrada de ligação entre Dourados e Laguna Carapã, construída em parte sobre antigos caminhos indígenas e que serviram também de escoamento da erva mate. A persistência da ocupação e permanência no local está a indicar um vínculo do grupo com o lugar, o qual se conecta a uma região ampliada, o tekoha guasu.

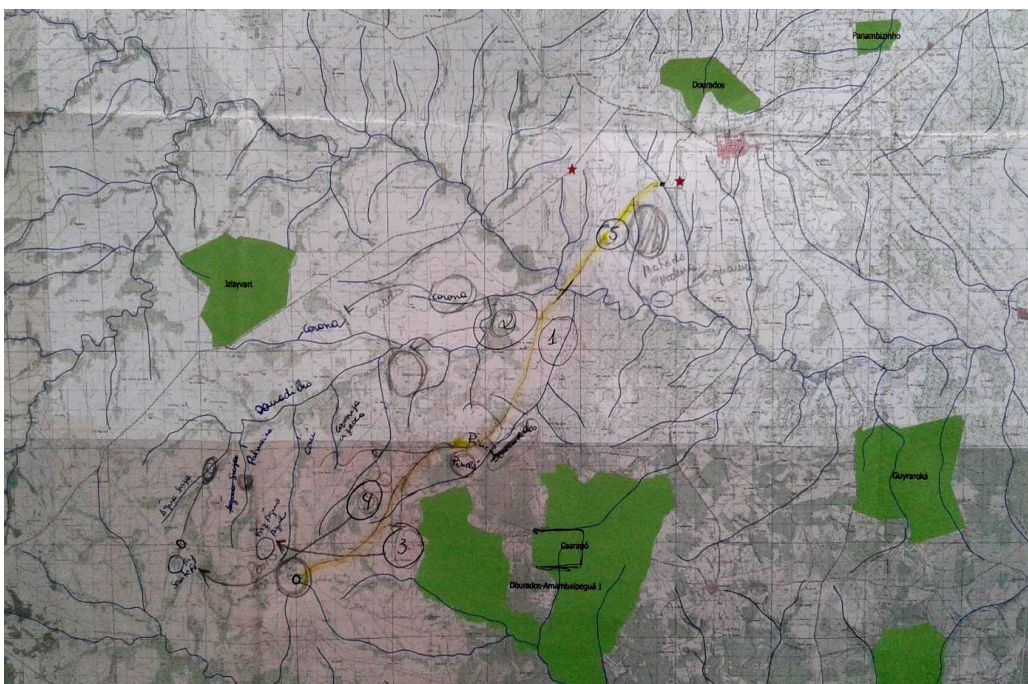
Conforme a representação no mapa reproduzido acima, a circularidade e as ocupações de fundos de fazendas seguiram o traçado da via em amarelo - Dourados Laguna Carapã (*Tapetudjá*):

Fazenda Água Suja até 1995, a qual pertencia a um senhor chamado Alcides Lima; posteriormente vendida para Amilcar Lima que os expulsou de lá.

1. Fazenda Chapada - Ilário Cário de Souza prestou serviços diversos e ficava localizada Perto do rio Douradinho. Fazendeiro Senhor Maurinho.
2. Fazenda Cachoeirinha - Perto do córrego Corona. Hoje é assentamento. Fazendeiro Sr. Gil.
3. Fazenda Rincão Azul - Salvador e Francisco, irmãos do Senhor Ilário, faziam parte da parentela que seguia com o grupo. Perto do rio Douradinho. Fazendeiro Senhor Tino Rosback - Filho Jonas Cário é assassinado em 1995, momento

importante de ruptura da trajetória e a vinculação do território ao local Água Suja (fazenda e/ou córrego).

4. Fazenda Santa Fé - Perto de Laguna Carapã - Fazendeiro Rodrigo e Administrador Senhor Antonio Matoso.
5. Fazenda Chapéu de Couro (Fazenda Cedro) - Salvador e Francisco permanecem com o grupo, e acabam falecendo neste lugar. Próximo ao rio Dourados - A usina São Fernando foi construída neste lugar. Proprietária Dona Júlia. Capataz Senhor Valdomiro.



Mapa 11 - Etnomapeamento da localização dos fundos de fazendas. Mosaico de cartas topográficas na escala 1:100.000, da região entre as bacias do rio Dourados e Amambai, impressa em tamanho A1, com anotações dos indígenas durante a oficina de etnomapeamento em 01 de setembro de 2016. (Sandra Ayres de Paula).

A respeito do córrego Água Suja, Lídio relembra que o Ilário Cário morava perto de um rio que cai no Douradilho que se chamava Água Suja (Ipuitá), e lembra que o Água Suja passava a 50 metros da casa deles. A fazenda Rincão Azul ficava a mais ou menos 500 metros acima do rio.

A família do Ilário Cário, segundo Lídio Cavanha, morou naquela região onde se localiza a fazenda Rincão Azul. Relata que a mãe do Ilário tem cemitério na Fazenda do Sr. Irineu. *“Inclusive quando a gente ia pescar tinha um rio, uma lagoa grande perto da fazenda do Irineu. E antes de chegar nessa lagoa tinha dois pés de árvores assim, e que ele falava que era “cemitério da minha mãe”. Tem enterrado lá a mãe, os tios e muitos parentes dele lá. É um cemitério grande que tem lá”*.

Segundo Lídio Cavanha, a família do Ilário Cário retorna para Teykuê em 1995 onde permanece por aproximadamente um ano ou mais. *“As ditas fazendas que eles moravam era uma aldeia de grupo familiar. O pessoal das fazendas chegava e falavam que era deles e usavam os Kaiowá como mão de obra”*.

Com a idade entre 12 e 13 anos de idade, Lídio Cavanha trabalhou nas fazendas com Ilário, desempenhando as tarefas de preparo dos pastos, construindo cercas, indo a seguir trabalhar em usina de cana durante alguns anos.

Com a morte de Jonas em 1995, e após um tempo de refazimento em Teykuê, a família Ilário/Damiana decide retornar para as fazendas onde estavam engajadas no trabalho, mas os fazendeiros já expulsam por temor que quisessem tomar a posse de suas terras. Após essa expulsão vão para a fazenda Cedro, onde hoje está instalada a Usina São Fernando.



Foto 18 – Lídio Cavanha – sobrinho de Damiana Cavanha.

Segundo Nivaldo de Souza, seu pai Ilário Cário trabalhava também com o barbaquá, preparando a erva para secar. Seu avô também já trabalhava na erva, pegava 18 arrobas e levava o fardo para barbaquá, pesava e outros peões cuidavam. Às quatro horas da manhã já saiam para cortar erva, e usavam saco branco enrolando a perna. Trabalhava com um senhor chamado Juvenal no município de Capeí, e recebia alimentos e mercadorias. O avô Luiz Cário trabalhava a longas distâncias na derrubada das matas com machado.

Segundo informações prestadas por Damiana Cavanha e seu filho Nivaldo Cário, o Ilário Cário, ex marido de Damiana e pai de seus filhos trabalhava nas fazendas que foram se instalando no tekoha guasu. Dentre as tarefas que desempenhava citaram a colocação de cercas, carpir roçados, limpar arroz, fazer valetas, além da criação de

gado. Plantava mandioca, batata e outros gêneros alimentícios. No Município de Corona (Ponta Porã) trabalhou com criação de gado e trabalhava em lavouras e construção de cercas. Como pagamento recebia alimentos e um pouco de dinheiro. Em outra fazenda no Município de Laguna Carapã, fazenda de gado Água Azul, localizada abaixo do Douradilho, ajudava com os trabalhos gerais na vacinação de gado e outras tarefas.

É mencionada a propriedade Santa Fé, região de Caarapó. Fazendeiro chamava-se Rodrigo, e Antonio Matoso era o administrador, local onde o Ilario tinha autorização para utilizar a área para sua própria lavoura.

Outra propriedade citada é a fazenda Chapéu de Couro (Cedro), próxima ao Rio Dourados e também da usina São Fernando. Local de matas preservadas, e onde plantavam cana e batatas. A proprietária da fazenda seria uma viúva chamada dona Julia, onde citam um pomar onde foi enterrado Marcelo, Salvador e Francisco, e a usina São Fernando teria sido construída sobre tal cemitério. Denominam o local de tekoha Takuaju. Magno Cário e o irmão Sidnei Cário também prestavam serviços em fazendas. Saem da fazenda Chapéu de Couro direto para o acampamento da ponte do *Ypyaury* (Apyka'i). Chapéu de Couro (tekoha do Marcelo, Takuaju), transformou-se na Usina São Fernando.

Em 1998 Minério Cavanha é levado para rezar o primeiro acampamento de Damiana para retomada da terra. Era um rezador considerado com especiais talentos para os processos de cura.



Figura 21- Damiana Cavanha e o filho Nivaldo Cário de Souza, esposa e filho.

Sandra Cário de Souza (*Nuporã*), filha de Damiana Cavanha confirma que após a morte de Jonas Cário na fazenda Rincão Azul em 1995, a família Ilário/Damiana retira-se para Teykuê, onde fazem o enterramento do filho e permanecem por algum

tempo. Na sequência trabalham em algumas fazendas e se unem às famílias Kaiowá de Lima Campo que já se encontravam acampadas no *Jatavyary*, onde permanecem por um determinado tempo, e em 2001 acompanham as famílias dissidentes para a Terra Indígena Jarará, onde permanecem por um breve período de cerca de três meses, prosseguindo posteriormente para um acampamento no rio Dourados, onde Ilário Cário é atropelado no final do ano de 2002.



Figura 22 - Sandra Cário de Souza filha de Damiana Cavanha.

Temerosos após atropelamento de Ilario Cário refugiam-se em Teykuê, de onde a liderança Damiana Cavanha continua sua “circulação” na direção da Terra Indígena Rancho Jacaré, a seguir prosseguindo para o Passo Piraju, de onde finalmente retorna com seu grupo familiar, para a “entrada” no Tekoha Apyka’i, onde permanecem acampados até momento atual.

À época, todos os seus filhos, genros, noras e netos a acompanhavam. Em 2004 Damiana casa-se com Gabriel Cavalheiro que assume junto com ela a liderança do movimento e da organização do acampamento. Permanecem unidos até 2011, período em que seus filhos ainda não tinham sido vitimados por atropelamentos nas rodovias que circundam a área em processo de reivindicação.

b).5 Território Geográfico Experiencial: O Movimento de recuperação do tekoha Apyka’i

João Machado, Kaiowá morador da Terra indígena Dourados, aldeia Bororó, guarda lembrança da estrada que ligava Dourados a Laguna Carapã. *“Tapekuê é a estrada velha. Essa estrada é da época da guerra, era tipo um carreador, por onde passava erva e boiada. No Ipyaury tinha mesmo casas de índios que ficavam na*

margem esquerda de quem vai para Laguna Carapã. Eu mesmo tenho uma lembrança de que a gente ia catar guavira para lá”.

Nivaldo Cário (30 de agosto de 2016) diz que *“quando o fazendeiro chegou tinha muitas famílias. Tinha muita mata, campo e guavira. E foram destruindo tudo, remédios tradicionais. Foram desmatando e expulsando os índios. Diziam que tinham comprado aquela área. Aquela BR ali passou em cima do território indígena”.*

Das informações repassadas pela memória oral, Nivaldo Cário relata ainda que na época chegava um fazendeiro e dizia que era o dono da terra. E era onde Kaiowá plantava semente tradicional. *“(...) E já tinha cemitério ali. A gente tinha nossa terra tradicional. E vamos buscar nossa terra tradicional, onde viveram nossos tataravós. E a gente sabe onde que tem cemitério, onde tem ogapysy, onde que plantava. Onde tinha mata, onde fazia tembetá”.*

Damiana Cavanha afirma que o tekoha Apyka’i é conhecido desde 1916, em homenagem ao banco denominado *apyka*, que era utilizado pelo *Ñanderu* quando fazia rituais. *“Esse tekoha não mudou de nome, continuou mesmo assim. Lá tinha uma grande casa de reza. A ogapysy ficou conhecida pelos batizados e pelo tembetá. Ñandeguatá era a bisavô”.*

Além das *ogapysy* citam as moradias antigas do local. Dentre as atividades produtivas citam as roças comunitárias e a pesca com *tarey*, e as três lagoas denominadas *aguapé*, *tareyvy*, e *guassuigua*.

Os acampamentos para a “entrada” na área do tekoha Apyka’i estiveram sempre muito próximos entre si, contornando os limites da fazenda Serrana junto à BR que vai para Laguna Carapã.



Mapa 12 - Localização dos acampamentos desde 1999.

1º Acampamento – O ponto de referência marcado para um primeiro acampamento foi uma ponte sobre o córrego *Ypyaury*.

2º Acampamento – Localizava-se nas proximidades da rotatória das BR 463 com MS-379. Junto aos filhos do casal Ilário/Damiana: Nivaldo, Rogério, Sidney, Magno e Sandra, encontravam-se Jamiro e Jibaldo. Descrevem atividades de subsistência que conseguiram desenvolver apesar das restrições impostas sobre o acesso. Mencionam caçadas com flecha quando capturavam tatu, veado, pássaros como o jacu, mutum, sabiá, tangará, seriema, sempre à noite, nas proximidades da rotatória. Matavam com estilingue na beira da mata, em árvores bem altas. À noite pegavam tatu em suas incursões, sempre às escondidas. A pesca era praticada e conseguiam espécies como curumba e piau (voga). Faziam *mundéu* em trilha de tatu, e o pesqueiro era o córrego Curral de Arame.

Era feito o benzimento depois da lua nova. A Damiana fazia a reza na minguate, para conseguir encontrar concentração de peixes, tartaruga, lambari, traíra e *tambey*, na lua nova. A FUNAI ainda não assistia, era só visitação, e para sobreviver pegavam no lixo, catando latinhas para vender e comprar sal. À época já recebiam algumas doações que levavam até o local. Começaram também a receber alimento para

a desnutrição das crianças, enquanto a missão Kaiowá levava doentes para tratamentos. Tem início o atendimento do CIMI, Universidade e outros. E ainda se lembram das obras de construção da Usina São Fernando, e dos vários lugares oferecidos como alternativa para serem removidos, os quais não aceitaram, persistindo na luta pelo espaço reivindicado.

3º Acampamento – No campo natural encontravam araticum, pokajá e caçavam nos mesmos lugares do 1º acampamento. Circulavam domingo à tarde, quando não tinha vigilância no local. Visitavam *tambeyry* para caçar e pescar. Tinha plantação de trigo na Fazenda Serrana, e a mata margeando o rio. À época, Sidnei Cário era o segundo representante da comunidade. O primeiro período de permanência na Serrana foi em 2006, quando permaneceram por dois anos e sete meses, e todos os irmãos ainda eram vivos.

4º Acampamento – Construíram seus barracos na barra da pista da BR 463. Os fazendeiros começaram a plantar trigo e borrifavam veneno, época em que a idosa Alzira Melita possivelmente foi intoxicada por agrotóxico. Ela vem a óbito nesse quarto acampamento, após a usina São Fernando começar com a segurança da GASPEN. Ocorre a morte de Reginaldo e Gabriel, e também começa a assistência do CIMI, FUNASA e Universidade de Dourados, dentro da fazenda Serrana.

Caçavam tatu, pássaros, pescavam e usavam para caçar o laço, *mundéu*, *mondepi*, *mundéu* de buraco - ñuhã hovykua. Construíam buraco para caça. Na lavoura plantações de milho saboró, abacaxi, banana, feijão catador, abóbora moranga, ervilha, mandioca, batata e cará. No despejo, não esquecem que os tratores destruíram tudo.

5º Acampamento – Interior da Fazenda Serrana. No canto da mata que margeia o rio Três Tubos, plantavam batata, milho saboró, mandioca e feijão catador. Na beira da mata caçava com flecha e estilingue, passarinho, tatu e outros. Apoiadores levavam sementes de milho saboró, batata, mandioca. Novo processo de reintegração de posse e são novamente expulsos para a rodovia. Seguranças da GASPEN queimaram as barracas e fizeram tiroteio, e o indígena José Eugênio foi baleado nas pernas.

6º Acampamento – Após a saída da fazenda Serrana voltam para o acampamento do outro lado da BR, e relatam que jagunços particulares queimaram os barracos e destruíram suas roças. As famílias Kaiowá saem da Fazenda Serrana e retornam para o acampamento na outra margem da BR.

7º acampamento - Voltam para o acampamento nº 5 da beira da mata (dentro da Fazenda Serrana), onde permanecem por quase quatro anos quando acontece o último

despejo com aparato policial. O segundo período de permanência na fazenda Serrana foi de 2013 a 2016.

No interior da área conseguiram cultivar batata, abóbora, mamão, banana, abacaxi e berinjela. Contavam com o apoio da Universidade de Dourados, e a água que consumiam dentro da fazenda Serrana era limpa, e que atualmente buscam água no córrego Três tubos, a qual, em muitas ocasiões é de péssima qualidade, normalmente barrenta. Informam sobre a construção de uma vila grande – São Bento, Vila Jardim, e no decorrer das obras, abrem uma valeta com escavadeira e a sujeira escorre e suja a água do rio.

De acordo com todas as informações contidas no presente relatório, restaram evidentes as profundas mudanças que ocorreram no modo de ocupação territorial tradicional dos Guarani e Kaiowá, em razão das fortes pressões exercidas pela expansão das diferentes estratégias colonizadoras documentadas desde o século XIX, passando pela territorialização compulsória sofrida no início do século XX através da criação de reservas indígenas e confinamento, até as novas formas de organização política e reterritorialização iniciada no final dos anos 1970, e com o estabelecimento de direitos contemplados pela Constituição Federal de 1988.

Há que destacar as dificuldades em se reportar a datas precisas da parte dos indígenas, mas temos na Parte I do RCID – item b).1 A presença ancestral Kaiowá no Apyka'í e posterior instalação de fazendas, extenso material descrevendo a presença indígena na região desde tempos bem recuados, inclusive citação de nomes de fazendas e de fazendeiros que podem ser acessados em cartórios, através de cadeia dominial, especialmente dos relatos de Francisco de Souza que foi morador do Curral de Arame até 1949, e que cita nomes de fazendas Curral de Arame, Curral de Arame 2, Fazenda Taquarusu, Santa Cruz e Alecrim, Azulão, e os proprietários João Vicente, Juquinha de Matos, Getúlio de Matos, Matos Pequeno e Jonas Correia.

Muitos outros interlocutores citaram dados sobre a presença Kaiowá na região de Curral de Arame e a ocupação por fazendeiros. Em períodos anteriores à ocupação da fazenda Serrana, citam o tekoha *taquaju* que ficava na fazenda Chapéu de Couro (Cedro), onde posteriormente foi instalada a usina São Fernando, e onde também faleceram alguns Kaiowá.

No percurso de *Tapetudjá*, estrada que liga Dourados a Carapã foram vários locais onde o grupo instalou seus acampamentos e desenvolveram trabalhos, circularidade que deram continuidade até decidirem pela ocupação da fazenda Serrana,

local da memória dos filhos, marido e outros parentes que ali derramaram seu sangue na luta pela terra, as memórias das festas, dos rituais ali realizados antes de serem impedidos de viverem e circularem em suas terras de ocupação no antigo tekoha ypyaury (atual Apyka'i), local considerado sagrado onde se situam as memórias de presença ancestral, cemitérios, *ogapysy* (casa de rezas), onde se realizava a cerimônia de iniciação da perfuração labial masculina (*kunumi Pepy*), e onde xamãs de reconhecido prestígio oficiaram rituais importantes como o *mitã mongarai* (revelação do nome das crianças), *avatykyry* (consagração do milho e das plantas novas).



Figura 23 - Córrego Três Tubos – *Ypiaury* - Água insalubre.

III - TERCEIRA PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS

a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;

b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;

c) descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente;

a) Atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo

Os Kaiowá e Guarani praticam uma economia de subsistência com normas de distribuição e redistribuição dos bens produzidos, onde as relações de produção são marcadamente relações sociais definidas por laços de parentesco. Assim, nas atividades econômicas como a caça, pesca e coleta, ou mesmo no trabalho fora do tekoha (*changa*) é praticada a troca, distribuição e redistribuição do que é produzido.

De acordo com a análise procedida por Pereira (2015:220) a realização das atividades produtivas de tais etnias, está diretamente conectada à sua organização social. Cada parentela (*te'yi*) é estruturada em torno de um líder de expressão política/religiosa que articula um grupo de cooperação política e econômica. As atividades produtivas se dividem entre aquelas voltadas para o atendimento das necessidades cotidianas dos membros do fogo doméstico (família nuclear) e as voltadas para o campo da convivência ampliada da parentela e do tekoha.

Consideradas as graves restrições impostas pelo contexto histórico para a maioria dos kaiowá e guarani, cada família nuclear decide sobre sua vida econômica, ou seja, quanto e o que plantar, tempo dedicado à caça, pesca e coleta, opção por trabalhos fora da comunidade, como gastar o dinheiro ganho em atividades remuneradas, etc.

As necessidades de sociabilidade ampliada nos intercâmbios matrimoniais, políticos e rituais nas unidades denominadas tekoha e tekoha guasu são objeto de parte significativa das atividades produtivas, motivando a preparação de roças de maiores dimensões, de pescarias ou caçadas coletivas, embora com rendimento pouco significativo. Para suprir os recursos necessários à realização de eventos políticos ou rituais ampliados, os Kaiowá e Guarani recorrem à contribuição de profissionais indígenas assalariados, e da participação de associações indígenas ou agências indigenistas.

Como as atividades políticas e religiosas demandam a produção de alimentos,

bebidas, adornos, e outros, os Kaiowá e os Guarani assalariados como servidores públicos ou em trabalhos em empresas particulares seguem envolvidos nas redes de compromissos de reciprocidade, o que resulta positivo em seu próprio destaque político, pois é considerado líder quem tem algo para dividir e que sabe promover essa distribuição de acordo com as normas que regem a economia de reciprocidade instituída, o *teko joja*. (PEREIRA: 2015: 221)

Qualquer atividade econômica é concebida pelos kaiowa e guarani sob a lógica de sua organização social e vida religiosa, e as atividades produtivas como cultivo agrícola, caça, pesca e coleta são sempre acompanhadas por processos de negociação com os seres xamânicos ou divinizados, guardiões de cada um desses domínios.

A caça, a pesca e em certa medida a coleta, não são concebidas como ações de predação do ambiente natural. Elas exigem negociação com seres divinizados, que atuam como os donos das diversas espécies animais e vegetais. O êxito nessas atividades requer o domínio dos códigos de interação entre os homens e os seres espirituais, e esse domínio é muito valorizado socialmente. Dessa forma, dispor de áreas de mata, mesmo que reduzidas, é de fundamental importância para a reprodução da vida social em uma comunidade Kaiowá. Para cumprir essas funções sociais, rituais e religiosas, que extrapolam a importância econômica, a caça não precisa ser realizada necessariamente com frequência diária, semanal ou mesmo mensal, basta que ela ocorra em algum momento, para servir de suporte a histórias, contadas e recontadas nos reencontros das pessoas. (PEREIRA: 2015:231)

A produção tradicional de alimentos entre os Kaiowá e os Guarani foi basicamente a agricultura, principalmente o cultivo do milho e da mandioca, seguindo o cultivo do amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, *mbakuku* (tubérculo) e de algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana.

a).1 A Diversidade de Ambientes Utilizados pelos Kaiowá²

As demandas ambientais das famílias nucleares Kaiowá estão relacionadas especialmente a áreas de mata, água, espaços para a agricultura e locais adequados para

² - Na sequência deste primeiro item das atividades produtivas (Parte III) do presente relatório, incorpora-se o item nº 4 - Conhecimentos Etnoambientais, Uso e Manejo dos Recursos Naturais - pg. 63 a 86) que constam do relatório ambiental, uma das peças técnicas produzidas pelo GT Portaria nº 560/PRES, de 29 de junho de 2016, de autoria da Geógrafa – Indigenista Especializada Sandra Aparecida Ayres de Paula.

a casa e o pátio, interligados pelos caminhos (*tape po'i*) entre as casas no *te'y*. O tamanho deste espaço não é pré-definido, mas dependente da disponibilidade de recursos e das relações do núcleo familiar com a vizinhança, normalmente esparramados no espaço com autonomia social e política, segundo estudos, entre outros, de Brand (1997), Pereira (2004) e Lutti (2009).

Em relação aos ambientes ou aos espaços humanizados Kaiowá está uma ampla região de controle, onde a terra - *yvy* não é entendida como propriedade, mas um espaço de domínio onde ocorrem a convivência social e política. Segundo Levi Pereira “*os Kaiowá distinguem, no universo físico, vários espaços como, por exemplo, as florestas, o mundo aquático, a roça, a aldeia e a casa. Cada um desses espaços compreende um conjunto de imagens por meio do qual o pensamento apreende e dá sentido social e humano ao espaço humanizado*”. (PEREIRA, 2004: 170). E para cada um dos espaços, existem donos, que seriam seres não humanos, cujos domínios seriam: “*morros de pedra, pântanos, florestas, plantas agrícolas, e os diversos tipos de animais silvestres (mymbá) e domésticos (rymbá)*”. (PEREIRA, 2004: 233).

Nesse universo físico os Kaiowá fazem o aproveitamento de toda a extensão dos ecossistemas, bastante diversificados em zona de transição entre os Cerrados e a Floresta Atlântica, com manchas de solos altamente férteis de origem basáltica, o que imprime uma produtividade elevada para as roças Kaiowá por um tempo longo. A exploração desses recursos fundamentada no conhecimento das espécies vegetais e animais, predominantes em cada tipo de ambiente de cerrado e de florestas, permitiu um manejo sustentável dos recursos, conectados por uma rede de caminhos (*tape po'i* e *tapédjá*).

No entanto, desde Melià, e confirmado na atualidade por Levi Pereira, o sistema social Kaiowá é extremamente sensível às transformações ambientais e o oposto também é verdadeiro, transformações sociais implicam em transformações ambientais.

Nesse sistema os caminhos são fundamentais, “*todo o território de ocupação tradicional Kaiowá era recortado por essas malhas de caminhos, que serviam de suporte para as relações sociais aí estabelecidas, sendo utilizadas para as atividades de subsistência, trânsito e visitação, segundo os usos e costumes tradicionais.*” (PEREIRA, 2004: 218). Essa malha de caminhos revela as relações das parentelas, os laços matrimoniais, além das relações políticas e religiosas, todas marcadas na terra.

Com relação às florestas – *ka'aguy* é o espaço para além dos lugares ocupados pelas casas e pelas roças. Sua classificação leva em consideração o estado da mata, em

nossos termos, considerações sobre mata original ou em estágios sucessionais diversos. Observam a diversidade das espécies bem como seu porte, distribuição e densidade. Com isto tem indicação da possibilidade de existência de uma diversidade de espécies da fauna - mamíferos e pássaros. O ato de circular pelas trilhas na mata contribui para o mapeamento de recursos.

Além do estado de conservação, a localização das matas em relação aos ambientes compõe o sistema de classificação Kaiowá. As matas mais distantes e densas são ocupadas por seres não humanos, animais e espíritos, e são intocadas. Segundo depoimento da senhora Sofia da Reserva de Dourados, as matas virgens “*tinha para todo lado*” (2016) chamadas de *ka'aguaete*. A mata localizada na região do *Apyka'i*, reconhecida como região do *Ipiaury*, bastante utilizada para a caça pelos indígenas confinados na Reserva de Dourados é denominada *Akety*, segundo Sofia, e foi representada no mapa mental da ocupação durante a oficina de etnomapeamento em 30 de agosto de 2016.

Nas matas mais próximas das casas ocorre o maior número de eventos de coleta, daí se extrai material para as construções, artesanato, alimentação, uso medicinal, e onde são instaladas armadilhas de caça especialmente em carreiros de animais. A mata secundária em estágio inicial pode ser utilizada para o plantio de roças, e compõe “ilhas de recursos” na medida em que a roça em pousio, com espécies de frutíferas e de tubérculos continuam produzindo mesmo depois do abandono, propicia o aparecimento de muitas espécies animais, constituindo um refúgio para a caça.

Na área do *Apyka'i* são reconhecidos também os campos (*Cati*), onde ocorrem as gramíneas e uma vegetação mais rala, completamente ocupados pelo agronegócio, a mata na beira dos córregos (*Y Kotare*) e o varjão (*Etero*).

Com conhecimento detalhado do funcionamento, tempo de ocorrência e localização das várias espécies vegetais e animais encontradas nas matas, aquilo que pode e o que conseguem obter para a sua sobrevivência, no entanto, não depende somente da produtividade desse ecossistema, mas, da relação dos Kaiowá com os *Jara* – os donos dos espaços, dos animais, das espécies e das águas. Circular pelas trilhas mantém atualizadas as informações sobre os recursos existentes, e mapear as trilhas é uma atividade permanente.

Sobre a casa - *oga* e o pátio - *okape*, mantidos sempre limpos, simbolizam a apropriação de um espaço de intimidade. Limpar uma clareira e construir nela simboliza apropriar-se do espaço. Associada a essa concepção tão logo ocupam determinado

espaço, como no caso das várias ocupações de Damiana na Fazenda Serrana, a construção da casa (ainda que precária, com lonas e restos de materiais) e limpeza do pátio é imediata, e, principalmente, o plantio das roças nas proximidades.

Os vestígios de uma ocupação pretérita Kaiowá em determinada área, tais como árvores plantadas ao redor de antigas casas, e pedras para afiar ferramentas retiradas do leito de rios e transportadas por vários quilômetros até a roça tornaram-se quase imperceptíveis na atualidade em decorrência das intervenções em seus ambientes que foram desfigurados pela construção das estradas, desmatamentos, estrago de gramíneas invasoras cultivadas nas pastagens, etc.

Os Kaiowá entendem que há correlação dos solos com a vegetação, e consideram as áreas de mata e suas bordas como mais produtivas para a implantação de roças. Classificam os solos segundo textura, cor e fertilidade. Para nosso informante, o melhor para o plantio chamado de *yvy porã*, é mais mole, enquanto *yvy pytã*, solo vermelho, quando está mais seco não deve ser usado para o plantio, *yvy ratã* é mais duro, mas é possível plantar. Observam dessa forma a proporção de argila e areia (mais duro com mais argila) e a capacidade de retenção de água do solo. Segundo a cor os solos podem ser: *Yvy pytã*, terra vermelha, *Yvy moroty*, solos brancos, *Yvy hu*, solos escuros e acinzentados, e *Yvy sayju*, solos amarelado e pardo.

Na Terra Indígena *Apyka'i* os ambientes encontrados, originais ou transformados tanto pela ocupação como por processos de regeneração naturais, reconhecidos e utilizados pelo grupo enquanto unidades de paisagem e com significância para a vida Kaiowá podem ser descritos na Tabela abaixo:

Tabela 2 - Descrição das Unidades de paisagem reconhecidas e formas de uso associadas – Autoria: Sandra Aparecida Ayres de Paula.

Descrição das Unidades de paisagem reconhecidas e formas de uso associadas – Autoria: Sandra Aparecida Ayres de Paula

Paisagem	Descrição e Uso	Tipo de Ambiente
<i>Ka'aguy – as florestas</i>	As áreas de mata funcionam como “armazém” de recursos especialmente a caça e a coleta são realizadas nesses espaços	Cerrados, Campo Cerrados, Floresta Semidecidual
<i>Oga/oka – habitação e pátio</i>	Local aberto e mantido limpo intencionalmente, com uso de fogo e varridos	Bordas das florestas
<i>Ogapysy</i>	Casa comunal tradicional, hoje utilizada para rituais	Bordas das Florestas

	(antes também como moradia de famílias extensas)	
<i>Cati – os campos</i>	Rico em espécies frutíferas e medicinais	Campos Cerrados
<i>Kokue - roçado</i>	Próxima da habitação trata-se de uma policultura. Áreas de cultivo de milho, amendoim, mandioca, batata doce, bem como de frutíferas	Bordas das Florestas
<i>Campos de Guavira</i>	Característica do Cerrado essa planta é muito apreciada como alimento e constitui um tempo especial na vida dos Kaiowá que vão em festa pelo campo em busca de guavira, enchendo seus cestos	Campo Limpo
<i>Lagos e lagoas Akety</i>	Utilizada para a pesca Áreas de floresta com concentração de erva mate	Aquático, lótica Floresta Semidecidual
<i>Baixadas/yvy angüi</i>	Áreas da planície aluvionar do rio Dourados, encharcada, com excesso de água	Terrestre, inundável
<i>Capoeirinha</i>	Roças e locais de moradia abandonados, em estágio inicial de sucessão ecológica.	Terrestre
<i>Minas d'água/ ayvu</i>	Área onde os olhos d'água dão origem aos cursos fluviais.	Aquático, lântica
<i>Rio Pyray ou Ymirã/ Rio Dourado</i>	Corpo hídrico maior, com mais correnteza, e maior suprimento de peixes.	Aquático, lótica
<i>Córrego Ypiaury/ Curral de Arame</i>	Corpo hídrico com abundância de peixes pequenos.	Aquático, lótica
<i>Córrego Tambeyri/ Três Tubos</i>	Rios menores, caminhos de água que conduzem às áreas de uso e cujas margens são ricas em recursos. Utilizados para abastecimento de água, lavar a roupa e banhos, além da pesca.	Aquático, lótica
<i>Córrego da mata da Madeira</i>	Fragmento Florestal bem conservado, fundamental na manutenção de estoques genéticos de populações da flora e fauna.	Floresta Semidecidual
<i>Tapedjá -</i>	Antigos caminhos indígenas que foram usados na exploração florestal seletiva por onde passavam os carros de boi que puxavam a erva mate.	Terrestre

Conforme relatado pelo grupo de Damiana Cavanha, os mecanismos para reconhecimento dos ambientes Kaiowá e recomposição dos vínculos afetivos com o território se apoiam nas vivências pelos caminhos tradicionais, no caso destacado o *Tapetudjá* como sendo o caminho antigo por onde circulavam e ainda circulam; a memória da ocupação da família na área; e a qualidade do ambiente ocupado no interior da Fazenda Serrana em relação à água e a proximidade da mata.

Formas de Uso e Ocupação da Área

A ocupação na Fazenda Serrana foi documentada em relatório técnico da Coordenação Regional de Dourados³, pois o que foi encontrado pelo GT de Identificação e Delimitação, em agosto do mesmo ano, foi um acampamento de beira da estrada, recém construído, em condições precárias de habitação, em razão da expulsão do grupo um mês antes do início do trabalho de campo. Segundo este relatório a área ocupada em maio dentro da Fazenda Serrana “*gira em torno de 2 ha do total de 80 ha do plantio de cana. Tomando como referência a mata ciliar da propriedade localizada na rodovia 463 entre os municípios de Dourados e Ponta Porã*”. (FUNAI, 2016: 06).

Para identificar a área e a forma de ocupação em um período de tempo mais longo, que permitisse entender a ocupação tradicional indígena do grupo de Damiana Cavanha no lugar Apyka’i, foi realizado um mapeamento com o grupo, desenhando em papel transparente sobre uma imagem de satélite, as áreas que foram passíveis de utilização durante os anos de retomada do Apyka’i, conforme apresentado abaixo.

³ - FUNAI. CR DOURADOS. Relatório Circunstanciado. ALMEIDA, Ellen Cristina & DIAS, Bruno Pimenta. Relatório Circunstanciado. Dourados/MS. Maio, 2016.



Mapa 10 - Uso e Ocupação Indígena durante os acampamentos no Apyka'i.

Fonte: Etnomapeamento, realizado em 01 de setembro de 2016, da ocupação da área e uso indígena, no que foi possível exercer o modo tradicional enquanto acampados. (Autoria: de Sandra Aparecida Ayres de Paula)

No mapa, pode-se observar que as áreas foram limitadas a uma possível utilização mais ampla em razão das cercas das propriedades que atualmente lá se encontram, sendo mais intensa ao longo dos dois córregos, *Tambery e Ipiaury*, com as casas, o pátio, as roças e os cemitérios na Fazenda Serrana. Os principais usos atuais não indígenas identificados na região do Apyka'í foram áreas ocupadas por pastagens, cultivos cíclicos. Na Fazenda Serrana esses cultivos se constituíram nos últimos anos no plantio da cana de açúcar.

Há uma sazonalidade nas atividades sociais e econômicas, os ciclos de vida, que acompanham a sazonalidade das espécies vegetais que apresentam categorias temporais, por exemplo, novembro é o tempo da guavira (*guavirapytã*), fruta muito apreciada no consumo direto como no preparo da chicha que coincide com o amadurecimento do milho e o início de um tempo de fatura. As descrições feitas dos usos indígenas pelo grupo, enquanto mapeavam, permitem descrever a seguir as atividades principais e suas formas que ainda permanecem e ocorrem sempre que as condições de habitabilidade o permitam.

Áreas de cultivos

A fertilidade dos solos não constituiu um fator limitante de produção das roças Kaiowá (PEREIRA, 2004), mesmo sendo este um critério de localização, assim como a ausência de pragas e ervas daninhas, especialmente porque a partir do conhecimento tradicional sabem o que plantar segundo cada uma das características do solo. Além disso, a exemplo do que ocorre com a produtividade da floresta, na roça também é da relação com o dono das plantas que é garantida uma boa produção, mantidos os tratos culturais adequados no plantio. O dono das plantas agrícolas é *jakaira*. Segundo Damiana Cavanha uma reza bem feita assegura que a roça vai produzir bem, e então ela canta para o GT a sua reza da roça.



Figura 24 - Áreas com roças indígenas no interior da Fazenda Serrana (mandioca, feijão e abóbora, entre o acampamento e o plantio de cana de açúcar - 2014) (fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula)

Habitar e plantar se entrelaçam na vida Kaiowá. As roças são uma extensão das moradias e as moradias uma extensão das roças. As roças são localizadas nas proximidades das casas, com pequena dimensão, e vão se acomodando em pequenos espaços um pouco mais distantes, não há de fato uma escolha do lugar da roça, mas do *tekoha*, pois onde está a roça está também a moradia. Um dos critérios do morar é o plantar.

A prática da agricultura tem importância na própria organização social Kaiowá, no desenvolvimento dos ciclos da vida como também nas relações com sua rede de parentesco e na relação com a divindade, na medida em que comer alimentos cultivados pode facilitar a comunicação com as divindades. Nas trocas das sementes, na realização das festas de nomeação das crianças, na preservação das espécies e variedades que compõem a criação do mundo dos Kaiowá, enfim, mais que quantidade para alimentar e suprir as necessidades básicas de reprodução física, a agricultura tem papel na sua

reprodução cultural. As roças podem produzir pouco, mas devem ter espécies de valor simbólico como o milho, as sementes verdadeiras para a continuidade da vida.

A atividade agrícola Kaiowá tradicional ocupa clareiras nas florestas e se adequam ao sistema de sucessão florestal, replantam em uma mesma área quando as árvores maiores estejam estabelecidas e em crescimento, e quando haja uma redução da vegetação rasteira. Uma roça, plantada no mesmo local por três anos ou mais é deixada sem tratos para que a sucessão vegetacional secundária tome força, enquanto os cultivares anuais permanecem de quatro a seis anos, a roça passa a ter outras funções como na produção de frutos, na atração da caça e no fornecimento de matérias primas.

A unidade de produção e consumo das roças é a família extensa, composta pelo casal, pelos filhos solteiros, pelas filhas, pelos genros e netos. No caso do núcleo familiar de Damiana Cavanha, mesmo que sejam realizados mutirões e ajudas entre as famílias, a roça é responsabilidade dela, que desempenha um duplo papel, o de liderança do grupo e o de mulher Kaiowá, sempre preocupada com o tamanho e a qualidade da roça. É ela que define o que será cultivado em cada local e organiza a colheita e a distribuição dos seus resultados.

Há sempre a busca por sementes tradicionais Kaiowá para os plantios, realizada pela troca de sementes com parentes, no intercâmbio entre *tekoha*, para que estejam disponíveis um maior número de espécies de significado simbólico. As sementes do milho maduro (milho *avatikyry/ purahei puku*) são guardadas para o próximo plantio. E para a sua conservação as espigas de milho ficam penduradas ao sol por um tempo e depois são armazenadas em local alto, próximo do fogo de cozinhar, para que a fumaça contribua no controle de fungos e broca.

O trato tradicional implica em roçar – *kopi* e queimar – *ohapi*. Mas a introdução de gramíneas resistentes como o colônio e a braquiária, formando um colchão verde sujeito ao descontrole do fogo causa um impacto ambiental. Quebra o ciclo tradicional de manejo sustentável das florestas em relação ao uso pela agricultura. As gramíneas também invadem as roças aumentando o esforço na sua manutenção e limpeza.

Essa agricultura de corte e queima da vegetação para implantação das roças é uma técnica tradicional Kaiowá, parte integrante dos ecossistemas das florestas tropicais há milênios, sendo praticada com pequena dimensão, controlada, que envolve: corte/derrubada da vegetação, queima da matéria orgânica, plantio, colheita e pousio (abandono da área cultivada até que a cobertura vegetal nativa se restabeleça no local

seguindo sua lógica sucessional), além de uma diversidade de cultivos que se sucedem nos locais.

As roças são de pequena dimensão, implantadas em espaços planos, ou relativamente planos, com dimensão até um hectare. As roças avançaram pelos plantios de cana-de-açúcar já desmatados no Apyka'i. Aproveitam cada pedaço de terra que não esteja ocupado com a mata original ou estádios avançados de recuperação para o cultivo, pois não abrem novas clareiras na floresta para plantar.

Costumam abrir a roça em agosto/setembro, que correspondem aos meses finais do *ara yma/ary piraguái*, quando se tem no céu a lua crescente retiram a capoeira, pois somente fazem roça em área de capoeira ou de campo, não abrem em mata nativa. Logo chega *ara pyau/ary pyahu* e os avisos de que chegou a hora de plantar. A mata nativa por sua vez é preservada para a reprodução dos animais, para a reprodução de espécies vegetais utilizadas para uso medicinal e para a conservação de espaços de Ñanderuvusu. Em dezembro/janeiro acontece a colheita do primeiro milho, fazem a festa do ara pyau/ary pyahu. Em janeiro/fevereiro plantam novamente no mesmo local somente com uma limpada, uma roçada, e usam a queima de pequena dimensão para limpar o terreno.

Mais que alimento, vem antes o cultural, a ligação cosmológica do alimento na vida e formação da pessoa Guarani. Neste sentido os produtos da roça não são comercializados. Todos os produtos da roça passam por benzimentos, ainda que nem todos sejam considerados como alimentos sagrados.

Vários autores situam a importância cultural do milho e dos alimentos que fazem parte das cerimônias e ritos Guarani Kaiowá como o mel e a erva mate. “Schaden (1974:40, 42) já afirmava que “o cultivo do milho assume importância incomparavelmente superior à de qualquer outra espécie vegetal”, pois que “tudo o que diz respeito ao milho se associa ao mundo sobrenatural”, podendo ser feita a relação entre o milho, o sol, a Terra sem Males, a cor amarela (ju), essenciais na cultura Guarani”. (Darella, 2004:121).

Perguntados sobre os principais cultivos, aqueles que não podem faltar na aldeia, foram citados: feijão, amendoim, milho saboró, *avaty moroty*, mandioca *karicuru*, abóbora moranga *guarapepe*, *takuareche*, *mandi'o*, *jety*, *andai*, *manduvi*, *taja'o*, *jetyka'i rekaka* (batata bem doce e pequena). Essas espécies são plantadas ao redor das moradias, de forma associada ao cultivo de frutíferas e de espécies deixadas na roça, como o cedro e o *pindó*, caracterizando a formação de “quintais” agroflorestais no

entorno das moradias. Outra forma de manejo guarani de florestas com resultados conservacionistas.

Também plantam o que chamam de *avatchi Juruá* (milho do “branco”, comprado em armazém), cultivado em locais separados dos milhos tradicionais. Variedades de batata doce permanecem após o abandono das roças e podem ser encontradas em todas as roças se reproduzindo continuamente, sendo um alimento sempre disponível na aldeia, e sinal de ocupação anterior.

Algumas das restrições alimentares relatadas em campo dizem respeito ao momento do dia, só comem até o final da tarde, quando escurece não comem mais e no nascimento do filho, com restrições para o homem e para a mulher no período de resguardo.

O alimento é preparado mediante o cozimento em água, assado diretamente sob cinzas quentes ou assado sobre o fogo em recipiente. Com a incorporação da farinha de trigo na dieta alimentar a gordura, que antes era utilizada mais como medicamento e subproduto da caça, também foi incluída no modo de preparo cotidiano dos alimentos na forma de frituras. Não pode faltar o feijão na dieta diária. O feijão é um alimento diário, acompanhado de arroz ou macarrão e, por vezes com canjica branca ou amarela.

Tabela 3 - Espécies cultivadas nos roçados Kaiowa

Nome popular	Nome indígena
Abóbora	
Abobrinha	
Acerola	
Amendoim	
Arroz	
Cana	
Cará	<i>Kara'i</i>
Cebola	
Banana	<i>Pakoa</i>
Batata doce	<i>Jaty</i>
Beringela	
Feijão andu	<i>Kumanda</i>
Feijão carioca	
Feijão catador	
Feijão de corda	
Feijão de fava	
Jabuticaba	
Mamão	
Mandioca amarela	<i>Mandi'o</i>
Mandioca branca	
Melancia	
Milho	<i>Avati</i>

Moranga	<i>Kvarapepe</i>
Pimenta	<i>Ky'yi</i>
Porango	<i>Hy'akua</i>
Quiabo	
Salsa	
Taioba	<i>Taja'o</i>
Tomate	

A Atividade da Caça

Os Kaiowa mantêm a crença na abundância da caça fundamentada na boa relação com os seus donos, constituindo a escassez a uma relação ruim, pois entendem que os donos, *so'ojara*, tem um estoque infindável de animais de estimação que podem colocar à disposição dos humanos para a caça. A caça tem dono sobrenatural, uma divindade, e é preciso pedir licença para caçar. Antes de sair para uma caçada ou para construir ou examinar as armadilhas deixadas é preciso rezar e pedir para que tudo corra bem. (PEREIRA, 2004).

Mas a caça não é somente alimento. Associada ou não com algumas espécies da flora tem finalidade medicinal e ritual. Além disso, a caça é essencialmente um fator de afirmação masculina, enquanto para a mulher o ato de cozinhar reforça o feminino. A caça oferece o aproveitamento como alimentação, como remédio e também no artesanato. É um fator de união da comunidade indígena, tanto na realização da caça em grupo quanto na distribuição do resultado de uma caçada a toda a parentela.

Segundo Levi Pereira: 2002, a prática mais comum de caça é o uso de armadilhas (*mondei* ou *jequi*) montadas nas trilhas utilizadas pelos caçadores. (...) eventualmente, o caçador se disfarça sob palhas para facilitar a caçada (...). O cachorro é utilizado na caça para a localização e acossamento da presa. Técnicas de caça utilizando flecha, arco e flecha, borduna, lança, facão, machado e bodoque (arco com pedra).

Na Terra Indígena Apyka'i os remanescentes florestais na mata galeria dos córregos Ipiaury e Tambery mantêm o habitat para muitas espécies da fauna terrestre, especialmente de pequenos animais. Mas principalmente a Mata da Madeira no córrego de mesmo nome contribui efetivamente para a manutenção de estoques de caça aos Kaiowá do Apyka'i. E nestes remanescentes próximos aos córregos são ainda construídas as armadilhas, como a encontrada no córrego Tambery, no interior da Fazenda Serrana.



Figura 25 - Armadilha de caça na beira do córrego *Tambery*. (Fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula) - *Mondei* ou *jequi* no canto direito da foto, nas margens do córrego *Tambery*, na Fazenda Serrana.

Os grandes mamíferos, que precisam de uma área territorial maior para o seu desenvolvimento e reprodução, entretanto, são vistos raramente. Segundo Nivaldo, no Apyka'i, durante o acampamento da ponte, chegaram a caçar um veado campeiro, devido à proximidade com áreas mais amplas de floresta.

A caça é parte da tradição Kaiowá. No passado constituiu uma fonte alimentar importante, com o abate de grandes animais, como a anta e o veado, ou mesmo a queixada (*koxi*). Atualmente, em razão da pouca disponibilidade dessas espécies, caçam com armadilhas somente os pequenos animais e as aves, que tem importância reduzida na base alimentar diária, mas continuando muito apreciados. São mantidos, contudo, os aspectos ligados à confraternização que a distribuição da caça sempre proporcionou. Ainda hoje, mesmo com pequenas quantidades, o resultado da caça é distribuído entre os familiares, todos comem.

As restrições de caça estão vinculadas a determinados períodos do ano para que os animais possam se reproduzir, uma forma de manejo sustentável do meio ambiente. No início do verão, ou de *ara pyau/ary pyahu*, não se pode caçar ou preparar armadilha. Os animais se escondem no período mais rigoroso de inverno, mas do meio para o final desse tempo a atividade é retomada, sendo o momento privilegiado para sua ocorrência quando os animais estão mais gordos, segundo eles.

Na Terra Indígena Apyka'i, a antiga estrada de transporte da erva mate e de conexão entre os tekoha ainda é percorrida assim como a beirada dos córregos, como

trilhas que são utilizadas para a obtenção dos recursos da mata. As saídas para examinar as armadilhas deixadas também são oportunidades para a coleta de algum medicamento no percurso. De fato, as trilhas constituem acesso para todos os recursos da mata. Não há uma trilha de caça, outra de remédio e outra de taquara, por exemplo. Ao longo das trilhas é possível encontrar vários dos recursos de interesse do grupo ou nas suas proximidades, pois frequentemente eles saem das trilhas para localizar recursos ou mesmo para a instalação de armadilhas.

Percorrer as trilhas frequentemente permite que os recursos sejam constantemente mapeados e assim facilitam a sua localização nos momentos em que este ou aquele recurso deva ser acessado imediatamente em caso de necessidade. É o caso da lenha, de uso intensivo para cozer, aquecer, cuja localização deve estar sempre mapeada.

Armar o *mondéo* e não o vistoriar periodicamente é repreensivo, por exemplo, se um animal morrer em uma armadilha e apodrecer nela configura um caçador displicente, falta de consideração com o dono da caça. Isto pode gerar doenças no caçador como consequência de uma punição do dono da caça, mais do que uma preocupação com o estoque de caça. Não há ideia sobre fator limitante, pressão sobre os recursos animais, a fonte é inesgotável. A relação sim pode ser rompida com o dono da caça.

A caça é essencialmente uma prática ligada à mata, seja a floresta semidecidual ou o cerrado. Para caçar fazem uso de três tipos de armadilhas. A principal, o *mondéo* ou *jequi* - armadilha de queda - é para a caça do tatu, espécie com ampla distribuição e frequência nas matas do Apyka'í. O local e tamanho da armadilha dependem dos rastros do animal vistos na mata. Esta armadilha serve também para pacas e cutias. As outras duas são armadilhas de laço. *Nhuã* para mamíferos de pequeno, médio e grande porte e *nhuã guirapa* para pegar aves pequenas. Caçam também com estilingue ou usam o facão quando estão na mata e topam com algum animal pequeno.

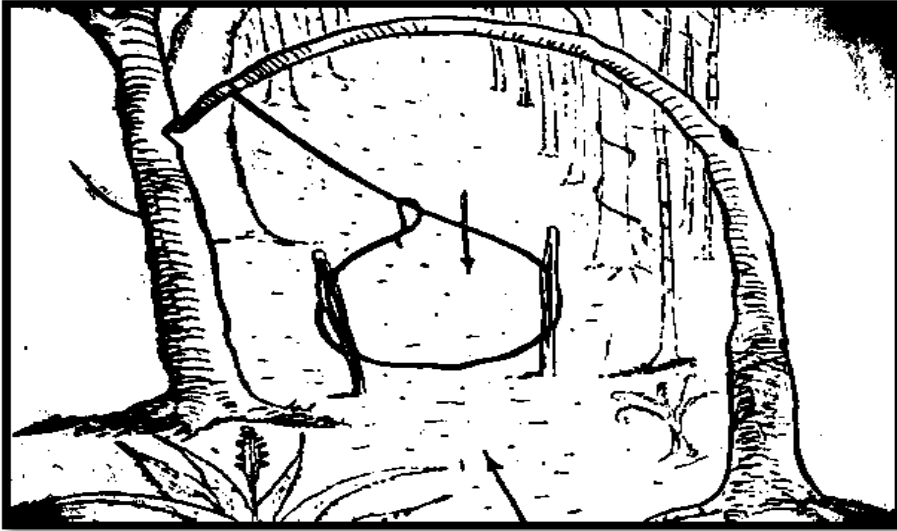


Figura 26 - *Ñuha* (armadilha de laço que captura a presa utilizando a flexibilidade de fibras e madeiras). (Miraglia apud Susnik 1982, fig.24).

A *ñhuã hovykua* é de tamanho médio e serve para a caça de capivaras, veados ou porcos do mato. A *ñhuã guirapa* é armada mais nas capoeiras próximas dos locais onde costumam ouvir os cantos dos pássaros. As armadilhas são montadas também nas roças para evitar que animais, destruam as plantações. O mais apreciado e também mais encontrado é o tatu. Raro, a queixada (*koxi*) tem importância cultural, considerada um alimento especial para estabelecer a relação com o mundo espiritual, por onde esse animal transita.

Alguns exemplares de espécies passíveis de caça que ainda são avistados na região: macaco, paca, tamanduá, anta, cateto, veado, queixada, cotia, onça parda, onça pintada, capivara, lobinho, lobo guará, jaguatirica, quati, tatu, e aves tais como a ema, seriema, codorna, saracura, perdiz, nambu, papagaio, pombas, marrecos.

Alguns dos animais mencionados pelos habitantes do Apyka'i foram: lagarto - *teju-guasú*, o macaco - *kai*, o bugio - *karajá* a anta *mbovari*, cotia - *akuti as'iju*, nambu - *xororô*, tatu peba - *tatu poju*, corujão - *lecucho guasu*, mateiro - *guasú pytã*, cotia - *akutipa*, capivara - *kapiyva*, tatu galinha - *tatu hum*, queixada *tajykatim*, cateto - *kure'i*. O tamanduá foi um animal citado como não sendo muito apreciado como alimento.

Outras restrições de caça, segundo Ladeira para os Guarani, o inhambu (ou nambu) só pode ser comido pelos mais velhos, “os que não podem mais ter filhos, porque esta ave abandona os filhotes no ninho, e esse comportamento pode passar para os que consomem sua carne”. (Ladeira, 2008: 188). Os Kaiowá não caçam o lobo-guará - *guará guasu*, considerado animal de mau agouro com seu olhar penetrante,

característico dos campos cerrados e não das florestas. O anu-*año* também é de mau agouro, anuncia a morte de alguém.

Os Kaiowá possuem cachorros que acompanham seus donos pelas trilhas na mata, mas não são usados para acuar a caça visto que atualmente é realizada somente com armadilhas. Também não usam espingardas e não mais o arco e flecha para caçar. “*Os Kaiowá reconhecem no emprego do cachorro e da arma de fogo recursos capazes de ocasionalmente aumentar a produtividade da caça, com o inconveniente de afugentar os animais para regiões mais distantes, por isso julgam as armadilhas como a forma mais eficiente de praticar a caça*”. (PEREIRA, 2004: 273).

Quando vão se ausentar por períodos longos, principalmente nas visitas a parentes em outros tekoha do território Kaiowá, tomam o cuidado de desarmar suas armadilhas para evitar o desperdício de uma caça sem aproveitamento para o consumo alimentar, outra forma de manejo sustentável dos recursos da floresta, neste caso da fauna.

Outra forma eficiente de manejo empregada pelos Kaiowá, tanto na caça quanto na pesca, é a construção da ceva, uma forma de aproximação, normalmente produzida nas roças, alimentando os animais e fazendo com que eles retornem ao local, facilitando assim o abate.

A caça é fonte de prestígio ao homem, a caça como atividade masculina na divisão sexual do trabalho. A caça pertence aos homens Kaiowá. Os meninos desde cedo aprendem a fazer as armadilhas, começando pelo estilingue e pelos laços para a captura das aves. Já as meninas aprendem a preparar a caça como alimento, sempre muito bem cozida ou moqueada. Na Tabela a seguir, apresentamos o etno-inventário de aves, mamíferos e répteis da Terra Indígena Apyka’í.

Tabela 4 - Aves, mamíferos e répteis inventariados pelos indígenas Kaiowá, como de ocorrência na região. As correspondências científicas foram obtidas posteriormente, por meio da consulta a fontes secundárias.

Nome Popular/ Científico	Tipo	Abundância	Caçados?
Codorna <i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Corujão/ <i>lecucho guasu</i>	Ave	+	Não
Ema <i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Jacu/ Jakupë <i>Penélope obscura</i>	Ave	+	Sim
Marreco <i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Mutum <i>n.i.</i>	Ave	++	Sim

Nambu/ xororô	<i>Tinamus sp.</i>	Ave	++	Sim (P)
<hr/>				
Papagaios/ <i>Parakau</i>	<i>Amazona sp.</i>	Ave	++	Não
Perdiz	<i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Pombas	<i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Sabiá	<i>n.i.</i>	Ave	++	Não
Saracura-do- mato/ <i>Araku</i>	<i>Aramides saracura</i>	Ave	+++	Sim
Seriema	<i>n.i.</i>	Ave	++	Sim
Tucano	<i>Ramphastos vitellinus vitellinus e Ramphastos dicolores</i>	Ave	+	Não
Anta/ <i>Mbovari</i>	<i>Tapirus terrestres</i>	Mamífero	+	Sim (P+)
Capivara/ Kapivya	<i>Hydrochoerus hydrochoeris</i>	Mamífero	+	Sim
Cateto	<i>n.i.</i>	Mamífero	+	Sim
Cotia/Akutipa	<i>Dasyprocta prymnolopha</i>	Mamífero	++	Sim
<i>Guasu Pytã</i>	<i>n.i.</i>	Mamífero	++	Sim
Jaguatirica	<i>n.i.</i>	Mamífero	+	Não
Lobo Guará/ <i>Guará-guasú</i>	<i>n.i.</i>	Mamífero	++	Mau agouro
Macaco Bugio/Karajá	<i>Alouatta seniculus</i>	Mamífero	++	Não
Onça/ <i>Xivi*</i>	<i>Panthera onca</i>	Mamífero	+	Não
Paca / <i>Jaixa</i>	<i>Agouti paca</i>	Mamífero	+	Sim
Quati/ <i>Ti'y</i>	<i>Nasua nasua</i>	Mamífero	++	Não
Queixada/tajy katim	<i>Tayassu pecari</i>	Mamífero	+	Sim (P)
Tamanduá*/ <i>Kaguaré</i>	<i>Myrmecophag a tridactyla</i>	Mamífero	++	Não é
Tatu, do Tupi <i>ta'tu</i>	<i>Dasytus kappleri</i>	Mamífero	++	Sim
Veado/ <i>Guatchu</i>	<i>Mazama nemorivaga</i>	Mamífero	+	Sim (P)
Teju Lagarto/ <i>Teju- guasú</i>	<i>Tupinambis teguixin</i>	Réptil	++	Sim

Total de Espécies/tipos: 30

Legenda: As espécies caçadas, em escala de subsistência, foram marcadas com (P) quando preferenciais, e (P+) quando fortemente apreciadas. A abundância pode ser significativa (+++), moderada (++) e baixa (+). (Fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula)

A Atividade da Pesca

A pesca é uma prática que não tem tanta intensidade na vida Kaiowá, mais comum às mulheres que pegam os peixes pequenos geralmente com anzol. Os homens preferem a pesca com o covo e tarrafa. A pesca, assim como a caça, depende da relação estabelecida com os *jara* (dono). Os peixes pertencem ao *Kaja'a*, que por sua vez está ligado à água (“quando o *Kaja'a* sai a água seca, por isso há alagados que secam”).

A ceva é a forma mais segura de pescaria, segundo local indicado pelo Nivaldo, onde foi tirada a foto abaixo, no *Tambery*, em uma pequena curva do córrego que forma um poço de pesca. Apesar da baixa intensidade da pesca, o peixe é valorizado como um alimento saudável.



Figura 27 - Local de pesca no córrego *Tambery*. (Fonte: Relatório ambiental de Sandra Aparecida Ayres de Paula)

Nivaldo Cário do Apyka'í, filho de Damiana Cavanha confirma de uma maneira geral as características descritas por Levi Pereira, as quais puderam ser também visualizadas na visita à Fazenda Serrana, no local do acampamento anterior: “*a escolha do local da ceva obedece a vários critérios, como: a) proximidade do local de residência; b) presença de determinadas características no curso do rio, como a existência de poços onde a água atinge maior profundidade; c) presença de “remansos”, ou seja, áreas do rio onde a água faz movimentos caudalosos em longos círculos devido a suas curvas, e que são favoráveis à pesca; d) presença de certas espécies de plantas que, situadas nas margens, projetam suas ramagens sobre o leito do rio, onde as folhas e/ou frutos se lançam sobre a água, servindo de alimentos aos peixes, sendo assim, uma espécie de ceva natural.*” (PEREIRA, 2004: 292).

A preferência dos Guarani pela água de qualidade, sem poluição e potável, quase sempre os leva a permanecer próximo das nascentes dos rios. A sua localização próxima aos rios antes de ser uma fonte de alimentos que possa ser obtida a partir da pesca é de fato uma fonte de vida.

Nomeiam o curso dos rios em toda a sua extensão, confirmando a importância da água na vida Guarani. Onde é água nascente é *yy pupui* ou *yvu*. *Yy tu* é barulho de cachoeira, *yy akã* é a cabeceira do rio, *yy rape* é o caminho do rio.

A disponibilidade de espécies para a pesca nos córregos é restrita. Normalmente são peixes pequenos e compõem alternativa de variedade da dieta alimentar. Não é uma atividade fundamental na composição da alimentação cotidiana, é eventual e complementar, mas muito apreciada. Utilizam varas de taquara com anzóis e minhocas.

Tabela 5 - Ictiofauna inventariada pelos indígenas da Terra Indígena Apyka'i. A associação da ocorrência e abundância das espécies com as unidades da paisagem foi feita pelos indígenas.

Peixes	Habitat	Abundância	Preferência
<i>Curimba</i>	CO; RI; LA	++	+++
<i>Piau/ Volga</i>	CO; RI; LA	++	+++
<i>Traira</i>	CO; RI; LA	++	+++
		Total de espécies: 03	

Legenda: CO= córrego; RI = rio Dourados; LA = lagoas e lagos. A abundância pode ser significativa (+++), moderada (++) e baixa (+). As espécies fortemente apreciadas foram indicadas por (+++), moderadamente apreciadas por (++) e fracamente apreciadas por (+).

Legenda: CO= córrego; RI = rio Dourados; LA = lagoas e lagos. A abundância pode ser significativa (+++), moderada (++) e baixa (+). As espécies fortemente apreciadas foram indicadas por (+++), moderadamente apreciadas por (++) e fracamente apreciadas por (+).

Atividades de Extrativismo

Durante o etnomapeamento, Damiana Cavanha relata com nostalgia a coleta de guavira como algo muito prazeroso e que envolvia as mulheres e crianças em caminhadas mais distantes de suas casas. O tempo era determinado pelo enchimento dos vasilhames e cestos. De fato, a coleta é uma atividade de lazer entre os Kaiowá, sem a necessidade de preparos e rituais, exercida de maneira descontraída, mas não menos rigorosa quanto ao conhecimento sobre a espécie a ser coletada, seja na sua localização ou tempo de ocorrência.

Dessa forma, os recursos da mata, aqueles recursos que estão fora dos lugares

ocupados pelas casas e roças, são unicamente utilizados para a sua subsistência física e cultural e mantidos em condição de regeneração permanente. Não há superexploração de recursos e funcionam como certo armazém para tempos de escassez de alimento.

Grande parte do suprimento de recursos para a manutenção da vida autônoma Kaiowá provem da coleta ou extrativismo de matérias primas das matas (savanas ou florestais). São recursos para a alimentação como frutos, palmito, raízes e mel, para medicamentos, para a construção de moradias, para a preparação e cozimento dos alimentos, para o aquecimento dos ambientes no tempo frio, para rituais, para a confecção de produtos para a venda, o artesanato, entre outros.

A cada finalidade há uma série de recursos naturais utilizados, sejam eles de origem vegetal, animal ou outra origem, como a argila ou o mel. Algumas espécies têm mais de um tipo de uso, ou mesmo mais de uma parte utilizada como as raízes, folhas, frutos ou o caule. No caso das frutas de caraguatá e do jaracatiá é preciso preparo para livra-los de certas substâncias nocivas, devem ser assados sobre brasa para tirar uma resina que provoca queimaduras na boca.

A região não apresenta abundância de espécies frutíferas para a alimentação. E estas frutificam em períodos curtos no ano. Os meses com maior ocorrência de frutas na mata são novembro e dezembro. A guavira é importante no mês de novembro.

O mel retirado para consumo é considerado uma iguaria e é oferecido a visitantes como indicativo de boa receptividade. Quem localiza uma colmeia na mata é considerado seu dono e trata de comunicar sua localização para que ninguém mais a utilize. Segundo levantamento realizado por Levi Pereira; *“é comum localizarem uma colmeia e esperar o momento mais oportuno para a retirada do mel, que pode ser: a) a época do ano em que a colmeia concentra mais mel; b) a realização de um ritual; c) a visita de um parente”*. (PEREIRA, 2004:173).

Muitas enfermidades são tratadas tradicionalmente através da manipulação de plantas medicinais (chás, defumações, óleos, pomadas, sucos, emplastros) em concomitância com trabalhos de benzimento. Como exemplo de doenças tratadas com medicamentos da mata, foram citadas: gripe, inflamações na garganta, dor de ouvido, dor de dente, infecções intestinais, diarreias, vômitos, cólicas menstruais, dores de cabeça, anemia, indigestão, malária, feridas abertas, tumores cutâneos, câncer em estágio inicial, gastrite, micoses/manchas na pele, picadas de cobra, hepatite, dor no rim, coceiras, hérnia.

A construção fundamental no tekoha Kaiowá é a *Ogapysy*, casa de paus fincados

no chão, que são paus roliços ou troncos de palmeira na posição vertical, constituindo colunas de sustentação, e na parte superior estruturas para suportar a cobertura, feita comumente de sapé, grandes o suficiente para serem avistadas de longe. Mesmo em condições precárias, como no acampamento visitado pelo GT, com o apoio para a aquisição do material necessário por apoiadores da causa, Damiana Cavanha estava construindo uma casa reproduzindo a tradição, como visto na foto abaixo, apesar de atualmente utilizar tabuas no fechamento das paredes.



Figura 28 - Construção de casa no acampamento da margem da BR 463.

Vinculado a relatos míticos o fogo é um dos elementos vitais para os Kaiowá, desempenhando papel cerimonial. Na *Ogapysy* o fogo é mantido aceso. Além disso, o cotidiano é mantido pelo fogo para o preparo dos alimentos e para o aquecimento das casas especialmente nas noites frias de inverno. O abastecimento de lenha no tekoha é frequente, são retirados paus caídos da roça ou das capoeiras mais próximas. Este recurso é também mapeado quando das caminhadas na mata para outras finalidades visando marcar os lugares onde estão árvores caídas. Mesmo tendo espécies preferenciais, que queimam melhor, o aproveitamento é feito de paus já caídos e secos na mata. Dessa forma, com o aproveitamento de madeira desvitalizada, evidencia-se mais um dos aspectos de manejo sustentável das matas realizado pelos Kaiowá.

Além do material para a construção e do fogo mantido aceso na *Ogapysy*, são confeccionados os instrumentos musicais usados nas cerimônias e nos encontros da comunidade.

A “changa” é um trabalho temporário nas fazendas, e é considerada uma atividade produtiva tradicional, pois desde a Guerra do Paraguai quando iniciaram a ocupação mais intensiva das suas terras, que os índios passaram a prestar serviços na formação das fazendas.

O que denominam “changa” é um faz de tudo: cercas, cultivo e limpeza de pastagens, trato dos animais, construção de casas e de currais, capina, acero de cerca, enfim, todas as tarefas necessárias à formação e manutenção da atividade agropecuária. Normalmente o pagamento do trabalho não é com recursos monetários, sendo remunerados com bens de consumo e alimentos.

A criação de pequenos animais é fundamental para a segurança alimentar do grupo. Com a escassez da caça e da pesca, os galináceos são a fonte básica de proteína animal. São consumidos os ovos e a carne. Todas as famílias nucleares possuem alguns animais. As quantidades maiores são da líder Damiana Cavanha.

b) alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente

O estudo de Noelli (1993, p. 9-15) informa que os Guarani passaram mais de três mil anos antes dos primeiros contatos com os colonizadores europeus reproduzindo sua cultura material, sua técnica de produção e subsistência na região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul, entre outras.

Os Guarani praticavam um sistema de manejo agroflorestral, bastante similar ao observado na região amazônica. Tal manejo desenvolvido pelos indígenas seguia processos naturais do ecossistema: a) o desenvolvimento de suas roças caracterizava-se pela semelhança em relação à vegetação sucessional natural; b) o cultivo estava baseado no consorciamento de diversas espécies; c) a área da roça não era abandonada após 2 ou 3 anos de colheitas, sendo transformada em área de cultivo de vários outros tipos de plantas que se reproduziam por muitos anos; d) as “aldeias” não eram mudadas de lugar em função do esgotamento do solo ou da fauna, mas por razões de contato ou culturais; e) os desmatamentos das roças eram seletivos, preservando-se as árvores úteis, embora nem todas fossem intocáveis; f) havia remoção constante das vegetações herbáceas que ameaçassem o desenvolvimento das roças; g) os alimentos eram plantados em trilhas, clareiras, bordas de matas, hortas, locais alagadiços e etc.; h) a rotação e o multiuso de plantas e espaços propiciava que não houvesse quebra de safra. (NOELLI, 1993, p. 247 a 251).

A respeito da implantação de uma roça, o processo de limpeza era praticado através da derrubada e queima da mata, e iniciava-se o processo de plantio consorciado, após as primeiras chuvas. O espaço da roça era utilizado principalmente para o cultivo

de plantas anuais, incluindo também as espécies perenes. Variadas espécies sazonais eram cultivadas na primeira fase de uma roça, que durava de 1 a 6 anos, enquanto as plantas perenes tinham seu cultivo na segunda fase da roça, iniciando-se conjuntamente às anuais, as quais tinham sua utilidade após um ou dois anos. (NOELLI, 1993, p. 258).

A forma de organização das famílias extensas determinava as divisões das roças e suas dimensões. O tamanho da área cultivada por cada família nuclear variava entre 0,5 e 2 hectares. A coleta também fazia parte das atividades dos Guarani, incluindo vegetais alimentícios, plantas medicinais, matérias primas, como fibras vegetais, argilas e materiais líticos estavam entre os inúmeros elementos coletados, e grande parte das plantas coletadas eram oriundas de vegetação secundária intencionalmente cultivada em locais de antigas roças, ao longo de trilhas, clareiras, bordas de matos e outros locais semelhantes. Quanto à caça e a pesca, estas eram atividades produtivas complementares e variavam de acordo com cada região (NOELLI, 1993, p. 262; 146).

Tradicionalmente, os Kaiowá e Guarani se relacionavam com a natureza harmoniosamente, não a explorando de forma agressiva. O manejo dos recursos se dava respeitando a vitalidade do solo. A própria agricultura era itinerante, isto é, faziam suas derrubadas, que eram queimadas, cultivadas e depois de dois ou três anos, deixadas descansar, pois se deslocavam, deixando aquela terra para que a natureza pudesse se refazer. Havia muito espaço e uma vegetação densa que possibilitava essa alternativa. Esse sistema, conhecido como agricultura de coivara, não deixava esgotar os recursos do solo (BRAND, 1997).

Os Kaiowá e os Guarani são classificados pela bibliografia histórica e etnográfica como agricultores de floresta tropical, praticando a caça, a pesca e a coleta como atividades secundárias. Mesmo com as transformações ambientais impostas ao espaço que tradicionalmente ocupam e a perda do controle da terra onde radicavam, as comunidades desenvolveram algumas estratégias para assegurarem a reprodução de seu sistema social.

Uma primeira frente de ocupação da região ocorreu pela extração da erva-mate no final do século XIX, quando os Kaiowa constituíam uma população bastante numerosa, quadro alterado a partir do seu engajamento compulsório como trabalhadores nos ervais trazendo a dizimação de grande parte da população por epidemias de febre amarela, sarampo, varíola, catapora e tuberculose, além da redução da participação masculina nas atividades produtivas ou rituais desenvolvidos.

Por volta da década de 1940, período do declínio das atividades ervateiras, as frentes de expansão agropecuárias passam a ocupar o Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul com a implantação das fazendas, diminuindo o trânsito dos Kaiowa e Guarani no interior de seu território tradicional, e a utilização do território foi sendo restringida gradualmente atingindo dezenas de comunidades existentes.

O uso intensivo da mão de obra indígena foi explorado na implantação das fazendas, abarcando gradativamente as áreas Kaiowá que iam se transformando em refúgios de aldeias de “fundo de fazenda”, muitas vezes localizadas nas áreas de reserva legal. Nas décadas de 1940 e 1950, muitas comunidades tiveram sua terra transformada em fazenda de gado ou lavoura, enquanto outras permaneceram por mais um tempo onde habitavam. Para a maioria das famílias, as terras de ocupação tradicional foram totalmente tomadas por fazendas (Pereira: 2005; 234).

Com a mecanização e modernização da agricultura a partir da década de 1970, com as fazendas totalmente instaladas, o trabalho indígena foi dispensado e sua presença passou a ser indesejada. Quanto às famílias indígenas que não se resignaram a viver em reservas, restou a opção de permanecerem na região de seu antigo *tekoha*, se deslocando de fazenda em fazenda em busca de trabalho, assim, buscando permanecer nas proximidades de suas terras, sempre tendo que deixar uma fazenda para procurar trabalho em outra. Esse processo de expulsão das terras é denominado de *sarambipa*, ou esparramo e levou à adoção de uma circularidade em torno de suas terras tradicionais.

A destruição do ambiente atingiu suas atividades produtivas tradicionais, e os homens se viram reduzidos a peões temporários nas fazendas, ou se engajaram como cortadores de cana, nos canaviais implantados no seu território. Trabalhando nas fazendas e sítios da região, como diaristas ou por tarefa, conseguiram manter um constante trânsito pelo território tradicional, o que lhes facultou de alguma forma, o acesso a locais de caça, coleta de frutos e plantas medicinais, importantes recursos para a sua reprodução cultural.

Ao trabalharem nas fazendas buscavam dispor de algum tempo livre para se dedicar às atividades de caça, pesca e coleta. A mobilidade do trabalho volante ou *changa* como é denominada regionalmente, lhes dá a sensação de controle sobre o território, em grande medida ilusório, mas que lhes permite seguir operando com os conhecimentos próprios ao modo de ser kaiowa e guarani. (PEREIRA: 2015: 235)

Nas áreas de ocupação tradicional da comunidade Apyka'i, o ambiente apresenta-se quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada. Mesmo

acampados em estreita faixa de margem de rodovia, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre as formas de manejo dos recursos presentes no meio ambiente, para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. Apesar da precariedade dos acampamentos, vivendo em barracos pequenos e rústicos, cobertos de lona plástica, é possível identificar uma série de elementos da cultura kaiowa, tais como plantas, cascas e raízes utilizadas como medicamento, alimentos coletados nos fragmentos florestais, e outros tantos.

Em decorrência dos confrontos com empregados de fazendas ou com funcionários de empresas de segurança rural, constroem seus barracos uns próximos aos outros, estratégia para reação a qualquer ataque. Quando sua terra for regularizada pretendem se estabelecer conforme viveram seus ancestrais, atualizando as formas de sociabilidade antes praticadas na terra de ocupação tradicional.

O desmatamento em larga escala para dar lugar à implantação das fazendas em todo o sul de Mato Grosso do Sul gerou sérios impasses para a continuidade das atividades produtivas tradicionais kaiowa e guarani. Como consequência desse processo histórico recente, esses indígenas incorporaram uma série de necessidades de bens oriundos da sociedade nacional. Ao mesmo tempo, adquiriram conhecimentos utilizados na produção de alguns bens (principalmente produtos agrícolas e criação de pequenos animais) destinados ao comércio, o que lhes possibilita acesso ao dinheiro para a aquisição de roupas, calçados, utensílios domésticos, veículos, celulares, alimentos e ferramentas. (PEREIRA; 2015: 236)

Dentre outras formas de entrada de dinheiro nas comunidades, contam com significativo número de idosos que conseguiram os benefícios da aposentadoria rural e de jovens que trabalham como mão-de-obra em fazendas e usinas de álcool. Existem também muitos indígenas empregados no setor de serviços de saúde e educação, implantados pelo governo em suas comunidades. Nas reservas mais próximas de cidades maiores, muitos homens trabalham na construção civil ou como garis, e as mulheres como empregadas domésticas.

Com a demarcação da terra, o grupo familiar de Damiana Cavanha pretende diminuir dependência dos programas assistenciais do governo e do trabalho assalariado ocasional. Para tanto, planejam dedicação ao plantio de produtos agrícolas para suprir suas necessidades de reprodução física e social.

Os Kaiowá e Guarani estão inseridos de diversas maneiras na economia regional, e sempre que as condições são propícias, seguem praticando sua forma

característica de agricultura, caça, pesca e coleta. Independente do fator econômico, essas atividades cumprem funções rituais fundamentais na vida de qualquer indivíduo dessas etnias, pois estão diretamente relacionadas aos processos de construção social da pessoa e da relação com o sobrenatural. (PEREIRA; 2015: 238)

c) - Relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente

A comunidade do Apyka'i está inserida em território tradicional Kaiowá, em um circuito de intensa circularidade definido como tekoha guasu Alto Médio Dourados, inserida em família extensa (*te'yi*) espalhada pelas Terras Indígenas regularizadas ou em processos de reivindicação daquela região.

A partir do início do século XX, o processo de esbulho das terras indígenas no Sul do atual estado de Mato Grosso do Sul atingiu indistintamente comunidades Kaiowá e Guarani. Tal processo impôs a saída das terras que tradicionalmente ocupavam e o recolhimento da maior parte da população indígena em reservas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928 (Pereira: 2015: 239). Na situação de reserva intensificou-se o intercâmbio cultural, político e matrimonial entre Kaiowá e Guarani, intercâmbio que se reflete, atualmente, na configuração da atual população da maior parte das comunidades, compostas majoritariamente por kaiowa, mas com significativa presença de pessoas e parentelas guarani.

A comunidade de que trata o presente relatório desenvolveu intensas relações econômicas com a sociedade envolvente, reconhecendo-se como dependentes dos produtos industrializados e das decisões políticas do governo do Estado brasileiro. Sua reivindicação é conseguir a exclusividade da posse de uma parcela do território de ocupação tradicional, que seja adequado para a sua reprodução física e cultural, conforme o modo de ser Kaiowá.

A exclusividade da posse requerida não dilui as necessidades da relação com a sociedade nacional, pois é intenso o convívio com o *karai* (branco), mas se reconhecem como parte da mesma formação social Kaiowá. A líder Damiana, e seu grupo familiar buscam por um espaço compatível para construir suas aldeias, e desenvolver suas atividades produtivas com menor dependência dos programas assistenciais do governo.

O sentimento de pertencimento a um grupo étnico distinto não é alterado pela interação frequente com a sociedade nacional, o que é reforçado pelo apego à sua língua

e a outros aspectos de sua cultura, como estratégia de defesa de identidade (Pereira: 2015: 240). Diante das atuais condições e restrições, buscam praticar as formas de sociabilidade característica dos Kaiowá, para reafirmação étnica.

A regularização da Terra Apyka'i permitirá mais autonomia em suas práticas culturais, além de se livrarem da pobreza extrema que os acompanha desde longa data. No momento atual, grande parte dos Kaiowá detém um bom domínio da língua portuguesa e dos códigos culturais de conduta da sociedade nacional, dos quais fazem uso no trânsito pelas fazendas, cidades, e nos relacionamentos com agentes governamentais, missionários, comerciantes, agenciadores de mão de obra, etc.

A interatividade com a sociedade envolvente aparece em diversos aspectos da cultura praticada pelos Kaiowa atuais, como, por exemplo: a) no vestuário; b) no uso de ferramentas metálicas, veículos, bicicletas, televisores, rádios, relógios, celulares, computadores, motos, carros, etc.; c) nos gostos musicais e no uso de expressões do vernáculo da língua portuguesa, mesmo quando se comunicam em Guarani; d) no cultivo de plantas adotadas da sociedade envolvente, como milho híbrido, arroz, feijão, frutas, etc.; e) na criação de animais como galinha, porco, cavalo, gato, cachorro, etc. (PEREIRA: 2015; 241)

A intensidade de relações entre as culturas Kaiowá e Guarani e a nacional é mais perceptível entre os homens jovens, pelo fato de transitarem com maior frequência no espaço externo às comunidades. Os idosos, as mulheres e as crianças estão, em grande medida, imersos nas formas de sociabilidade características da vida cotidiana da aldeia, demonstrando menos desenvoltura na circulação fora de suas comunidades. Na juventude, os homens passam considerável parte do tempo trabalhando fora da comunidade, enquanto que, na velhice, retornam ao convívio continuado na aldeia. Tal ciclo acaba sendo fundamental para a reprodução do sistema social indígena.

Com o processo de esbulho do território ou *sarambipa*, produzido pelas expulsões ocorridas, as relações entre as comunidades passaram por rearranjos entre os grupos familiares. Com o recolhimento compulsório nas reservas procuraram viabilizar a vida social dentro das possibilidades criadas pelo controle político imposto. A situação de reserva diluiu grande parte das redes de alianças instituídas entre as parentelas e as redes de alianças entre comunidades que viviam no tekoha guasu.

Buscando retornar aos territórios dos quais foram expulsos para as ocupações agropastoris, as lideranças buscam recompor suas comunidades a partir das antigas

redes de relações, anteriores à expulsão dos territórios tradicionais, incluindo as relações recentes constituídas nas reservas.

A partir da década de 1980, muitas comunidades transferidas para as reservas passam a se reorganizar politicamente, ativando a memória e a prática das formas de sociabilidade antes desenvolvidas em seus tekoha (Pereira: 2015: 242). A ativação da memória e das práticas de sociabilidade leva à reivindicação da demarcação das terras das quais foram expulsas. Tal é o caso da reivindicação do grupo familiar do Apyka'i.

Com a titulação das terras em nome de particulares e a ocupação agropastoril, a mobilidade e o uso indígena do território ficaram bem restritos, mas até hoje eles seguem utilizando o território de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Nas expulsões e violências sofridas, eles recorreram à solidariedade dos seus parentes e aliados, buscando proteção e apoio. É também com base na memória das antigas relações, que os Kaiowá e Guarani viabilizam a existência econômica nas reservas e nos acampamentos, e serviram de base para sua reorganização atual como comunidades políticas para reaver seus territórios.

IV - QUARTA PARTE - MEIO AMBIENTE

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;

Contexto de intervenção/ocupação do território Kaiowá

As intervenções que ocorreram no espaço geográfico Kaiowá refletiram diretamente na redução da população e de seus espaços geográficos de ocupação, resultando em significativas alterações na sua organização territorial, tanto no desempenho de suas atividades tradicionais, como em suas estratégias de domínio sobre as terras que ocupavam.

As concessões feitas à Cia Mate Laranjeiras dos extensos ervais liberados para a exploração comercial ao longo da fronteira com o Paraguai a partir de 1882, atingiram diretamente o território Kaiowá. O domínio da companhia Cia. Matte Laranjeiras se estende até 1943, explorando mão de obra indígena e interferindo em seu meio ambiente, ao mesmo tempo impedindo a penetração de colonizadores, cujas ações se intensificaram após a perda do monopólio daquela Cia. (BRAND: 1993; 52)

É também de 1943 a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Brand: 1997: 54), o que trouxe para os Kaiowá problemas bem diversos daqueles criados com a Cia Matte Laranjeiras, os quais passaram ao confronto com colonos em busca de propriedades inseridas em seus tekoha.

Após a Cia. Matte Laranjeiras perder os direitos exclusivos sobre os ervais a partir das primeiras décadas do século XX, os espaços são liberados para a colonização da faixa de fronteira, possibilitando que colonos procedentes do sul do país fossem ocupar porções de terras de domínio dos índios.

O SPI criou oito áreas indígenas no período de 1915 a 1928, todas com extensões que não ultrapassaram os 3.600 ha, sendo seis Kaiowá e duas em territórios Ñandeva, ficando suas terras de ocupação tradicional liberadas para o processo de colonização. Após a década de 1920 há um incremento de novos ocupantes da área, com os colonos que se dedicavam à criação de gado e que pretendiam que o SPI retirasse os indígenas dos locais onde tinham conseguido o domínio da área.

A grande maioria dos indígenas pôde continuar habitando as densas florestas que dominavam a paisagem até a década de 1950, pois os espaços dedicados à pecuária

eram ainda restritos, representando apenas pequenas frações das fazendas, que progressivamente se instalavam na região. Várias famílias indígenas foram sendo “aldeadas” nas reservas, através da ação do SPI, na década de 1960, quando travavam conflitos pontuais com fazendeiros, que os encontravam nos “fundos” das fazendas durante a derrubada das matas para introdução da pecuária, as quais iam se implantando de forma mais intensiva.

O processo de aldeamento se faz mais intenso em toda a região a partir de meados dos anos 60 até final dos 70, quando a ocupação do cone sul do Mato Grosso do Sul se fez mais persistente, levando a um sistemático desmatamento da região. Os índios passaram a ser explorados como mão-de-obra para derrubar as florestas, sendo que, finalizada a empreitada, as famílias indígenas eram, em sua maioria, expulsas e conduzidas às oito reservas instituídas pelo SPI.

Outra alteração importante refere-se à expansão da plantação de cana-de-açúcar em todo o estado do MS e será para essa atividade que estará sendo transferida a mão de obra indígena a partir de 1985. Paralelamente à intensificação da atividade agrícola, segue na região a atividade econômica da bovinocultura tradicional em Mato Grosso, que atingiu grande expansão e evolução tecnológica com base em formação de pastagens, melhoramentos genéticos e instalação de indústrias frigoríficas.

A partir de 1960 o território Kaiowá sofre profundas transformações pela ação de fazendeiros e granjeiros, que implantam uma agropecuária moderna, a qual possibilitará o rápido desmatamento, pois a valorização das terras mecanizadas exigirá a exploração de toda a região. Com esta nova intervenção econômica ocorre total confinamento dos índios Kaiowá em pequenas reservas de terra localizadas no meio de fazendas modernas, e a mata vai desaparecendo para a criação de pastagens para a criação de gado e para as grandes plantações de soja.

Uma situação insustentável para a vida dos Guarani foi resultante da ocupação intensiva do seu território pelos colonizadores, o intenso desmatamento da região e consequente expulsão de famílias indígenas de lugares tradicionalmente por elas ocupados, acrescida da situação dramática das reservas. Como reação natural emerge a organização de seu movimento de reivindicação por terras iniciado no final de 1978 (Thomaz de Almeida 2001), o qual foi se ampliando nas últimas décadas.

A luta para recuperar terras ocupadas tradicionalmente por esses índios leva consigo a necessidade de dar continuidade a um processo de relacionamento constante com a terra (Yvy) para que esta não adoça, procurando restabelecer, na medida do

possível, as condições da morfologia social indígena que permitam a manifestação de um adequado modo de ser kaiowa (*teko porã*). (MURA: 2006:109)

O espaço social encontra as condições da sua expressão em um espaço físico, a partir tanto das condições ecológicas e geográficas, quanto das características das atividades econômicas adotadas pelo grupo, bem como das limitações ou possibilidades oferecidas pelo eventual contato interétnico, ou seja, as eventuais guerras, comércios e/ou trocas, relações de trabalho, de dominação, etc.

A morfologia social kaiowa é baseada na dispersão das áreas residenciais em espaços territoriais considerados como passíveis de serem percorridos pelos indivíduos, no intuito de desenvolver suas atividades econômicas e efetuar as visitas aos parentes, estabelecendo alianças matrimoniais e políticas necessárias à construção do sentimento comunitário e intercomunitário. Na base da organização social destes indígenas está a família extensa, denominada *te'yi*, a qual, dependendo da coesão social e do contexto histórico, pode conter, em seu interior, até cinco gerações. (MURA: 2006: 111)

Até primeiras décadas do século XX, os *te'yi* se estabeleciam preferencialmente nas nascentes de rios e córregos, distribuindo-se as famílias nucleares ao longo e ao redor destes cursos fluviais ou minas d'água. O espaço intercorrente entre os lugares de domínio de uma família extensa e os de outra tendia a seguir as características da rede fluvial, podendo ocorrer, portanto, que os grupos estivessem muito distantes uns dos outros. O que unia estes grupos familiares entre si fisicamente era a rede de trilhas (*tape po'i*), através das quais os indígenas se comunicavam e mantinham elevada circulação de pessoas, seguindo a lógica do *guata* (andança).

A situação histórica vivenciada pelos guarani é caracterizada pela tentativa de territorializar os índios, constringendo-os a espaços limitados e com fronteiras fixas. A imposição, por parte dos Estados nacionais, de regras de acesso e posse territorial que são alheias às características da territorialidade dos índios tem significativas consequências na organização das comunidades indígenas.

De acordo com Melià (1991, p. 6), o mapa cultural/ecológico dos guarani contem certas constantes ambientais, e que, dos três espaços em que vivem (matas, roças e moradias), talvez o espaço cerimonial seja a centralidade da sua vida, onde a *ñande reko* está estruturada em seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

Tradicionalmente, os Kaiowa e Guarani se relacionavam com a natureza harmoniosamente, não a explorando de forma agressiva. No manejo dos recursos respeitavam a vitalidade do solo, e a própria agricultura era itinerante, isto é, a cada dois

ou três anos deslocavam-se para outro espaço, deixando que aquela terra se recuperasse. Havia muito espaço e uma vegetação densa que possibilitava essa alternativa. Esse sistema, conhecido como agricultura de coivara, evitava o esgotamento dos recursos do solo. Além da agricultura outros recursos para a subsistência eram os das atividades da caça de vários animais, a pesca, que era abundante, e a coleta de frutos, plantas alimentícias, e a coleta do mel.

Os Kaiowá e os Guarani são, historicamente, conhecidos como povo da mata (*Ka'aguygua* ou *ka'aygua* = os da mata), pois escolhiam preferencialmente a mata para a localização de suas aldeias. Pereira (2004, p.171 e 172) faz referência ao sentido cosmológico que tem a mata para os Kaiowá e Guarani:

A floresta – *ka'aguy* – compõe, na cosmologia kaiowa, o espaço que fica fora dos lugares ocupados pelas casas e roças. É pensada enquanto uma cobertura vegetal que não recebeu a ação transformadora intensiva do homem. A floresta, em sentido genérico, é uma categoria ampla, comportando importantes diferenciações internas. É o espaço onde vivem seres não humanos (animais e espíritos), cuja relação com os humanos é muitas vezes marcada pelo signo da depredação. Por toda essa complexidade, a floresta oculta espíritos dos mais diversos gêneros, e dela podem emergir pessoas estranhas ou inimigas.

Os Kaiowá consideram os espíritos da floresta como donos ou “cuidadores da floresta” (*jára, járy*) que protegem a mata e cada elemento da mata. Se uma pessoa entra na mata sem fazer os rituais adequados, pedindo permissão prévia, poderá sofrer acidentes ou outros constrangimentos. O fundamental para um bom manejo da mata, além dos conhecimentos práticos é buscar estabelecer uma boa relação com os espíritos protetores das espécies que aí vivem.

Os Kaiowá e Guarani são agricultores e grandes conhecedores dos ciclos da terra, dos melhores solos, e de variedades de mandioca, feijão, abóbora ou milho. Tem especial destaque na cosmologia o milho, tão expressivo que já foram considerados por Schaden (1974) como a “sociedade do milho”. Uma das suas mais importantes festas é a festa do milho - *avatikyry/avati ñemongarai*, onde se abençoa o milho dá início ao consumo da produção. Além da agricultura, o sustento era garantido pelas outras atividades como a caça, pesca, coleta/extrativismo.

Para os Kaiowá e Guarani território é *tekoha*, entendido por Melià (1991, p. 3) como o lugar onde há condições de implementação do modo de ser guarani. A terra concebida como *tekoha* é antes de tudo um espaço sociopolítico, imprescindível para

sua sobrevivência física e, de modo especial, também, cultural, dado que tekoha significa espaço, lugar (*ha*) possível para o modo de ser e de viver (*teko*). Devido às agressões ao meio ambiente e ao processo de espoliação de suas terras, os Kaiowá têm encontrado crescentes dificuldades para a vida comunitária.

O conceito de território, para este povo, vai muito além de questões materiais, e vem carregado de cosmologia, superando a visão capitalista que percebe a terra enquanto fator de produção e geração de lucros. O bem viver para os Kaiowá está ligado ao viver na aldeia, na sua terra. As pessoas buscam recuperar suas aldeias tradicionais com o propósito de um dia poder voltar a ser feliz na terra onde nasceram ou na qual seus antepassados viveram.

O território representa o espaço possível para a sua sobrevivência física e cultural e não é algo aleatório, tem sempre um significado de pertença que vem dos antepassados, que ali estão enterrados. A terra deve ser lugar de muita fartura e de preferência perto de córregos, e em áreas de mata. Assim, terra e território são conceitos que se inter-relacionam em seus aspectos físicos, sociais, culturais e religiosos, mas apresentam diferenças entre eles. A terra é o suporte físico e o território é a possibilidade de viver em plenitude o modo de ser.

O aldeamento indígena em áreas restritas e que não permitem mais a possibilidade da prática de uma agricultura itinerante, aliado à superpopulação, provocaram grave comprometimento dos recursos naturais. Geraram um desequilíbrio nas relações entre o mundo dos homens e a natureza, desequilíbrio esse atribuído pelos índios não tanto aos problemas decorrentes da excessiva exploração dos mesmos recursos, mas às dificuldades na relação com o sobrenatural. Se as colheitas não geram mais a produção esperada, sob a perspectiva dos Kaiowá, é resultado, não tanto da situação de desgaste da terra, mas das mudanças ocorridas nas suas práticas religiosas, isto é, na dificuldade de relacionamento com o sobrenatural (BRAND, 2003).

Para reverter tal situação há que investir na reposição dos recursos naturais destruídos, o que será possível mediante sua implementação levando em conta a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses. Sempre lembrando que a “boa terra” é aquela que proporciona as condições necessárias à viabilização de sua organização social.

a) Caracterização Ambiental da Terra Indígena Apyka'i⁴

Os Kaiowá do tekoha Apyka'i fazem uso dos recursos de fauna e flora ainda disponíveis no ambiente. Em sua própria língua enumeram grande número de animais e plantas, especificando suas propriedades e as formas de usos cotidianos e rituais. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas às margens dos córregos, pequenos capões de mato ainda restantes e preservados como reserva florestal, os quais, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos, costumes e tradições. O levantamento ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas.

O grupo familiar de Damiana Cavanha apresenta profundo conhecimento do território, e identificam locais das antigas roças, residências, cemitérios, locais de caça, coleta, pesca e outros de significação simbólica como é o caso da *ogapysy*. Sendo a área identificada intensamente alterada pela ação antrópica produzida há décadas pelas frentes de ocupação agropastoril, os poucos remanescentes florestais e espécies de fauna, são absolutamente essenciais à reprodução física e cultural dos Kaiowá do Apyka'i.

A região que compreende as terras em identificação pelos estudos do GT Portaria nº 560/PRES, de 29 de junho de 2016, objeto do presente trabalho, situa-se às margens da BR 463, há aproximados seis quilômetros do entroncamento das BRs 463 e 163. A região está localizada no curso médio do córrego Curral de Arame (córrego *Ipiaury*), que percorre 19,5 km da nascente até desaguar no rio Dourados que por sua vez é tributário do rio Brilhante, pertencentes à bacia do rio Paraná.

Segundo narrativas de antigos habitantes da região, a extração da erva mate envolveu várias gerações de grupos familiares Kaiowá, os quais foram alvo de ações da política indigenista adotada desde criação do SPI. Tais populações foram sendo transferidas para as reservas demarcadas no sul do Mato Grosso, processo que liberou suas terras de ocupação tradicional para a implantação da agropecuária, ações mais intensificadas a partir da década de 1950.

⁴ - A partir desta Parte V – Meio Ambiente - do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Apyka'i serão incorporados os dados, mapas e croquis produzidos pela Geógrafa Sandra Aparecida Ayres de Paula, em seu relatório ambiental, peça técnica que compõe o trabalho do GT, o qual deve ser integralmente consultado para maiores esclarecimentos sobre o assunto.

As terras por eles atualmente reivindicadas, locais de seus tekoha originais, necessitam recompor minimamente as condições ambientais que propiciem a qualidade dos recursos naturais, como água, solo, vegetação e fauna, componentes essenciais ao modo de vida das populações Kaiowá.

O espaço territorial onde o grupo social se organiza a partir do grau de parentesco, vínculos de afinidades, políticos e religiosos, deve, idealmente, apresentar as características do meio ambiente propícias para a prática da agricultura, caça, pesca, coleta, e as atividades sociais e religiosas. Dentre as características ambientais são elencadas a existência de nascentes ou água corrente, solos adequados para a agricultura, áreas apropriadas para as práticas da caça e pesca, além do espaço para a aldeia. É a apropriação de um espaço ecológico territorializado de vivência atual e remota.

Os indígenas reivindicam parcelas de terras de onde seus antepassados foram expulsos, ou seja, aquelas com as quais mantém relações emocionais, espirituais, e também a existência de recursos naturais para a continuidade de seu modo de vida, reproduzindo suas atividades tradicionais.

a).1 Bioma Mata Atlântica e Cerrado

A Terra Indígena Apyka'i, município de Dourados/MS, encontra-se na região de contato entre dois grandes Biomas Brasileiros, a Mata Atlântica e o Cerrado, em uma zona de transição entre um clima tropical para um subtropical, com uma passagem gradual que dificulta a identificação direta das inter-relações entre os múltiplos parâmetros naturais: vegetação, clima, solos, altitude, pluviometria, temperatura, entre outros.

A região está localizada no curso médio do córrego Curral de Arame (córrego *Ipiaury*), que percorre 19,5 km da nascente até desaguar no rio Dourados que por sua vez é tributário do rio Brilhante, pertencentes à bacia do rio Paraná, entre os paralelos 22° e 23° de latitude Sul, e entre 54° e 55° de longitude Oeste, na fronteira com áreas de influência urbana de Dourados e plantio de culturas cíclicas. O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1977.

O rio Dourados nasce na serra de Maracajú, a uma altitude aproximada de 700 metros e percorre uma extensão de 374 km até desaguar no rio Brilhante. A sub-bacia do

rio Dourados tem importância no abastecimento de água da população da região, especialmente da população urbana de Dourados com mais de 180 mil habitantes (IBGE, Censo 2010).

Considerando as unidades geomorfológicas do Brasil, segundo Jurandir Ross, a terra indígena encontra-se em região de planaltos e chapadas da borda ocidental da Bacia Sedimentar do Paraná, no Planalto de Maracaju, segundo o Radam, com predominância de áreas com Cerrado em relação às áreas com Floresta Estacional Semidecidual, sobre as colinas de topos convexos medianas em terrenos sedimentares de basalto. Esses terrenos são cobertos por uma mata latifoliada em transição com cerrado, muito alterados pela ocupação agropastoril desde o século XVIII, quando das primeiras ocupações por 40 criadores de gado bovino, dificilmente sendo possível traçar limites dessas tipologias.

A passagem de um tipo a outro da vegetação nativa “*dá-se quase sempre imperceptivelmente em faixas muito largas, ao contrário do que se observa nos estados do sul do Brasil, onde os limites de mata e campo limpo são perfeitamente delineados e a passagem é súbita*” (Kullmamm, pág. 79). Assim, a região é considerada como de transição entre os domínios de Mata Atlântica- Floresta Estacional Semidecidual e de Cerrado – Savanas Tropicais Semi-úmidos e Gramíneo Lenhosas, nos terrenos de basalto e em sedimentos arenosos da bacia do Paraná.

Floresta Estacional Semidecidual

A Floresta Estacional Semidecidual se esparramava pelo derrame basáltico nos municípios de Dourados e Ponta Porã, de forma isolada e descontínua por vezes, em capões, ou invadindo as Savanas como Floresta Galeria. A decidualidade desta formação se deve à estação fria, de maio a setembro a temperatura mínima média está abaixo de 15° C, pois, não ocorre na região um ou mais meses de seca acentuada, sendo as chuvas distribuídas durante todo o ano.

Segundo o Projeto RadamBrasil, existem sub-formações isoladas da Floresta Estacional Semidecidual em meio à Savana. Na área do estudo ambiental, restam preservados a Mata da Madeira, nas nascentes do córrego de mesmo nome, e as florestas galerias que acompanham os córregos *Ipiaury*, *Tambery*, da Madeira e na margem esquerda do rio Dourados na confluência desses córregos. A vegetação nativa próxima à área urbana de Dourados, onde dominava a Floresta Estacional Semidecidual,

praticamente desapareceu. Esta foi substituída por pastagens e cultivos agrícolas, favorecidos pelos relevos aplanados propícios às práticas de mecanização e pelos solos argilosos, originados de sedimento terciário ou de rochas basálticas.

Kuhlmann (1960), botânico que acompanhou a Comissão Rondon entre 1908 e 1909, “mencionou a punjança e riqueza da mata na região de Dourados, onde ocorriam, em média, dez exemplares de peroba-rosa (*Aspidosderma polyneuron*) por hectare. Enfatizou, ainda, a presença constante de inúmeras outras madeiras de lei, como o cedro (*Cedrela fissilis*), aroeira (*Astronium urundeuva*), *Peltophorum dubium* (canafistula) e bálsamo (*Myroxylon balsamum*) ao que se podem acrescentar os ipês amarelo e roxo (*Tapebuaia spp.*), *Balfourodendron riedelianum* (pau-marfim), canjerana (*Cabralea glaberrima*), jatobá (*Hymenaea stilbocarpa*) e canelas (*Lauraceae*)” (IBGE, 1982: 297). (41)

Nas margens do rio Dourados, essa Floresta Galeria não se correlaciona com os solos aluviais, mas sim com solo Latossolo Roxo Distrófico que é predominante, aliada ao teor de umidade do solo e não a depósitos aluvionares, por serem as chuvas bem distribuídas nesta região. As áreas de influência aluvial que ocorrem ao longo do rio Dourados como Formação Pioneira Herbácea, distribuída sobre locais úmidos, periódica ou permanentemente inundados, são encontradas em sítios relativamente pequenos. Dispersas pelas águas das lagoas compostas de comunidades de hidrófitas e de helófitas, há por vezes densos agrupamentos de taboas. Nas bordas das lagoas, com lâmina de água mais fina, estabelecem as gramíneas de alto valor forrageiro e ocorrem os butiás ou contas-de-lágrimas, utilizadas na confecção de colares pelos indígenas.

O Cerrado

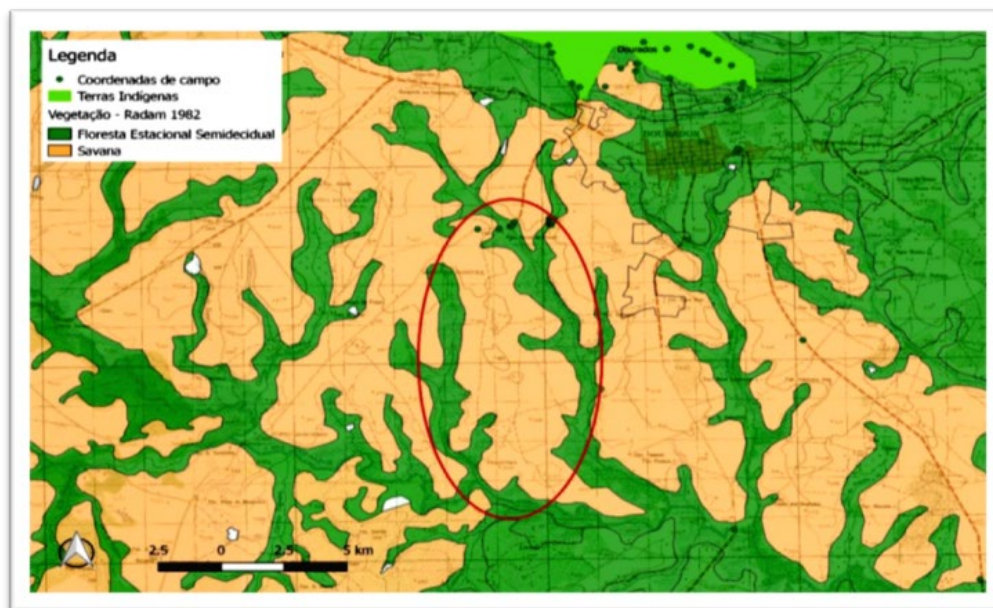
A outra tipologia de vegetação que ocorre na área é o Cerrado, termo comumente utilizado para caracterizar as Savanas que ocupam o Planalto Central do Brasil. Neste complexo aparecem desde formações florestais até campestres. No entanto, pela facilidade de conversão desse bioma em pastagens, muito pouco restou de formação florestal da Savana na área do estudo ambiental.

Segundo o Projeto RadamBrasil, a vegetação do Cerrado é caracterizada como “*xeromórfica, com fisionomia diversificada, variando de arbórea densa a gramíneo-lenhosa. Geralmente, caracteriza-se por fanerófitas de porte reduzido, isoladas ou agrupadas sobre revestimento graminóide hemicriptófitico.*” (IBGE, 1982: 284). Predominam na região, pela análise atual de imagens orbitais RapidEye, os campos,

ainda que na área pudessem ocorrer pelo menos quatro fisionomias da Savana: Savana Arbórea Densa (Cerradão), Savana Arbórea Aberta (Campo Cerrado), Savana Parque (Campo Sujo) e Savana Gramíneo-Lenhosa (Campo Limpo).

Área atualmente com uma considerável ação antrópica, devida aos vários momentos de migração para a região, com fluxo migratório de maior repercussão na década de 1950, quando da implantação da Colônia Agrícola de Dourados, completamente ocupada com plantios sazonais, cíclicos, ou com pastagens, teve o mapeamento de sua vegetação realizado no passado, sendo que foi possível detectar no trabalho de campo pouco dessa fitofisionomia de Savana na área de estudo.

Uma das espécies de ocorrência citada pelos indígenas, característica de região savânica, é a guavira. Extensos campos de guavira estavam presentes no tekoha Apyka'í do passado e eram consumidos pelos indígenas como alimento. Em locais sombreados a macambira ou caraguatá, formando um manto intrincado que impede o observador de penetrá-lo, ainda permanece na área. Em relação às gramíneas nativas, como o capim corona, flecha e flechinha foram paulatinamente sendo substituídas por colonião.



Mapa 13 - Tipologias de vegetação existente na área de estudo ambiental (autora: Sandra Ayres de Paula)

O Clima

As condições de subtropicalidade, com precipitações médias de 1.400mm a 1.700mm bem distribuídas ao longo de todo o ano, diminuindo no inverno o que provoca um ritmo anual, mas sem uma estiagem de fato. A média anual da temperatura

varia de 20 a 25°C, declinando das médias entre 23 a 26° C para meses mais quentes e 15 a 19° C para meses mais frios. O fator inibidor para a vegetação, com queda de folhas, é decorrente do frio e não necessariamente de um período mais seco. (EMBRAPA).

São atuantes na região massas de ar tropicais, equatoriais e polares: a) Massa Tropical Continental – mTc, originária da depressão do chaco, localizado em parte da Argentina e Paraguai, é caracterizada por ser quente e seca; b) Massa Tropical Atlântica – mTa, originária do Oceano Atlântico, quente e úmida, tem uma atuação pequena na 43 região; c) Massa Equatorial Continental – mEc, origina-se na parte ocidental da Amazônia, única massa continental, tem características de ser quente e úmida; d) Massa polar Atlântica – mPa, tem origem no Oceano Atlântico na porção ao sul da Argentina, atuando de forma mais frequente no inverno com característica de ser fria e úmida. (SCHNEIDER, 2004).

As chuvas, distribuídas ao longo do ano, condiciona o regime hidrológico que tem um período de cheias definido entre dezembro e abril, com máximas em março, e um período de estiagem entre agosto e outubro. A precipitação média é maior nas nascentes do rio Dourados, 1.700mm, reduzindo para a foz no rio Brillhante, 1.300mm. (PEIXOTO, 2002).

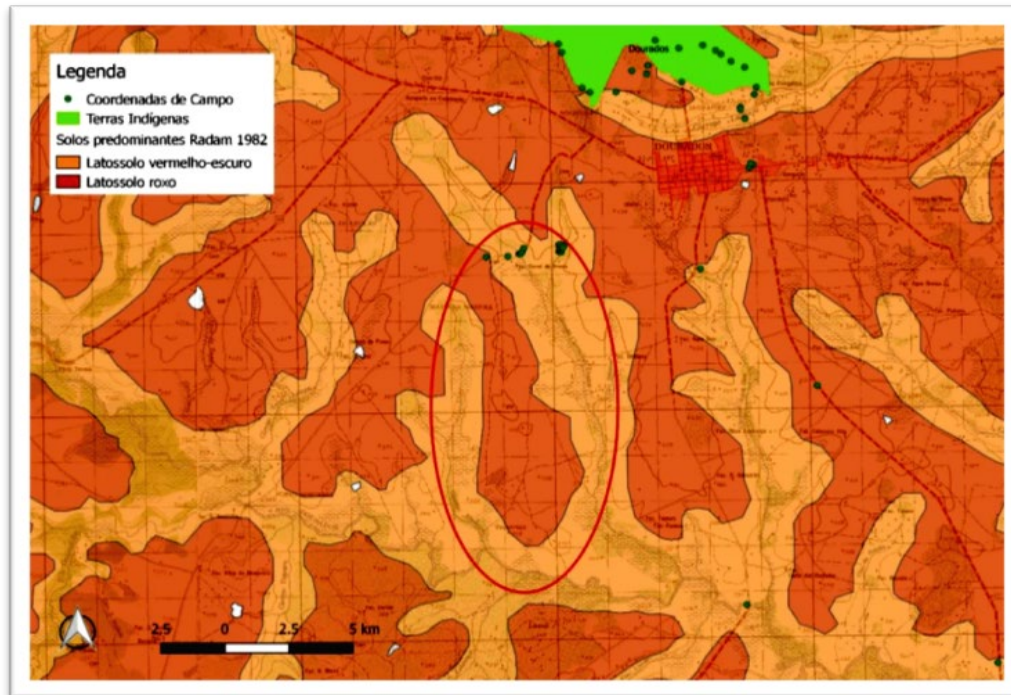
A qualidade das águas pode ser afetada com a elevação de taxas de nitrogênio causada pela ocupação nas partes mais elevadas por lavoura e pastagens, minimizada pela presença de uma vegetação ripária nas margens do córrego. Segundo cadastramento do Estado em 2000, as terras drenadas pelo Curral de Arame “*comportam duas aviculturas e um depósito de prensagem de embalagens*”. (PEIXOTO, 2002).

Os solos

Nessa região afloram as resistentes litologias basálticas com processos de dissecação mais suaves resultando relevos planos e amplos. Nessas áreas a atuação do clima úmido sob a cobertura de savana parece ter incentivado o quimismo e a pedoginização de modo que se desenvolveram Latossolos Roxos e Latossolos Vermelhos. Estes solos, aliados a um relevo aplainado, favoreceram as práticas de mecanização da agricultura, com a monocultura de soja, trigo e milho especialmente.

Segundo o mapeamento do RadamBrasil, maior parte da área é de ocorrência de

Latossolo Vermelho Distrófico que mesmo apresentando excelente propriedade física possuem fertilidade natural baixa (distrófico) e elevado teor de alumínio trocável (álícos) o que requer adubação e calagem. Mas podem se apresentar também como Latossolo Roxo Álico, com grandes variações quanto à saturação por bases (pH) e alumínio. Existe uma relação entre vegetação e solos. A Savana predomina em solos Latossolos Roxos e a floresta nos Latossolos Vermelho-Escuros. (IBGE, 1982).



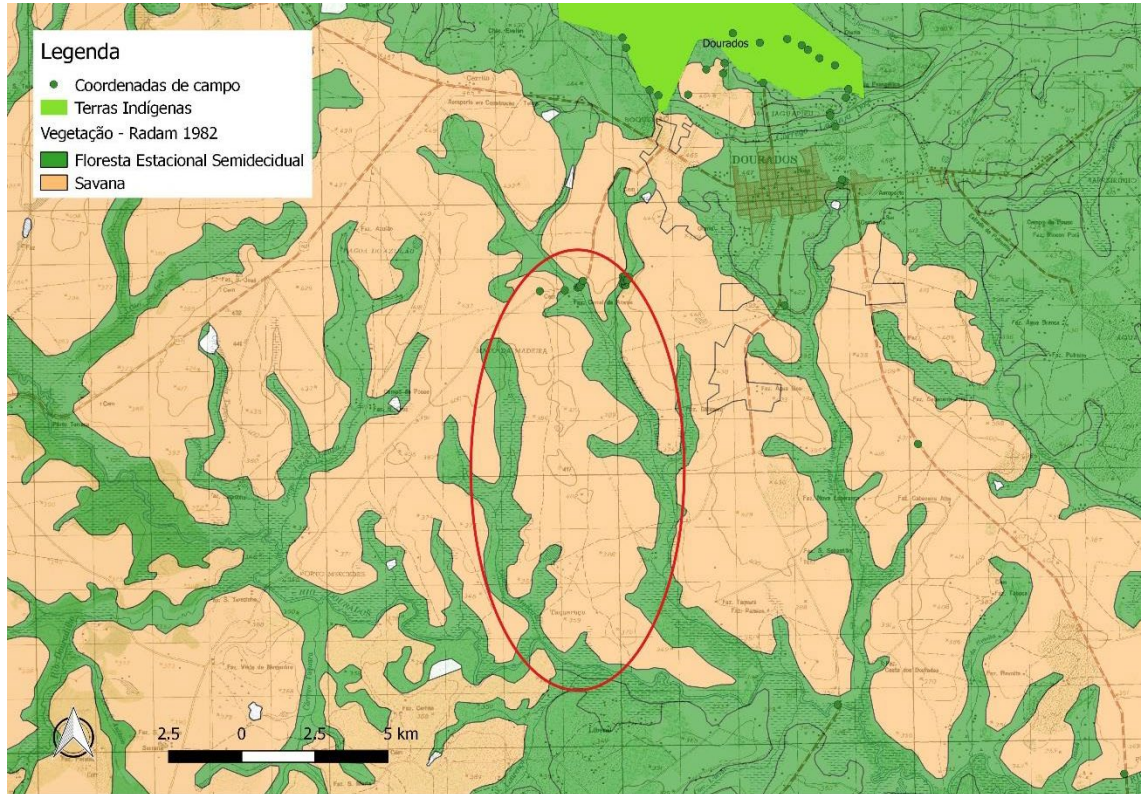
Mapa 14 - Tipologias de solos existentes na área do estudo ambiental (autora: Sandra A. Ayres de Paula)

Espécies florestais de ocorrência

Em relação a algumas espécies florestais encontradas na Mata Atlântica, não são exclusivas desse bioma, ocorrem também na floresta Amazônica e nas florestas estacionais decíduais e semidecíduais do interior do país, como o *pindó* e o cedro, ainda que, segundo Mantovani, “*parece perfeitamente claro que cada uma das formações (florestais) apresentou condições para especiação - quer por disjunções, condições climáticas e edáficas próprias, de forma tal que, embora exista certa afinidade ao nível familiar e até genérico, esta afinidade rapidamente se perde ao nível de hierarquia específica. A Mata Atlântica apresenta variações florísticas muito maiores que as outras formações florestais*”. (MANTOVANI, 1990).

A floresta estacional no município de Dourados, sobre solos férteis e com

árvores altas, ficou conhecida como Mata de Dourados pela sua riqueza, tem como principais espécies: o cedro (*Cedrela fissilis*), angelim (*Leg Pap*), peroba (*Aspidosperma peroba*); aroeira (*Astronium sp.*); canafistula; timbaúva, bálsamo (*Myroxylon sp.*); erva-mate (*Ilex paraguariensis*).



Mapa 14 - Tipologias da vegetação existentes na área de estudo ambiental (Sandra Ayres de Paula).

Na floresta submontana que ocorre mais ao sul/sudeste da região aparecem o pindó (*Arecastrum romanzoffianum*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*) imprimindo caráter subtropical na floresta. A presença dessas espécies, entre outras, com ampla distribuição pelo centro-oeste do país, contribui significativamente para o estabelecimento das condições de adaptabilidade Guarani-Kaiowa aos vários tipos florestais.

Entre as espécies de maior importância para o grupo indígena está o pindó (*Syagrus romanzoffiana*) que é uma espécie pioneira, precisa de sol e local aberto para nascer. Vinculada à presença Guarani-Kaiowá justamente por indicar que a floresta original foi modificada no passado pela ocupação humana. Onde nasce pindó já foi moradia indígena, pois a ocorrência do mesmo está fortemente associado a ambientes de mata secundária utilizadas no manejo agroflorestal.

O cedro (*Cedrela fissilis* Vell.) que normalmente ocorre em solos profundos e

úmidos, de textura argilosa a areno-argilosa, e bem drenados (Marques et alii, 2000), não se desenvolve adequadamente em solos mal drenados, rasos ou com lençol freático superficial. O cedro é uma espécie que se comporta como secundária inicial ou secundária tardia. Ocorre tanto na floresta primária, principalmente nas bordas da mata ou clareiras, como na floresta secundária, como tem acontecido nesta terra indígena, porém nunca em formações homogêneas, possivelmente pelos ataques severos da broca-do-cedro e pela necessidade de luz para desenvolver-se, dependendo, portanto, da formação de clareiras.

O cedro - *ygary* é uma espécie de importância cultural, madeira sagrada, usada para a construção da casa de reza e dos instrumentos musicais de uso cerimonial na *ogapysy* (casa de reza), como a cruz santa de *Ñanderuvusu*, anteriormente encontrado nas bordas da mata primária, foi muito explorado e alguns poucos indivíduos dessa espécie têm sido encontrados nesta terra indígena justamente em áreas de mata secundária, locais estes de interesse para a implantação de roçados.

Sua ampla distribuição nas principais regiões fitoecológicas como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica e Floresta Amazônica), Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária), Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, garantiu ambiente adequado para a localização de aldeias Guarani Kaiowá no seu macro território pelo interior do país.

O *pindó* (*Syagrus romanzoffiana*) é uma espécie pioneira, precisa de sol e local aberto para nascer. Na história Guarani onde tem *pindó* é local adequado para a formação de aldeias por indicar que houve passagem de antepassado Guarani por ali. Além do sentido simbólico, há um sentido prático em relação à construção das casas. Serve de cobertura para a construção com estrutura de barro e é completamente aproveitada pelos Guarani, seus frutos, caule, fibras, folhas e raízes. É fonte de alimento, remédio, abrigo, artefatos e serve para fazer o fogo. Além de pioneira é também uma fonte de recurso alimentar para a fauna terrestre e aérea (aves e morcegos), servindo como espécie chave na recomposição de ecossistemas por atrair os principais disseminadores de sementes da floresta.

Outra espécie utilizada na cobertura e paredes das casas e no artesanato, a taquara mansa (*Merostachys multiramea*) e o taquaruçu (*Guadua tagoara*) – *takuary*, espécies com alta resistência, utilizadas na construção de casas kaiowá tem grande valor para o grupo. Denominação comum a várias espécies de gramíneas nativas da América do Sul, a maioria com caules ocós e segmentados em gomos, em cujas intersecções se

prendem as folhas. No sul do Brasil, os gêneros mais representativos são *Merostachys*, *Guadua* e *Chusquea*. As características botânicas das taquaras e bambu não são totalmente conhecidas ainda, uma vez que estas plantas florescem em intervalos de 30, 60, 90 e até 100 anos e as flores e os frutos são indispensáveis para este conhecimento. Geralmente, são tolerantes a solos com baixa fertilidade, propagam-se em regiões inóspitas e, dependendo da espécie, os colmos podem ser cortados após 2 a 4 anos. No entanto, a cada ciclo de floração segue a subsequente morte em massa, ao mesmo tempo que contribui de forma estrutural na dinâmica do ecossistema confere escassez de matéria prima ao grupo guarani.

Duas outras espécies importantes e que compõe o rol de adaptabilidade dos Kaiowa, inclusive na relação de trabalho com os ocupantes de seu território, são o juquery e o quebracho, típicas de Savana. A planta *juquery*, pertencente à família Fabaceae (leguminosa), é comum em Campos Limpos da Savana. Um pequeno arbusto com hastes serrilhadas com nervuras, às vezes eretas, cobertas de espinhos, de até um metro de comprimento que se propaga rapidamente, colonizando grandes áreas se não for contida. Entre os trabalhos da “changa” realizados pelos indígenas está a retirada desse arbusto das áreas de pastagem. Os frutos são do tipo lomento, e os pedacinhos que soltam são um tanto aderentes às roupas e pelos de animais. Dessa planta os Kaiowa extraíam o “sal” para temperar alimentos e tem muitos usos medicinais.

O quebracho é mais comum mais ao sul da área e envolveu o trabalho indígena no seu aproveitamento econômico. Árvore espinhenta, com madeira muito densa e dura, de em média 15 metros de altura, serve à feitura de dormentes, por resistir muitos anos em locais úmidos. Também utilizada para cabos de ferramentas e usos medicinais.

a).2 Impactos e Conflitos Ambientais e Socioculturais

O histórico de uso e ocupação do espaço pelos regionais não-indígenas deixou a região bastante alterada, com redução de espécies nativas disponíveis, e com parcelas da área ambientalmente degradadas. Este é o impacto principal que diz respeito a restrição de locais adequados para o modo de vida Kaiowá. O que restou dessa ocupação são fragmentos florestais, justamente os buscados pelos Kaiowá para que possam manter as condições minimamente adequadas para a reprodução física e cultural segundo seus usos e tradições.



Propriedades rurais certificadas no INCRA. Fonte: SIGEP – Sistema de Gestão Fundiária. INCRA/MDA. Acessado em outubro de 2016. (Sandra Ayres de Paula).

O trabalho de campo não realizou pesquisa detalhada que possa dimensionar o impacto produzido pelas várias atividades agropecuárias em si no local, de qualquer forma, o maior impacto, não importa qual a atividade, foi a ocupação das terras e expulsão dos Kaiowá. Assim, a avaliação do impacto leva em consideração as atividades instaladas na região verificadas nas análises das imagens orbitais da região.

O empobrecimento da floresta e a simplificação de sua estrutura, que ocorre nas matas da região, impactam diretamente a diversidade biológica, além de prejudicar as funções protetoras dos solos e dos mananciais de água, e atingem indistintamente a vegetação do cerrado quanto da floresta semidecidual. Além disso, a produção agropecuária no Brasil, expansionista em áreas de ocupação, avançando desde a década de 1970 sobre regiões de cerrado, faz uso de plantas alteradas geneticamente e intenso uso de fertilizantes e agrotóxicos.

A inserção das pastagens trouxe como consequência a incidência de plantas invasoras, que são espécies exóticas de rápido crescimento, com alta capacidade de proliferação, que, por serem resistentes ao pisoteamento do gado, foram privilegiadas em substituição às gramíneas nativas do cerrado. Especialmente as braquiárias e o capim colonião e Jaraguá foram introduzidas, que em ambiente aberto como campo e cerrados, tornaram-se riscos à biodiversidade, na medida em que dominam a área na

competição com espécies nativas, criam uma grande quantidade de biomassa, favorecendo os incêndios em épocas mais secas.

Além das espécies cultivadas na formação das pastagens, a pecuária deixa outras marcas negativas como a compactação de solos e a liberação de grandes quantidades de nitrogênio e fósforo pelas fezes dos animais nos córregos. Deste fato, a importância de nascentes dentro dos limites de uma terra indígena com a finalidade de evitar os riscos de contaminação por atividades no entorno da terra.

Entre os cultivos cíclicos, o de maior impacto tem sido o da cana-de-açúcar, justamente na área dos acampamentos Kaiowá, no interior da Fazenda Serrana. Apesar disso, o primeiro impacto não difere dos outros cultivos cíclicos. Trata-se da redução da biodiversidade pela implantação de uma monocultura. Os outros impactos, tanto do cultivo da cana quanto de outras culturas, tem sido objeto de muitas discussões e algumas mudanças nos manejos dos cultivos têm sido introduzidas com a intenção de redução da perda de solos por erosão, perda da matéria orgânica dos solos, assoreamento dos córregos e lagoas, eutrofização e, especialmente a contaminação das águas superficiais, devido ao excesso de adubos químicos, corretivos minerais, herbicidas e defensivos agrícolas.

Para a ocupação plena dos indígenas no Apyka'i recomendamos uma avaliação criteriosa quanto ao grau da contaminação das águas e do solo, do enraizamento das gramíneas invasoras para o seu controle e substituição, da localização dos fragmentos florestais e árvores esparsas para o esforço de recuperação dos sistemas ambientais, fundamentais para a sobrevivência tradicional Kaiowá.

Na área do Curral de Arame houve a exploração mineral de uma pedreira que atualmente abandonada se transformou, pelo acúmulo de águas das chuvas em uma lagoa. No sistema de solicitações e concessões de mineração do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral consta uma autorização de pesquisa mineral em nome de Daniel Augusto Brandão de Souza (Autorização 868079/2014), solicitada pelo autorizado em 2014, mesmo período em que a Senhora Damiana e seu grupo já ocupavam o lugar.

A proximidade do espaço urbano de Dourados, a área do acampamento situa-se a aproximados 6 km do entroncamento da BR 463 com a BR 163 na entrada para o centro urbano de Dourados/MS, acarreta impactos de natureza socioambiental. A malha urbana se aproxima do lugar e há infraestrutura de grande porte construída nas proximidades,

como o Aeroporto Regional de Dourados, assim como bairros de moradias, que implicam em uma grande movimentação de pessoas e veículos.

a).3 Gestão Ambiental e Territorial

Inicialmente, uma vez reconhecida e de posse da população indígena, a terra do Apyka'í terá que passar por um processo de recomposição para readequá-la aos usos tradicionais. Os Kaiowá, em seu manejo tradicional das matas não tem um histórico de recomposição a partir da ação humana. Ao contrário, a recomposição de ambientes são sempre processos naturais, desenvolvidos pelos próprios ecossistemas, bastando para isso que seja permitido um tempo sem uso para que ele possa se regenerar.

Assim, não se pode esperar uma iniciativa indígena de recomposição das matas. Segundo Levi Pereira, “atribuem a responsabilidade pela destruição da mata aos brancos que invadiram seu território, sendo comum ouvir a afirmação já mencionada anteriormente “*karai ho'upa oreka 'aguype*” – *os brancos devoraram todo nosso mato*”. (PEREIRA, 2004: 199) (89)

Os Kaiowá têm conhecimento dos processos de sucessão florestal, da reprodução das espécies vegetacionais, mas pouco dos ciclos longos, que são deixados para acontecer. O modo de vida tradicional Kaiowá, como apresentado nos itens anteriores, por si só se constitui em forma de manejo ambientalmente sustentável. Seja na roça, na caça ou pesca, na coleta e extração de recursos da mata são seguidos os preceitos da tradição de respeito ao que *Nhandervusu* deixou para a sobrevivência Kaiowá, nada é retirado em excesso, que não possa ser restaurado no ambiente.

Os Kaiowá são grandes prestadores de serviços ambientais com o uso sustentável, a manutenção de ecossistemas e a oportunidade da recomposição de sistemas florestais pela forma de manejo do ambiente e pelas tecnologias de baixo impacto utilizadas para as suas práticas agrícolas. Entretanto, pelas limitações de espaços na região, os remanescentes disponíveis, pela pequena dimensão, estão suscetíveis às influências das atividades desenvolvidas no entorno e no interior da área identificada.

No Apyka'í, essas matas e sua biodiversidade encontram-se ameaçadas, ainda que a legislação ambiental tenha sido uma das formas de contenção de usos inadequados, com a manutenção das áreas de proteção às margens dos córregos, com as exigências da reserva legal por propriedade, mas não suficiente.

De qualquer forma, mesmo com fragmentos e árvores isoladas é possível esperar uma recomposição natural pelo trânsito de aves que transportam sementes vegetacionais reduzindo o isolamento genético das populações entre os lugares.

b) Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar do grupo indígena

A região do Apyka'i encontra-se descaracterizada e devastada pelas pastagens e cultivos da monocultura e, mesmo assim, representa o tekoha do grupo da líder Damiana Cavanha. Buscam e localizam recursos de caça e pesca, ervas medicinais nas matas e nos campos, e qualquer oportunidade para o cultivo em espaços reduzidos e impactados pelo plantio da cana, lutam por essa terra para que as novas gerações da família extensa possam viver de modo tradicional no lugar em que viveram seus antepassados.

Além da identificação das áreas atuais de uso e ocupação pelos Kaiowá é preciso fortalecer o controle sobre os ambientes que deem sustentação à manutenção dos fragmentos florestais existentes e às nascentes das águas de uso indígena. Pela característica de uso da área pelos Kaiowá e, pela limitação de área em razão da ocupação regional, estão localizados no que restou, não havendo uma diferenciação entre as áreas de uso e ocupação com aquelas *imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar do povo indígena*. Elas se superpõem no espaço delimitado.

Os limites a serem identificados para a Terra Indígena do Apyka'i devem proporcionar condições de reprodução física e cultural a uma população Kaiowá cuja territorialidade abrange muito além das pequenas áreas que vem sendo demarcadas historicamente para este grupo no Estado do Mato Grosso do Sul. Locais que “*sobraram*” da exploração predatória empreendida pela população da região do início do século XIX até a década de 1980 quando a aplicação da legislação ambiental consegue evitar a destruição total dos ecossistemas naturais e os indígenas se organizam nas retomadas.

No interior desses limites serão contempladas áreas de uso que ainda se encontrem bastante preservadas, como nas margens dos córregos e nas nascentes, e aquelas que estão sendo ocupadas por plantios cíclicos e pastagens. Ao serem deixadas

sem reaproveitamento essas áreas de uso agropastoril podem contribuir na recomposição natural, para que o que restou da mata preservada possa sobreviver. Áreas planas identificadas como boas para futuros locais de habitação, e que permitem a circularidade do modo de ocupação Kaiowá em pequenos espaços alternados no tempo, foram identificadas e contempladas na região do Apyka'i.

Dessa forma, a área delimitada deverá incluir parcela significativa da Mata da Madeira, e as nascentes do córrego de mesmo nome, únicas com possibilidades de serem totalmente protegidas caso permaneçam integralmente nos limites da Terra Indígena, com a conservação da floresta, garantindo a qualidade de água necessária à reprodução de peixes e a localização de fontes limpas, não contaminadas pela agricultura, que sirvam de mananciais para a o abastecimento de água potável para a população indígena ali estabelecida.

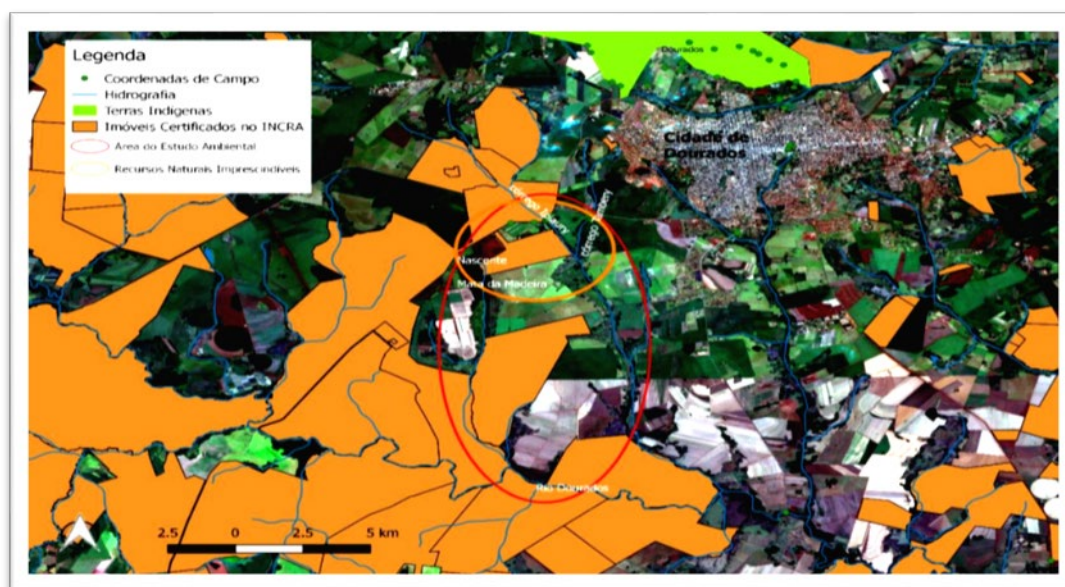
Esses recursos foram marcados na imagem orbital RapidEye a seguir, com um círculo alaranjado no interior da área contemplada pelo estudo ambiental, em vermelho, que considerou os aspectos descritos para a definição da área de estudos de natureza ambiental.



Mapa 15 - Localização dos Recursos ambientais imprescindíveis. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula) - Região com os recursos ambientais indispensáveis à vida Kaiowa no Apyka'i. Fonte: Imagem orbital RapidEye acessado no BDGEx – Banco de Dados Geográficos do Exército em outubro de 2016. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula)

Mesmo privilegiando espaços com boas condições ambientais eles não serão mais suficientes para a autodeterminação do grupo indígena. Há que considerar que além da incorporação de produtos industrializados na economia do grupo, os recursos ambientais não estão em situação de abundância que possam por si dar conta de toda a subsistência física e cultural do grupo. Muitas das espécies de uso terão que ser buscadas em outras áreas destinadas ao grupo e eventualmente fora delas em locais ainda preservados dos Cerrados e da Floresta Atlântica. Assim como mantidos os acessos aos benefícios governamentais já incorporados na sobrevivência do grupo.

Nesta área indicada pelo círculo alaranjado, encontram-se diversos usos agrícolas e pastagens, caracterizando que quase toda a área está de alguma forma apropriada para a produção. Entretanto, somente um registro de imóvel certificado encontra-se nos arquivos do Sistema de Gestão Fundiária do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, acessado em outubro de 2016, a Fazenda Água Rica, com um total de 424,4896ha, que coincide totalmente com a área indígena. Nos “vazios” de registro no Sistema de Gestão Fundiária do INCRA, há evidências de ocupação rural, sem dados disponíveis nos arquivos dessa instituição que permita a identificação das propriedades e suas respectivas áreas. Sabe-se, contudo que a área da Fazenda Serrana, parcela da antiga Fazenda Curral de Arame, encontra-se totalmente incidente na terra indígena.



Mapa 16 - Propriedades rurais certificadas no INCRA. (Autora: Sandra Aparecida Ayres de Paula)
Fonte: SIGEP – Sistema de Gestão Fundiária. INCRA/MDA. Acessado em outubro de 2016.

V – QUINTA PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc;

c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim;

a) Dados demográficos do grupo

Segundo dados do Censo de 2022 do IBGE, o estado do Mato Grosso do Sul abriga a terceira maior população indígena do Brasil, com aproximadamente 116.469 indígenas, dos quais 58.457 são das etnias Avá-Guarani, Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Mbya, Guarani Ñandeva e Tupi-Guarani, dentre os quais, 50.131 mil vivendo em terras indígenas, enquanto 8 mil vivendo fora delas.

Até a década de 1980, expressivo número de famílias indígenas vivia em propriedades rurais, das quais foram expulsas pelos proprietários que ficaram inseguros frente às crescentes reivindicações territoriais de famílias indígenas Kaiowá e Guarani, gerando conflitos agrários. Diante do contexto, ocorre um aumento de indígenas que se dirigiram para as reservas demarcadas e também para as periferias de cidades, ou margens de rodovias.

Não há possibilidade de quantificar com exatidão a população que ocupará a área proposta para demarcação do tekoha Apyka'i, na medida em que apenas uma pequena porção do grupo macro familiar permanece no acampamento reivindicatório à beira da BR, dada à inexistência de condições adequadas para uma sobrevivência digna. O grupo familiar de Damiana Cavanha participa mais diretamente da reivindicação daquela área, o qual vivencia um processo de reconstituição, pois durante décadas viveram dispersos por reservas, fazendas e acampamentos em rodovias, sem atualizar as formas de interação características dessas comunidades antes da expulsão de suas terras de ocupação tradicional.

A liderança Damiana Cavanha entende que esse fluxo de famílias virá a ser mais intenso quando a terra estiver regularizada, pois sabe perfeitamente que no acampamento não há como agregar um número maior de parentes, devido à precariedade da existência e dos altos riscos para preservação da própria vida.

A constituição da população atual da comunidade da Terra Indígena Apyka'i é caracterizada por um processo de negociação entre liderança principal de Damiana Cavanha e demais componentes do seu grupo familiar, os quais esporadicamente marcaram presença no acampamento, mas permanecem aguardando o momento da demarcação para, então, se estabelecerem no local com um mínimo de segurança.

A população Kaiowá do Apyka'i é predominantemente de jovens, com grande perspectiva de crescimento, tal como ocorre com a população destas etnias em todas as reservas em Mato Grosso do Sul. A recomposição demográfica da população deve ser levada em conta na demarcação da terra, que deve assegurar espaço suficiente para abrigar essa população no futuro, pois a regularização da Terra Indígena Apyka'i proporcionará um fluxo da população a ela vinculada, e que atualmente encontra-se recolhida em reservas e terras indígenas, como Caarapó, Dourados e outras.

a).1 A sociedade Kaiowá e a construção da pessoa

Segundo a concepção Kaiowá, o indivíduo possui dois tipos distintos de alma: a alma corporal e a alma espiritual, também existindo, o *tupichúa* que é um espírito familiar identificado com um “animal” (Cadogan 1962: 81). A alma corporal vai gradativamente se reforçando, se expressando através da sombra (*ã*), e após a morte do corpo, ele se emancipa, tornando-se *anguê*, a qual poderá tornar-se mais ou menos perigosa para os vivos.

O *tupichúa* (espírito animal) vai acompanhar o corpo durante toda a vida, variando suas características. Se for agressivo, a identificação é com a onça, o gavião, etc., se irreverente (macaco), e uma ave não predadora se for pessoa medrosa e fugaz. O espírito animal condiciona o comportamento do corpo do indivíduo, seu temperamento e forma de alimentação, entretanto, não pode ser definida como sendo parte da personalidade do indivíduo.

Os Kaiowá não se identificam com o *tupichúa* e nem com a *anguê*. A identidade destes indígenas está associada à alma espiritual, cujos atributos são em certa medida expressados através dos diferentes nomes que a ela são atribuídos: *ayvu* e *ñe'ê*, cujo significado é “palavra” e “linguagem” (cf. Melià et al. 1976: 248), e *guyra*, que significa “pássaro”. (MURA: 2006: 256)

Segundo alguns xamãs, o assentamento da alma (*ayvu*) no corpo, ocorre no ato da concepção, figurando como o momento mais importante a cerimônia do *mitã*

mongarai, durante o qual o xamã descobrirá junto às divindades, o nome (*ayvu*). Para que a alma espiritual permaneça no corpo onde se encontra, os parentes devem dispensar os cuidados necessários, pois os Kaiowá concebem que a estabilidade corporal da *ayvu* é proporcional aos níveis de cuidados e manifestações afetivas de seus familiares presentes na Terra. (MURA: 2006: 257)

As *ayvu* preexistem à constituição dos corpos nos quais se incorporam, destacando-se a necessidade dos parentes estarem unidos e de apoiarem uns aos outros (*mbojeko*), procurando reter o máximo possível as almas espirituais em seus respectivos corpos. Uma família bem assentada em seu espaço territorial e bem apoiada em seus chefes (*tamõi* e *jari*) permite uma maior estabilidade das relações familiares, favorecendo assim a determinação de um *teko mbojeko porã*, isto é, um modo de ser baseado em boas relações mútuas, o tão procurado “bom viver” (*tekove porã*).

No decorrer da vida do indivíduo, o período mais instável é representado pelas várias fases da infância, especialmente até os sete anos de idade. Durante esta etapa, o risco da alma espiritual se assustar e desprender-se do corpo é muito grande. Por tal razão as crianças não podem ser maltratadas, não se pode falar-lhes em tom de voz alterado, sendo necessária muita cautela no processo educativo. Geralmente se lhes concede quase tudo o que desejam, e as obrigações de reciprocidade vão sendo introduzidas aos poucos pela valoração do dar e a reprovação da acumulação. (MURA: 2006: 258)

Após a idade de seis ou sete anos é que começa a divisão do trabalho por sexo, mas como ainda não são considerados como adultos, continua a ser permitida a manutenção de uma vida lúdica em comum. A partir de então, o exercício do controle social sobre o indivíduo intensifica-se em razão das fases da vida quando iniciam interações fora do espaço doméstico, arriscando-se ao conviver com portadores de formas diferenciadas de *teko*.

O controle social sobre a pessoa é maior durante a passagem para a vida adulta, caso da primeira menstruação (*ñemondy'a*), se mulher, e a mudança de voz (*kariay*), quando este é do sexo masculino. Ambos os casos são considerados pelos índios como sendo um estado quente (*teko aku*), tornando-se necessário que a pessoa nessa condição siga dietas e manifeste comportamentos adequados, ao passo que, seus familiares mais próximos têm a obrigação de reservar-lhes mais cuidados (*jeko aku*). (MURA: 2006: 259)

O jovem Kaiowá começa sua experiência fora do núcleo familiar ao alcançar a

vida adulta. Além de desenvolvimento de atividades de caça, pesca e coleta, o indivíduo dedicar-se-á a trabalhos periódicos em fazendas e usinas de álcool (changa), com o intuito de conseguir uma condição econômica, visando constituir seu próprio núcleo familiar.

Ao contrair casamento, grande parte dos jovens Kaiowá mudam de residência, em razão da prescrição da matrilocidade para o primeiro casamento da mulher. Como pretendente ao casamento, o genro deverá demonstrar ao sogro que possui as qualidades necessárias para ser integrado no novo grupo local: saber cultivar, caçar e pescar, e ser hábil na captação de recursos do mundo dos “brancos”, seja por meio da changa ou via políticas interétnicas na forma de projetos e obras assistenciais. Nos primeiros meses, o noivo deverá trabalhar na roça do sogro pagando assim o preço da noiva, continuando uma série de obrigações de reciprocidade e de respeito exigida enquanto permanecer vivendo no espaço da família extensa da esposa. Só adquirirá certa autonomia quando ele próprio se tornar sogro, alcançando a seguir o status de *tamõĩ*, quando nascerem seus primeiros netos. Nesse momento começa a se formar outra família extensa, o sogro tornando-se, por sua vez, *tamõĩ guasu*. (MURA: 2006: 260)

Sobre a construção da pessoa e sua trajetória de vida, há que ressaltar o fato de que para os Kaiowá, o acúmulo de experiência permite ao indivíduo alcançar níveis de sabedoria cada vez mais elevados, sendo que a posição de um jovem, por mais que já tenha ele contraído matrimônio, nunca será comparada à de uma pessoa idosa. Assim, um Kaiowá procurará sempre se amparar no circuito privilegiado da família extensa, para garantia de uma estabilidade social, econômica e espiritual.

a). 2 Doenças e práticas de cura

As famílias Kaiowá buscam constantemente alcançar formas consideradas satisfatórias de “bom viver”. Mas os comportamentos diversificados (*teko reta*) resultantes da vida contemporânea podem gerar divergências entre os sujeitos pertencentes a um grupo e aqueles de outros agrupamentos, provocando assim significativos conflitos. Um dos fatores preocupantes que ameaça a cada instante o estabelecimento do “bom viver” é o estado de doença, sempre interpretado como resultante de descumprimento das normas sociais e cósmicas, transcendendo-se assim a dimensão puramente individual.

Conforme a noção de pessoa, para os Kaiowá existe uma nítida distinção entre o

corpo e os diferentes espíritos que neste podem se assentar. A saúde da pessoa fica a depender da estabilidade da *ayvu* (a alma espiritual) no corpo físico, sendo, para tanto, necessário que a *ayvu* consiga manter o controle sobre o corpo, impedindo más influências de outros espíritos.

Mantendo a conduta moralmente aprovada, respeitando as restrições alimentares durante os momentos críticos de *teko aku* (estado quente), e uma sólida inclusão no modo de ser baseado em boas relações mútuas (*teko mbojeko porã*) podem garantir a supremacia da *ayvu* sobre o *tupichúa* (espírito “animal”), mantendo-se em pleno domínio do controle do corpo, assim impedindo que impurezas e espíritos maléficos dominem a alma espiritual, ou melhor, a pessoa Kaiowá.

Os Kaiowá estabelecem distinção hierárquica entre a cura espiritual e os cuidados do corpo, o que determina tratamentos específicos a distintos operadores médicos, englobados os pertencentes à tradição de conhecimento indígena, ou os da medicina ocidental. O entendimento da estabilidade da alma decorre da concepção de *ro'y/aku* (frio/quente), onde a prática de cura é interpretada como processo de esfriamento (*omboro'y*). (MURA, 2006:145)

Vários tipos de doenças são geralmente tratados pelos índios fazendo-se uso de plantas medicinais, bem como de diversos tipos de gorduras de animais de caça. Quando sentem dores de cabeça e de dente usam água da infusão de cedro (*ygáry*), árvore considerada sagrada, sendo seus galhos usados na confecção de altares, e o tronco na construção da canoa onde se fermenta o *kaguí*, a bebida ritual, além do *Apyka*/banco ritual. O *chiru* (vara insígnia, também em forma de cruz), é também considerada eficaz.

No tratamento das doenças leves e passageiras, pode-se dispensar a cura espiritual, no caso, usando remédios (*poha*) que podem ser prescritos por qualquer pessoa detentora de conhecimentos específicos do circuito familiar. Para as doenças relativas à região da cabeça, lugar onde se manifesta a *ayvu*, o uso da cura espiritual é considerado o mais adequado, também podendo utilizar medicamentos não indígenas, incluindo os prescritos por curandeiros residentes nas cidades e vilas dos territórios de ocupação dos Kaiowá.

Encontrando-se a *ayvu* (alma espiritual) em perigo, passa a ser objeto de atenção absoluta, sendo nesta fase a cura espiritual considerada a única válida, subordinando-se as outras práticas médicas, as quais podem ser até inúteis ou perigosas. As manifestações de comportamentos incoerentes, interpretados pelos Kaiowa como

doença mental (*teko tavy*), revelam as condições sociais, emocionais e ambientais nas quais se encontra o sujeito doente, também a causa e origem da doença.

Os comportamentos mantidos pela própria vítima, tais como a transgressão de normas sociais, especialmente as que dizem respeito aos momentos críticos do *jeko aku*, assim como as práticas alimentares a elas associadas, constituem as condições que levam a enfraquecer a *ayvu*, tornando-a vulnerável. Na lista figuram ainda os fatores sociais, as transgressões da parte dos parentes mais íntimos da vítima.

Desentendimentos familiares resultam em alterações de ordem emocional que fragilizam a pessoa provocando um isolamento resultando em um estado de tristeza (*ndovy'ai*) e, mais gravemente, de ressentimento (*ñemyrõ*). Na perspectiva moral, quando a vítima é acusada de transgredir as normas sociais, os operadores médicos tradicionais atribuem a responsabilidade à própria vítima. Quando o doente for respeitador do *teko porã*, a “culpa” recairá sobre o comportamento de seus familiares ou inimigos, através de feitiçaria. No caso envolvendo crianças, seu isolamento e fragilidade emocional são atribuídos aos seus parentes.

A instabilidade da *ayvu* (alma espiritual) pode estar relacionada a condições ambientais, não dispondo o *te'yi* de espaço suficiente onde se assentar, sendo ausentes características ecológicas apropriadas para a prática da agricultura, da caça, da pesca e da coleta, e não havendo autonomia política com relação a outras famílias, em posição de inimigas. Fatores ambientais negativos são também os referidos à presença de espíritos malignos, como os diversos *járy*, *anguê* e *añáy*, assim como aqueles advindos dos períodos do ano considerados como em “estado quente”, o próprio espaço-tempo (ar, lugares, objetos etc.) sendo impregnado e portador de doença (*ára rasy*).

As doenças da alma são concebidas pelos Kaiowá como sendo causadas pelo susto (*ñemond'yi*) e pela introdução de objetos ou de espíritos nefastos no corpo da pessoa. A alma espiritual é entendida como sendo um ou mais pássaros, ela pode voar, quando assustada. Não retornando em casos extremos, provocando a morte do corpo onde estava assentada, ou pode o corpo vir a ser controlado por outro espírito. Em outras ocasiões, através do ritual do *mongarai*, o xamã pode propiciar a incorporação de outra alma espiritual, o que leva o sujeito a adquirir uma nova personalidade (MURA: 2006:268)

A doença causada pelo susto pode ser decorrente de comportamentos agressivos de parentes e estranhos, mas geralmente é atribuída à presença da *anguê* (alma material) de algum parente, que procura voltar ao lugar de sua antiga residência, assim como a

ataques de *añáy* (demônios), ou pela manifestação de diversos *járy* (espírito dono/guardião) presentes nas redondezas das residências, assumindo o aspecto corporal de animais perigosos (onças, lobos guará, tamanduás etc.). O susto pode ser provocado também por *ayvu* que se desprenderam do corpo após o “suicídio”.

A incorporação de objetos ou espíritos pode ou não ser consequência de um susto. Desta forma, a *ayvu* passa a conviver com impurezas, que lhe produzem mal-estar, transtorno e, em muitos casos, dependência de espíritos maléficos. Persistindo estes males, a alma espiritual pode chegar a se emancipar temporariamente ou de forma definitiva do corpo. Entre as doenças mais frequentes que geram dependência para com um *járy* maléfico, figuram as provenientes do consumo de bebidas destiladas, podendo a pessoa perder o controle de si, quando seus atos passam a ser considerados como produto de sua manipulação por parte do *caña jary* (o “dono da cachaça”). Quando há incorporação de objetos malignos (*mba’e vai*) por ação de feiticeiros, a pessoa pode vir a morrer, muitas vezes levado a enforcar-se ou se envenenar, sob a pressão insuportável dos espíritos malignos. A causa de doenças pode ser ainda atribuída aos *chiru* (varas insígnias), quando estes são descuidados pelas pessoas das quais estão sob sua responsabilidade.

Em todos estes casos apontados a terapia indicada é a cura espiritual, a qual pode ser praticada por xamãs ou curandeiros e dirigentes pentecostais indígenas. Para a técnica verbal da cura espiritual, utilizam-se *ñembo’e* específicos para localizar, esfriar e enfraquecer o poder da causa da doença. Simultaneamente ao *ñembo’e* é utilizado o *peju*, o sopro, ato que contribui para o esfriamento do ponto e subtrair os objetos ou espíritos causadores da doença do corpo da vítima. Tal técnica é acompanhada de gestos, denominados *jovasa*, realizados com as mãos, através dos quais, se afasta metonimicamente a causa do mal. Completando a prática, é entoado outro tipo de *ñembo’e*, (*tihã*), oração para defesa do sujeito de eventuais outros ataques. Quando o diagnóstico realizado aponta o afastamento da *ayvu*, o xamã utiliza seus *ñengáry*, *ñembo’e* que permitem estabelecer uma comunicação entre o *ñanderu* e a alma que se afastou.

b) Aspectos cosmológicos: áreas de usos rituais e lugares sagrados.

Para as famílias indígenas do tekoha Apyka’i, a área reivindicada constitui-se em local sagrado, pois assim consideram os Kaiowá aquelas localidades onde existiram

antigas casas com pátios de rezas, onde no passado foram realizados os cantos de *jerosy puku* (batismo do milho) ou *kunumi pepy* (perfuração do lábio). Tal concepção explica as atuais reivindicações de áreas que foram ocupações indígenas no passado e que atualmente encontram-se ocupadas por plantações de soja, cana ou pastagens.

De relevante importância são os espaços que a sociedade Kaiowá ocupava em tempo passado, e onde realizavam as festas de *kunumi pepy* e de *jerosy puku*, os quais ficaram vivamente registrados na memória dos mais antigos. Para os xamãs Kaiowá, o local onde foi realizada uma festa de *kunumi pepy* é considerado sagrado, mesmo depois de tais espaços estarem sendo ocupados pelo cultivo de soja ou pela criação de gado. A razão é que ali está implantado o *tembeta'y rykuere jusu* (tronco da cauda do adorno labial). Da mesma forma, um local onde houvera uma casa com *oka guasu* (terreiro grande), onde no passado se praticava a dança, torna-se sagrado e é denominado *oka monky rakue* ou *oka mbojegua hague*, ou seja, “local transformado puro e protegido através de inúmeros cantos expressados, ou local pintado de urucum”.

Os lugares sagrados, conforme suas concepções configuram os fundamentos para a persistência dos Kaiowá em reaverem áreas atualmente desmatadas, pobres em recursos naturais e totalmente ocupadas por atividades do agronegócio. Mesmo degradados, esses territórios continuam sendo considerados indígenas, pois foram locais de importantes vivências culturais no passado. Os Kaiowá consideram que os rituais desenvolvidos pelos antigos xamãs agregam a esses locais um potencial de regeneração, e assim a floresta poderá voltar a crescer com maior facilidade, atraindo os animais e seus espíritos protetores para recompor a fauna e conjunto de seres xamânicos que controlam o fluxo das diversas espécies. Os lugares sagrados são também espaços onde as terão condições de reconstruir o bem viver atualizando a memória da ocupação pretérita e também as formas de convívio social.

Os espíritos divinos operam de maneira positiva nos espaços purificados a partir de muita dança e canto, deixando o povo Kaiowá realizado e feliz, os quais passam a ter um corpo leve em todos os sentidos da vida, propiciando harmonização em todas as suas atividades.

Os Kaiowá reivindicam as terras de ocupação tradicional onde seus antepassados viveram de forma mais harmônica, e concebem que tais espaços foram deixados como herança, e estão carregados de significação e de bênçãos devido aos rituais e rezas que lá foram proferidos. E compreendem que somente nesses espaços sagrados poderão reconstruir suas comunidades e atualizar formas de convivência mais adequadas.

Para o cerimonial do *tembetá-kunumi pepy* - iniciação masculina, o xamã necessita conhecimentos e técnicas necessários, além de condições morais adequadas, o que o capacita a figurar entre os *tekoaruvicha* (líder do teko) mais respeitados. O ritual do *kunumi pepy* é ainda verificado no tekoha guasu dos rios Brilhante e Ivinheima, onde atuou figuras muito importantes como o Pa'i Chiquinho e, seu sucessor, Paulito, da área indígena Panambizinho, os quais sempre promoveram o ritual em questão. (MURA: 2006, 319).

Segundo relatam os índios a respeito da importância dos grandes xamãs (*tekoaruvicha*), no começo do século XX conseguiam moldar as informações gerenciadas por integrantes de famílias pertencentes a um determinado tekoha guasu. Além da cerimônia do *kunumi pepy*, os grandes xamãs passam a presidir os rituais de *mita mongarai* (revelação do nome das crianças), e sua reputação será ainda ampliada caso tenha adquirido as técnicas e conhecimentos necessários para officiar a cerimônia do *avatykyry* (consagração do milho e das plantas novas), algo hoje considerado muito raro. O xamã é, portanto, figura central na tradição de conhecimento indígena, sendo ele quem tem a legitimidade para avaliar moral e eticamente os saberes que circulam e estão à disposição dos índios. (MURA: 2006:305)

Segundo a memória indígena, na área do tekoha Apyka'i existiam casas de reza - ogapysy, onde eram realizados rituais periódicos para os quais afluíam convidados vindos das comunidades vizinhas, em especial as que viviam na reserva de Dourados. O número de participantes era proporcional ao prestígio do líder religioso que promovia os eventos, ocasiões em que buscavam sedimentar alianças, além da realização dos rituais religiosos da troca de saberes/informações.

Da memória oral obtida no decorrer dos trabalhos do Grupo Técnico destacamos a seguir algumas relativas a eventos importantes que marcaram as vivências Kaiowá na área do Apyka'i, história inscrita em muitas lembranças que atestam a presença indígena anterior na área, os eventos sagrados, e a continuidade do vínculo que persiste no atual momento. Citam os rituais do *kunumi pepy*, a existência da casa de rezas (*ogapysy*), cemitérios antigos, outras festividades tradicionais, relembram rezadores importantes, e dentre eles figura o *tekoaruvicha* Luiz Cário de Souza, sogro de Damiana Cavanha, um reconhecido xamã/rezador (pai de Ilario Cário) que realizava cerimoniais nas diferentes aldeias do tekoha guasu. Ressaltando que os espaços por eles reivindicados são sagrados e estão carregados de significação e de bênçãos devido aos rituais e rezas que lá foram proferidos

O Sr. Orlando Lucas da Silva, morador de Teykuê, lembra que seu pai e sua mãe moraram no Apyka’i, e seus avós faleceram no local. Lembra dos comentários de sua mãe que dizia que *“no Apyka’i era puro Kaiowá, aqueles dos beijos furados, do tembetá, e moravam bastante ali. E minha mãe falava que tinha bastante índio, antigamente era diferente, umas 100 pessoas, muitas”*.

Sobre antigos moradores do tekoha Apyka’i, Orlando Lucas menciona o nome de Manoelito que posteriormente foi morar no Panambizinho, próximo da Vila Cruz. Além do Manoelito, cita o Pa’i Chiquito: *“esse que batizou a aldeia de Apyka’i. Ele que batizou de Apyka’i e fez uma casa de reza muito grande lá. A minha mãe sempre lembrava, ele que batizou e ficou com esse nome. Pa’i Chiquito e Manoelito era nosso parente”*. E na sequência dos eventos, Orlando diz que os índios foram saindo à medida que os fazendeiros foram ocupando. *“Ali tinha muita guavira, na estrada que vai para Laguna era só guavira. Nesse córrego era tudo do índio”*.

Ponciano Paulo, com 84 anos de idade em 2016, morador da aldeia Teykuê, relata que a palavra Apykaí vem do banco ritual Apyká. Diz que antigamente visitara Apyka’i, e naquela ocasião tinham ido participar da reza. E lembra que o rezador de lá era o Ilário Vilhalva, e por lá encontrou uma ogapysy e que tinha bastante casa de sapé.

O rio Ypyaury é lembrado pelo Ponciano Paulo, e reforça que ele desagua no rio Dourados. *“Tinha uma estrada de terra, a estrada tapepoy ficava ali. Tinha muita guavira. Depois esses plantadores de cana terminaram nossa guavira. Apyka’i fica perto da curva da estrada velha para Carapã”*.

Outra referência apontada por Ponciano Paulo refere-se ao nome de Felix Karaguatá, e diz que *“era rezador e cacique também. Ele morava na ogapysy mesmo, ele batizava guri (ritual do kunumi pepi). Dora era o nome da mulher dele, e era Kunhakarai. Todos esses já morreram faz tempo. E fazia o Ñemongaray (batismo). Tinha a rede de caraguatá, e tinha muita gente na rede da ogapysy”*.

Carlito Oliveira prestou suas informações sobre o tekoha Apyka’i em sua moradia, aldeia Passo Piraju na data de 25.08.2016. Esclareceu que o nome de Apyka’i veio posteriormente, e que o nome do tekoha era Ypyaury, em razão da existência de muito peixe piau no córrego Curreal de Arame, origem da denominação. A respeito do cemitério antigo no Apyka’i, Carlito Oliveira declara que antes de chegar no córrego Ipyaury tem uma pedreira muito grande, que atualmente está desmoronada. E era atrás da pedreira que ficava o cemitério do Ipyaury, bem na beira da estrada. *“E hoje está tudo desmantelado, e hoje plantaram cana até em cima da pedra lá, para ninguém*

descobrir”.

Em conversa informal com Sebastião Arce na data de 03.09.16, primo de Ilário Cário de Souza, o finado marido de Damiana Cavanha, o qual lembrou sobre o tio Luiz Cário de Souza, o reconhecido rezador (pai de Ilario Cário) que batizava milho em vários tekoha, sempre circulando pelas diferentes localidades. Ainda mencionou o Córrego *Ypyaury* e o ritual do *tembetá* (iniciação masculina) que lá era realizado na *ogapysy*.



- Casa de reza/*ogapysy*.

Oka guasu é a denominação de grandes pátios dos espaços rituais onde são realizados maioria dos rituais religiosos. A cerimônia religiosa de perfuração do lábio inferior dos meninos, realizada pelos Kaiowá na fase da puberdade, marcava a iniciação masculina e exigia reclusão, tanto dos meninos como dos xamãs que ministravam o cerimonial, razão porque tiveram que interromper o ritual há alguns anos, em razão das condições de vida em reservas não permitir sua realização.

Os Kaiowá identificam alguns locais no tekoha Apyka'i como morada de divindades, e guardiões dos animais - *jara*. A interação com tais categorias de seres é necessária para o pleno desenvolvimento de suas tradições sociais. Identificam a morada de Kaja'a nos trechos de mata que margeiam o córrego Três Tubos. O Kaja'a é o senhor ou jara dos animais que vivem na água ou no seu entorno. Os xamãs devem, necessariamente, se entender com o Kaja'a para que ele permita que seus animais sejam caçados, caso contrário o caçador sofrerá sérios danos físicos e espirituais. Os fragmentos de matas ainda existentes comportam locais de moradia de outras modalidades de espíritos, como os *So'o Jará* (protetores dos animais que vivem na

mata, distantes dos cursos d'água), os *Ka'aguy Pore* (protetores das plantas da mata que, do ponto de vista particular desses seres, constituem suas próprias lavouras). Todos os locais associados a categorias de seres espirituais são objeto de devoção e respeito (Pereira 2004; cap.4). A relação com tais seres é fundamental para a reprodução do sistema social, envolvendo a transmissão de conhecimentos, o desenvolvimento da pessoa e o destino após a morte.

b).1 O xamanismo entre os Kaiowá

Os saberes do xamanismo são muito importantes para a tradição de conhecimento dos Guarani por viabilizar a realização das atividades práticas e simbólicas que possuem eficácia. O xamã detém as atribuições de interpretar as características e mudanças do Cosmo, a formação de uma moral e uma ética específicas (*teko porã*), a de estabelecer, através do ritual do *mongarai* o equilíbrio emocional da pessoa Kaiowá, officiar processos de cura, e ainda identificar e combater ações atribuídos à feitiçaria.

Todos os Kaiowá detêm a prerrogativa de experiências de relacionamento cosmológico com seres como os *járy* (para desenvolver atividades práticas, como caça, pesca, coleta e agricultura), os *Ñande Rykey* (para obter proteção durante as viagens e outros afazeres), e os *chiru* (também para obter proteção, além de garantir prosperidade e saúde).

Os xamãs são responsáveis pela mediação com as divindades, pois são os únicos qualificados para empreender viagens pelas demais dimensões do Cosmo buscando interação com outros seres. O xamã é, portanto, figura central na tradição de conhecimento indígena, sendo ele quem tem a legitimidade para avaliar moral e eticamente os saberes que circulam e estão à disposição dos índios. (MURA: 2006:305)

O aprendiz de xamã fica a depender de alcançar um patamar onde consiga seus próprios *Ñengáry* (*Ñembo'e*/reza que permite viagens xamânicas), e não possuem a liberdade de comentar sobre suas vivências espirituais (audições, visões) além do circuito de seus mestres, o que poderia sustar sua formação. No decorrer deste estágio inicial, o futuro xamã poderá participar de cerimônias públicas, mas sempre na condição de *yvyrai'ja* (assistente).

Segundo informações prestadas ao antropólogo Fábio Mura por Atanás, um xamã de prestígio da TI Pananbzinho, os *ñembo'e tiha* (orações para defesa de males)

podem ser ensinados a todos. Também o *mborahei puku* (canto longo), a reza central do importante ritual de consagração do milho e das plantas novas (*avaty kyry*), assim como as técnicas e rezas relacionadas ao *kunumi pepy* (que também integra o *mborahei puku*), podem ser ensinados; porém, para serem reproduzidos, é necessário que os aprendizes tenham alcançado o status de xamã, isto é, possuir *ñengáry* próprios. (MURA: 2006: 315). Quando o indivíduo atinge a idade entre 40 e 50 anos, tornando-se *tamõi* (avô), adquire outra posição social, quando obterá maior respeito entre seus próprios aliados e disporá de condições para intensificar as relações com as divindades *Ñande Rykey*, e procurará alcançar níveis cada vez mais elevados. Ao surgir publicamente como um novo xamã, sua atuação se amplia, passando a presidir os rituais de *mita mongarai* (revelação do nome das crianças), e sua reputação será ainda ampliada caso tenha adquirido as técnicas e conhecimentos necessários para officiar a cerimônia do *avatykyry* (consagração do milho e das plantas novas), algo hoje considerado muito raro.

Ao atingir o status de *tamói*, os xamãs de maior prestígio conseguem alcançar os últimos patamares do aperfeiçoamento e receber das divindades o *tekorã* (o conjunto de normas que vai vigorar) para ser comunicado aos Kaiowá. É também nesta etapa que está capacitado o suficiente para presidir o ritual de iniciação masculina (*kunumi pepy*), momento em que a aquisição de conhecimentos e técnicas para tal cerimônia, o qualifica para o papel de *tekoaruvicha* (líder do *teko*), posição de maior destaque.

Vários indígenas decidiram empreender o aprendizado xamanístico e buscar um contato maior com as divindades, devido à grande necessidade dos Kaiowá lutarem para recuperar parcelas de seus territórios e enfrentar as consequências advindas da aceleração do *Ararapyre* (o fim dos tempos do bom viver), e para anular os males decorrentes da imposição de condutas alheias (como o *karai reko* - o modo de ser dos brancos"). (MURA: 2006:320)

O grau de credibilidade adquirida por um xamã será proporcional à eficácia de suas práticas e performances nos processos de cura, na obtenção de abundância nas atividades da agricultura, caça, pesca, coleta e em outras atividades de obtenção de recursos e nas lutas para a recuperação da terra.

O xamã (*ñanderu/ñandesy*) deve saber coordenar de forma adequada as relações cosmológicas, intermediando eficazmente conhecimentos entre discípulos e divindades. Sua eficiência estará a depender do número de *ñengáry* (*Ñembo'e*/reza) por ele obtidos, os quais ampliarão sua capacidade de interlocução e persuasão com o maior número possível de divindades.

Existem versões sobre a noção de pessoa, as práticas ritualísticas, o modo de ser Kaiowá, a arquitetura do Universo, etc., que podem se diferenciar de um grupo para outro. Mas serão os xamãs considerados detentores de maior prestígio público que moldarão os saberes contemplados. No começo do século XX, os grandes xamãs (*tekoaruvicha*) conseguiam moldar as informações a famílias pertencentes a um determinado *tekoha guasu*. (MURA: 2006: 323)

Os xamãs ganham prestígio e reconhecimento em razão de suas capacidades de conciliar pessoas e grupos, buscando caminhos para determinar alianças e alicerçar relações de reciprocidade, especialmente durante as *aty guasu* (reuniões), sejam comunitárias ou intercomunitárias. Desta forma, sua participação durante a luta para a recuperação de terras é muito comum, quando o enfrentamento com o colonizador se faz mais evidente. (MURA: 2006: 289)

Contrariamente ao uso dos poderes mágicos que se pretendem prejudicar ou matar, existem também práticas positivas voltadas a fortalecer ou produzir qualidades na pessoa e para se defenderem de ataques de inimigos, espíritos malvados e feiticeiros. As buscas são orientadas para a obtenção de uma maior eficiência e velocidade nas atividades manuais (trabalho nos ervais, derrubada de mato, corte da cana nas usinas de álcool, atividades de caça e pesca, entre outras), mais eficácia nas lutas políticas, mais sucesso nas relações amorosas, e maior resistência frente às agressões sofridas etc.

Devido ao acirramento do conflito fundiário, alguns xamãs de prestígio são requisitados por muitas comunidades localizadas em diferentes *tekoha guasu*, especialmente em ocasião dos embates com os produtores rurais. Durante essas viagens são oficiados rituais propiciatórios para a obtenção da terra e diminuição dos conflitos, além das práticas do *mitã mongarai*, esfriamento de *chiru* (as varas insígnias), curas de indivíduos, conversa sobre o *teko* e outros rituais necessários.

Há grande liberdade individual dos Kaiowá de avaliar conhecimentos, técnicas e objetos que não colocam em risco a reprodução da tradição de conhecimento, a qual é aferida pelo xamanismo. “*Nestes termos, as atividades de figuras como dirigentes pentecostais e curandeiros são avaliadas pelas famílias indígenas a partir justamente de sua similitude com a prática do xamã, não parecendo configurar os que se consideram “crentes”, como pertencentes a diferentes tradições de conhecimento*”. (MURA: 2006:326).

Os Kaiowá demonstram atenção especial à maioria dos instrumentos e adornos rituais tanto na sua confecção, como na sua organização e conservação. Os *mbaraka*

(chocalhos) e os *takuapu* (bastão de ritmo, feito de taquara) são alvo de cuidados específicos.



Figura 29 - Damiana Cavanha (*takuapu*/bastão rítmico) e o filho Nivaldo Cário (*mbaracá*/chocalho)

Os *chiru* que são varas insígnias e cruzeiros, derivadas de um tipo específico de madeira (*yvyra marangatu*) pertencem a uma categoria de objetos cuja característica é a de ser invariável na forma e no material, no espaço e no tempo, sendo transmitidos e conservados por gerações. (MURA: 2006; 328)

Segundo os Kaiowá, os *chiru* são objetos muito poderosos, cuja manipulação requer cuidados especiais, e sua confecção só pode ser através de pessoas que detenham conhecimentos específicos. *Ñande Ru* teria construído muitos *chiru*, tanto em forma de cruz (*chiru kurusu*) quanto de varas (*chiru yvyra'i*). Antes de subir para o *yváy* onde hoje reside, *Ñande Ru* distribuiu uma parte para os *Ñande Rykey*, enquanto que outra foi deixada para serem distribuídos aos Kaiowá; e a terceira parte foi levada consigo para sua nova morada.

Esta teria sido a primeira vez que tais instrumentos sagrados teriam sido construídos e distribuídos. E a doação desses instrumentos representa um grande auxílio para o desempenho dos Kaiowá na incumbência de cuidar da Terra (*Yvy*).

O poder dos *chiru* não se transformaria automaticamente em fonte de bem, pois sua utilização e cuidados inadequados representam uma crescente manifestação de males, como a própria destruição da Terra, fato que significaria o fracasso dos Kaiowá em suas obrigações cósmicas. (MURA: 2006: 329)



Figura 30- *Tamõi* Tito Vilhalba Ñanderu da TI Guyraroka com seu jeguaka (cocar), o Chiru em forma de cruz e outros.

Após a criação inicial dos *chiru*, os Kaiowá puderam construir outros exemplares, respeitando-se rigorosamente as regras introduzidas por *Ñande Ru* nos tempos das origens, adotando os procedimentos das orações (*ñembo'e*), ao “esfriamento” (*omboroy*) da madeira coletada, o que permite o controle do poder do *chiru* recém “surgido” (*ojehu*).

Deste modo, há muitos destes objetos extremamente antigos e em perfeito estado de conservação, que permanecem ainda na posse dos Kaiowá e que são atribuídos à obra de *Ñande Ru*; outros são considerados como produzidos por poderosos xamãs do passado. Existem ainda os que são construídos no presente, diretamente sob a orientação desses líderes religiosos. (MURA: 2006: 331)

Os *chiru* foram destinados aos Kaiowá para beneficiá-los no desempenho de suas atividades práticas e religiosas. Tais objetos podem ser usados como remédios para todo tipo de doença, utilizando-se a água onde foram imersos para ingerir ou lavar partes doentes do corpo, ou acompanhando os rituais religiosos nas mãos dos que deles estão cuidando ou dos xamãs que deles se servem para melhor estabelecer diálogos com as divindades do Cosmo. (MURA: 2006: 332)

Ao serem confeccionados, os *chiru*, mudaram de estado, mas não de substância. De acordo com o solo de origem ou da árvore de onde foi extraída a madeira, esse objeto adquirirá uma característica específica. *Chiru itakui* – (solo de pedra triturada), *Chiru itavera* – (lugar de pedras brilhantes), *Chiru itahu* – (vem das pedras

escuras/pretas), *Chiru pirary* – (árvore crescida em águas de um rio).

A depender das características originárias, serão necessários cantos específicos a serem entoados pelos seus cuidadores. Tais cantos podem ser realizados na presença dos *chiru* ou à distância, através de *ñengáry*, que são orações muito utilizadas nas viagens xamânicas.

No contexto atual de luta por recuperação de terras que implicam em mobilizações territoriais ampliadas, os *chiru* representam para os Kaiowá importantes elementos na manutenção de suas relações intra-étnicas, apoiando-os também em suas reivindicações territoriais.

Os Kaiowá instituíram informalmente o papel de guardiões dos *chiru*, portanto, com obrigações para com estes e com os *ñanderu* que lhes repassam as normas de conduta a serem adotadas frente aos *chiru*, formando-se deste modo um vínculo privilegiado entre guardiões e xamãs. Esse tipo de relação pode levar à formação de novos ajudantes (*yvyra'ija*), que, dependendo da própria dedicação, poderão no futuro se tornarem xamãs.



Figura 31 - Os chiru (Mura: 2006: 339)

b).2 O uso de bebidas alcoólicas e o suicídio entre os Kaiowá

Para os Guarani é de grande importância o consumo de uma bebida alcoólica denominada *kaguî* (ou chicha), feita a partir da fermentação de plantas cultivadas como o milho, mandioca, batata doce e cana-de-açúcar. O uso desta substância sempre esteve associado a atividades coletivas, como rituais, festas profanas e mutirões.

A bebida *kagui*, ou chicha é citada por vários Kaiowá que conservam memória

própria ou de algum antepassado como uma marca do tekoha Apyka'i. Naquela área eram realizadas cerimônias e festividades envolvendo a chicha, e era momento de confraternização e estabelecimento de alianças. É também uma das razões por aquele tekoha ser considerado sagrado, espaço caracterizado pela realização de cerimoniais envolvendo danças e cânticos.

Segundo Grunberg (1991), o consumo de bebidas alcoólicas permite aos Guaraní superar estados de tristeza (*ndovy'ai*). Segundo os índios, o estado de embriaguez assume duas modalidades, sendo a *ka'u porã* e *ka'u vai*, o primeiro positivo e o segundo negativo. (MURA: 2006: 279)

O estado de *ka'u porã* é obtido através do consumo de *kaguí*, ou até mesmo de bebidas destiladas, como a cachaça, e sempre que o indivíduo não apresente atitudes agressivas durante o estado de embriaguez. O segundo estado, o *ka'u vai* é alcançado por uma ingestão excessiva de álcool, seguida por comportamentos antissociais que expressam raiva, irritação e outras manifestações emotivas tidas como de *teko vai* (modo incorreto de ser, mau comportamento). Em tais casos, os índios referem-se a uma condição de fraqueza da pessoa, que acaba por ser dominada por *caña járy* (o espírito dono da cachaça).

Outra condição que pode ser atribuída a *caña járy* é quando as pessoas embriagadas não manifestam agressividade, mas se sentem dependentes da bebida. Para resolver este tipo de questão é acionada a ação do xamã, o qual poderá fazer com que a cachaça consumida seja desvinculada da ação deste perigoso *járy*, através do ritual do *mongarai*. Nem sempre a ação do xamã alcançará o efeito desejado, e a pessoa poderá buscar ajuda nas igrejas pentecostais, podendo retornar com as bebedeiras, conforme é usual.

O estado de embriaguez denominado de *ka'u porã* poderá contribuir para reforçar tanto os laços afetivos familiares quanto aqueles sociais mais ampliados. Para os guarani, os comportamentos extremados são tidos como algo negativo, por tal razão são levados a serem contidos e não manifestarem seus descontentamentos, raivas, angústias e mágoas. O uso individual e social equilibrado das bebidas alcoólicas, pode propiciar possibilidades de estabelecimento de boas relações no interior das famílias extensas e seus aliados, permitindo momentos de desabafos emocionais e manifestações de alegria.

Quanto ao estado de embriaguez *ka'u vai*, os índios o qualificam de como um descontrole social e, portanto, é conduta reprovada. A facilidade de acesso às bebidas

destiladas, os conflitos entre famílias rivais e a alta densidade demográfica nas áreas indígenas são fatores que predispõem contextos nos quais podem ocorrer ações de agressividade.

Os estudos sobre o suicídio entre os Guarani de Mato Grosso do Sul foram se avolumando a partir do final da década de 1980, parecendo existir certa concordância sobre o fato de que a alta taxa de suicídio registrada nas últimas décadas seja devida a perturbações na vida social desses índios.

Embora haja convergência em considerar o suicídio uma doença contagiosa na sociedade guarani, sobre as causas que levariam à sua realização, as hipóteses e explicações são as mais diversas. Para Grünberg (1991) que, assim como Melià, também trabalhou durante anos com os *Pai-Tavyterã* no correr da década de 1970, as altas taxas de suicídio referentes a quatro áreas indígenas no Paraguai seriam devidas à interferência missionária, visto que em três delas estavam agindo igrejas protestantes, que provocariam conflito social entre os índios, levando ao rompimento da tradicional lógica de reciprocidade. O historiador Antônio Brand (1997), referindo-se ao MS, considera que o problema principal seria devido à desestruturação progressiva das famílias extensas, por conta do processo que denomina de “confinamento”, o que, segundo o autor, impediria os Guarani de deslocarem-se pelo seu amplo território histórico, sendo obrigados pelo Estado a permanecer nas minúsculas reservas.

À parte da natural circularidade das famílias Kaiowá nas “terras de parentes”, ou áreas de pertencimento étnico, há que retomar considerações anteriores do presente relatório a respeito das condições de extrema insegurança e desconforto vivenciados pelas populações que se encontram em acampamentos reivindicatórios, os quais não oferecem estrutura capaz de abrigar um número maior de famílias que se intimidam diante dos riscos, daí a impropriedade ao tratar dos dados populacionais. A cada visita que se faz a uma comunidade Kaiowá ou guarani depara-se com novas famílias e outras tantas que já partiram para outros locais.

Frente a tais dinâmicas apresentaremos a seguir um levantamento da família extensa da liderança Damiana Cavanha, mais especificamente dos parentes biológicos mais próximos que vivem nas Reservas de Caarapó e Dourados, em vista de número significativo ainda se encontrarem espalhados por diferentes Terras Indígenas.

População do Tekoha Apyka'i - Família de Damiana Cavanha

Pais e avós de Damiana Cavanha

1.	Pai	Minério Cavanha	Falecido
2.	Mãe	Seferina Morais	
3.	Avô Paterno	Câncio Cavanha	Falecido
4.	Avó Materna	Simina Cavanha	Falecida
5.	Avô Materno	Ramon Escobar	Falecido
6.	Avó Materna	Vitoria Morais	Falecida

Tios Paternos de Damiana Cavanha

Irmãos de Minério Cavanha

1.	Heleno Cavanha -	TI Amambai	2 filhos
2.	Isabela Cavanha	TIs Panambizinho e Amambai	4 filhos
3.	Neves Cavanha	Falecido	3 filhos
4.	Heloisa Cavanha	Teykuê	3 filhos
5.	Regina Cavanha	Teykuê	9 filhos
6.	Antonio Cavanha	Nuporã	1 filho
7.	Luzia Cavanha	Nuporã	

Tios Maternos de Damiana Cavanha

Irmãs de Seferina Morais

1.	Lauriana Moais	Teykuê	5 filhos
2.	Norina morais	Teykuê	6 filhos
3.	Tereza Morais	TI Dourados	5 filhos/10 netos

Irmãos de Damiana Cavanha - Filhos de Minério Cavanha e Seferina Morais

10	Neve Cabana (falecido)	TI Amambai	2 filhos
11	Valdomiro Cavanha	Teykuê	7 filhos /muitos netos
12	Edna Cavanha	Teykuê	6 filhos/muitos netos
13	Loide Cavanha	Teykuê	5 filhos
14	Vilson Cavanha	Teykuê	7 filhos
15	Damiana Cavanha	Apyka'i	
16	Maria Cavanha	TI Dourados	03 filhos
17	Antonia Cavanha	TI Dourados	02 filhos
18	Carlinhos Cavanha	Teykuê	03 filhos

Ilário Cário de Souza (marido de Damiana Cavanha) – Pais: Luiz Cário de Souza e Cércia de Souza

Imãos de Ilário Cário

1.	Salvador Cário de Souza	Falecido	2 filhos
2.	Francisco Cário de Souza	Falecido	2 filhos

Filhos de Damiana Cavanha

8. Lídia Cavanha - Mãe: Damiana Cavanha - Pai: Marciano Paulo

2.	Luiz Vilhalba	Teykuê	Marido
3.	Lidiane Cavanha	Teykuê	Pai falecido
4.	Ranison Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
5.	Débora Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
6.	Raiso Cavanha Villalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba
7.	Martinara Cavanha Vilhalva	Teykuê	Pai Luiz Vilhalba

9. Magno Cário de Souza (falecido em 2004) – filho de Damiana Cavanha e Ângelo Cário

1	Daiana Werá Souza	Nuporã	3 filhos
2	Dalvana Freitas de Souza	TI Dourados	3 filhos
3	Damari Freitas de Souza	TI Dourados	

10. Nivaldo Cário de Souza (falecido) – esposa Adelfia Lopes

1	Gabriel Lopes de Souza	Falecido	
2	Sandrieli Lopes de Souza		Filho
3	Jackson Lopes de Souza		Filho
4	Vaniele Lopes de Souza		Filha
	Roberto/Cleuza Benites		Sogros/Nivaldo Cário

11. Jonas Cário de Souza – falecido – 15 anos

12. Sidnei Cário de Souza – falecido – 28 anos

13. Sandra Cário de Souza

1	Sandra Cário de Souza	Nuporã	
---	------------------------------	--------	--

2	Caroline	Nuporã	Filha
3	Sandrinha	Nuporã	Filha
	Kainã	Nuporã	Filha

14. Rogério Cário de Souza – 25 anos – filhos:

1	Rogério Cário de Souza	TI Dourados	
2	Sandriel Cário de Souza	TI Dourados	Filho
3	Gabriel Cário de Souza	TI Dourados	Filho
4.	Igor cário de Souza	TI Dourados	Filho
5.	Sandriel Carlos de Souza	Falecido	Filho



Figura 32 - Adelia Lopes e filhos e Damiana Cavanha, filho, nora e netos



Figura 33 - Irmãos e genros (noras) de Damiana Cavanha (Teykuê – Caarapó).



Figura 34 - Mãe de Damiana Cavanha, D^a Seferina Morais, irmãs e sobrinhos.



Figura 35 - Laureana Morais (Teykuê), tia de Damiana Cavanha, e ao centro a tia Tereza Morais com filhos e netos. (Reserva de Dourados)



Figura 36 - Sogros de Nivaldo Cário de Souza - Roberto Lopes - esposa: Cleuza Benites



Figura 37 - Famílias Kaiowá do Apyka'i



Figura 38 - Neta de Damiana Cavanha – Filha de Nivaldo Cário de Souza



Figura 39 - Damiana Cavanha e neto.



Figura 40 - A líder Damiana Cavanha.



Figura 41 - Damiana Cavanha e o filho Nivaldo com sua esposa e filho.

c) Áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo

No procedimento de identificação e delimitação das áreas necessárias à reprodução física e cultural da comunidade Kaiowá da área Apyka'i, há que considerar o contexto histórico em que se destaca o processo de expropriação territorial, quando as famílias indígenas foram expulsas das terras de ocupação tradicional, com dispersão pelas fazendas, ou transferências compulsórias para as reservas, onde foram inseridas em uma organização social não habitual. Outro destaque do contexto foram as transformações ecológicas e econômicas ocorridas em todo o território de ocupação tradicional Kaiowá devido às ações antrópicas promovidas pelas frentes de ocupação agropecuária, e o posterior processo de rearticulação da comunidade, reivindicando autonomia enquanto comunidade política, em busca da recuperação de sua posse sobre a TI Apyka'i.

O histórico de contato dos Kaiowá com a sociedade nacional instaura-se com a chegada das frentes de exploração da erva mate, seguindo-se a da agropecuária, as quais

levaram os Kaiowá a adotarem modalidades alternativas de instituições sociais condizentes com a nova conjuntura estabelecida. As vivências a que foram submetidos deixaram marcas profundas em suas instituições, ao mesmo tempo em que propiciou o aprendizado de muitas práticas que foram por eles incorporadas, dotando-os de conhecimentos e perspectivas frente aos desafios da modernidade.

Tanto na condição de vivência em reservas, fundos de fazendas, na periferia das cidades, ou acampamentos de beira de rodovias, uma série de limitações foi imposta ao pleno exercício de suas formas de organização social e expressão de sua cultura. Tanto a superpopulação nas reservas, como as novas formas produtivas incorporadas da sociedade nacional constituem fatores que dificultam a vida de muitas famílias, o que aponta para a necessidade de programas sustentáveis no âmbito econômico, social, ambiental e cultural.

As famílias Kaiowá de Apyka'i permaneceram por décadas isoladas na condição de trabalhadores nas propriedades do tekoha guasu Alto Médio Dourados, rearticulando-se em torno da demanda da terra a partir do final da década de 1980, com maior visibilidade ao final da década de 90, quando consolida a determinação de retomar processo de reconstrução das formas de vida reconhecidas como tradicionais. Contexto onde emerge o prestígio dos líderes religiosos, que retornam como figura central da vida social, de igual modo como ocorria em tempos passados.

As ações atuais que se voltam para a atualização de processos sociais vividos no passado envolvem questões complexas, pois determinadas práticas, usos e costumes foram resignificadas ou descartadas, enquanto experiências vividas acabaram sendo incorporadas. Tais atualizações compreendem a série de alterações ocorridas no ambiente físico e social no qual se efetivam os processos de produção e reprodução da vida social. Os Kaiowá compreendem as alterações ocorridas em seu sistema tradicional e as dificuldades a serem transpostas para reconstituir a vida social dentro dos parâmetros desejados.

Uma profunda alteração na configuração demográfica entre os Guarani ocorreu com a implantação das fazendas nas áreas de ocupação tradicional indígena, e a consequente expulsão das famílias indígenas e seu recolhimento nas reservas ou sua dispersão por outras propriedades rurais ou fazendas.

A recomposição das alianças e dos vínculos comunitários implicou em grande esforço das lideranças, sendo que as próprias condições ambientais sofreram transformações intensas com a implantação das atividades de desmatamento, queima da

mata, cultivo agrícola e ou de implantação de pastagens durante décadas. Muitos recursos como a mata, a caça, e rios piscosos, desapareceram ou encontram-se ameaçados de extinção.

Apesar de todas as tragédias enfrentadas pela líder Damiana Cavanha e seu grupo familiar, com destaque a ocorrência de várias mortes de parentes por atropelamento em rodovias, fica evidente a grande determinação em reaver sua terra como condição essencial para recompor a vida social como uma comunidade autônoma, de conformidade com sua organização social e religiosa. Os Kaiowá tomam as formas sociais vivenciadas em períodos anteriores à expulsão das comunidades, como parâmetro para organização da vida atual, mesmo reconhecendo as concessões feitas à forma de vida atual ou *teko pyahu*. É importante aqui também considerar a convicção dos xamãs de que o espaço em que viveram no passado é o local mais apropriado para recompor as relações sociais, o que vem reforçar a decisão de reocuparem aquelas terras.

É a memória dos filhos, marido e outros parentes que ali derramaram seu sangue na luta pela terra, as memórias das festas, dos rituais ali realizados antes de serem impedidos de viverem e circularem em suas terras de ocupação tradicional, que impulsionam a se sujeitarem a condições tão precárias de existência em acampamentos para conseguirem a demarcação da área.

Com a regularização das terras do Apyka'i planejam intensificar as práticas rituais, com o que consideram serão favorecidos pelas divindades e seres espirituais para superar as grandes dificuldades que tem enfrentado. O grupo familiar da líder Damiana Cavanha viveu por décadas em circularidade no tekoha guasu, trabalhando de fazenda em fazenda, resultando em configurações demográficas oscilantes em decorrência da precariedade das condições de vida em acampamentos e das várias mortes acidentais que dificultam a agregação dos outros moradores que aguardam a regularização da área para usufruírem de maior segurança. Apesar dos traumas sofridos pela perambulação em reservas, periferias de cidades e fazenda, tentativas de reocupação, expulsões violentas, e acidentes nas rodovias estão convictos de que o retorno às terras de ocupação tradicional é a condição primordial para reestruturarem sua existência.

Por fim, as áreas necessárias à reprodução física e cultural das comunidades descritas no presente relatório são aquelas identificadas e justificadas na parte final da proposta de área apresentada.

Desde 2007/2011, após o lançamento dos Grupos de Trabalhos oriundos do Compromisso de Ajustamento de Conduta, mudaram a denominação de áreas de conflito para o termo "*tekoharã*", para denominar as terras reivindicadas. *Tekoharã* pode ser traduzido como espaço no qual realizaremos nosso modo de ser, em substituição ao uso atual desse espaço pelos proprietários não indígenas.

Enquanto áreas de conflito refletem conotação negativa, pois na cosmologia Kaiowá o conflito tem implicações morais associadas ao *teko vai*, o modo imperfeito de ser, enquanto *tekoharã* expressa uma conotação positiva, apontando para um espaço de construção de relações mais harmônicas. Assim, *tekoharã* indica o espaço destinado a abrigar uma comunidade, de acordo com seus usos, costumes e tradições. Ou seja, espaço destinado à prática do *teko porã*, o modo correto de ser.

Entre os Kaiowá a terra é única e indivisível, seu dono sendo *Ñande Ryke'y Pa'i Kuara*. Foi a terra entregue aos Kaiowá para que estes possam dela tirar seu sustento, porém com a incumbência de ter que com ela se relacionar, segundo as normas do *teko porã* (o correto modo de ser). Assim sendo, dentro do espaço de jurisdição de um determinado *te'yi*, os membros de cada família conjugal poderão construir sua residência e desenvolver suas atividades econômicas no lugar escolhido, mas respeitando os espaços já ocupados pelos outros componentes da unidade doméstica. (MURA: 2006: 426)

Tal espaço de jurisdição originário de um determinado *te'yi* não é remanejado como forma de herança, nem nos casos em que ocorra a morte do *tamõ* ou da *jari*, ou mesmo com a formação de novas unidades domésticas, e dissolução de uma unidade residencial. O direito de morar em determinado local é de todos os descendentes consanguíneos de um determinado antepassado simbolicamente considerado como primeiro morador da fração do *tekoha guasu* a que pertença.

As estratégias indígenas de organização doméstica e comunitária são fundamentais às condições materiais de acesso aos espaços geográficos, assim como aos recursos que neles circulam. A territorialidade Kaiowá é o resultado de dinâmicas territoriais que são determinadas pelos índios, também aí considerando a presença dos não indígenas na região em que se localizam. “*Os limites impostos por legislações, relações de força, assim como pelo processo de territorialização desencadeado pelo Estado brasileiro, através de seus organismos indigenistas, foram elementos fundamentais na configuração de um cenário a partir do qual os Kaiowá foram obrigados a construir seus territórios atuais, definir mobilidade espacial, determinar*

alianças, construir e/ou eventualmente dismantelar hierarquias etc". (MURA: 2006: 469)

A atual valorização e destaque da prática xamânica constitui um contexto de enfrentamento étnico. A exaltação da categoria territorial de tekoha, com fortes conotações religiosas, emergiu a partir da ênfase dada pelos índios a um determinado espaço geográfico, hoje considerado como bem delimitado e onde se desenvolve o *ñande reko* ("nosso modo de ser"). Fatores que levam à seleção de determinados xamãs por parte dos grupos domésticos ligados a um determinado lugar partem de dinâmicas territoriais que determinam as prioridades e acionam processos rituais específicos.

c).1 Acampamentos Reivindicatórios do Apyka'i: Violência e Morte

A introdução do presente item tem o propósito de apresentar alguns dados sobre a precariedade das condições de vida de acampamentos reivindicatórios em beira de rodovias que são vivenciadas no contexto cotidiano de um confronto de interesses com fazendeiros, onde as populações indígenas ficam à mercê de uma extrema vulnerabilidade, com altos riscos de vida, não só aqueles inerentes ao trânsito em rodovias, mas também daqueles decorrentes da violência engendrada por seguranças contratados para conter e/ou impedir a permanência indígena nas terras em disputa.

No decorrer do processo de "circulação" pelo tekoha guasu de referência (Alto Médio Dourados/Lima Campo), e após a construção de vários acampamentos ao redor da Fazenda Serrana, a família extensa da líder Damiana Cavanha decidiu ocupar um pequeno pedaço da propriedade mencionada, em junho de 2008, lá construindo seus barracos nas proximidades da mata da Reserva Legal da área, onde também fizeram pequenas roças.

De acordo com o MPF, na tentativa de desmontar aquela ocupação a estratégia da Fazenda Serrana foi "*sitiar os índios através dos serviços da empresa de segurança Gaspem, que impedia que a SESAI e a FUNAI promovessem atendimento e assistência médica. Naquele tempo, os índios só puderam ser visitados pelos órgãos indigenistas graças à intervenção da Polícia Federal*".

Com o posterior processo de reintegração de posse, os índios foram obrigados a ocupar a outra margem da BR-463, por causa de obras de duplicação da rodovia. Cerca de vinte pessoas formavam o Acampamento Apyka'i, onde construíram seis barracos e

passaram a viver na dependência de cestas básicas levadas pela Fundação Nacional do Índio.

Para comprovar a assertiva a respeito das restrições impostas pelos proprietários da Fazenda Serrana em relação à situação das famílias Kaiowá que ali residiam, impedindo que saíssem do local e que recebessem visitas, até mesmo assistência institucional, apresentamos fragmento do depoimento da médica Sandra Regina de Magalhães Rocha Silva na Delegacia de Polícia Federal em Dourados, na data de 18 de agosto de 2009. De sua fala destacamos:

“[...]QUE em data que não recorda exatamente, sabendo apenas que se tratava do mês de agosto de 2008, em razão de conflitos entre os indígenas da comunidade e o proprietário da área onde aqueles estavam acampados, a equipe da FUNASA foi impedida em algumas ocasiões, de adentrar a fazenda e prestar o atendimento médico aos indígenas; QUE se recorda de que havia seguranças da empresa GASPEN realizando a vigilância na entrada da propriedade rural; QUE em determinada ocasião, foram acionados por Gabriel Cavalheiro, liderança da comunidade e avô de SANDRIEL, onde este afirmava que o garoto estava com vômito e diarreia e precisa de atendimento médico; QUE deslocaram até o local, no entanto foram impedidos de atenderem a criança recebendo a orientação de que esta deveria vir até a entrada da fazenda onde a equipe se encontrava, no entanto, se saísse da propriedade não poderia nela retornar posteriormente; Que nesse dia sequer viu SANDRIEL uma vez que, apesar de chamar os indígenas que estavam próximos a uma mata na fazenda, estes não vieram até onde estava, demonstrando nítido medo dos seguranças. [...] QUE relatou os fatos a seus superiores, os quais solicitaram o apoio da Polícia Federal para o atendimento; QUE no dia 22/08/2008, acompanhados de agentes da Polícia Federal, entraram até a comunidade indígena, onde teve acesso a SANDRIEL, o qual apresentava desnutrição e desidratação, inclusive, com risco de morte, caso não viesse a ser atendido naquele momento. (f. 135-136)

Em Nota Técnica: Antropologia/PTGS/Nº 001/2009), o analista pericial do Ministério Público Federal de Dourados relata sobre as restrições impostas às famílias Kaiowa do Apyka’í: [...]. No dia 09.10.2009, sexta feira compareci ao acampamento da comunidade Curral de Arame, oportunidade em que o indígena Sidnei Cário de Souza informou que os kaiowa daquele grupo continuavam sem receber atendimento da FUNASA, após mais de 3(três) meses sem visitas do órgão de saúde. [...] Durante a visita, foi possível constatar que perdura a condição análoga a de refugiados vivenciada pelo grupo: espremidos em uma delgada faixa de terra, servem-se de água de córrego poluído, sem espaço para agricultura, sem outra fonte de comida, senão, as cestas distribuídas pela FUNAI. Narram a persistência de seguranças privados que os

incomodam com ameaças. (167)

No Processo nº: 2009.0300014015-7 constam as considerações finais sobre o assunto, apresentadas pelo Analista Pericial Marcos Homero Ferreira Lima:

“A situação dos Kaiowá do Curral de Arame reclama solução imediata e urgente. Não se trata de hipérbole quando se fala em genocídio, pois, a série de eventos e ações perpetradas contra o grupo, como se objetivou demonstrar, desde o final da década de 1990, tem contribuído para submeter seus membros a condições tolhedoras da existência física, cultural e espiritual. Crianças, jovens, adultos e velhos se encontram submetidos a experiências degradantes que ferem diretamente a dignidade da pessoa humana”.

Prossegue o Analista Pericial Marcos Homero: *“O modo de vida imposto aqueles Kaiowá é revelador de como vêem os índios, os brancos. O preconceito, o descaso, o descuido, a não consideração dos direitos à terra, à vida, à dignidade, são patentes. A situação por eles vivenciada é análoga àquela de um campo de refugiados. É como se fossem estrangeiros no seu próprio país. É como se os “brancos estivessem em guerra com os índios, e a estes últimos só restasse a fina faixa de terra que separa a cerca de uma fazenda e a beira de uma rodovia”.* (18-19)

Em ofício nº 001/2014/AJUR – CIMI/MS, de 17 de julho de 2014, dirigido ao MPF, Marco Antônio Delfino de Almeida, é solicitado repasse de dados sobre violências contra a vida e a integridade física de algumas comunidades indígenas, dentre elas, a do Apyka’í, visando denunciar e dar visibilidade às violações de direitos que as comunidades indígenas do MS, em especial Guarani e Kaiowá, vivenciam, mais especificamente sobre: atropelamentos, despejos judiciais, despejos com uso de força particular, envenenamentos, incêndios, atentados e suicídios. Além de atendimento à saúde, distribuição de cestas básicas e atendimento à educação escolar indígena.

Em atendimento à solicitação, o Sr. Marco Antônio Delfino requereu informações à FUNAI, Prefeitura Municipal de Dourados, Coordenador Regional da Saúde indígena. (P. 307)

Através do ofício nº 286/GAB/CRD-MS/FUNAI/2014 de 01 de setembro de 2014, é informado que a comunidade Apyka’í conta com 10 a 11 famílias totalizando 20 pessoas entre adultos e crianças. E que os atendimentos são realizados mensalmente, e são levadas cestas básicas que são fornecidas pela CONAB, as quais são repassadas pela coordenação técnica volante. O atendimento à saúde é feito pela SESAI quinzenalmente e no que concerne à educação indígena, não há atendimento pelo município, e a

secretaria de educação se dispôs a fornecer ônibus para levar as 10 crianças até uma escola próxima haja vista a impossibilidade de construir edificação naquela localidade.

Um ataque ao acampamento no Tekoha Apyka'i ocorreu na madrugada do dia 18 de setembro 2011, e durante a ação, os pertences e o barraco dos acampados foram incendiados e foi baleado o indígena Eugênio Gonçalves, de 62 anos de idade.

De acordo servidores da FUNAI e do MPF, o ataque ocorreu por volta da uma hora do dia 18, quando o grupo de índios dormia em um acampamento construído no dia anterior no km 10 da rodovia BR-463, ao lado da Fazenda Serrana, à época arrendada para o plantio de cana-de-açúcar pela usina São Fernando.

O MPF, que foi ao local logo após o ataque, foi informado que cerca de oito pessoas, algumas armadas, teriam participado da ação, e que a movimentação dos indígenas no dia 17 deve ter atraído a atenção do proprietário da fazenda ou dos arrendatários. Os índios narraram que já era madrugada, cerca de uma hora da manhã, quando começaram os tiros que provocaram uma correria, com as mães segurando seus filhos menores para fugirem do local. Duas pessoas saíram feridas e o barraco construído por eles foi completamente queimado e as paliçadas erguidas para a construção de mais habitações foram destruídas.

Os indígenas acampados apontaram como responsáveis pelo ataque os funcionários da usina São Fernando e da empresa de segurança Gaspen. Nos depoimentos consta que os seguranças chegaram com lanterna na mão, e foram rasgando as lonas com facão e atearam fogo no barraco.

De acordo com o procurador do MPF, Marco Antonio Delfino, o caso deve ser tratado como tentativa de genocídio - *"um grupo armado teve intenção explícita de atacar outro grupo por suas características étnicas, porque são indígenas"*. *"Em relação à empresa de segurança Gaspen, vamos atuar na área cível, criminal e administrativa - responsabilização criminal pelo ataque, indenização por este fato e outros semelhantes relacionados à participação da empresa"*. Já a usina São Fernando, arrendatária da fazenda Serrana e que teve participação de funcionários no ataque de acordo com o documento da FUNAI e deverá ser co-responsabilizada.

Sob o título "Usina sucroalcooleira instalada em TI ameaça queimar palha da cana para destruir acampamento Apyka'i", o informativo do CIMI, postado em 27.08.2013, refere-se às quinze famílias Kaiowá que reivindicam o Tekoha Apyka'i, que estariam vivendo dias de tensão após um funcionário da Usina São Fernando (arrendatária da Fazenda Serrana) ter anunciado que queimariam a palha da cana-de-

açúcar para destruir seus barracos, os quais se localizavam entre a plantação de cana e uma pequena área de reserva legal da fazenda.

As ameaças de funcionários e ‘seguranças’ contratados para amedrontá-los era constante, e a liderança Damiana Cavanha dissera que um trabalhador da São Fernando em carro da própria usina afirmara que iriam queimar a cana para destruir os barracos, de forma igual como acontecera em incêndio anterior, época em que acampavam às margens da rodovia BR-463 e tiveram barracos, comida e pertences devastados pelas chamas.

Damiana Cavanha mostrava-se preocupada em perder mais membros da família e companheiros da luta pelo direito de viver naquelas terras. Nove pessoas já tinham morrido durante os anos de espera pela demarcação de Apyka’i, em sua maioria vítima de atropelamentos na rodovia. As últimas vítimas foram Adeci Lopes, de 17 anos de idade, atropelada por um caminhão que transportava bagaços de cana, e Ramão Araujo, de 41 anos, por um veículo marca Toyota Hillux.

Por uma decisão judicial em maio de 2014, determinou-se a retirada dos indígenas da fazenda arrendada para o plantio de cana, o que não se concretizou imediatamente em razão da Polícia Federal (PF), naquele período, não possuir efetivo para uma operação de reintegração de posse. Diante de contingências tão desfavoráveis esperava-se que uma ação movida pelo MPF pudesse impulsionar a União a comprar uma área de 30 hectares dentro da fazenda, onde os indígenas poderiam permanecer com um mínimo de segurança até a demarcação da terra.

A São Fernando Açúcar e Álcool Ltda., (Usina São Fernando) é uma empresa que possui como sócios-quotistas as empresas São Marcos Energia e Participações Ltda. e Heber Participações S/A, sendo esta última uma empresa integrante do grupo Bertin. A Usina São Fernando arrendou terras da Fazenda Serrana para uso de plantios de cana em períodos que os Kaiowá do Apyka’i se encontravam à beira da área de reserva legal daquela propriedade.

A violência contra os acampados do Apyka’i recrudesciu a partir de 2009, quando a usina São Fernando se instalou no território e a comunidade passou a ser atacada por ‘seguranças’ armados, contratados pelos fazendeiros. Instalada no Município de Dourados/MS no ano de 2009, a usina São Fernando é um empreendimento do grupo Agropecuária JB (Grupo Bumlai), especializado em melhoramento genético de gado de corte, e Bertin, um dos maiores frigoríficos produtores e exportadores de produtos de origem animal da América Latina.

A jovem Adeci Lopes, com apenas 17 anos, morreu atropelada às margens do tekoha Apyka'i, no KM 5 da BR-463, corredor que liga Dourados a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Adeci Lopes tinha um filho de dois anos de idade e estava acompanhada do marido quando um caminhão carregado com bagaço de cana a atingiu arrastando-a por alguns metros. De acordo com indígenas que testemunharam o atropelamento, o caminhão pertencia a Usina São Fernando, grupo que arrenda as terras da Fazenda Serrana reivindicadas pelos indígenas do Apyka'i. O motorista do veículo não reduziu a velocidade e fugiu do local sem prestar socorro.

Pela demarcação e contra a reintegração de posse, foi lançada uma Campanha pela Demarcação da Terra Indígena Apyka'i. Com um abaixo-assinado, os Kaiowá pretenderam sensibilizar as autoridades. A carta a seguir reproduzida foi elaborada no âmbito da campanha “*Deixe o Apyka'i viver*”, datada de 13 de junho de 2016, e assinada por um expressivo número de organizações:

“No Mato Grosso do Sul, no meio de uma plantação de cana, vive um grupo de famílias Guarani e Kaiowá. Para eles, aquela terra se chama Apyka'i, e é onde estão enterrados os seus antepassados. E eles estão ameaçados de despejo. É ao lado dessas pessoas que nos posicionamos nesta carta, contra a recente decisão de reintegração de posse da área em favor de uma vasta plantação de cana, arrendada pela Usina São Fernando”.

Apyka'i é um exemplo grave do genocídio praticado contra os indígenas no estado. Lá, eles bebem água em um córrego envenenado pelas plantações de cana - uma senhora morreu de envenenamento ali. Outras oito pessoas foram atropeladas às margens da rodovia, por onde os indígenas acessam a cidade. Outras três se suicidaram, no contexto da falta absoluta de terra. A morte é muito presente no Apyka'i - logo que se entra no acampamento, é possível avistar dois cemitérios.

Desfavorecidos pela paralisação das demarcações das terras indígenas, sofrendo regularmente tentativas de reintegração de posse, ameaças de morte, ataques, incêndios criminosos, suicídios, ausência total de acesso à saúde e educação, ataques químicos com agrotóxico por aviões, atropelamentos e racismo. Por anos, viveram em uma faixa minúscula de terra na beira da estrada, em barracos, antes de reocuparem sua terra ancestral.

A comunidade afirma que não irá sair - mesmo que o efetivo da polícia militar seja utilizado para removê-los a força, conforme solicitação do juiz Fábio Kaiut Nunes, da 1ª Vara Federal de Dourados. Afora os moradores dali, há milhares de guerreiros e

guerreiras, entre os mais de 50 mil Guarani e Kaiowá que habitam o estado, prontos para resistir ao lado deles.

E quem seríamos nós, se não nos rendêssemos a esse grito desesperado de resistência? Num dos momentos mais antidemocráticos que já vivemos em nossa história, e num contexto de forte criminalização contra nós movimentos sociais e apoiadores da causa indígena, afirmamos que faremos o que for possível para ajudar a defender o pequeno acampamento do Apyka'i, tomando nosso lado nesta luta: de mãos dadas com os Guarani e Kaiowá, contra os gigantes com dinheiro”.

Assinam a Carta: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste); Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul); Associação Floresta Protegida (Mebengokre/Kayapó); Aty Guasu Guarani e Kaiowá; Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Conselho de Articulação do Povo Guarani (RS); Conselho Terena; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Amigos da Terra; Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária/PR (Amar); Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte/PR (Apromac); Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai); Associação de Proteção ao Meio Ambiente (Apromac); Art. Rosalino de Povos e Com. Tradicionais do Norte de Minas e Alto Jequitinhonha; Bicuda Ecológica (RJ); Canudos/SP; Cáritas Brasileira; Centro Acadêmico Celso Amorim (Rel. Int./UFGD); Centro Acadêmico de Ciências Sociais (UFMS); Centro Acadêmico Florestan Fernandes (Ciências Sociais/UFGD); Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA); Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos (CDDH-MS); Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes); Centro de Estudos Bíblicos (CEBI); Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Ba (Cepedes); Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Coletivo A Causa; Coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo; Coletivo de Mulheres da UFGD; Coletivo de Profissionais em Antropologia (aPROA); Coletivo Terra Vermelha (CTV); Comissão da Verdade e Memória do Grande Sertão; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Comitê de Defesa Popular de Dourados; Comitê de Solidariedade aos Povos Indígenas De Araraquara/SP; Comitê de Solidariedade aos Povos Indígenas De Dourados/MS; Comunidades Eclesias de Base do Mato Grosso do Sul (CEBs/MS); Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Conselho Pastoral de Pescadores (CPP); Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); Contra o Tráfico de Mulheres (UFGD); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Eterno Arte Crew; Fábrica Artístico-cultural Latinoamericana de Corumbá e Ladário (Fala); Fase - Federação Anarquista Gaúcha (FAG); Fian Brasil - Frente Nacional de Defesa dos Territórios Quilombolas; Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Fórum de Igrejas e Organismos Ecumênicos do Brasil (FE ACT/Br); Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Greenpeace Brasil; Grupo Argos de Teatro (Corumbá/MS); Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (UFMA); Grupo de Estudos Subalternidade e colonialidade na América Latina (UFGD) Índio é Nós; Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM); Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); Instituto da Mulher Negra do Pantanal (Imnegra); Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); Instituto Madeira Vivo; Instituto Socioambiental (ISA); Instituto Terramar; Instituto Transformance: Cultura & Educação; International Rivers – Brasil; Justiça Global; Marcha Mundial das Mulheres; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Tapajós Vivo; Plataforma de Articulação e Diálogo (PAD); Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil; Rede Brasileira de Arteducadores (Abra); Rede Nacional de Advogados Populares (Renap); Toxisphera Associação de Saúde Ambiental; Uma Gota No Oceano; União de Mulheres de São Paulo; Universidade Comunitária dos Rios

(UNIcomRIOS/Marabá).

O 2º volume do Processo nº 08620.127520/2015-68, consta que na data de 13 de outubro de 2010 foi publicada uma reportagem especial sobre os Guarani e Kaiowá do MS na revista Caros Amigos. Na reportagem os autores Joana Moncau e Spensy Pimentel alertam sobre o interesse que o desrespeito ao direito de integridade física e cultural dos indígenas no MS vem despertando em organismos internacionais.

Citam que em 2010 foram quatro relatórios internacionais que sublinharam a questão. Primeiro, um documento lançado em janeiro pelas Nações Unidas. Depois, um relatório produzido pela ONG Survival International exclusivamente para tratar do tema, lançado em março. "*A ocupação e usurpação de suas terras pela indústria e ações governamentais têm resultado uma situação desesperadora*", aponta o texto da Survival. E complementa: "*A situação dos Guarani no MS é uma das piores entre todos os povos indígenas da América*". Em abril, a ONG Repórter Brasil também denunciou, no Brasil e na Europa, a ocupação de terras Kaiowá já reconhecidas por lavouras de cana. Em maio, a Anistia Internacional, em seu relatório anual, destacou o caso ao falar dos direitos indígenas no país. A reportagem destaca a necessidade de realização dos procedimentos administrativos para identificação da Terra indígena Apyka'i, além da garantia da integridade física das pessoas que o compunham até finalização do procedimento administrativo necessário, e garantia da permanência deles na área de reserva legal da fazenda Serrana onde se encontravam.

A Anistia Internacional Brasil redigiu correspondência solicitando a não remoção à força a comunidade Apik'ai sem as garantias jurídicas e processuais adequadas, incluindo aviso prévio adequado, consentimento livre, prévio e informado, e fornecimento de alojamento alternativo;

- *Destinem temporariamente terra adequada para a comunidade Apika'i, enquanto aguardam a conclusão do processo de demarcação;*

- *Seja concluído o processo de demarcação de terras ancestrais de Apika'i, de acordo com a Constituição brasileira.*

Inúmeras instituições nacionais e internacionais enviaram correspondência para o ministro da Justiça e presidente da FUNAI com o seguinte conteúdo:

- *“A decisão de 21 de maio revogou liminar datada de 18 de dezembro de 2014 emitida por uma juíza do Tribunal de Justiça Federal de Dourados, que exigiu do Estado a compra de 30 hectares de terra com base no artigo 26 da Lei nº 6001/73 para*

a comunidade, como uma medida temporária, enquanto se aguarda o resultado do processo de demarcação.

- Não despejem à força a comunidade Apika'i e que não ocorram remoções sem as garantias jurídicas e processuais adequadas, incluindo aviso prévio adequado, consentimento alojamento alternativo; livre, prévio e informado, e fornecimento de alojamento alternativo.

- Destinem temporariamente terra enquanto aguardam a conclusão adequada para a comunidade Apika'i, processo de demarcação;

- Seja concluído o processo de demarcação de terras ancestrais de Apika'i, de acordo com as propostas e até necessidades da comunidade e em conformidade com a Constituição brasileira.

O 3º volume do mesmo Processo nº 08620.127520/2015-68, datado de 29/ 07/ 2016, contém 400 páginas, e constando até pág. 335 somente as cartas do mesmo teor do volume anterior. Páginas numeradas de 336 em diante referem-se a expedientes de consulta ao município de Dourados solicitando uma área para alocação dos índios do Apyka'i, as quais se mostraram infrutíferas.

A terra para os Kaiowá é considerada como totalidade e, como instituição divina oferecida pelo Deus-Criador, cada família pertence a uma determinada "terra" e terá direito à sua posse eterna, como herança divina. Seu valor é qualificado por referenciais sagrados, cosmológicos, espirituais, e a necessidade de produção para a subsistência.

Juntamente a todos os referenciais sagrados tratados no decorrer do presente item, e que vigoram entre os Kaiowá em relação aos seus territórios de pertencimento étnico, ainda foram reforçados outros elementos relacionados às ocorrências trágicas de atropelamentos seguidos de morte na BR 463 dos componentes da família Cário/Cavanha que reivindicam o tekoha Apyka'i. Além do derramamento do sangue no processo de luta pela recuperação da terra, existem os cemitérios e os enterramentos na área pretendida. Mesmo os enterramentos ocorridos em outros cemitérios, as famílias Kaiowá consideram que as vítimas estão “plantadas” naquela área do Apyka'i, pois a morte foi ocasionada em razão da luta territorial, e, portanto, ali encontram-se simbolicamente enterrados.

A listagem a seguir trata das vítimas Kaiowá, atropeladas e mortas na BR 463/MS no decorrer da instalação dos acampamentos reivindicatórios do tekoha Apyka'i:

Ilário Cário de Souza - falecido aos 64 anos de idade, na data de 24. 12.2012.

Atropelado na BR 463. Sepultamento na aldeia Teykuê/MS

Aginaldo de Souza – 19 anos de idade. Atropelado dia 17 de junho de 2012- filho de Magno Cário de Souza – Sepultamento no cemitério Mudas/ MS (Ñuporã)

Jonas Cário de Souza – Falecido em 08 de janeiro de 1995. Provável assassinato por funcionário de fazenda onde trabalhavam. Enterramento em 10.01.1995 – cemitério Aldeia Teyku'ê.

Magno Freitas dos Santos – Atropelado BR 463 – Filho de Ângelo de Freitas e Damiana Cavanha. Sepultado 27.06.12 – cemitério do Apyka'i (Curral de Arame).

Sidnei Cário de Souza – Falecido em 28 de junho de 2012 – Filho de Ilário e Damiana. Cemitério do Apyka'i (Curral de Arame).

Gabriel Lopes Cavaleiro – 04 anos – Atropelado na BR 463 - filho de Hélio cavaleiro e Delcia Lopes. Falecido em 22 de março de 2013 – Enterramento no cemitério do Apyka'i (Curral de Arame)

Ramão Araújo – 64 anos de idade – Atropelado na BR 463 - Falecido em 14 de março de 2014 – Enterramento no cemitério Mudas/MS (Ñuporã)

Adeci Lopes - 17 anos, atropelada no dia 08 de fevereiro de 2014 na BR 463. Enterramento no cemitério Mudas/MS (Ñuporã)

Alzira Melita – Falecida em 04 de julho de 2008 – Insuficiência respiratória aguda – Enterrada no cemitério da reserva de Dourados/MS.

VI PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

As informações que constam nessa parte do RCID foram retiradas do Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário (RCLF), elaborado pelo Grupo Técnico-GT constituído pela Portaria Funai nº 1.133, de 30 de setembro de 2024, constituído com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza fundiária necessários à consolidação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apyka'i, localizada no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do

Sul. O RCLF segue como um dos anexos do RCID, de modo que informações mais detalhadas sobre a elaboração do levantamento fundiário, assim como as comunicações enviadas e recebidas pela Funai podem ser consultadas por meio da leitura do relatório mencionado.

O levantamento das propriedades sobrepostas a área em estudo foi realizado por meio da análise de dados fundiários, através de software de geoprocessamento, associado as informações de bases oficiais, especialmente Sicar, SIGEF e dados cartoriais, sendo possível identificar todas as sobreposições da TI devido à cobertura total da proposta de delimitação com os dados disponíveis no Sistema de Gestão Fundiária do Incra – SIGEF e no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Breve histórico do processo de colonização

O atual município de Dourados/MS, está inserido dentro da área concedida para exploração à Companhia Matte Laranjeira pelo governo do Estado do Mato Grosso, desde o final do século XIX até o final da primeira metade do século XX. A Cia Matte Laranjeiras, apesar de explorar mão de obra indígena e interferir assim no habitat desses povos, também impedia a penetração de colonizadores, o que significava uma proteção sobre o território Kaiowá.

A Cia. Mate Laranjeira atingiu o auge de sua produtividade na década de 1920, e adquiria parte significativa da erva mate coletada de pequenos produtores independentes, os quais vinham se fortificando com a distribuição de lotes de 3600 ha colocados à venda, a partir de 1927, pelo governo do estado de Mato Grosso, (Arruda 1997).

Segundo dados dos estudos de Brand (1993:53), Dourados atinge a categoria de município em 1935 e com isso, ocorre uma expansão demográfica e conseqüentemente há uma pressão de migrantes para constituir propriedades privadas, minando assim, o monopólio Cia Matte Laranjeiras, o qual obteve sua mais decisiva derrocada em 1943. Naquele mesmo ano, o então presidente Getúlio Vargas cria o território Federal de Ponta Porã e são cancelados os direitos da Cia Mate Laranjeiras. O Território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Os objetivos eram povoar regiões distantes e fortalecer segurança nacional. Porém, logo após, o Território Federal é extinto pela Constituição de 1946.

Em 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), através do Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, abarcava uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã.

Ainda, de 1943 a 1950, foram distribuídos pequenos lotes, sendo os beneficiados especialmente lavradores nordestinos. A criação da Colônia trouxe para os Kaiowá problemas bem diversos daqueles criados com a Cia Matte Laranjeiras, a qual se interessava somente pelos ervais nativos localizados dentro da terra dos Kaiowá, e pela mão de obra necessária para exploração da mesma erva. Passaram ao confronto com colonos em busca de propriedades, portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total, pois a CAND atingiu diretamente uma série de tekoha Kaiowá, em especial Panambi e Panambizinho.

Em 1955, devido a construção da Ferrovia Noroeste ligando Ponta Porã a Campo Grande e S. Paulo, ocorre um intenso processo de crescimento das ocupações não indígenas no município de Dourados, aumentando assim em 611% a densidade demográfica de 1950 a 1960 (Brand: 1993: 117).

Na década de 1960, o município de Dourados sofre novamente um elevado crescimento populacional, em grande parte, devido a agricultores provenientes da região sul do país, especialmente do Rio Grande do Sul, os quais se dedicam ao plantio da soja, trigo e arroz, atraídos pelo baixo custo das terras, o que influencia diretamente no território indígena.

Em 1980, na região da Grande Dourados, a população tem um crescimento de 35,78%, devido à imigração que ocasionou ainda, um crescimento da área cultivada de nove principais culturas no estado em 145%, com destaque para a soja, durante a década 1979-80. Sendo que, a cultura da soja no sul do MS foi influenciada, especialmente, pela migração expressiva da região sul do Brasil.

O setor agrícola continuou crescendo na região, com a ampliação da área plantada de soja e trigo em Ponta Porã e Dourados, mesmo com a crise econômica vivenciada pelo país na década de 1980, principalmente em função da política de garantia de preços mínimos do Governo Federal (Dos Santos, 2009).

Nessa época, grande parte da paisagem do extremo sul do MS já estava bastante transformada e veio a se juntar a este movimento a monocultura da cana-de-açúcar.

Com a implantação das usinas de álcool na região, na década de 1980, alterando parte da agricultura do estado e atraindo grande parte da mão-de-obra indígena para o trabalho nos canaviais (Brand, 1997).

Dos anos 2000 em diante, a indústria da produção de álcool como biocombustível ganhou maior impulso, apoiada nos incentivos à produção de combustíveis renováveis, devido às preocupações com a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Em 2007, o Brasil firmou um acordo internacional com os Estados Unidos para a produção de biocombustíveis, contribuindo para a expansão da produção de cana-de-açúcar e do álcool etanol no país, aumentando assim, a demanda do trabalho indígena no que concerne a essa monocultura no MS.

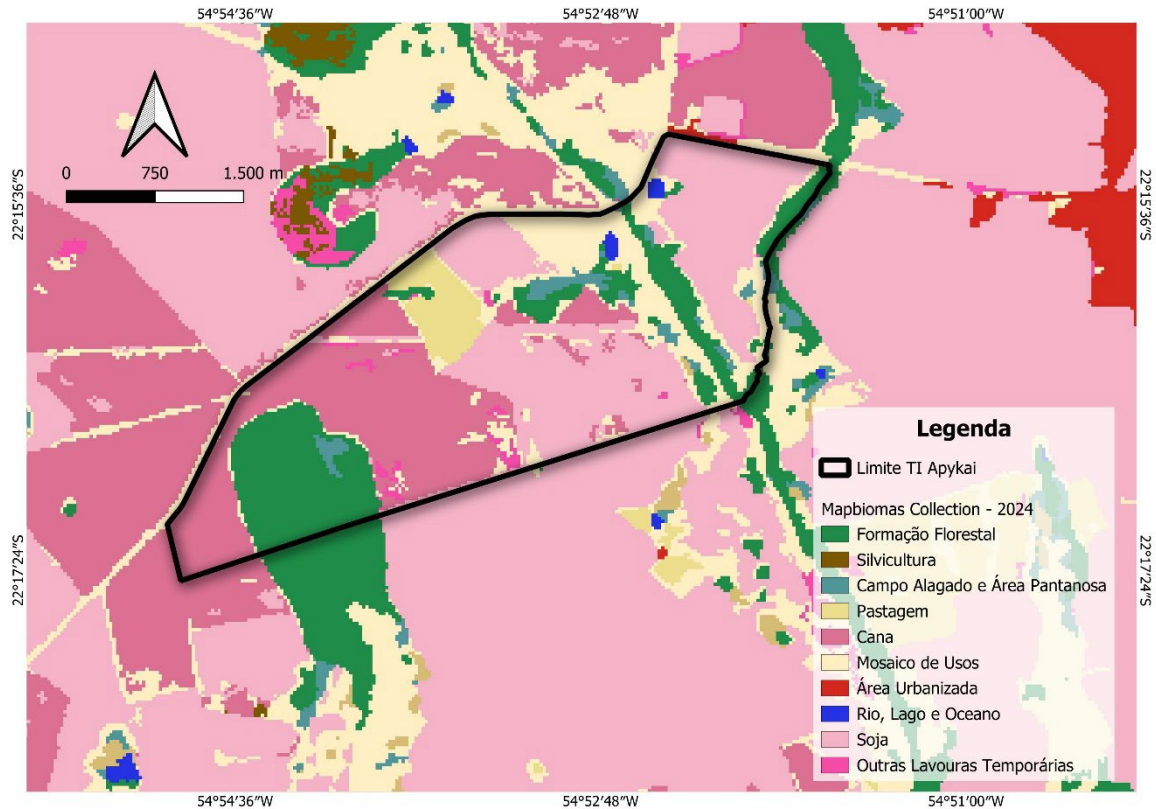
No entanto, em 2012, a maior parte da colheita e do plantio da cana-de-açúcar dessa região tornou-se mecanizada, de forma que a mão de obra indígena deixou de ser demandada na mesma magnitude (Lorenzen, 2021).

De acordo com Faccin e Merêncio (2019), a chegada das usinas de açúcar e etanol provocou alterações na esfera produtiva, especialmente da região de Dourados: famílias que criavam gado há quase um século mudaram de atividade e iniciaram o cultivo de cana-de-açúcar em suas propriedades, graças à proximidade com as novas usinas da região (FACCIN & CASTILLO, 2017).

Ainda, segundo Cortez et al (2025), com base em análise de dados de uso e cobertura do solo do Projeto Mapbiomas, de 1985 a 2000, a área de soja praticamente dobrou, se estabilizando aproximadamente a partir de 2005. Por sua vez, a área de cana-de-açúcar começou a ter maior destaque a partir de 2010, atingindo a maior área em torno de 2015.

Em análise da área proposta para a delimitação da TI Apyka'i, nota-se a presença da produção de soja e cana-de-açúcar, conforme **Mapa 1** (Ver Anexo II para tamanho real do mapa) apresentado abaixo, elaborado a partir de informações do Mapbiomas (2024). Além disso, pode-se observar também a presença de fragmentos florestais, como por exemplo, a mata da madeira que abriga a nascente do córrego homônimo, e ainda a existência do córrego denominado curral de arame, em que ambos deságuam no rio dourados.

Mapa 87 - Uso e cobertura do solo da proposta de delimitação da TI Apyka'i



Fonte: Mapbiomas Collection - 2024

Síntese fundiária

Nota-se, a partir dos dados obtidos, após as devidas correlações de informações das bases geoespaciais governamentais que constam tão somente **10 imóveis** sobrepostos a área em estudo denominada TI Apyka'i.

Observa-se que 1 desses imóveis, denominado Fazenda São José, pertencente à família Bumlai, apresenta apenas cadastro no Sicar, ou seja, não possui registro no SIGEF.

Além disso, nota-se em análise aos registros do Sigef e do CRI de Dourados/MS, que o imóvel propriedade de Argemiro Pradela, agora denominado Rancho Realeza, foi dividido em 2 parcelas. Porém, no que concerne aos cadastros do Sicar, observa-se que ele não foi atualizado, constando assim, com apenas um cadastro conjunto para as duas parcelas.

Ainda, a respeito dos imóveis observados, notou-se uma predominância de imóveis rurais classificados como pequena propriedade (6 unidades), seguido do

minifúndio (2 unidades) e apenas 1 média propriedade e 1 grande propriedade, classificadas conforme orientações da [Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#) (alterada pela [Lei nº 13.465 de 2017](#)). Listados na tabela abaixo:

Tabela 6 - classificação, por tamanho, das propriedades sobrepostas a área em estudo.

Tipo de Imóvel	Tamanho do Imóvel (ha) – INCRA	Módulo Fiscal	Nº de Imóveis
Minifúndio	< 30	< 1	2
Pequena propriedade	30 a 120	1 a 4	6
Média propriedade	> 120 a 450	> 4 a 15	1
Grande propriedade	> 450	> 15	1

Ressalta-se que o módulo fiscal varia de acordo com cada município, sendo que no município de Dourados/MS o módulo fiscal é 30 hectares.

Observa-se, principalmente através da pesquisa cartorial, que a predominância de pequenas propriedades e minifúndios se dá devido ao parcelamento de imóveis, em especial a “Fazenda Curral de Arame”.

A única propriedade que se enquadra como grande propriedade, denominasse: Fazenda Cedro – Área 1, que não tem como registro anterior desmembramento da “Fazenda Curral de Arame”. Além disso, também é o único imóvel com sobreposição parcial na área em estudo, pois as demais, constam totalmente sobrepostas. Ainda sobre a Fazenda Cedro – Área 1 (Fazenda Canjarana), ressalta-se a divergência de proprietários nos registros encontrados, em que no Cadastro Ambiental Rural (CAR) consta como detentora a Coamo Agroindustrial Cooperativa, assim como, na matrícula nº 2356 no 2º CRI de Dourados, porém, o SIGEF encontra-se em nome de Joel Pereira Correa.

Conclui-se que em análise às bases de dados a incidência de **10 imóveis**, oriundos especialmente de **parcelamentos do imóvel Fazenda Curral do Arame**, em que todos os imóveis possuem matrículas junto ao 2º CRI de Dourados/MS. Nota-se que constam apenas 9 cadastros no Sicar, devido a um parcelamento do imóvel denominado “Rancho Realeza” que não se apresenta devidamente registrado nesse sistema, pois ambas as parcelas se encontram vinculadas ao mesmo CAR.

No que concerne aos cadastros no SIGEF, observa-se que existem 9 certificações, pois apesar do Rancho Realeza estar devidamente registrado no Sigef desmembrado em parcela 1 e parcela 2, há 1 imóvel, denominado Fazenda São José que não tem certificação junto ao SIGEF.

A respeito da sobreposição dos imóveis na área em estudo, conclui-se que 9 imóveis se encontram totalmente sobrepostos, e apenas 1 imóvel está em sobreposição parcial, sendo o denominado “Fazenda Cedro – Área 1 ou Fazenda Canjarana”.

Sobre a classificação das propriedades encontradas, 2 são minifúndios, 6 pequenas propriedades, 1 média propriedade e 1 grande propriedade, sendo esta, a mesma citada acima com sobreposição parcial.

Acerca da caracterização fundiária, percebe-se a presença da produção de soja e de cana-de-açúcar, sendo representadas, respectivamente, pelas empresas: Coamo Agroindustrial Cooperativa e Map Participações LTDA. Acredita-se, pelos endereços registrados, que a maioria dos proprietários não residem nas propriedades agrícolas.

Por fim, quanto as divergências encontradas nos dados obtidos de fontes oficiais, além da situação apresentada em torno do Rancho Realeza, notam-se divergências no imóvel denominado Fazenda Cedro – Área 1 ou Fazenda Canjarana, a qual possui cadastro no SICAR em nome da Cooperativa Coamo Agroindustrial e em contrapartida consta com SIGEF em nome de Joel Pereira Correa. Porém. Em observação a Matrícula 2.356, aberta em 2024, consta como propriedade de Marcelo Antônio Maffuci Correa, Geraldo Maffuci Correa e Joel Pereira Correa Filho. E em R8-2.356 (2024) consta uma venda desse imóvel para a Coamo Agroindustrial Cooperativa, além de uma averbação redenominando o imóvel como Fazenda Canjarana.

O respectivo Quadro de Ocupantes Não Indígenas é apresentado a seguir:

Nº DE ORDEM	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP* (anos)*	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	% DA ÁREA DO IMÓVEL NA TI																																							
01	Luiz Henrique Brandão de Souza	Fazenda Curral de Arame - Parcela 01	Dourados	Proprietário	Não	14	106,1465	100%																																							
02	Daniel Augusto Brandão de Souza			Proprietário	Não				03	Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	Fazenda Serrana	Dourados	Proprietário	Não	24	109,1406	100%	04	Breno Muniz de Oliveira	Racho Realeza - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	0,8	6,0656	100%	05	Celia Maria Moreira	Proprietário	Não	06	Argemiro Pradela	Rancho Realeza	Dourados	Proprietário	Não	13	43,1078	100%	07	Isa Aparecida Arruda Pradella	Proprietário	Não	08	Laura Antonella Parizzotto	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados
03	Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	Fazenda Serrana	Dourados	Proprietário	Não	24	109,1406	100%																																							
04	Breno Muniz de Oliveira	Racho Realeza - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	0,8	6,0656	100%																																							
05	Celia Maria Moreira			Proprietário	Não				06	Argemiro Pradela	Rancho Realeza	Dourados	Proprietário	Não	13	43,1078	100%	07	Isa Aparecida Arruda Pradella	Proprietário	Não	08	Laura Antonella Parizzotto	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	3	27,0252	100%																	
06	Argemiro Pradela	Rancho Realeza	Dourados	Proprietário	Não	13	43,1078	100%																																							
07	Isa Aparecida Arruda Pradella			Proprietário	Não				08	Laura Antonella Parizzotto	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	3	27,0252	100%																														
08	Laura Antonella Parizzotto	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	3	27,0252	100%																																							

09	Ana Carolina Toniazto Parizotto Rodrigues	Área Parte 2, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	4	33,0085	100%
10	Rafael Genuíno Toniazto Parizotto			Proprietário	Não			
11	Walter Romero Beloto	Sítio Boa Vista	Dourados	Proprietário	Não	16	51,7374	100%
12	Map Participações LTDA	Área 02, no lugar denominado Fazenda Água Rica	Dourados	Proprietário	Não	14	110	100%
13	Coamo Agruindustrial Cooperativa	Fazenda Cedro Área 01 ou "Fazenda Canjarana"	Dourados	Proprietário	Não	1	895,7231	19%
14	Maurício de Barros Bumlai	Fazenda São José	Dourados	Proprietário	Não	16	398	100%
15	Fernando de Barros Bumlai			Proprietário	Não			
16	Cristiane de Barros Costa Marques Bumlai Pagnocelli			Proprietário	Não			
17	Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai			Proprietário	Não			

*Tempo a partir do registro da propriedade no nome do atual proprietário, de acordo com registro em CRI.

VII PARTE – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada.

A região que compreende as terras em identificação pelos estudos do GT Portaria nº 560/PRES, de 29 de junho de 2016, objeto do presente relatório, localiza-se às margens da BR 463, no curso médio do córrego Curral de Arame, por eles denominado de *Ipiaury*, o qual é tributário do rio Dourados. A área em questão dista cerca de 7 quilômetros da cidade de Dourados/MS.

Os espaços delimitados para os Kaiowá do tekoha Apyka'i estão inseridos em seu território histórico de ocupação, que em períodos anteriores à invasão europeia, se estendia numa ampla área, a qual, segundo Melià, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG (1976:217) estendia-se, ao Norte, até os rios Apa e Dourados e, ao Sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejuí, chegando a uma extensão Este-Oeste de aproximadamente 100 km, em ambos os lados da Serra de Amambai abrangendo uma extensão de terra de aproximadamente 40 mil km², dividida pela fronteira Brasil/Paraguai. (Idem: 1997).

Em 1870, permaneciam como território dos índios: “*as matas ao longo do Invinhema, do Brilhante, do Dourados, do Pardo, vistas apenas como território dos índios, e as terras ao sul do Invinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Tomas Laranjeiras*”. (BRAND: 1993: 47)

A área delimitada pelo GT junto à comunidade Kaiowá do Apyka'i para sua ocupação exclusiva é o que denominamos no decorrer do relatório de território geográfico experiencial, ou seja, é o território vivido, construído nas vivências desde gerações muito recuadas, aí implícito o característico movimento de circulação baseado na concepção do território construído a partir de experiências que aí foram vividas pelas pessoas, e que ficaram inscritas na memória, nos sentimentos, na cosmologia, na toponímia.

Os Kaiowá concebem que vivências dos antepassados (*tamõi*) ocorridos em determinado espaço é critério de pertencimento territorial. Assim temos a toponímia da região, os antigos caminhos, determinadas espécies de flora, presença de água e das matas atestando a convergência dos dados históricos e a memória dos mais idosos dos grupos familiares que compõem as relações intercomunitárias da comunidade Apyka'i.

A proposta de delimitação da Terra Indígena Apyka'i tem por base o fato de ser

área ocupada pelos Kaiowá, compreendendo o espaço onde se encontram vários sítios de ocupação de relevante importância para o exercício de sua vida ritual, a reatualização de sua memória e cosmologia.

Para a proposta apresentada pelo Grupo Técnico e comunidade Kaiowá do Apyka'i, foram contemplados os ambientes de ocupação cujos recursos são imprescindíveis para desenvolverem suas atividades produtivas, quais sejam a agricultura com plantios de cultivos tradicionais, roças familiares, caça, pesca, extrativismo, contemplando espaços sagrados que propiciem práticas e cerimônias rituais.

Diante de tais considerações conclui-se que a territorialidade Guarani implica uma atividade de construção continuada através do movimento de mobilidade e deslocamento territorial, iniciado na época pré-colonial, e, atualizada até o presente. Uma localidade Kaiowá não se constitui como um lugar exclusivo de um determinado grupo de parentes, nem como um local que permanece inalterado ao longo do tempo.

Seu território é constituído por tekoha interligados entre si, conectando pessoas e grupos familiares de diversas aldeias ao longo do território tradicional do grupo, compondo o tekoha guasu de referência, no caso do Apyka'i, o Alto Médio Dourados ou Lima campo, cujas interações são reguladas por dinâmicas sociais, políticas e econômicas, redes de parentesco que orientam os deslocamentos, em conformidade com a perspectiva da circularidade.

A luta para recuperar terras ocupadas tradicionalmente por esses índios leva consigo a necessidade de dar continuidade a um processo de relacionamento constante com a terra (*Yy*) para que esta não adoeça, procurando restabelecer, na medida do possível, as condições da morfologia social indígena que permitam a manifestação de um adequado modo de ser Kaiowá (*teko porã*).

Para os Kaiowá e Guarani território é tekoha, entendido por Melià (1991, p. 3) como o lugar onde há condições de vivenciar o modo de ser Guarani. O conceito de território, para este povo, vai muito além de questões materiais, e vem carregado de cosmologia. O território representa o espaço possível para a sua sobrevivência física e cultural e tem sempre um significado de pertença que vem dos antepassados, que ali estão enterrados.

Os Kaiowá do tekoha Apyka'i fazem uso dos recursos de fauna e flora ainda disponíveis no ambiente. Em sua própria língua enumeram grande número de animais e

plantas, especificando suas propriedades e formas de usos. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas às margens dos córregos, pequenos capões de mato ainda restantes e preservados como reserva florestal, os quais, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos, costumes e tradições. O levantamento ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas.

O grupo familiar de Damiana Cavanha apresenta profundo conhecimento da sua terra tradicionalmente ocupada, e identificam locais das antigas roças, residências, cemitérios, locais de caça, coleta, pesca e outros de significação simbólica como é o caso da *ogapysy*, *aguapé*, *tarevyvy*, e *guassuigua*, *Takaju*, *tapejá*, *akety*, dentre outras.

Sendo a área identificada intensamente alterada pela ação antrópica produzida há décadas pelas frentes de ocupação agropastoril, os poucos remanescentes florestais e espécies de fauna, são absolutamente essenciais à reprodução física e cultural dos Kaiowá do Apyka'i.

Os registros etnográficos basearam-se na pesquisa documental, histórias de vida e posterior análise de narrativas sobre trajetórias das famílias nucleares e das parentelas. Desta forma foi possível atestar que as atuais comunidades que reivindicam a demarcação são compostas por pessoas Kaiowá com vínculos históricos, sociais e cosmológicos com as comunidades étnicas que aí viviam no passado, quando ocupavam integralmente as terras agora reivindicadas, e cuja interrupção da posse se deu por expulsão das famílias, com utilização de artifícios da parte de particulares e às vezes por funcionários do próprio órgão indigenista.

Os acontecimentos relativos à história recente dessas comunidades, como os acampamentos e tentativas de recuperação da posse, expostos ao longo do relatório, evidenciam a determinação desse grupo familiar Kaiowá em retomar o controle da terra onde viveram seus ancestrais, o que significa a possibilidade de revitalizar as formas de sociabilidade de sua comunidade, recompor sua autonomia, e de ter controle sobre sua história.

O estudo ambiental do tekoha Apyka'i apresenta uma lista de alguns recursos naturais ainda disponíveis no local, os quais os Kaiowa conhecem e deles fazem uso, apesar das sérias restrições, de acordo com seus saberes tradicionais. Seu conhecimento etnobotânico inclui grande número de animais e plantas, especificando suas características, propriedades e formas de usos. Os recursos de plantas nativas e animais,

presentes nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal, são necessários à sobrevivência física e à reprodução cultural do grupo. O relatório também aponta para a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas terras que não foram totalmente alteradas pelo desmatamento.

A situação de crise social vivida pelos índios Kaiowá no Apyka'i adquiriu projeções nacionais e internacionais, tornando visível o quadro de miséria, conflitos agrários, desnutrição, mortes. A reprodução da vida social, de acordo com seus usos, costumes e tradições, exige a demarcação das terras para garantia de uma vida digna enquanto grupo étnico distinto.

No período em que viveram fora de suas terras, a cobertura vegetal e a fauna sofreram o forte impacto da ocupação agropecuária, mas isto não retira a legitimidade do direito de ocupação das terras pelos índios. Os Kaiowá acreditam que ao retomarem a posse exclusiva da área, o meio ambiente irá se reconstituir.

É a memória dos filhos, marido e outros parentes que ali derramaram seu sangue na luta pela terra, as memórias das festas, dos rituais ali realizados antes de serem impedidos de viverem e circularem em suas terras de ocupação tradicional, que impulsionam a se sujeitarem a condições tão precárias de existência em acampamentos para conseguirem a demarcação da área.

Com a regularização das terras do Apyka'i planejam intensificar as práticas rituais, com o que consideram serão favorecidos pelas divindades e seres espirituais para superar as grandes dificuldades que tem enfrentado. O grupo familiar da líder Damiana Cavanha viveu por décadas em circularidade no tekoha guasu, trabalhando de fazenda em fazenda, resultando em configurações demográficas oscilantes em decorrência da precariedade das condições de vida em acampamentos e das várias mortes acidentais que dificultam a agregação dos outros moradores que aguardam a regularização da área para usufruírem de maior segurança.

Dentre as justificativas para a proposta de limites territoriais que aqui explicitamos, destacamos as de ordem cosmológicas. Para aquelas famílias indígenas do tekoha Apyka'i, a área reivindicada constitui-se em local sagrado, pois assim consideram os Kaiowá aquelas localidades de relevante importância onde os Kaiowá ocupavam em tempo passado, e onde realizavam as cerimônias do *kunumi pepy* (perfuração labial), do *jerosy puku*, o *mita mongarai* (revelação do nome das crianças), *avatykyry* (consagração do milho e das plantas novas), os quais ficaram vivamente

registrados na memória dos mais antigos. Para os xamãs Kaiowá, o local onde foi realizada uma festa de *kunumi pepy* é considerado sagrado, mesmo depois de tais espaços estarem sendo ocupados pelos diferentes cultivos (soja, criação de gado, cana).

Os lugares sagrados, conforme suas concepções configuram os fundamentos para a persistência dos Kaiowá em reaverem áreas atualmente desmatadas, pobres em recursos naturais e totalmente ocupadas por atividades do agronegócio. Mesmo degradados, esses territórios continuam sendo considerados indígenas, pois foram locais de importantes vivências culturais no passado. Os Kaiowá consideram que os rituais desenvolvidos pelos antigos xamãs agregam a esses locais um potencial de regeneração, na recomposição da fauna, flora e seres xamânicos que controlam o fluxo das diversas espécies.

Os Kaiowá concebem que os espaços ocupados por seus antepassados estão carregados de significação e de bênçãos devido aos rituais e rezas que lá foram proferidos. E compreendem que somente nesses espaços sagrados poderão reconstruir suas comunidades e atualizar formas de convivência mais adequadas.

Segundo a memória indígena, na área do tekoha Apyka'i existiam casas de reza - *ogapysy*, onde eram realizados rituais periódicos para os quais afluíam convidados vindos das comunidades vizinhas, em especial as que viviam na reserva de Dourados. Como mencionado no mesmo item citado em parágrafos anteriores, vários interlocutores indígenas e não indígenas relataram as vivências Kaiowá na área do Apyka'i, memórias que comprovam a presença indígena anterior na área, os eventos sagrados, e a continuidade do vínculo que persiste no atual momento. Citam os rituais do *kunumi pepy*, a existência da casa de rezas (*ogapysy*), cemitérios antigos, outras festividades tradicionais, relembram rezadores importantes, e dentre eles figura o *tekoaruvicha* Luiz Cário de Souza, sogro de Damiana Cavanha, um reconhecido xamã/rezador (pai de Ilario Cário) que realizava cerimoniais nas diferentes aldeias do tekoha guasu. Ressaltando que os espaços por eles reivindicados são sagrados e estão carregados de vínculos significativos.

Conforme explicita o mapa a seguir, os recursos imprescindíveis para os Kaiowá do Apyka'i, os trechos com maior extensão referem-se a campos passíveis de recuperação para usos futuros (cor mostarda), e enquanto é processada a sua regeneração, o uso adotado poderá ser construção de moradias e implantação de cultivos variados.

Os maiores fragmentos florestais (em verde) encontram-se localizados na parte leste da área, onde se situam as nascentes do Córrego da Madeira e a Mata da Madeira,

setor que oferece recursos para as atividades produtivas de caça, extrativismo e pesca.

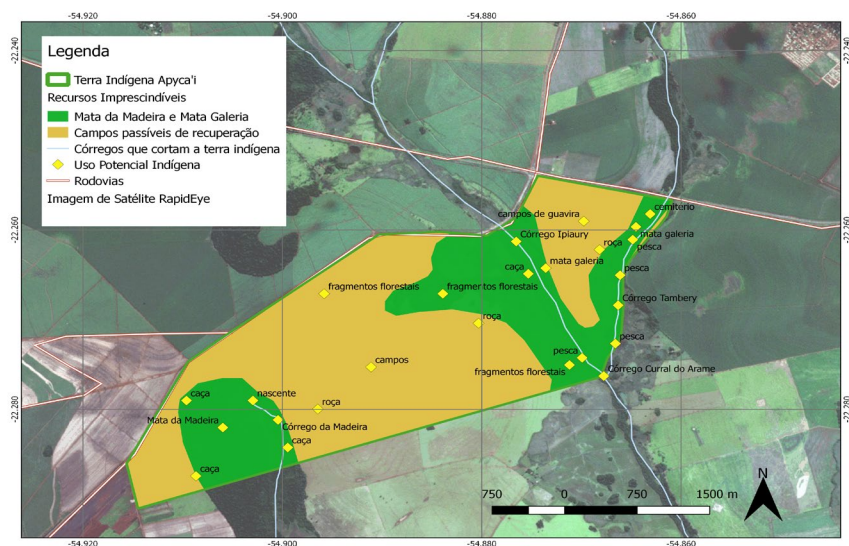
Outro setor com fragmento florestal fica localizado na parte mais central da área entre o Córrego Curral de Arame e o *Ipyaury*, seguindo em direção à rodovia MS 379 que liga Dourados a cidade de Laguna Carapã (sentido sul/norte). Área florestada margeando rios imprescindíveis para usos de extrativismo vegetal, a pesca e a caça.

A parte sul da área contém também outro fragmento de florestal (verde), que fica localizado a margem direita do córrego *Tambery* direção da MS 379, Córrego e Mata da Madeira. É um setor da área onde viveram acampados em duas ocasiões até serem expulsos, e onde foram realizados alguns enterramentos em dois locais separados, configurando locais de referências culturais e usos rituais. É também área onde poderão desenvolver atividades produtivas de caça, extrativismo e pesca.

Retomando assunto tratado anteriormente sobre a luta pela terra, no presente relatório (Parte V - Reprodução Física e Cultural – item b), onde consta que a reivindicação territorial expressa a necessidade de reprodução da relação com os mortos no tempo e no espaço, pois o corpo se transforma em pó, e por tal motivo ele nunca desaparece e faz parte daquele território. A unificação da pessoa com o espaço é fundamentada na relação com os parentes e familiares, na interação cotidiana, e, ao morrer, a pessoa vai se misturando progressivamente ao terreno.

É uma relação de sangue revivendo alianças mais antigas e fundamentais daquela gente e daquele local, reiterando as relações com as antigas gerações que ali viveram e foram enterrados, e, na descendência, a relação de Damiana Cavanha com seus filhos e netos, vivos e mortos. Na linha das alianças, figura a relação com seu falecido marido, quem primeiro fez surgir o acampamento. Também produz relações traçadas pela convivência, pela partilha das penúrias, pela circulação de objetos, pessoas, e afetos, e mesmo os que ali não estão enterrados, mas faleceram na empreitada da luta pela terra, fazem parte do sangue derramado com aquele propósito.

O verbo empregado pelos Kaiowá e que define o ato de enterrar os seus mortos significa semear, plantar *-ñoty*. O corpo enterrado vira adubo, que faria crescer as plantas domésticas na roça, de modo que há no plantio, na colheita, um sentido de comunhão. Há uma parcela dos mortos inscrita na terra, e o corpo enterrado faz brotar a palmeira pindó, a peroba, e o cedro. Os ossos configuram elementos associados à territorialidade. A vida, e, sobretudo a morte, grafa as pessoas na terra até o ponto em que o sujeito faz parte do terreno.

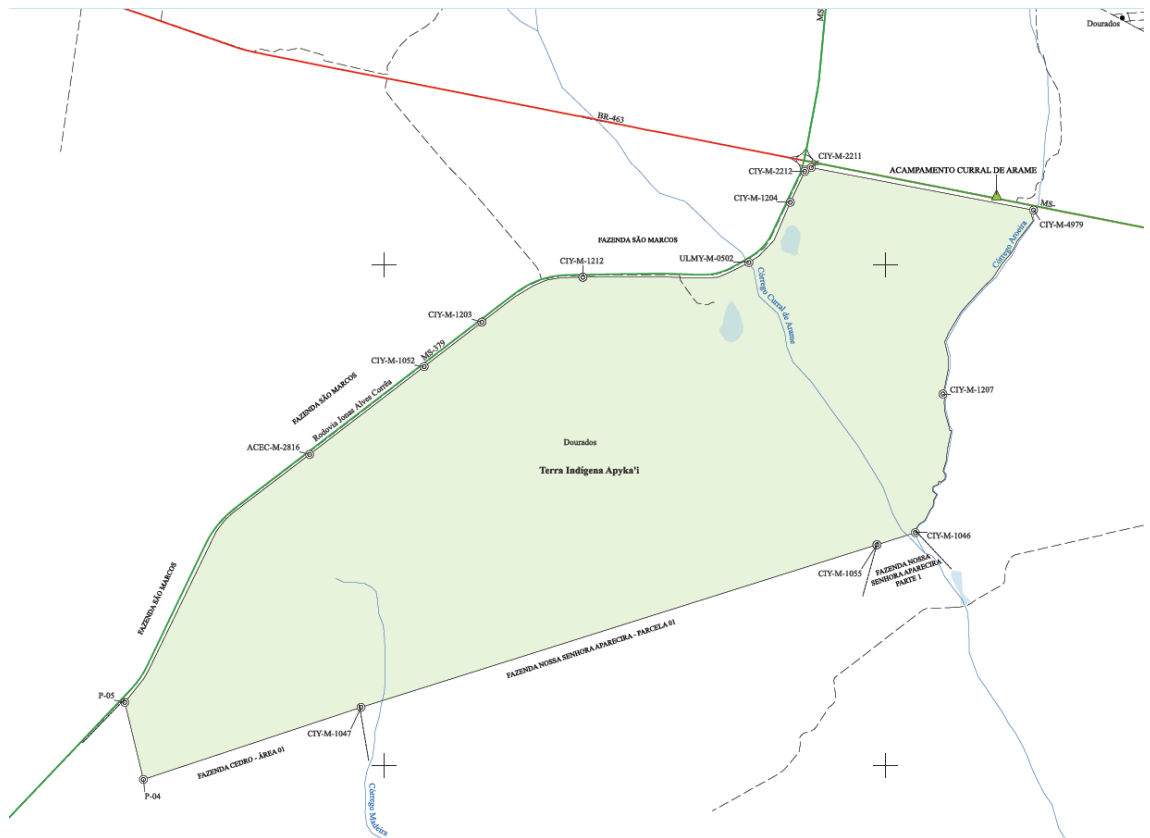


Conforme explicita o mapa acima, os recursos imprescindíveis para os Kaiowá do Apyka'i, os trechos com maior extensão referem-se a campos passíveis de recuperação para usos futuros (cor mostarda), e enquanto regeneram, o uso poderá adotado poderá ser o de construção de moradias e implantação de cultivos variados.

Os maiores fragmentos florestais (em verde) encontram-se localizados na parte leste da área, onde se situam as nascentes do Córrego da Madeira e a Mata da Madeira, setor que oferece recursos para as atividades produtivas de caça, extrativismo e pesca.

Outro setor com fragmento florestal fica localizado na parte mais central da área entre o Córrego Curral de Arame e o *Ipyaury*, seguindo em direção à rodovia MS 379 que liga Dourados a cidade de Laguna Carapã (sentido sul/norte). Área florestada margeando rios imprescindíveis para usos de extrativismo vegetal, a pesca e a caça.

A parte sul da área contém também outro fragmento de florestal (verde), que fica localizado a margem direita do córrego *Tambery* direção da MS 379, Córrego e Mata da Madeira. É um setor da área onde viveram acampados em duas ocasiões até serem expulsos, e onde foram realizados alguns enterramentos em dois locais separados, configurando locais de referências culturais e usos rituais. É também área onde poderão desenvolver atividades produtivas de caça, extrativismo e pesca.



25- Mapa de delimitação

Tendo por base estudos de natureza etnohistórica, antropológica, documental escrita, ambiental, cartográfica e fundiária, reunidos por equipe técnica qualificada, autorizados por Portarias da Presidência da FUNAI, em conformidade com o disposto no Decreto 1775/96, conclui-se que a terra indígena ora delimitada consiste numa superfície aproximada de 1.058,1600 ha (um mil e cinquenta e oito hectares e dezesseis ares aproximadamente) e um perímetro de 15.369,00 m (quinze mil, trezentos e sessenta e nove metros aproximadamente). Inicia-se a descrição deste perímetro do vértice CIY-M-2211, de coordenadas geográficas (Latitude, Longitude), 22°15'15,134"S, 54°52'27,973"WGr, localizado no trevo da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-463, deste segue pela faixa de domínio da referida rodovia, em direção a Dourados, até o vértice CIY-M-4979, de coordenadas geográficas 22°15'24,303"S, 54°51'40,035"WGr, localizado na margem direita do Córrego Aroeira (ou Tambury/Pirary ou Três Tubos), segue por este, à jusante, até o vértice CIY-M-1207, de coordenadas geográficas 22°16'03,934"S, 54°51'59,585"WGr, deste segue pelo Córrego Aroeira, à jusante, até o vértice CIY-M-1046, de coordenadas geográficas 22°16'33,816"S, 54°52'05,532"WGr, localizado na confluência do Córrego Aroeira com o Córrego Curral de Arame, deste segue por linha ideal até o vértice CIY-M-1055, de coordenadas geográficas

22°16'36,441"S, 54°52'13,823"WGr, deste segue por linha ideal até o vértice CIY-M-1047, de coordenadas geográficas 22°17'11,470"S, 54°54'05,068"WGr, divisa com a Fazenda Cedro, deste segue por linha ideal até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 22°17'27,010"S, 54°54'52,000"WGr, deste segue por linha ideal até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 22°17'10,390"S, 54°54'56,020"WGr, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa rodovia até o vértice ACEC-M-2816, de coordenadas geográficas 22°16'16,954"S, 54°54'16,167"WGr, ainda na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, segue pela faixa, em direção a Dourados, até o vértice CIY-M-1052, de coordenadas geográficas 22°15'58,026"S, 54°53'51,452"WGr, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice CIY-M-1203, de coordenadas geográficas 22°15'48,441"S, 54°53'39,013"WGr, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice CIY-M-1212, de coordenadas geográficas 22°15'38,762"S, 54°53'17,226"WGr, localizado ainda na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice ULMY-M-0502, de coordenadas geográficas 22°15'35,580"S, 54°52'41,431"WGr, segue localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice CIY-M-1204, de coordenadas geográficas 22°15'22,606"S, 54°52'32,499"WGr, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice CIY-M-2212, de coordenadas geográficas 22°15'15,957"S, 54°52'29,379"WGr, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-379, deste segue pela faixa até o vértice CIY-M-2211, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Curitiba, 19 de Janeiro de 2026

Documento assinado digitalmente



MARIA HELENA DE AMORIM PINHEIRO

Data: 19/01/2026 15:13:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Helena de Amorim Pinheiro

Antropóloga-Coordenadora - Portaria nº 560/PRES, de 29.06.2016

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE NEIRA, J.C. *Ocupação Territorial de Indígenas Mbyá-Guarani*. Reflexões a partir da formação da Aldeia Itanhaém, em Santa Catarina – Brasil. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2008.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. 1997. Frutos da terra. Os trabalhadores da Matte Larangeira. Editora UEL, Londrina.

ASSIS, Valéria Soares. 2006. *Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbya-Guarani*. Tese de Doutorado. PPGAS- UFRGS.

ASSIS, Valéria Soares e GARLET, Ivori. 2004. *Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias*. In CALAVIA SAEZ, Oscar (coord.) Revista de Índias, n. 230, vol. LXIV Madrid

BALEÈ, Willian. Biodiversidade e os Índios Amazônicos. In: *Amazônia: etnologia e história indígena*. VIVEIROS DE CASTRO, E; CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). São Paulo: Fapesp, 1993.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *Oguerojera* (desplegarse). La etnogénesis dei Pueblo Mbya-Guarani. *Ilha* – Revista de Antropologia, v. 10, n. 1, pp. 105-140. Florianópolis, 2008.

BENITES, Tônico. (2003). *Mbo'e kuatia ñemoñe'ê ha japo kuatia ñe'ê (Fazendo o papel falar e produzindo sua fala)*. Monografia apresentada ao Curso Normal Superior – UEM

BRAND, Antonio J. (1997). *O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis Caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. Porto Alegre.

BRAND, A. J. 1993. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

BRAND, A. J. 1997. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre. Tese (doutorado em História) - PUC/RS.

CADOGAN, León. 1959. *Ayvu Rapyta: Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

_____. 1962. "Aporte a la Etnografía de los Guarani del Amambái, Alto Ypané". *Revista de Antropologia* 10.

CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. 1991. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/Brasília.

CARIAGA, Diógenes Egídio. 2012. *As transformações no modo de ser criança entre os Kaiowá em Te'yikue (1950-2010)*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, UFGD.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. 2013. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista Assis, SP.

CLASTRES, Hélène. [1975]1978. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense.

CLASTRES, Pierre. [1974]1990. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Campinas: Papirus.

_____. [1974]2003. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.

CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade. Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani*. 2001. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1987. *Os Direitos do Índio*, Editora Brasiliense, São Paulo.

DOS SANTOS, Adilson Nascimento. *Assentamento rural e agricultura: os acertos, impasses e perspectivas no P.A. Corona, Ponta Porã (MS)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ELLIOT, John Henry. 1870. *Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo sr. João Henrique Elliott*. In: Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Segunda Edição, Rio de Janeiro.

ELLIOT, John Henry. 1870. *Itinerário de Joaquim Francisco Lopes. Encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Matto-Grosso pelo Baixo Paraguay*. Revista Trimensal de História e Geographia. Tomo XIII, Segunda Edição, Rio de Janeiro.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e PEREIRA, Levi Marques. 2009. *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Editora da UFGD. Dourados, MS.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2012. *A história indígena no Brasil e em Mato Grosso*

do Sul. In: XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Anais do XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: ANPUH-MS.

LITTLE, Paul E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica, n. 322. Brasília. UNB.

FACCIN, A.C.T.M; CASTILLO, R. A. Vulnerabilidade e implicações sócioespaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. Estudos Geográficos (UNESP), v.15, p.133 - 156, 2017.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini e MERÊNCIO, Valdecir dos Santos. Expansão do cultivo de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul: a crise da usina São Fernando e implicações territoriais na região de Dourados (MS). Revista Entrelugar. V. 10, nº19, 2019, p. 201- 222.

FAUSTO, C. 2000. *Os Índios antes do Brasil*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FELIPIM, Adriana P. 2001. *O sistema agrícola Guarani M'Bya e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba-SP.

GOW, Peter. *Lévi-Strauss's 'double twist' and controlled comparison: transformational relations between neighbouring societies*. Anthropology of this century, v. 10, maio de 2014. Disponível em: <<http://aotcpres.com/articles/lvistrauss-double-twist-controlled-comparison-transformational-relations-neighbouring/#sthash.PXKuIGOl.dpuf>> Acessado em: 21/05/2017

HENRIQUE DA SILVA, 2003. *Cartografia Nativa: a representação do território, pelos guarani kaiowá, para o procedimento administrativo de verificação da FUNAI*. Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciência Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. Niterói, Rio de Janeiro.

LADEIRA, Maria Inês. 1992. *O caminhar sob a luz: o território Mbya à beira do oceano*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.

_____. 2001. *Espaço Geográfico Guarani Mbya: significado, constituição e uso*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP/FFLCH. 235pp.

LORENZEN, Kristina (2021). A expansão da indústria canavieira e a mudança no acesso à terra e ao trabalho assalariado no Mato Grosso do Sul. «, Working Paper No. 16, Bioeconomy & Inequalities, Jena. URL: <https://www.bioinequalities.unijena.de/sozbemedia/WorkingPaper16.pdf>

LUTTI, Aline Castilho Crespe. Acampamentos Indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados – MS: (1990 – 2009). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade federal da Grande dourados UFGD, Dourados/MS, fevereiro de 2009.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha à Reserva, do Tekoharã ao Tekoha. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade federal da Grande dourados UFGD, Dourados/MS, fevereiro de 2015.

MELIÀ, Bartomeu. 1981. “El ‘Modo de ser’ Guaraní en la primera documentación Jesuítica (1594-1639)”. *Revista de Antropología*. 24.

_____. 1990. “A terra sem mal dos Guaraní: economia e profecia”. *Revista de Antropología* 33: 33-46.

_____. 1991. *El Guaraní: Experiencia Religiosa*. Asunción: CEADUC - CEPAG. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 12.

MELIÀ, Bartolomeu, GRÜNBERG, Georg. & GRÜNBERG, Friedl. 1976. *Los Pai-Taviterã: etnografía guaraní Del Paraguay contemporáneo*. Assunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica.

MELLO, Flávia C. 2001. *Aata Tape Rupy: seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbya e Chiripá Guaraní no sul do Brasil*. Dissertação. PPGAS/UFSC: Florianópolis.

MÉTRAUX, Alfred. *Migrations historiques des Tupi-guaraní*. Journal de la société des Americanistes, n.s., 19:1-45. 1927.

MONTEIRO, John Manuel. [1992] 1998. “Os Guaraní e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII”. In: M. Carneiro da Cunha (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP.

MONTOYA, Pe. A Ruiz de. [1639/1640]1876. *Vocabulário y Tesoro de la Lengua Guaraní, ó mas bien Tupi*, ed. Do Visconde de Porto Seguro, Viena/Paris, Faesy y Frick/Maisonneuve y Cia.

_____. [1639] 1985. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre, Martins.

MOTA, Juliane Grasiéle Bueno. Territórios, Multiterritorialidades e Memórias dos povos Guaraní e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos – *tekoha*. Dourados/MS. Trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutora em Geografia. Presidente Prudente/SP, 2015.

MORAES, J.C. 2002. *Condições dos Solos em Áreas de Pousio dos Cultivos praticados por Índios Guaraní, em Ubatuba (SP)*. Tese de Doutorado, UNESP, Botucatu.

MORAIS, Bruno Martins - Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. Universidade de São Paulo - 2016

MPF – Ministério Público Federal/MS-PRM-DRS-00006597/2011 – Inquérito Civil Público, Acompanhamento da situação de vulnerabilidade de comunidade indígena acampada na localidade denominada Curral de Arame, no município de Dourados/MS. 10/10/2011.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A; MITTERMEIER, C.G; FONSECA, G.A.B; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, n° 403, 2000. pp. 853-845.

MURA, Fábio. *À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ.

MURA, Fábio, THOMÁS DE ALMEIDA, R. F. –Relatório de Yvy Katu - Portaria n° 724/PRES publicada no DOU de 28.08.2001

NIMUENDAJU, Curt. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani*. Editora Hucitec e Editora USP, São Paulo. 1987.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etnohistórico do Brasil e Adjacentes – 1944*, IBGE, Rio de Janeiro, 2ª Edição. 1987.

NOELLI, Francisco Silva. 1993. *Sem Tekoha não Há Teko* (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. [1914] 1987. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec - Edusp.

_____. 1954. “Apontamentos sobre os Guarani”. (Trad. e notas de Egon Schaden). *Revista do Museu Paulista* VIII: 9-57.

_____. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt-Nimuendaju*. IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro.

_____. 2001. “Nimongaraí” (Documenta). *Mana: Estudos de Antropologia Social* 7(2): 143-149.

NOELLI, Francisco. 1993. *Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí- RS*. Dissertação de Mestrado. IFCH/PUCRS.

_____. 1996. “As hipóteses sobre o centro de origem e rota de expansão dos Tupi”. *Revista de Antropologia* 39 (2).

OLIVEIRA, Diogo de. *Arandu Nhembo’ea: Cosmologia, Agricultura e Xamanismo entre os Guarani-Chiripá no litoral de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em

Antropologia Social. Florianópolis: UFSC-PPGAS, 2011.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. A História Indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. In Espaço Ameríndio, Porto Alegre/RS, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul. /dez. 2012. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1999. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

PEREIRA, L.M. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara. 2005.

PEREIRA, Levi M. 2003. O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS. Revista Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas. NEPPI, ano 3, n. 4, Campo Grande –MS: UCDB.

PEREIRA, Levi Marques. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Dourados Amambaipegua. Portaria Funai nº 789/PRES, de 10/07/2008 - Dourados-MS - agosto de 2015.

PEREIRA, Levi Marques. Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. Parentesco e Organização. Social Kaiowá. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1999.

PIMENTEL, Spensy K. Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2012.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. 2006. Sansões e Guaxos: Suicídio Guarani e Kaiowá - Uma Proposta de Síntese, Dissertação de Mestrado em Antropologia social. Programa de pós-graduação em antropologia da Universidade de São Paulo - USP.

PISSOLATO, Elisabeth de Paula. 2006. *A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. Tese de Doutorado. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. 1984/1985. “*Relações internas na família linguística Tupi-Guarani*”. *Revista de Antropologia*.

SAHLINS, Marshall. 1985. *Islands of History*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

SCHADEN, E. 1974. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. (10 Ed. 1954) 30 Ed. São Paulo: EPU/EDUSP.

_____. 1982. “A Religião Guarani e o Cristianismo. Contribuição ao Estudo de um processo histórico de comunicação intercultural”. *Revista de Antropologia* 25.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay II. Etnohistoria de los Guaraníes. Epoca colonial*. Assunção: Museu Etnográfico “Andres Barbero”, 1979-1980.

SILVA, Alexandra Barbosa da. 2007. Mais Além da “Aldeia”: Território e Redes Sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional – UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2007.

SILVA, Ruth Henrique da. “Cartografia Nativa”: A Representação do Território, pelos Guarani Kaiowá, para o procedimento administrativo de verificação da Funai. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2003.

SUSNIK, Branislava. 1979. *Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial*. Asunción, Museo Etnografico Andrés Barbero (Los Aborígenes del Paraguay, 2).

THOMÁS DE ALMEIDA, R. F. "Relatório Jatayvary", Documentação Funai, Brasília. Portaria nº 199/PRES/FUNAI de 19 de abril de 1999 – março de 2005.

_____. Ñanderu Marangatu – Portaria 199/PRES/FUNAI – 09 de abril de 1999 – nov. 2000


TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. -1991. *O Projeto Kaiowá-Nandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Kaiowá-Nandeva contemporâneos de Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIETTA, Katya. Histórias sobre terras e xamãs kaiowá: territorialidades e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

ANEXOS

1. Certidões de óbitos do grupo familiar do tekoha Apyka'í, constando locais de enterramentos. Os três primeiros encontram-se enterrados nos dois cemitérios do Apyka'í (interior da fazenda Serrana)


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS


Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.ª VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 052/B, do Livro n.º 6 sob n.º 1562
AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de
Óbito de SIDNEI CARIO DE SOUZA pertencente a tribo KAIOWA
com o nome usado de O MESMO falecido no dia terça-feira, 28 de junho de 2011
às 17:10 horas, em BR-463-KM-06 do sexo MASCULINO de cor PARDA
com 26 anos de idade, estado civil CASADO filho de ILARIO CARIO DE SOUZA
e Dona LUZIA CAVANHA tendo sido declarante FUNASA
e o óbito atestado pelo médico Dr. KEILA V. FIGUEIREDO que deu como
causa da morte ACIDENTE DE TRÂNSITO
Foi sepultado no dia quarta-feira, 29 de junho de 2011
em CURRAL DE ARAME

Observações:
DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.
Coordenação Técnica Local de Dourados/MS, quarta-feira, 20 de julho de 2011


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS


Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.ª VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 074/b, do Livro n.º 6 sob n.º 1646
AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de
Óbito de MAGNO DE FREITAS DOS SANTOS pertencente a tribo KAIOWA
com o nome usado de O MESMO falecido no dia terça-feira, 26 de junho de 2012
às 14:30 horas, em BR-463 KM 06 do sexo MASCULINO de cor PARDA
com 35 anos de idade, estado civil SOLTEIRO filho de ANGELO DE FREITAS DOS SANTOS
e Dona DAMIANA CAVANHA tendo sido declarante FUNASA
e o óbito atestado pelo médico Dr. KEILA VALERIANO FIGUEIREDO que deu como
causa da morte POLITRAUMATISMO-ACIDENTE DE TRANSITO
Foi sepultado no dia quarta-feira, 27 de junho de 2012
em CEM-CURRAL DE ARAME

Observações:
DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.
Coordenação Técnica Local de Dourados/MS, sexta-feira, 30 de maio de 2014


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS

Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.^a VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 92-A, do Livro n.º 6 sob n.º 1716

AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de

Óbito de GABRIEL LOPES CAVALHEIRO pertencente a tribo KAIOWÁ

com o nome usado de O MESMO falecido no dia sexta-feira, 22 de março de 2013

às 20:00 horas, em BR 463 KM 05 DOURADOS MS do sexo MASCULINO de cor PARDA

com 4 anos de idade, estado civil SOLTEIRO filho de ELIO CAVALHEIRO

e Dona DELCIA LOPES tendo sido declarante FUNASA

e o óbito atestado pelo médico Dr. RAFAEL M. SIMABUKURO que deu como

causa da morte POLITRAUMATISMO/ACÃO CONTUNDENTE

Foi sepultado no dia sábado, 23 de março de 2013


em BR 463 - CURRAL DE ARAME

Observações:

DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.

Coordenação Técnica Local de Dourados(MS)quarta-feira, 3 de abril de 2013


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS

Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.^a VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 074/A, do Livro n.º 6 sob n.º 1645

AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de

Óbito de AGINALDO CARIO DE SOUZA pertencente a tribo CAIUA

com o nome usado de O MESMO falecido no dia domingo, 17 de junho de 2012

às 07:00 horas, em HOSPITAL DA VIDA do sexo MASCULINO de cor PARDA

com 19 anos de idade, estado civil SOLTEIRO filho de MAGINO CARIO DE SOUZA

e Dona EDUARDA ESCOBAR tendo sido declarante FUNASA

e o óbito atestado pelo médico Dr. RAUL GRICOLETTE que deu como

causa da morte TRAIMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO

Foi sepultado no dia segunda-feira, 18 de junho de 2012


em CEM. MUDAS MS - DDOS / MS

Observações:

DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.

Coordenação Técnica Local de Dourados(MS)sexta-feira, 30 de maio de 2014


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS

Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.^a VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 78-B, do Livro n.º 5 sob n.º 1266

AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de

Óbito de ALZIRA MELITA pertencente a tribo KAIOWÁ

com o nome usado de O MESMO falecido no dia sexta-feira, 4 de julho de 2008

às 05:00 horas, em AIN-DOURADOS do sexo FEMININO de cor PARDA

com anos de idade, estado civil IGNORADO filho de MELITO ALZIRO

e Dona VERONICA ALZIRO tendo sido declarante A FUNASA

e o óbito atestado pelo médico Dr. KARSON LOYOLA que deu como

causa da morte INSUFICIÊNCIA RESPIRATORIA AGUDA

Foi sepultado no dia sábado, 5 de julho de 2008


em CEMIT. AIN-DOURADOS

Observações:

DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.

Coordenação Técnica Local de Dourados(MS)quarta-feira, 9 de julho de 2008


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS

Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.^a VIA **CERTIDÃO**

Certifico que, nas folhas n.º 110-C, do Livro n.º 8 sob n.º 1790

AER-CONE SULMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de

Óbito de RAMÃO ARAÚJO pertencente a tribo KAIOWÁ

com o nome usado de O MESMO falecido no dia sexta-feira, 14 de março de 2014

às 19:00 horas, em RODOVIA BR 463 do sexo MASCULINO de cor PARDA

com 64 anos de idade, estado civil SOLTEIRO filho de BERNANDO ARAÚJO

e Dona CATALINA ARCE tendo sido declarante SESAI

e o óbito atestado pelo médico Dr. RAFAEL M. SIMABUKURO que deu como

causa da morte TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO/ACIDENTE DE TRANSITO

Foi sepultado no dia sábado, 15 de março de 2014

em ACAMPAMENTO MUDAS MS

Observações:

DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.

Coordenação Técnica Local de Dourados(MS)terça-feira, 18 de março de 2014



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL
 CAARAPÓIMS

Registro Administrativo de ÓBITO de ÍNDIO

CERTIDÃO

Certifico que, nas folhas Nº 33, do Livro Nº 3/A sob Nº de ordem 125, CRD/CTL/CPÓ-MS, foi feito em 11/01/1995, o Registro Administrativo de Óbito de **JONAS CÁRIO DE SOUZA**, pertencente a etnia KAIOWÁ, com o nome indígena o mesmo, falecido no dia 08/01/1995, em Caarapó/MS, do sexo masculino de cor parda, estado civil solteiro, filho de ILÁRIO CÁRIO DE SOUZA e LUZIA CAVANHA DE SOUZA. Óbito atestado pelo médico *não declarado*, que deu como causa da morte: *Ignorada*. O sepultamento ocorreu no dia 10/01/1995, na Aldeia Te'Yikúé, município de Caarapó/MS.

O referido é verdade e dou fé.

Conforme dispõem o artigo 12, da Lei 6001, de 19/12/1973 - Estatuto do Índio.

Caarapó-MS, 29 de novembro de 2016.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS/MS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE DOURADOS

Registro de Administrativo de Óbito de Índio

2.ª VIA

CERTIDÃO

Certifico que, nas folhas nº 109-D, do Livro nº 6 sob nº 1787 AER-CONE SULIMS PIN DOURADOS de ordem, foi feito o Registro Administrativo de Óbito de **ADECI LOPES** pertencente a tribo KAIOWÁ com o nome usado de O MESMO falecido no dia **sábado, 8 de fevereiro de 2014** as 21:30 horas, em **RODOVIA MS 463** do sexo **FEMININO** de cor **PARDA** com 17 anos de idade, estado civil **SOLTEIRA** filho de **ROBERTO LOPES** e Dona **CLEUSA LOPES BENITES** tendo sido declarante **SESAI** e o óbito atestado pelo médico Dr. **MARIO B. SOUZA JR.** que deu como causa da morte **TRAUMATISMO CRANIO-ENCEFÁLICO/ATROPEL. NA RODOVIA** Foi sepultado no dia **domingo, 9 de fevereiro de 2014** em **CEMITÉRIO MUDAS MIS**

Observações:

DE ACORDO COM A LEI 6.001, DE 19/12/1973, CONFORME ARTIGO 12 DO ESTATUTO DO ÍNDIO

O Referido é verdade e dou fé.

Coordenação Técnica Local de Dourados/MS quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS
 COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL
 CAARAPÓIMS

Registro Administrativo de ÓBITO de ÍNDIO

CERTIDÃO

Certifico que, nas folhas Nº 68V, do Livro Nº 3/A, sob Nº de ordem 266, CRD/CTL/CPÓ-MS, QUE, em 05/03/2003, foi feito o Registro Administrativo de Óbito de **ILARIO CARIO DE SOUZA**, pertencente a etnia KAIOWÁ, com o nome indígena o mesmo, falecido no dia 24/12/2002, às 07:10 horas, no Hospital Evangélico, município de Dourados/MS, do sexo masculino, de cor parda, com 63 anos de idade, filho de LUIZ CARIO e ELZIA DE SOUZA. Óbito atestado por médico ignorado. Causa da morte: atropelamento. O sepultamento ocorreu no dia 25/12/2002, na Aldeia Te'Yikúé, município de Caarapó/MS.

O referido é verdade e dou fé.

Observações: Conforme dispõem o artigo 12, da Lei 6001, de 19/12/1973 - Estatuto do Índio.

Caarapó-MS, 23 de abril de 2015.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO LEVANTAMENTO
FUNDIÁRIO DA ÁREA EM ESTUDO DENOMINADA TERRA
INDÍGENA APYKA'I**

Dourados/ MS

Portaria Funai nº 1.133, de 30 de setembro de 2024

Brasília, DF

Janeiro de 2026

LISTA DE SIGLAS

CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
DOU	Diário Oficial da União
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GT	Grupo Técnico
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONR	Operador Nacional de Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
RCLF	Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário
SCAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
TI	Terra Indígena

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cadastros Ambientais Rurais (CARs) incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i	16
Quadro 2 - SIGEFs incidentes na área em estudo denominada TI Apyka'i.....	18
Quadro 3 - Pesquisa cartorial dos imóveis incidentes na área em estudo denominada TI Apyka'i	21
Quadro 4 – Ofícios/Notificações enviadas aos proprietários dos imóveis incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i	25
Quadro 5 - Petições recebidas por parte de interessados após notificação dos ocupantes não indígenas incidentes na área em estudo.....	27

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Uso e cobertura do solo da proposta de delimitação da TI Apyka'i	14
Mapa 2 - Cadastros Ambientais Rurais (CAR) incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i	17
Mapa 3 - SIGEFs incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - classificação, por tamanho, das propriedades sobrepostas a área em estudo.....	23
--	----

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. METODOLOGIA	10
4. LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	11
4.1. Localização da Área	11
4.2. Breve histórico do processo de colonização.....	11
4.3. Levantamento fundiário de base de dados fundiários.....	15
4.3.1. <i>Sistema Nacional de Cadastros Ambiental Rural (SICAR/CAR)</i>	15
4.3.2. <i>Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)</i>	18
5. PESQUISA CARTORIAL	21
6. SÍNTESE FUNDIÁRIA	23
7. NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO DE OCUPANTES NÃO INDÍGENAS	25
8. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
ANEXOS	34
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	35

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe os estudos que subsidiam o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da área em estudo denominada Apyka'i, localizada no município de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, reivindicado pelos povos indígenas Guarani e Guarani Kaiowá. As atividades seguem as diretrizes estabelecidas pelo artigo 231 da Constituição Federal, pelo Decreto nº 1.775/1996, pelas Portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011 e pela Lei nº 14.701/2023.

Os estudos de natureza fundiária, nos termos da Portaria MJ n.º 14/1996, possuem a finalidade de compor a sexta parte do RCID, além de outros propósitos, dada a transversalidade das informações de natureza fundiária ao longo de todas as partes do RCID. Assim, a fim de atender integralmente os itens e subitens da referida portaria ministerial, este Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário (RCLF), tem por objetivo contemplar as singularidades da colonização da região da área em estudo e identificar as ocupações não indígenas incidentes na área de estudo, o perfil socioeconômico dos ocupantes não indígenas, bem como a natureza jurídica do vínculo com o imóvel, o tempo da ocupação e o tipo de exploração predominante. Ainda, destaca-se que o RCLF subsidia as demais etapas do processo, como: o contraditório administrativo, a futura expedição de Portaria Declaratória, a demarcação física e a avaliação e pagamento por benfeitorias erigidas em ocupações não indígenas de boa-fé.

Considerando as orientações do Manual de Estudos de Natureza Fundiária na etapa de identificação e delimitação de terras indígenas (Funai, 2014) e a importância do diálogo dos estudos fundiários com os estudos de natureza antropológica, ambiental, cartográfica e histórica, também parte do procedimento de identificação e delimitação, ressalta-se que foram levados em conta neste Relatório as informações dos processos administrativos correlatos a esta identificação e delimitação:

I - **SEI nº 08620.127520/2015-68**: processo administrativo de identificação e delimitação da área em estudo denominada Terra Indígena Apyka'i;

II – **SEI nº 08620.007254/2023-68**: processo voltado para os estudos complementares de natureza fundiária, subsídio do RCLF, necessário à consolidação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apyka'i.

Sobre esse processo cabe sublinhar que, em observância ao disposto na Lei n.º 14.701/2023 e na Portaria MJ n.º 2.498/2011, propiciou-se a participação dos entes federados no procedimento de identificação e delimitação, por meio de reuniões, troca de informações e diálogos permanentes com os técnicos indicados pela prefeitura municipal de Dourados e pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

III – **SEI n.º 08620.013896/2023-04:** processo administrativo voltado para informações cartográficas no procedimento de identificação e delimitação TI Apyka'i.

2. INTRODUÇÃO

O levantamento fundiário da área em estudo denominada Apyka'i, localizada no município de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, tradicionalmente ocupada e reivindicada pelos povos Guarani e Guarani Kaiowá, teve como objetivo identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na proposta delimitação. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria Funai nº 1.133/2024 (SEI nº 7519122), no âmbito da elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) instituído através da Portaria Funai nº 560/2016 e alterado pelas Portarias Funai nº 698/2016 e nº 1.231/2018.

Trabalhos desenvolvidos pelo GT de natureza antropológica, cartográfica e ambiental chegaram a uma proposta de delimitação, e em atendimento a Portaria MJ nº 2.498/2011, a Funai solicitou a indicação de técnicos habilitado a participar da etapa de estudos de natureza fundiária, voltada à caracterização da ocupação não indígena na área estudada referente a Terra Indígena Apyka'i, conforme documentos que seguem: Ofício DPT 1213/2023/DPT/FUNAI (SEI nº 5846841), Ofício DPT 931 (SEI nº 5617300) e Ofício DPT 933 (SEI nº 5617658), Ofício DPT 1214/2023/DPT/FUNAI (SEI nº 5846984), sendo os dois primeiros direcionados à Prefeitura de Dourados e os dois últimos ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

A Prefeitura de Dourados respondeu a Funai por meio do Ofício nº 0746/2023/GAB/PMD (SEI nº 5857620), indicando Ênio Alencar da Silva (Geógrafo) e Samir Pascoal Anache (Topógrafo). Por sua vez, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul respondeu por meio do Ofício /GABGOV/MS/Nº 277/2023 (SEI nº 5922646), indicando Viviane Luiza da Silva, Secretária - Adjunta de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (SETESCC).

Em seguida, a Funai agendou uma reunião com a participação dos representantes dos entes federados, a qual ocorreu no dia 16 de julho de 2024, na Coordenação Regional da Funai em Dourados (CR-DOU), conforme a Memória de Reunião CGID (SEI nº 6990627). Além de Viviane Luiza da Silva, foram também indicados como representantes do Governo do Estado do Mato Grosso, Fernando da Silva Souza - Subsecretário de Estado da Cidadania

do Mato Grosso do Sul (SEC/MS) e Vinícius Spíndola Campelo, Procurador Geral do Estado (PGE/SEC/MS).

Dessa forma, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 193, do dia 04 de outubro de 2024 a Portaria Funai nº 1.133, de 30 de setembro de 2024, constituindo Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza fundiária necessários à consolidação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apyka'i, localizada no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, com a seguinte composição:

1. Maila Terra Gioia, engenheira agrônoma, Coordenadora de Estudos Fundiários em Terras Indígenas, como Coordenadora do GT;
2. Lucas Soares Braga, engenheiro agrônomo, Assistente Técnico da Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários, como Assistente do GT;
3. Felipe Vianna Mourão Almeida, biólogo e antropólogo, Assistente Técnico da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação, como Assistente do GT;
4. Viviane Luiza da Silva, Secretária-Adjunta de Estado e Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania do Mato Grosso do Sul (SETESCC), como representante técnica indicada pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;
5. Vinícius Spíndola Campelo, Procurador Geral do Estado (PGE/SEC/MS), como representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;
6. Fernando da Silva Souza, Subsecretário de Estado da Cidadania do Mato Grosso do Sul (SEC/MS), como representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;
7. Ênio Alencar de Silva, geógrafo, servidor da Secretaria Municipal de Planejamento de Dourados, como representante técnico indicado pela Prefeitura Municipal de Dourados/MS; e
8. Samir Pascoal Anache, topógrafo, servidor da Secretaria Municipal de Planejamento de Dourados, como representante técnico indicada pela Prefeitura Municipal de Dourados/MS.

Após conclusão preliminar do RCLF, em 03/11/2025, foi realizada nova reunião com os entes federados em que restou, notadamente, o seguinte encaminhamento conforme MEMÓRIA DE REUNIÃO SEI nº 9344695:

O Estado do Mato Grosso do Sul vai indicar técnico da Agraer para compor Grupo Técnico de Levantamento Fundiário das áreas em estudo denominada Apyka'i, no município de Dourados, e Laranjeira Nhanderu, município de Rio Brillhante, tão logo receba por e-mail a presente memória de reunião.

A Funai vai portariar o técnico da Agraer a ser indicado pelo Estado do MS e enviará a minutado RCLF mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, estabelecendo um prazo de dez (10) dias para análise do material

Por meio do Ofício nº 29227/2025/GRF_Agraer- MS (9394902) o estado no Mato Grosso indicou servidor Jadir Bocato, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e o material do RCLF preliminar foi encaminhado em 17/11/2025.

O servidor indicado pelo Estado do MS foi portariado nos termos da Portaria FUNAI Nº 1.247, de 17 de novembro de 2025 (09559965), sendo solicitada manifestação por parte do novo integrante do GT à luz do material do RCLF preliminar, reiteradamente, contudo, até a presente data não houve resposta.

Assim sendo, o presente relatório seguiu as diretrizes estabelecidas pela legislação indigenista vigente já citadas, e também a Lei nº 14.701/2023 que assegura o contraditório e a ampla defesa aos ocupantes não indígenas identificados.

A área objeto deste estudo se insere em um contexto de ocupação não indígena atualmente marcada pela presença de propriedades rurais consolidadas, com uma cobertura total de imóveis rurais inscritos no SIGEF e SICAR, a maioria pequenas propriedades rurais, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993 e levando em conta o módulo fiscal para o município de Dourados/MS (30 hectares).

O perfil socioeconômico da região na área em estudo pode ser caracterizado majoritariamente por atividades de agropecuária comercial, caracterizadas principalmente por monocultivo de soja e cana-de-açúcar. De modo geral, considerando-se os endereços adquiridos para fins de notificação, acredita-se que os proprietários não moram nos imóveis rurais, utilizando-os principalmente como meio de geração de renda.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste levantamento fundiário seguiu as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária na Etapa de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas, além dos dispositivos previstos na legislação indigenista vigente, especialmente a Lei nº 14.701/2023 e o Decreto nº 1.775/1996.

O levantamento das propriedades sobrepostas a área em estudo foi realizado por meio da análise de dados fundiários, através de software de geoprocessamento, associado as informações de bases oficiais, especialmente SICAR, SIGEF e dados cartoriais, sendo possível identificar todas as sobreposições da TI devido à cobertura total de informações na proposta de delimitação mediante dados disponíveis no Sistema de Gestão Fundiária do Inca – SIGEF e no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

4. LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

4.1. Localização da Área

A área em estudo, denominada Terra Indígena Apyka'i possui aproximadamente 1.083 hectares, segundo Memorial Descritivo de Delimitação - TI Apyka'i (SEI nº 5962587), abrangendo apenas o município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul – MS.

A região encontra-se em contato entre dois grandes Biomas Brasileiros, a Mata Atlântica e o Cerrado. Além disso, situa-se no curso médio do córrego Curral de Arame, que percorre 19,5 km da nascente até desaguar no rio Dourados que por sua vez é tributário do rio Brilhante, pertencentes à bacia do rio Paraná, entre os paralelos 22° e 23° de latitude Sul, e entre 54° e 55° de longitude Oeste, na fronteira com áreas de influência urbana de Dourados e plantio de culturas cíclicas. Ainda, o rio Dourados nasce na serra de Maracajú, a uma altitude aproximada de 700 metros e percorre uma extensão de 374 km até desaguar no rio Brilhante.

A sub-bacia do rio Dourados tem importância no abastecimento de água da população da região, especialmente da população urbana de Dourados com mais de 240 mil habitantes (IBGE, Censo 2022).

Ainda no que concerne as unidades geomorfológicas do Brasil, a terra indígena encontra-se em região de planaltos e chapadas da borda ocidental da Bacia Sedimentar do Paraná, no Planalto de Maracaju, com predominância de áreas com Cerrado em relação às áreas com Floresta Estacional Semidecidual, sobre as colinas de topos convexos medianas em terrenos sedimentares de basalto. Esses terrenos são cobertos por uma mata latifoliada em transição com cerrado, muito alterado pela ocupação agropastoril desde o século XVIII, quando ocorreram as primeiras ocupações por criadores de gado bovino.

4.2. Breve histórico do processo de colonização

O atual município de Dourados/MS, está inserido dentro da área concedida para exploração à Companhia Matte Laranjeira pelo governo do Estado do Mato Grosso, desde o final do século XIX até o final da primeira metade do século XX. A Cia Matte Laranjeiras,

apesar de explorar mão de obra indígena e interferir assim no habitat desses povos, também impedia a penetração de colonizadores, o que significava uma proteção sobre o território Kaiowá.

A Cia. Mate Laranjeira atingiu o auge de sua produtividade na década de 1920, e adquiria parte significativa da erva mate coletada de pequenos produtores independentes, os quais vinham se fortificando com a distribuição de lotes de 3600 ha colocados à venda, a partir de 1927, pelo governo do estado de Mato Grosso, (Arruda 1997).

Segundo dados dos estudos de Brand (1993:53), Dourados atinge a categoria de município em 1935 e com isso, ocorre uma expansão demográfica e conseqüentemente há uma pressão de migrantes para constituir propriedades privadas, minando assim, o monopólio Cia Matte Laranjeiras, o qual obteve sua mais decisiva derrocada em 1943. Naquele mesmo ano, o então presidente Getúlio Vargas cria o território Federal de Ponta Porã e são cancelados os direitos da Cia Mate Laranjeiras. O Território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Os objetivos eram povoar regiões distantes e fortalecer segurança nacional. Porém, logo após, o Território Federal é extinto pela Constituição de 1946.

Em 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), através do Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, abarcava uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã.

Ainda, de 1943 a 1950, foram distribuídos pequenos lotes, sendo os beneficiados especialmente lavradores nordestinos. A criação da Colônia trouxe para os Kaiowá problemas bem diversos daqueles criados com a Cia Matte Laranjeiras, a qual se interessava somente pelos ervais nativos localizados dentro da terra dos Kaiowá, e pela mão de obra necessária para exploração da mesma erva. Passaram ao confronto com colonos em busca de propriedades, portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total, pois a CAND atingiu diretamente uma série de tekoha Kaiowá, em especial Panambi e Panambizinho.

Em 1955, devido a construção da Ferrovia Noroeste ligando Ponta Porã a Campo Grande e S. Paulo, ocorre um intenso processo de crescimento das ocupações não indígenas no

município de Dourados, aumentando assim em 611% a densidade demográfica de 1950 a 1960 (Brand: 1993: 117).

Na década de 1960, o município de Dourados sofre novamente um elevado crescimento populacional, em grande parte, devido a agricultores provenientes da região sul do país, especialmente do Rio Grande do Sul, os quais se dedicam ao plantio da soja, trigo e arroz, atraídos pelo baixo custo das terras, o que influencia diretamente no território indígena.

Em 1980, na região da Grande Dourados, a população tem um crescimento de 35,78%, devido à imigração que ocasionou ainda, um crescimento da área cultivada de nove principais culturas no estado em 145%, com destaque para a soja, durante a década 1979-80. Sendo que, a cultura da soja no sul do MS foi influenciada, especialmente, pela migração expressiva da região sul do Brasil.

O setor agrícola continuou crescendo na região, com a ampliação da área plantada de soja e trigo em Ponta Porã e Dourados, mesmo com a crise econômica vivenciada pelo país na década de 1980, principalmente em função da política de garantia de preços mínimos do Governo Federal (Dos Santos, 2009).

Nessa época, grande parte da paisagem do extremo sul do MS já estava bastante transformada e veio a se juntar a este movimento a monocultura da cana-de-açúcar. Com a implantação das usinas de álcool na região, na década de 1980, alterando parte da agricultura do estado e atraindo grande parte da mão-de-obra indígena para o trabalho nos canaviais (Brand, 1997).

Dos anos 2000 em diante, a indústria da produção de álcool como biocombustível ganhou maior impulso, apoiada nos incentivos à produção de combustíveis renováveis, devido às preocupações com a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Em 2007, o Brasil firmou um acordo internacional com os Estados Unidos para a produção de biocombustíveis, contribuindo para a expansão da produção de cana-de-açúcar e do álcool etanol no país, aumentando assim, a demanda do trabalho indígena no que concerne a essa monocultura no MS.

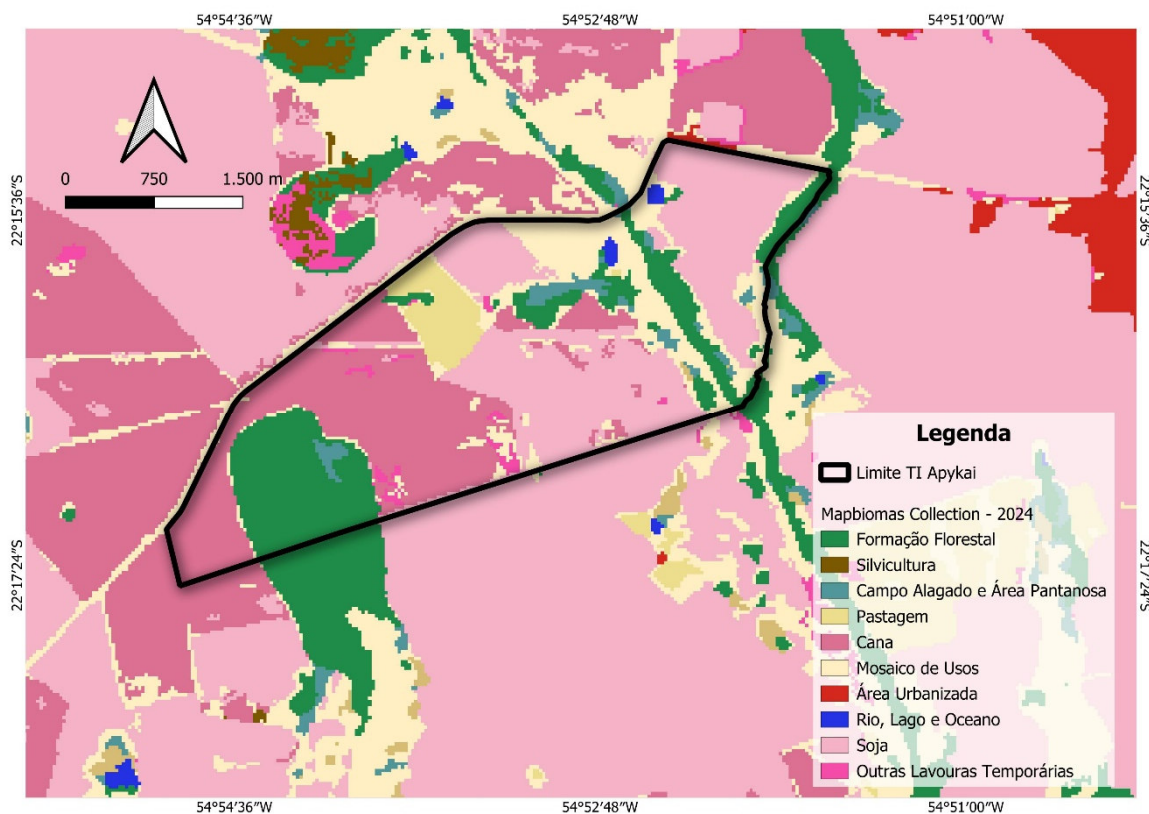
No entanto, em 2012, a maior parte da colheita e do plantio da cana-de-açúcar dessa região tornou-se mecanizada, de forma que a mão de obra indígena deixou de ser demandada na mesma magnitude (Lorenzen, 2021).

De acordo com Faccin e Merêncio (2019), a chegada das usinas de açúcar e etanol provocou alterações na esfera produtiva, especialmente da região de Dourados: famílias que criavam gado há quase um século mudaram de atividade e iniciaram o cultivo de cana-de-açúcar em suas propriedades, graças à proximidade com as novas usinas da região (FACCIN & CASTILLO, 2017).

Ainda, segundo Cortez et al (2025), com base em análise de dados de uso e cobertura do solo do Projeto Mapbiomas, de 1985 a 2000, a área de soja praticamente dobrou, se estabilizando aproximadamente a partir de 2005. Por sua vez, a área de cana-de-açúcar começou a ter maior destaque a partir de 2010, atingindo a maior área em torno de 2015.

Em análise da área proposta para a delimitação da TI Apyka'i, nota-se a presença da produção de soja e cana-de-açúcar, conforme **Mapa 1** (Ver Anexo II para tamanho real do mapa) apresentado abaixo, elaborado a partir de informações do Mapbiomas (2024). Além disso, pode-se observar também a presença de fragmentos florestais, como por exemplo, a mata da madeira que abriga a nascente do córrego homônimo, e ainda a existência do córrego denominado curral de arame, em que ambos deságuam no rio dourados.

Mapa 1 - Uso e cobertura do solo da proposta de delimitação da TI Apyka'i



Fonte: Mapbiomas Collection - 2024

4.3. Levantamento fundiário de base de dados fundiários

A partir da proposta apresentada pelo GT de natureza antropológica, cartográfica e ambiental para a delimitação da TI Apyka'i, realizou-se o levantamento da malha fundiária com o uso do software Quantum GIS, a partir do qual foram identificadas as propriedades cadastradas no SIGEF E SICAR que se sobrepõem a área em estudo. Destaca-se que não foram identificadas sobreposições com Assentamentos, Territórios Quilombolas, ou Unidades de Conservação de acordo com os dados vetoriais disponibilizados, respectivamente, pelo Incra e pelo Ministério do Meio Ambiente.

No que concerne ao levantamento fundiário da região em estudo, foram identificados apenas imóveis rurais, havendo incidência de 9 imóveis cadastrados no Sicar e 9 possuem Sigef, sem correlação totalmente direta conforme será explanado na sequência.

4.3.1. Sistema Nacional de Cadastros Ambiental Rural (SICAR/CAR)

O Cadastro Ambiental Rural, criado pela Lei nº 12.651/2012, consiste em um registro público eletrônico de abrangência nacional e obrigatório para todos os imóveis rurais. A inscrição é realizada através do autocadastramento, sem verificação prévia dos dados informados. Com isso, vale ressaltar que esse cadastro não consiste em uma comprovação de propriedade do imóvel e não substitui outros documentos comprobatórios.

Através do levantamento fundiário realizado por meio das bases de dados disponíveis do Sicar, foi possível identificar **9 Cadastros Ambientais Rurais (CAR)** incidentes na proposta da TI Apyka'i. Ainda, durante análise de dados, notou-se que 8 desses imóveis rurais, encontram-se 100% incidentes dentro da área em estudo, havendo apenas 1 imóvel com incidência parcial, sendo o imóvel denominado “Fazenda Cedro – área 1”.

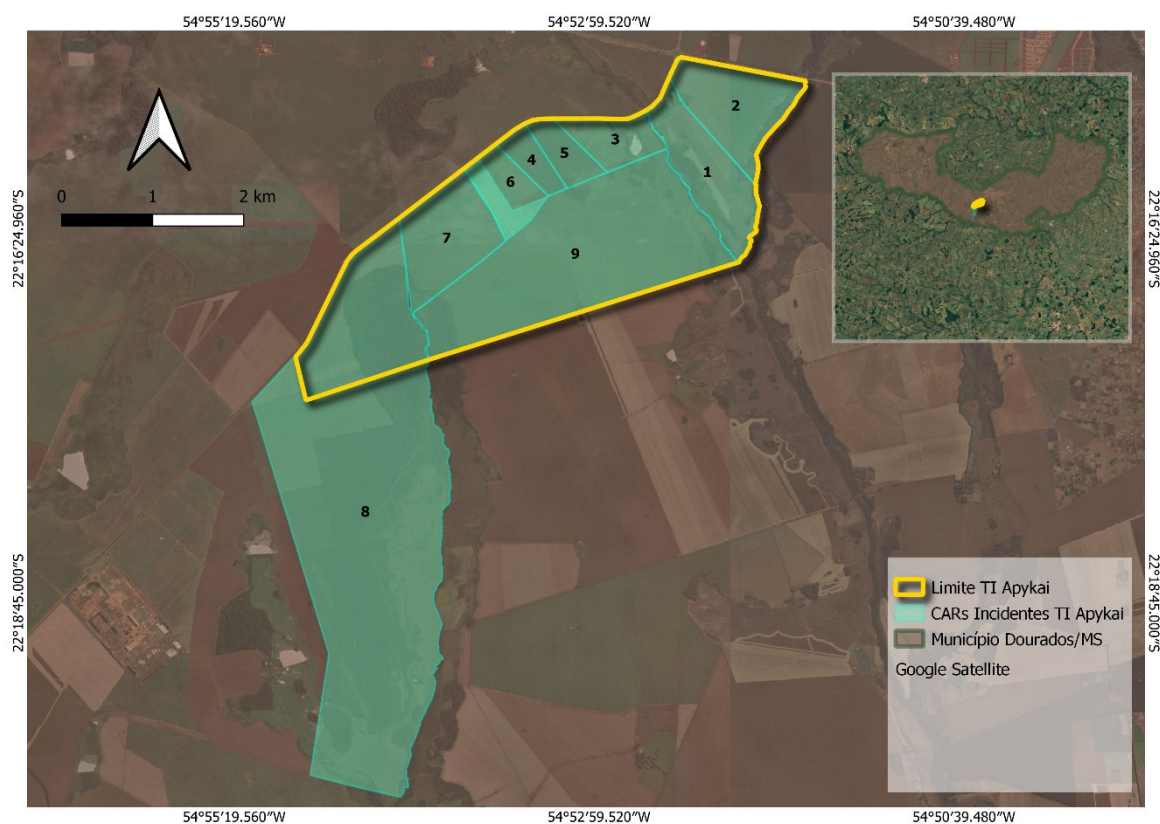
O **Quadro 1** apresenta a relação e identificação desses imóveis, enquanto o **Mapa 2** (ver Anexo III para tamanho real do mapa), apresenta a distribuição espacial desses imóveis sobre a área proposta para a delimitação da TI em questão.

Quadro 1 - Cadastros Ambientais Rurais (CARs) incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i

Nº Ord.	Nome(s) do(s) Ocupante(s)	Nome do Imóvel	CPF/CNPJ	Município	Incidência da TI	Área Imóvel	Mód. Fiscais	Cód. do CAR
1	Luiz Henrique Brandão de Souza Daniel Augusto Brandão De Souza	Fazenda Curral de Arame	958.***.***-91 001.***.***-27	Dourados	Total	105,8608	3,5400	MS-5003702-792E.8D3D.834D.42EE.9C62.8612.FB5D.8122
2	Cassio Guilherme Bonilha Tecchio	Fazenda Serrana	652.***.***-91	Dourados	Total	109,1406	3,6400	MS-50037024EB415D108A341E2969BA6788997A6C
3	Argemiro Pradela	Rancho Realeza	616.***.***-20	Dourados	Total	49,1855	1,6400	MS-5003702-B7B8.6BD1.7953.4E77.B6B1.BEDF.322C.E9E2
4	Laura Antonella Parizotto	Fazenda Curral de Arame 2	032.***.***-39	Dourados	Total	27,0316	0,9000	MS-5003702-39C4.CCD1.034B.42B8.BB60.CDBA.CE92.9E05
5	Rafael Genuíno Toniazzo Parizotto Ana Carolina Toniazzo Parizotto	Área 2 - Desmemb. Fazenda Curral De Arame - Parcela 02	032.***.***-38 032.***.***-94	Dourados	Total	33,0166	1,1000	MS-5003702-15A2.CCDD.8089.4093.8CE1.5CAB.98AD.3556
6	Walter Romero Beloto	Sítio Boa Vista	158.***.***-53	Dourados	Total	51,6538	1,7200	MS-5003702-75BC.CCE5.5712.48C1.BCD4.4DD9.3C3C.249A
7	Map Participações Ltda	Fazenda Água Rica	13.***.***/0001-81	Dourados	Total	110,0398	3,6500	MS-5003702-9584.89FB.D839.4507.A12E.4852.9BC C.37DC
8	Coamo Agroindustrial Cooperativa	Fazenda Cedro - Área 01	75.***.***/0001-21	Dourados	Parcial	895,7231	29,8600	MS-5003702-87E2.D5C3.7DE9.478C.B09B.77DA.FB6A.41AD

9	Fernando de Barros		780. ***.***-					
	Bumlai		49					
	Guilherme de Barros		843. ***.***-					MS-5003702-
	Costa Marques Bumlai	Fazenda	68					D37B.E2DB.0D26.
	Mauricio de Barros	São José	132. ***.***-	Dourados	Parcial	424,6006	14,1500	440A.9E0E.278D.9
	Bumlai		00					35F.2DBF
	Cristiane de B. Costa		692. ***.***-					
	Marques Bumlai		49					
	Pagnoncelli							

Mapa 2 - Cadastros Ambientais Rurais (CAR) incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i



Fonte: CAR/SICAR

Quanto a análise das informações acima, é possível notar o desmembramento de imóveis que ocasionaram a atual quantidade de registros. Há um grande destaque dessas divisões principalmente com origem da propriedade denominada Fazenda Curral de Arame.

Observou-se ainda, uma sobreposição parcial de imóveis declarados no CAR entre a Fazenda Água Rica cujos limites de propriedade coincidem o registrado no Sigef e a Fazenda São José (nº de ordem 9) que não possui cadastro no Sigef.

4.3.2. Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)

O Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), consiste em um sistema eletrônico capaz de subsidiar a governança fundiária do território nacional. Através dele podem ser regularizadas e disponibilizadas informações de coordenadas georreferenciadas dos imóveis rurais.

Após análise da base de dados georreferenciadas, identificou-se a existência de **9 certificações** incidentes na área em estudo.

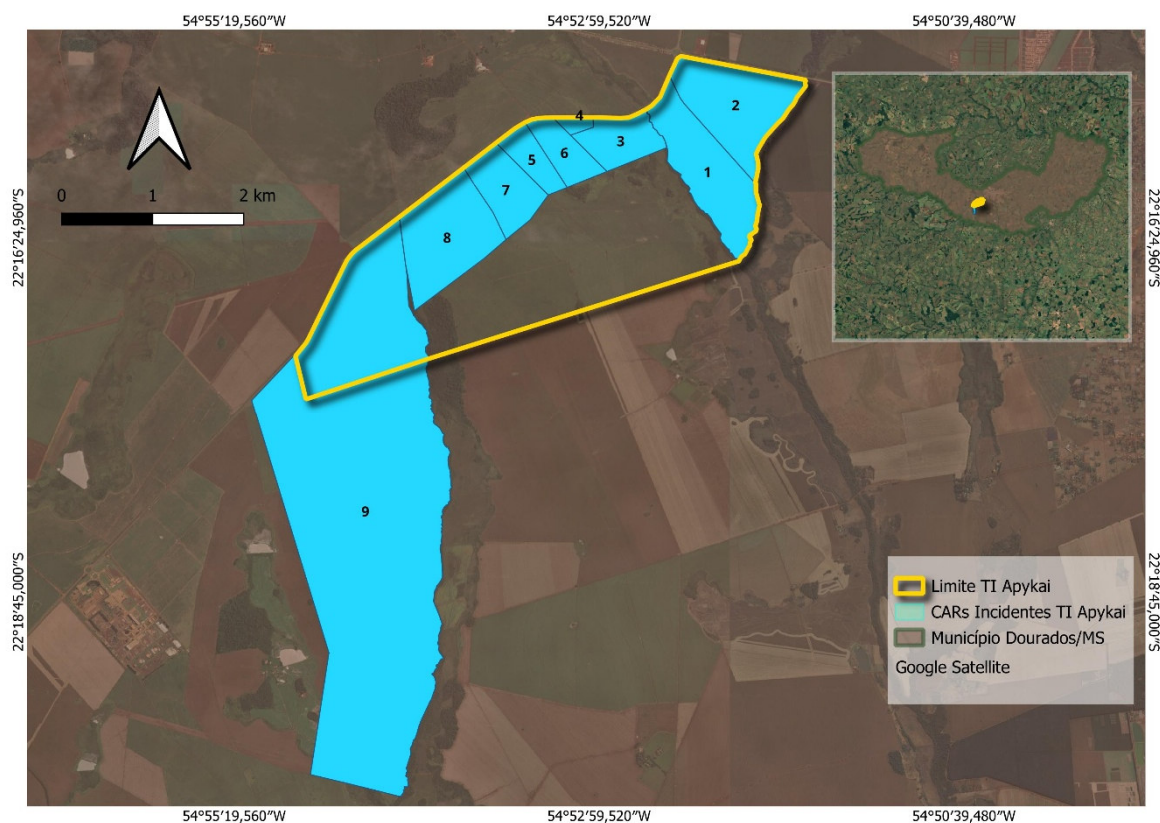
O **Quadro 2**, a seguir, apresenta a relação desses imóveis e suas principais características, enquanto o **Mapa 3** (Ver Anexo IV para tamanho real do mapa), logo abaixo, apresenta a distribuição espacial desses imóveis sobre a área em estudo.

Quadro 2 - SIGEFs incidentes na área em estudo denominada TI Apyka'i.

Nº Ord.	Nome(s) Ocupante(s)	CPF	Nome Imóvel	Situação	Área Imóvel	% Sobreposição TI	Código SIGEF
1	Luiz Henrique Brandão de Souza	958.***.***-91	Fazenda Curral do Arame – Parte 1	Certificado e Registrado	106,1465	100%	5c62eb61-09b3-4134-b8fe-3e232cc47ff1
	Daniel Augusto Brandão de Souza	001.***.***-27					
2	Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	652.***.***-91	Fazenda Serrana	Certificado e Registrado	109,1406	100%	7a303edf-7e33-4821-840c-e28efb196502
3	Argemiro Pradela	616.***.***-20	Rancho Realeza - Parcela 1	Certificado e Registrado	43,1078	100%	72537f01-3c55-417a-bcf2-f50717042d77
	Isa Aparecida Arruda Pradela	789.***.***-91					
4	Breno Muniz de Oliveira	890.***.***-68	Rancho Realeza - Parcela 2	Certificado e Registrado	6,0656	100%	aff34299-b6e1-4886-80f3-93cabfc50798
	Celia Maria Moreira	011.***.***-24					
5	Adão Parizotto	203.***.***-34	Fazenda Curral do Arame – Parte 1	Certificado (Registro não confirmado)	27,0252	100%	f9094805-38bc-4b43-a128-f521846f9125

6	Adão Parizotto	203.***.*** -34	Fazenda Curral do Arame – Parte 2	Certificado (Registro não confirmado)	33,0083	100%	b260762a-a37c-44aa-a78b-1f087267b3da
7	Walter Romero Beloto	158.***.*** -53	Sítio Boa Vista	Certificado e Registrado	51,7374	100%	55b81230-ec9b-4cae-abb5-07247914f2d0
8	Map Participações LTDA	13.***.***/ ***-81	Fazenda Água Rica – Parte 1	Certificado (Registro não confirmado)	109,1109	100%	fc50af43-686f-4339-aa77-3432662e1eb3
9	Joel Pereira Correa	75.***.***/ ***-21 022. ***.***-53	Fazenda Cedro – Área 01	Certificado e Registrado	895,7231	19%	fe3dfe91-1bb7-4c27-afca-a79b17c0f882

Mapa 3 - SIGEFs incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i



Fonte: SIGEF/INCRA

Em análise aos dados do SIGEF, notou-se algumas divergências em comparação aos dados do Sicar.

Inicialmente, observa-se que os imóveis de nº de ordem 5 e 6 possuem como proprietário no SIGEF: Adão Parizotto, porém no CAR, constam respectivamente, como

propriedade de Laura Antonella Parizotto, e Rafael Genuíno Toniazzo Parizotto e Ana Carolina Toniazzo Parizotto.

Outro ponto de divergência é o imóvel listado no nº de ordem 9, o qual possui como proprietário no Sigef Joel Pereira Correa, porém no cadastro do CAR e na respectiva matrícula, consta como detenção da cooperativa: Coamo Agroindustrial Cooperativa.

À respeito do imóvel denominado Rancho Realeza (nº de ordem 3 e 4) este consta registrado no CAR como 1 único imóvel, enquanto no SIGEF foram identificadas 2 certificações, sendo elas: Rancho Realeza – Parcela 01 e Rancho Realeza – Parcela 02. Ainda, em pesquisa cartorial, identificou-se que se tratam de dois imóveis distintos quanto ao número de matrícula e proprietário. Isso ocorreu devido destacamento do imóvel original (Rancho Realeza) em que a certificação ocorreu em setembro de 2024.

5. PESQUISA CARTORIAL

A pesquisa cartorial realizada no contexto do levantamento fundiário tem como objetivo identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área em estudo, além de qualificar sua natureza, origem e situação atual. Essa etapa permite verificar se há títulos formalizados e avaliar sua regularidade jurídica.

Para esta etapa, foram utilizados como referência os registros de imóveis sobrepostos identificados nas bases públicas, especialmente no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Procedeu-se pesquisa cartorial, inicialmente através do envio de ofício ao 1º Cartório de Registro de Imóveis de Dourados/MS - Ofício 1 (SEI nº 8022438), em que obteve-se atendimento por meio do Resposta ao Ofício /2º CIRC/GERAL/Nº 004/2025 - CRI Dourados-MS (SEI nº 8167493). Posteriormente, utilizou-se o sítio eletrônico da ONR a fim de complementar/atualizar as informações, visando identificar as matrículas dos referidos imóveis e obter informações de certidões localizadas nos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados. O **Quadro 3** abaixo sintetiza as informações obtidas:

Quadro 3 - Pesquisa cartorial dos imóveis incidentes na área em estudo denominada TI Apyka'i

Nº de Ord.	Nome do Ocupante	CPF/ CNPJ	Nome do Imóvel	Registro/ Ano	CRI
1	Luiz Henrique Brandão de Souza	958.***.***-91	Fazenda Curral de Arame - Parcela 01	10.128 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Daniel Augusto Brandão de Souza	001.***.***-27			
2	Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	652.***.***-91	Fazenda Serrana	147.104 (2019)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
3	Argemiro Pradela	616.***.***-20	Rancho Realeza - Parcela 1	11.099 (2025)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Isa Aparecida Arruda Pradella	789.***.***-91			
4	Breno Muniz de Oliveira	890.***.***-68	Racho Realeza - Parcela 2	11.098 (2025)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Celia Maria Moreira	011.***.***-24			
5	Laura Antonella Parizzotto	032.***.***-39	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	2.799 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS

6	Rafael Genuíno Toniazzo Parizotto	032.***.***-38	Área Parte 2, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	2.800 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Ana Carolina Toniazzo Parizotto Rodrigues	032.***.***-94			
7	Walter Romero Beloto	158.***.***-53	Sítio Boa Vista	10.297 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Isabel Henriques Beloto	840.***.***-72			
8	Map Participações LTDA	13.***.***/****-81	Fazenda Água Rica - Área 02	6.281 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
9	Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.***.***/****-21	Fazenda Canjarana	2.356 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
10	Fernando de Barros Bumlai	780.***.***-49	Fazenda São José	7.501 (2024)	CRI – 2º Circunscrição Comarca de Dourados/MS
	Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai	843.***.***-68			
	Maurício de Barros Bumlai	132.***.***-00			
	Cristiane de Barros Costa Marques Bumlai Pagnocelli	692.***.***-49			

6. SÍNTESE FUNDIÁRIA

Nota-se, a partir dos dados obtidos, após as devidas correlações de informações das bases geoespaciais governamentais que constam tão somente **10 imóveis** sobrepostos a área em estudo denominada TI Apyka'i.

Observa-se que 1 desses imóveis, denominado Fazenda São José, pertencente à família Bumlai, apresenta apenas cadastro no SICAR, ou seja, não possui registro no SIGEF.

Além disso, nota-se em análise aos registros do SIGEF e do CRI de Dourados/MS, que o imóvel propriedade de Argemiro Pradela, agora denominado Rancho Realeza, foi dividido em 2 parcelas. Porém, no que concerne aos cadastros do SICAR, observa-se que ele não foi atualizado, constando assim, com apenas um cadastro conjunto para as duas parcelas.

Ainda, a respeito dos imóveis observados, notou-se uma predominância de imóveis rurais classificados como pequena propriedade (6 unidades), seguido do minifúndio (2 unidades) e apenas 1 média propriedade e 1 grande propriedade, classificadas conforme orientações da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (alterada pela Lei nº 13.465 de 2017). Listados na tabela abaixo:

Tabela 1 - classificação, por tamanho, das propriedades sobrepostas a área em estudo.

Tipo de Imóvel	Tamanho do Imóvel (ha) – INCRA	Módulo Fiscal	Nº de Imóveis
Minifúndio	< 30	< 1	2
Pequena propriedade	30 a 120	1 a 4	6
Média propriedade	> 120 a 450	> 4 a 15	1
Grande propriedade	> 450	> 15	1

Ressalta-se que o módulo fiscal varia de acordo com cada município, sendo que no município de Dourados/MS o módulo fiscal é 30 hectares.

Observa-se, principalmente através da pesquisa cartorial, que a predominância de pequenas propriedades e minifúndios se dá devido ao parcelamento de imóveis, em especial a “Fazenda Curral de Arame”.

A única propriedade que se enquadra como grande propriedade, denomina-se: Fazenda Cedro – Área 1, que não tem como registro anterior desmembramento da “Fazenda Curral de Arame”. Além disso, também é o único imóvel com sobreposição parcial na área em estudo, pois as demais, constam totalmente sobrepostas. Ainda sobre a Fazenda Cedro –

Área 1 (Fazenda Canjarana), ressalta-se a divergência de proprietários nos registros encontrados, em que no Cadastro Ambiental Rural (CAR) consta como detentora a Coamo Agroindustrial Cooperativa, assim como, na matrícula nº 2356 no 2º CRI de Dourados, porém, o SIGEF encontra-se em nome de Joel Pereira Correa.

7. NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO DE OCUPANTES NÃO INDÍGENAS

A partir dos dados obtidos sobre os proprietários dos imóveis, tentou-se viabilizar os endereços dos titulares para estabelecer uma comunicação com os ocupantes incidentes na área em estudo, a fim de cumprir com o disposto na Lei 14.701/2023, a qual trata como obrigatória a notificação de todos os interessados, em todas as fases do processo de demarcação, inclusive nos estudos preliminares, assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, solicitou-se os endereços para prefeitura de Dourados, por meio do Ofício 13 (SEI nº 7519131), sem resposta.

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC), P.A. 1.21.001.000065/2007-44, foi emitido Ofício 18 (SEI nº 7741596) para a Procuradoria da República no Município de Dourados, solicitando endereços dos interessados afetos ao procedimento, em que fomos atendidos nos termos do Ofício nº 37/2025/GABPRM1-MPF/DOURADOS (SEI nº 8212933). De modo que, foi possível enviar ofícios aos particulares - via postal com aviso de recebimento.

O **Quadro 4**, abaixo, sistematiza os ofícios enviados e os avisos de recebimento ou devoluções ocorridas.

Quadro 4 – Ofícios/Notificações enviadas aos proprietários dos imóveis incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i

Nº de Ord	Nome do Imóvel	Proprietários	Processo	Ofício	Aviso de Recebimento	Data de recebimento	Motivo da devolução
1	Fazenda Curral de Arame	Luiz Henrique Brandão de Souza Daniel Augusto Brandão de Souza	08620.0072 54/2023-68	Ofício 24/2025/COEF/CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351108)	Envelope Devolução dos Correios - BR 31066056 7 BR (SEI nº 8587040)	----	Três tentativas de entrega
2	Fazenda Serrana	Cassio Guilherme Bonilha Tecchio	08620.0072 54/2023-68	Ofício 22/2025/COEF/CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351105)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066058 4 BR (SEI nº 8464489)	28/03/2025	
3	Rancho Realeza - Parcela 1	Argemiro Pradela	08620.0072 54/2023-68	Ofício 28/2025/COEF/CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351112)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066055 3 BR (SEI nº 8445272)	26/03/2025	

4	Rancho Realeza - Parcela 2	Breno Muniz De Oliveira	08620.0072 54/2023-68	1º Ofício 69/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 9046964) e 2º Ofício 73/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 9150690)	1º Envelope - Devolução dos Correios - BR 31066319 7 BR (SEI nº 9141687) 2º Aviso de Recebimento - AR BR 31066338 7 BR (9280717)	
5	Fazenda Curral de Arame 2	Laura Antonella Parizotto	08620.0072 54/2023-68	Ofício 21/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351104)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066059 8 BR (SEI nº 8445292)	26/03/2025
6	Fazenda Curral de Arame - Parte 2	Rafael Genuino Toniazzo Parizotto Ana Carolina Toniazzo Parizotto Adão Parizotto	08620.0072 54/2023-68	Ofício 20/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351102)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066060 7 BR (SEI nº 8445282)	27/03/2025
7	Sítio Boa Vista	Walter Romero Beloto	08620.0072 54/2023-68	Ofício 23/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351106)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066057 5 BR (SEI nº 8445279)	26/03/2025
8	Fazenda Água Rica	Map Participações Ltda	08620.0072 54/2023-68	Ofício 27/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351111)	Envelope - Devolução dos Correios BR 31066053 6 BR (SEI nº 8430000)	Desconhecido (Por Mari Lopes)
9	Fazenda Cedro - Área 01	Coamo Agroindustrial Cooperativa Joel Pereira Correa	08620.0072 54/2023-68 08620.0072 54/2023-68	Ofício 25/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351109) Ofício 26/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351110)	Aviso de Recebimento - AR - BR 31066055 3 BR (SEI nº 8438338) Envelope Devolução dos Correios - BR 31066054 0 BR (SEI nº 8532468)	24/03/2025 Três tentativas de entrega
10	Fazenda Curral de Arame	Guilherme De Barros Costa Marques Bumlai Cristiane De B. Costa Marques Bumlai Pagnoncelli Mauricio de Barros Bumlai Fernando de Barros Bumlai	08620.0072 54/2023-68 08620.0072 54/2023-68	Ofício 29/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351113) Ofício 30/2025/COEF/ CGAF/DPT/FU NAI (SEI nº 8351114)	Envelope - Devolução dos Correios BR 31066050 5 BR (SEI nº 8430004) Aviso de Recebimento - AR - BR 31066049 6 BR (SEI nº 8453450)	26/03/2025 25/03/2025 Recusado (Por Alex Fernando)

Destaca-se então, a ocorrência de devoluções, de forma que, foi infrutífera a tentativa de notificar **todos** os interessados não indígenas por meio de ofícios.

Como forma de atender a Lei nº 14.701/2023, viabilizou-se publicação de edital de notificação em meio de comunicação de ampla circulação. Inicialmente, no Diário Oficial da União – DOU nº 134, Seção 3, de 18 de julho de 2025, o Edital de Notificação nº 3/2025/PRES-FUNAI (SEI nº 8841772). E também em veículo de grande circulação no estado do Mato Grosso do Sul, denominado “Jornal Correio do Estado” de 29 de julho de 2025 - Edital Correio do Estado - Funai nº 3/2025 (SEI nº 9018999).

Após a publicação dos referidos editais, identificou-se um novo parcelamento do imóvel Rancho Realeza, observando que a parcela 2 estava registrada em nome de outros proprietários que ainda não haviam sido informados sobre os trâmites, sendo eles: Breno Muniz de Oliveira, CPF nº 789.***.***-91, e Celina Maria Moreira, CPF nº 011.***.***-24. A fim de garantir a ampla defesa para todos os não indígenas, foi elaborado o Ofício 69/2025/COEF/CGAF/DPT/FUNAI (SEI nº 9046964) visando notificar o proprietário sobre a incidência na área em estudo.

O supracitado ofício foi devolvido pelos correios com o motivo de endereço insuficiente, sendo então elaborado o Ofício 73 (SEI nº 9150690) para realização de nova tentativa de notificação ao proprietário mencionado acima, com endereço da empresa a qual consta como sócio administrador, denominada: Arsenal Clube de Caça, Pesca e Tiro (responsável pela operação do Clube de Tiro COTTE). Contudo, por meio do Aviso de Recebimento - AR BR 31066338 7 BR (9280717), verifica-se que o interessado teve acesso a informação constante no Ofício 73 (SEI nº 9150690).

No **Quadro 5** apresentamos as informações sobre as manifestações encaminhadas pelos particulares notificados protocoladas na Funai.

Quadro 5 - *Petições recebidas por parte de interessados após notificação dos ocupantes não indígenas incidentes na área em estudo*

Processo	SIC/Petição	Advogado	Proprietários/ Interessados	Imóvel	Resposta da Funai
08620.013281/2025 -31	Petição	Di Benedetto Advocacia	Joel Pereira Corrêa Filho, Marcelo Antônio Maffuci Corrêa, Geraldo Maffuci Corrêa	Fazenda Cedro Área 02	Ofício 80 (SEI nº 9106147).

08620.012984/2025 -42	Petição	Passarelli Advocacia	Daniel Augusto Brandão de Souza	Fazenda Curral de Arame - Parcela 01 Área Parte 2, desmembrada	Ofício 82 (SEI nº 9106886)
08620.012230/2025 -92	Petição		Rafael Genuíno Toniazco Parizotto	da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02 Área Parte 1, desmembrada	Ofício 144 (SEI nº 9214318)
08620.012233/2025 -26	Petição		Laura Antonella Parizotto	da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Ofício 146 (SEI nº 9214534)
08620.011967/2025 -98	Petição	Passarelli Advocacia	FAMASUL		Ofício 87 (SEI nº 9111219)
08198.031688/2025 -88	SIC	Claus Eduardo Pires Franco			Acesso concedido a volume digitalizado de processo de identificação e delimitação com dados pessoais e documentos preparatórios protegidos.
08198.031260/2025 -35	SIC	Jorge Luiz Martins Pereira			Acesso concedido a volume digitalizado de processo de identificação e delimitação com dados pessoais e documentos preparatórios protegidos.
08620.005930/2025 -21	Petição		Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	Fazenda Serrana	Ofício 145 (SEI nº 9214414)

A Petição de Di Benedetto Advocacia, registrada no processo 08620.013281/2025-31, argumenta pela nulidade da notificação por edital, argumentando que apenas o usufrutuário do imóvel, Fazenda Cedro - Área 02, teria sido comunicado, e que os proprietários possuem endereços conhecidos e poderiam ter sido notificados. Além disso, afirma a Tese do Marco Temporal, e solicita o RCID.

A Funai, em sua resposta no Ofício nº 80/2025/Coan/CGid/Didem/FUNAI, informou que o imóvel Fazenda Cedro Área 02 não incide nos limites preliminares da área em estudo da TI Apyka'i, e que Joel Pereira Correa foi notificado em relação a Fazenda Cedro, pelo fato de ser usufrutuário do imóvel, e, portanto, interessado. Além disso, foi informado que, no que diz respeito ao acesso ao Relatório de Identificação e Delimitação - RCID, o referido relatório encontra-se na fase de elaboração juntamente com o Levantamento Fundiário, que constará na sexta parte do mesmo, conforme indicado na Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996 e se trata, portanto, de documento preparatório, nos termos do art. 7º, § 3ª da Lei nº 12.527/2011. Em caso de aprovação da versão final do RCID pela Presidência da Funai, o resumo do relatório será publicado no Diário Oficial da União e do estado correspondente, momento a partir do qual se tornará disponível para consulta. Conforme o Decreto 1.775 de 08/01/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação do resumo do RCID os interessados poderão manifestar-se, apresentando à Funai razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de

testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório.

No caso da Petição de Passareli Advocacia, registrada no processo 08620.012984/2025-42, foi solicitado: a) fornecer o número do processo administrativo relacionado ao estudo da área denominada Apyka'i, localizada no Município de Dourados, MS, bem como cópia integral do referido procedimento, contendo todas as provas já produzidas, incluindo, mas não se limitando, a registros fotográficos, vídeos e áudios de depoimentos, bem como suas transcrições, quando houver e todos os documentos que foram utilizados, até o presente momento, como prova para a declaração de que a área dos Requerentes seria indígena; b) que sejam fornecidas cópias das certidões de diligências realizadas para a tentativa de notificação dos produtores rurais, com indicação do dia, local em que o ato fora realizado, horário, nome do servidor responsável pelo ato processual administrativo, bem como das pessoas contactadas na referida diligência; c) que preste esclarecimentos a respeito do motivo da notificação enviada aos produtores rurais, tendo em vista a ausência de previsão legal para tanto no Decreto n. 1.775/96 e; d) desde já deixar registrado que os Requerentes possuem vultosos investimento serem realizados no local, que não podem ser paralisados pela pretensa demarcação, e, caso sejam prejudicados, além do valor da terra nua de sua propriedade, deverão ser ainda incluídos na indenização o valor dos lucros cessantes e danos emergentes, nos termos das considerações acima explanadas.

A Funai em sua resposta no Ofício nº 82/2025/Coan/CGid/Didem/FUNAI informou o número do processo de identificação e delimitação da T.I. Apyka'i, garantiu o acesso aos autos do processo ao requerente, informou que houve tentativa frustrada de notificação dos senhores Luiz Henrique Brandão de Souza e Daniel Augusto Brandão de Souza por meio do Ofício 24/2025/COEF/CGAF/DPT/FUNAI (SEI nº 8351108), tendo sido realizadas três tentativas frustradas de entrega ao destinatário pelos Correios. Além disso, informou-se que a notificação enviada aos produtores rurais visa atender o Art 6º da Lei 14.701/2023, no que diz respeito a intimação dos interessados. A totalidade dos interessados pode ser identificada apenas após a definição de uma proposta de limites preliminar pelo Grupo Técnico designado para estudo de identificação e delimitação e a realização do levantamento fundiário dos ocupantes não indígenas ali incidentes. Dessa forma, após a identificação desses ocupantes não indígenas durante o levantamento fundiário, a Funai está procedendo à notificação dos mesmos. Informou-se ainda que questões referentes a indenização de propriedade, seja por suas benfeitorias ou pela terra nua, somente serão tratadas em fase mais adiantada do procedimento de demarcação, especialmente após a aprovação do RCID pela presidência da Funai e após a emissão da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. Por fim, foi recomendado que os investimentos realizados no imóvel levem em consideração a possibilidade do uso futuro da área pela comunidade indígena, de modo que quaisquer empreendimentos ali instalados não contribuam para um aumento da descaracterização ambiental da área. Informou-se também que empreendimentos que necessitem passar pelo rito do licenciamento ambiental deverão considerar a presença de terras indígenas, conforme a Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2025.

Por sua vez, as petições de Rafael Genuino Toniazzo Parizotto e Laura Antonella Pairzotto, registradas respectivamente nos processos nº 08620.012230/2025-92 e 08620.012233/2025-26, tiveram conteúdo idêntico. Ambas apresentaram informações

técnicas, documentação (Matrícula e Cadeia Dominial), que demonstra que esta propriedade teve origem em área com suposto Título Definitivo emitido em 1921 pelo Governo do estado de Mato Grosso/MT, o que confirmaria, segundo eles, que esta área e as propriedades da região nunca pertenceram a povos originários indígenas ou sofreu uso ocupação tradicional da comunidade Guarani Kaiowá.

A Funai, em sua resposta no Ofício nº 144/2025/Cocaf/CGid/Didem/FUNAI e Ofício nº 146/2025/Cocaf/CGid/Didem/FUNAI, informou que os dados remetidos serão devidamente analisados pelo grupo técnico designado a realizar os estudos de identificação e delimitação da área reivindicada e considerados para tomada de decisão pela Presidência da Funai. Cumpre mencionar que, em caso de aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, seu resumo, acompanhado de mapa, memorial descritivo e quadro de ocupantes não indígenas, será publicado no Diário Oficial da União e do estado do Mato Grosso do Sul, momento a partir do qual a peça técnica se tornará disponível para consulta. Informou ainda que conforme o Decreto 1.775 de 08/01/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação do resumo do RCID os interessados poderão manifestar-se, apresentando à Funai razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório. Deste modo, a Funai segue aberta a receber complementações julgadas pertinentes à manifestação apresentada.

A Petição de Passarelli Advocacia, em nome da FAMASUL, registrada no processo 08620.011967/2025-98, solicita que seja fornecido o número do processo administrativo relacionado ao estudo da área denominada Apyka'i, localizada no Município de Dourados, MS, bem como cópia integral do referido procedimento administrativo, contendo todas as provas já produzidas. Também solicita que sejam fornecidas cópias das certidões de diligências realizadas para a tentativa de notificação dos produtores rurais, com indicação do dia, local em que o ato fora realizado, horário, nome do servidor responsável pelo ato processual administrativo, bem como das pessoas contactadas na referida diligência. Além disso, solicita que a Funai preste esclarecimentos a respeito do motivo da notificação enviada aos produtores rurais, nos termos das considerações acima explanadas.

A Funai, em sua resposta por meio do Ofício nº 87/2025/Coan/CGid/Didem/FUNAI, informou o número do processo de identificação e delimitação da T.I. Apyka'i e garantiu o acesso aos autos do processo ao requerente. Informou também que foram expedidos ofícios de comunicação, por parte da Funai, aos produtores rurais cujas propriedades foram identificadas como incidentes na proposta preliminar de limites da T.I. Apyka'i. Entretanto, como tais documentos contêm dados pessoais, solicitou-se que fossem apresentadas as devidas procurações para que as cópias dos documentos sejam fornecidas na sua totalidade. Ressaltou-se que a Funai tem recebido petições enviadas por alguns proprietários, que possuem outros advogados constituídos, de modo que cada solicitação tem sido atendida com base no solicitante. Por fim, foi informado que a notificação enviada aos produtores rurais visa atender o Art 6º da Lei 14.701/2023, no que diz respeito a intimação dos interessados. A totalidade dos interessados pode ser identificada apenas após a definição de uma proposta de limites preliminar pelo Grupo Técnico designado para estudo de identificação e delimitação e a realização do levantamento fundiário dos ocupantes não

indígenas ali incidentes. Dessa forma, após a identificação desses ocupantes não indígenas durante o levantamento fundiário, a Funai está procedendo à notificação dos mesmos.

Por fim, em relação a Petição em nome de Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, registrada no processo 08620.005930/2025-21, tratou-se do encaminhamento de documentos cartoriais de cadastros da propriedade no Incra e CAR.

A Funai respondeu por meio do Ofício nº 145/2025/Cocaf/CGid/Didem/FUNAI, informando que os dados remetidos serão devidamente analisados pelo grupo técnico designado a realizar os estudos de identificação e delimitação da área reivindicada e considerados para tomada de decisão pela Presidência da Funai. Cumpre mencionar que, em caso de aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, seu resumo, acompanhado de mapa, memorial descritivo e quadro de ocupantes não indígenas, será publicado no Diário Oficial da União e do estado do Mato Grosso do Sul, momento a partir do qual a peça técnica se tornará disponível para consulta. Informou-se ainda que, conforme o Decreto 1.775 de 08/01/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação do resumo do RCID os interessados poderão manifestar-se, apresentando à Funai razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório. Deste modo, a Funai segue aberta a receber complementações julgadas pertinentes à manifestação apresentada.

Em relação aos questionamentos relacionados com a existência de cadeia dominial dos imóveis citados, e de que tal constatação seria prova de que não se trata de terra tradicionalmente ocupada por indígenas, afirma-se que o que segue. Em primeiro lugar, afirma-se que, conforme ratificado pelo STF no julgamento de repercussão geral do Tema 1031 no STF, a demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena e a posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas, nas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e nas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos do § 1º do artigo 231 do texto constitucional. Dessa forma, a existência de título de propriedade ou de cadeia dominial válida não invalida, por si só, a possibilidade de haver no mesmo local terra tradicionalmente ocupada por povos indígenas.

Em segundo lugar é importante que fique claro que não foi realizada análise da validade das cadeias dominiais pela Funai, neste momento, de forma a avaliar se o imóvel é originado de destacamento do patrimônio público realizado de forma regular. Tal análise será realizada em etapa posterior, após a aprovação do RCID e a emissão de Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça, no caso de identificada que se trata de situação condizente com o pagamento de indenização correspondente ao valor da terra nua.

No que diz respeito aos argumentos que remontam a Tese do Marco Temporal, conforme foi definido também na Tese de repercussão geral do tema 1031 pelo STF, a proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 ou da configuração

do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição.

A Lei 14.701/2023 que instituiu em seu Art. 4º a Tese do Marco Temporal, está sendo questionada em relação a sua constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal – STF. Ressalta-se também que nas reuniões da Comissão Especial de Autocomposição, (instituída nos processos ADC n. 87, ADI 7582, ADI 7583, ADI 7586 e ADO 86), os juízes do gabinete do Ministro Gilmar Mendes que conduziam as reuniões se manifestaram no sentido de que o STF não deve rever sua decisão recente no que diz respeito a Tese do Marco Temporal.

8. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que em análise às bases de dados a incidência de **10 imóveis**, oriundos especialmente de **parcelamentos do imóvel Fazenda Curral do Arame**, em que todos os imóveis possuem matrículas junto ao 2º CRI de Dourados/MS. Nota-se que constam apenas 9 cadastros no SICAR, devido a um parcelamento do imóvel denominado “Rancho Realeza” que não se apresenta devidamente registrado nesse sistema, pois ambas as parcelas se encontram vinculadas ao mesmo CAR.

No que concerne aos cadastros no SIGEF, observa-se que existem 9 certificações, pois apesar do Rancho Realeza estar devidamente registrado no SIGEF desmembrado em parcela 1 e parcela 2, há 1 imóvel, denominado Fazenda São José que não tem certificação junto ao SIGEF.

A respeito da sobreposição dos imóveis na área em estudo, conclui-se que 9 imóveis se encontram totalmente sobrepostos, e apenas 1 imóvel está em sobreposição parcial, sendo o denominado “Fazenda Cedro – Área 1 ou Fazenda Canjarana”.

Sobre a classificação das propriedades encontradas, 2 são minifúndios, 6 pequenas propriedades, 1 média propriedade e 1 grande propriedade, sendo esta, a mesma citada acima com sobreposição parcial.

Acerca da caracterização fundiária, percebe-se a presença da produção de soja e de cana-de-açúcar, sendo representadas, respectivamente, pelas empresas: Coamo Agroindustrial Cooperativa e Map Participações LTDA. Acredita-se, pelos endereços registrados, que a maioria dos proprietários não residem nas propriedades agrícolas.

Por fim, quanto as divergências encontradas nos dados obtidos de fontes oficiais, além da situação apresentada em torno do Rancho Realeza, notam-se divergências no imóvel denominado Fazenda Cedro – Área 1 ou Fazenda Canjarana, a qual possui cadastro no SICAR em nome da Cooperativa Coamo Agroindustrial e em contrapartida consta com SIGEF em nome de Joel Pereira Correa. Porém. Em observação a Matrícula 2.356, aberta em 2024, consta como propriedade de Marcelo Antônio Maffuci Correa, Geraldo Maffuci Correa e Joel Pereira Correa Filho. E em R8-2.356 (2024) consta uma venda desse imóvel para a Coamo Agroindustrial Cooperativa, além de uma averbação redeterminando o imóvel como Fazenda Canjarana.

ANEXOS

Anexo I - Quadro Demonstrativo de Ocupações não Indígenas.

Anexo II – Mapa do Uso e cobertura do solo da proposta de delimitação da TI Apyka'i.

Anexo III – Mapa dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i.

Anexo IV – Mapa dos SIGEFs incidentes na proposta de delimitação da TI Apyka'i

MAILA TERRA Assinado de forma
digital por MAILA TERRA
GIOIA:000149 GIOIA:00014911132
11132 Dados: 2026.01.15
14:09:38 -03'00'

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. 1997. Frutos da terra. Os trabalhadores da Matte Larangeira. Editora UEL, Londrina.

BRAND, A. J. 1993. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

BRAND, Antonio. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowa/Guarani: os Díficeis Caminhos da Palavra. Tese de doutorado em História Ibero-Americana, IFCH/PUC-RS, 1997.

CORTEZ, Jorge Wilson; ASSUNÇÃO, Vivian Almeida; MOTOMIYA, Anamari Viegas de Araújo; RIBEIRO, Vinícius de Oliveira; PRADO, Eber Augusto Ferreira do. Análise do uso e ocupação do solo no município de Dourados – MS, com dados do MAPBIOMAS. São Paulo, UNESP, *Geociências*, v. 44, n. 2, p. 347 - 361, 2025.

DOS SANTOS, Adilson Nascimento. Assentamento rural e agricultura: os acertos, impasses e perspectivas no P.A. Corona, Ponta Porã (MS). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

FACCIN, A.C.T.M; CASTILLO, R. A. Vulnerabilidade e implicações sócio-espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. **Estudos Geográficos** (UNESP), v.15, p.133 - 156, 2017.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini e MERÊNCIO, Valdecir dos Santos. Expansão do cultivo de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul: a crise da usina São Fernando e implicações territoriais na região de Dourados (MS). *Revista Entrelugar*. V. 10, nº19, 2019, p. 201- 222.

IBGE. [Censo Demográfico 2022](#). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LORENZEN, Kristina (2021). A expansão da indústria canavieira e a mudança no acesso à terra e ao trabalho assalariado no Mato Grosso do Sul. «, Working Paper No. 16, Bioeconomy & Inequalities, Jena. URL: <https://www.bioinequalities.uni-jena.de/sozbemedia/WorkingPaper16.pdf>

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPAÇÕES NÃO INDÍGENAS

TERRA INDÍGENA: APYKA' MUNICÍPIO: DOURADOS Nº DO PROC: 08620*****															COORDENADAS GEOGRÁFICAS		
Nº DE ORD*	NOME DO OCUPANTE	CPF, RG ou CNPJ	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE EXISTÊNCIA DA OCUP* (anos)**	TEMPO DE OCUP* (anos)***	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	% DA ÁREA DO IMÓVEL NA TI	FONTE	Nº CAR	Nº SIGEF	Matrícula	Comarca CRI	LAT*	LONG*
1	Luiz Henrique Brandão de Souza	958.***.***-91	Fazenda Curral de Arame - Parcela 01	Dourados	Proprietário	Não	104	14	106,1465	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-792E8D3D834D42EE9C628612FB5D8122	5c62eb61-09b3-4134-b8fe-3e232cc47ff1	Matrícula 10.128	Dourados/MS	- 22°15'59.31"	- 54°52'17.86"
	Daniel Augusto Brandão de Souza	001.***.***-27															
2	Cássio Guilherme Bonilha Tecchio	652.***.***-91	Fazenda Serrana	Dourados	Proprietário	Não	104	24	109,1406	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-4EB415D108A341E2969BA6A788997A6C	7a303edf-7e33-4821-840c-e28efb196502	Matrícula 147104	Dourados/MS	- 22°15'33.59"	54°52'7.09"
3	Argemiro Pradela	616.***.***-20	Rancho Realeza - Parcela 1	Dourados	Proprietário	Não	104	13	43,1078	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-B7B86BD179534E77B6B1BEDF322CE9E2	72537f01-3c55-417a-bcf2-f50717042d77	Matrícula 11099	Dourados/MS	- 22°15'47.39"	- 54°52'51.21"
	Isa Aparecida Arruda Pradela	789.***.***-91															
4	Breno Muniz de Oliveira	890.***.***-68	Rancho Realeza - Parcela 2	Dourados	Proprietário	Não	104	0,8	6,0656	100%	SIGEF		aff34299-b6e1-4886-80f3-93cabfc50798	Matrícula 11098	Dourados/MS	- 22°15'41.30"	- 54°53'8.56"
	Celia Maria Moreira	011.***.***-24															
5	Laura Antonella Parizzotto	032.***.***-39	Área Parte 1, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	104	3	27,0252	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-39C4CCD1034B42B8B60CDBACE929E05	f9094805-38bc-4b43-a128-f521846f9125	Matrícula 152.088	Dourados/MS	- 22°15'54.56"	- 54°53'25.27"
	Adão Parizzotto	203.***.***-34															
6	Rafael Genuino Toniazco Parizzotto	032.***.***-38	Área Parte 2, desmembrada da Fazenda Curral de Arame - Parcela 02	Dourados	Proprietário	Não	104	4	33,0085	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-15A2CCDD808940938CE15CAB98AD3556	b260762a-a37c-44aa-a78b-1f087267b3da	Matrícula 152.089	Dourados/MS	- 22°15'51.92"	- 54°53'12.78"
	Ana Carolina Toniazco Parizzotto Rodrigues	032.***.***-94															
7	Walter Romero Beloto	158.***.***-53	Sítio Boa Vista	Dourados	Proprietário	Não	104	16	51,7374	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-75BCCCE5571248C1BCD44DD93C3C249A	55b81230-ec9b-4eae-abb5-07247914f2d0	Matrícula 10.297	Dourados/MS	- 22°16'6.18"	- 54°53'35.27"
	Isabel Henriques Beloto	840.***.***-72															
8	Map Participações LTDA	13.***.***/*-81	Fazenda Água Rica - Área 02	Dourados	Proprietário	Não	104	14	110	100%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-958489FBD8394507A12E48529BCC37DC	fc50af43-686f-4339-aa77-3432662e1eb3	Matrícula 6281	Dourados/MS	- 22°16'24.50"	- 54°53'57.81"
9	Coamo Agroindustrial Cooperativa (CAR) - Joel Pereira Correa (SIGEF)	75.***.***/*-21 022.***.***-53	Fazenda Canjarana (Antiga Fazenda Cedro - Área 01)	Dourados	Proprietário	Não	104	1	895,7231	19%	SIGEF + SICAR	MS-5003702-87E2D5C37DE9478CB09B77DAFB6A41AD	fe3dfe91-1bb7-4c27-afea-a79b17c0f882	Matrícula 2.356	Dourados/MS	- 22°18'9.91"	- 54°54'29.17"
10	Fernando de Barros Bumlai	780.***.***-49	Fazenda São José	Dourados	Proprietário	Não	104	16	398	100%	SICAR	MS-5003702-D37BE2DB0D26440A9E0E278D935F2DBF	-----	Matrícula 7501	Dourados/MS	- 22°16'30.62"	- 54°53'8.57"
	Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai	843.***.***-68															
	Maurício de Barros Bumlai	132.***.***-00															
	Cristiane de Barros Costa Marques Bumlai Pagnocelli	692.***.***-49															

* coordenadas do centróide do polígono quando das bases oficiais consultadas

** Tempo da expedição de título de propriedade da Fazenda Curral de Arame, segundo a Transcrição nº 147 do CRI da Comarca de Ponta Porã

*** Tempo a partir do registro da propriedade no nome do atual proprietário, de acordo com registro em CRI.

54°54'36"W

54°52'48"W

54°51'00"W

22°15'36"S

22°15'36"S

22°17'24"S

22°17'24"S










54°54'36"W

54°52'48"W

54°51'00"W



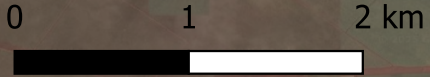
Legenda

-  Limite TI Apykai
- Mapbiomas Collection - 2024
 -  Formação Florestal
 -  Silvicultura
 -  Campo Alagado e Área Pantanosa
 -  Pastagem
 -  Cana
 -  Mosaico de Usos
 -  Área Urbanizada
 -  Rio, Lago e Oceano
 -  Soja
 -  Outras Lavouras Temporárias

54°55'19.560"W




54°52'59.520"W

54°50'39.480"W



22°16'24.960"S

22°18'45.000"S

-  Limite TI Apykai
-  CARs Incidentes TI Apykai
-  Município Dourados/MS
- Google Satellite

54°55'19.560"W

54°52'59.520"W

54°50'39.480"W

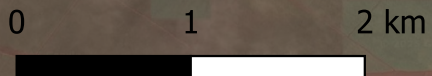
22°16'24.960"S

22°18'45.000"S

54°55'19,560"W

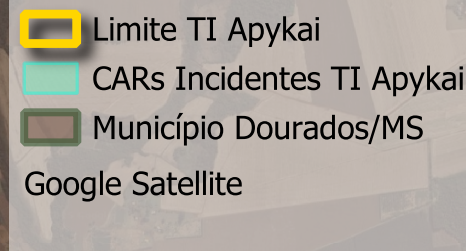
54°52'59,520"W

54°50'39,480"W



22°16'24,960"S

22°18'45,000"S



54°55'19,560"W

54°52'59,520"W

54°50'39,480"W

22°16'24,960"S

22°18'45,000"S

